



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

População
e Sociedade
tema



Estatísticas Demográficas

2007

Ano de edição 2008

Ficha Técnica

2

Título

Estatísticas Demográficas 2007

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

500 Exemplares

ISSN 0377-2284

ISBN 978-972-673-961-6

Depósito Legal n° 79452/94

Periodicidade: Anual

Preço: € 28,50 (IVA incluído)

www.ine.pt

O INE, I.P. na Internet



808 201 808

índice

	Nota introdutória	
pág. 05		
	Sinais convencionais	
pág. 06		
	Capítulo 1	Breve síntese da situação demográfica
pág. 07		
	Capítulo 2	População
pág. 15		
	Capítulo 3	Natalidade
pág. 29		
	Capítulo 4	Mortalidade
pág. 47		
	Capítulo 5	Mortalidade fetal, neonatal e perinatal
pág. 67		
	Capítulo 6	Nupcialidade
pág. 83		6.1. Celebração de casamentos
		6.2. Casamentos dissolvidos por morte
		6.3. Casamentos dissolvidos por divórcio
	Capítulo 7	Fluxos migratórios internacionais e População estrangeira
pág. 107		7.1. Fluxos migratórios da população de nacionalidade estrangeira
		7.2. Stock de população de nacionalidade estrangeira
		7.3. Fluxos migratórios da população de nacionalidade portuguesa
	Capítulo 8	Quadros síntese
pág. 137		8.1.1. População e indicadores demográficos, Portugal, 1997-2007
		8.1.2. Indicadores demográficos, NUTS III, 2007
		8.1.3. Movimento da população na União Europeia, 2007
		8.1.4. Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos (série longa)
		8.1.5. Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2007
		8.1.6. Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2007
		8.1.7. Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2007
	Capítulo 9	Notas explicativas, conceitos, nomenclaturas e instrumentos de notação
pág. 165		
	Anexos	Estatística Demográfica Portuguesa
pág. 189		

Nota Introdutória

A presente publicação das Estatísticas Demográficas, referente ao ano de 2007, corresponde à 67ª edição do anuário temático sobre demografia, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística desde 1935.

Esta edição mantém o formato apresentado nas duas edições anteriores, privilegiando o aspecto gráfico da informação através de quadros síntese de indicadores, figuras e cartogramas. O recurso ao CD-ROM permite ainda a disponibilização em suporte digital de um conjunto alargado de quadros estatísticos e da versão electrónica da publicação.

No que diz respeito aos conteúdos da publicação, estes mantêm a proposta da anterior edição, onde se inclui informação de base relativa a Nados-vivos, Óbitos e Casamentos celebrados, com origem na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até Abril de 2008; informação provisória, disponível em Julho de 2008, relativa aos Divórcios e Separações Judiciais decretados pelos Tribunais e pelas Conservatórias do Registo Civil; informação relativa à população estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em território nacional, produzida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Inclui ainda a informação relativa a Estimativas Provisórias de População Residente.

Na generalidade, a desagregação geográfica dos dados publicados é feita ao primeiro e segundo nível da actual Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS 2002), exceptuando-se a informação disponibilizada no capítulo 8, que apresenta uma desagregação ao nível da NUTS III e Município. Salienta-se, no entanto, que a informação estatística demográfica poderá ser disponibilizada, de um modo geral, ao nível do município e, no caso das estatísticas vitais, ao nível da freguesia.

O Instituto Nacional de Estatística agradece a todas as entidades que tornaram possível a realização desta publicação, em particular o Instituto dos Registos e Notariado e Conservatórias do Registo Civil, a Direcção-Geral da Política da Justiça e o Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Direcção – Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

De forma a corresponder mais adequadamente às necessidades dos nossos utilizadores, agradecemos antecipadamente o envio de críticas e sugestões que concorram para a melhoria desta publicação.

INE, Julho de 2008

Sinais convencionais

Siglas

...	Valor confidencial
x	Valor não disponível
e	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
⊥	Quebra de série/comparabilidade
f	Valor previsto
P _e	Valor preliminar
P _o	Valor provisório
R _c	Valor rectificadado
R _v	Valor revisto
§	Valor com coeficiente de variação elevado
μ	Média
=	Igual
>	Maior que
≥	Maior ou igual
<	Menor que
≤	Menor ou igual
%	Percentagem
‰	Permilagem
Σ	Soma de
≠	Diferente

H	Sexo Masculino
M	Sexo Feminino
HM	Total dos dois sexos
SI	Sexo ignorado
N.º	Número

capitulo

Breve síntese da situação demográfica

Demographic Overview

BREVE SÍNTESE DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Os indicadores demográficos relativos a 2007 acentuam as principais tendências demográficas observadas nos últimos anos em Portugal: abrandamento do crescimento populacional total e envelhecimento populacional.

A taxa de crescimento natural, que há muito manifesta uma tendência de redução, apresenta em 2007, pela primeira vez na história demográfica portuguesa recente, um valor negativo (-0,01%). Desde o início do século XX apenas em 1918 se havia registado um saldo natural negativo, associado à epidemia de gripe pneumónica que atingiu o país nesse ano. Contudo, a situação verificada em 2007 não é única no conjunto dos 27 países da União Europeia. Para além de Portugal, também a Itália, Estónia, Alemanha, Roménia, Hungria, Lituânia, Letónia e Bulgária apresentaram, em 2007, taxas de crescimento natural de valor negativo.

O saldo migratório mantém um valor positivo, o que significa que o fluxo imigratório continua, situação que se verifica desde a década de 90, a ser superior ao emigratório. Este indicador atingiu o seu ponto máximo entre 2001 e 2003, após o que tem vindo a diminuir, tendo sido estimado em 2007 um saldo migratório de 19 500 indivíduos.

A diminuição do saldo migratório, associado a um saldo natural negativo, originou um novo abrandamento do ritmo de crescimento da população em 2007, atingindo uma taxa de crescimento efectivo de 0,17%.

Paralelamente, a população residente em Portugal tem vindo a denotar um continuado envelhecimento demográfico, como resultado do declínio da fecundidade e do aumento da longevidade. A diminuição da fecundidade é responsável pelo envelhecimento ao nível da base da pirâmide etária, situando-se o índice sintético de fecundidade em 1,33 crianças por mulher, em 2007, o valor mais baixo registado na demografia portuguesa. Por outro lado, verifica-se um aumento da longevidade, que contribui para um envelhecimento ao nível do topo da pirâmide. Em 2007 o índice de envelhecimento atingiu 114 idosos por cada 100 jovens.

DEMOGRAPHIC OVERVIEW

The demographic indicators for 2007 reveal that the main recent demographic trends in Portugal have remained unchanged: slower population growth and demographic ageing.

The natural growth rate, which presents a decreasing trend since decades, displays in 2007, for the first time in recent Portuguese demography, a negative value (-0.01%). Since the beginning of the 20th century only once, in 1918, a negative natural increase was registered, due to the 1918 pandemic flu (known in Portugal as "pneumónica") that affected the country. However, the situation in 2007 is not unique at the European Union 27 level. Besides Portugal, also Italy, Estonia, Germany, Romania, Hungary, Lithuania, Latvia and Bulgaria displayed, in 2007, negative natural increase growth rates.

Net migration remained positive, meaning that there was more immigration than emigration, as has been the case since the 1990s. This indicator reached its high point between 2001 and 2003, after which it has dropped significantly, with net migration for 2007 estimated at 19 500 individuals.

The drop in net migration, together with a negative natural increase, has led to a new slowdown in the population growth rate in 2007. The total population growth rate has attained 0.17%.

At the same time, the population resident in Portugal has been showing sustained demographic ageing, as a result of the drop in fertility and higher longevity. Decreasing fertility is responsible for ageing at the base of the age pyramid, with the total fertility rate standing at 1.33 children per woman in 2007, the lowest value ever in Portuguese demography. On the other hand, there has been an increase in longevity, which has contributed to ageing at the top of the pyramid. In 2007 the ageing index reached 114.

POPULAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007 a população residente em Portugal foi estimada em 10 617 575 indivíduos, o que representa um acréscimo populacional de 18 480, face ao valor estimado no ano anterior.

Contudo, e tal como se verifica desde 2003, o ritmo de crescimento da população continuou a abrandar, situando-se em 2007 a taxa de crescimento efectivo em 0,17% (valor bastante inferior aos 0,75% de 2002). O valor referido revelou-se abaixo do valor médio para a União Europeia a 27 (UE27), no mesmo ano de referência, que foi de 0,48%.

10 O abrandamento do ritmo de crescimento da população residente em Portugal encontra-se associado ao decréscimo das taxas de crescimento migratório (0,18% em 2007, face a 0,61% em 2003 e 0,68% em 2002), a par de uma redução das taxas de crescimento natural, com valores diminutos entre 2002 e 2006 e negativo em 2007 (-0,01%).

Paralelamente ao reduzido aumento da população, manteve-se a tendência de envelhecimento demográfico.

Entre 2002 e 2007, e relativamente ao total da população, a proporção de jovens (com menos de 15 anos de idade) reduziu-se de 16,0% para 15,3% (15,5% em 2006), em simultâneo com um aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos de idade), de 16,4% para 17,4% (17,3% em 2006). A conjugação de ambas as tendências consubstancia-se num continuado envelhecimento da população, tendo o índice de envelhecimento aumentado de 105 idosos por cada 100 jovens, em 2002, para 114 em 2007 (112 em 2006).

Na população em idade activa (15-64 anos) continuam a registar-se duas tendências distintas: o grupo de adultos jovens (15-24 anos) reduziu a sua proporção na população total, de 13,4% em 2002 para 11,6% em 2007, enquanto que na população adulta (25-64 anos) se verifica uma tendência idêntica à da população idosa, tendo aumentado de 54,2% para 55,6% no mesmo período.

POPULATION

On 31 December 2007 the population resident in Portugal was estimated at 10 617 575 people, representing a population growth of 18 480 on the estimate for the previous year.

However, as has been the case since 2003, the population growth rate continued to slow down, with the effective growth rate in 2007 standing at 0.17% (this is far lower than 0.75% in 2002). This figure is below the average for the European Union 27 (EU27) in this year, which was 0.48%.

The slowdown in the growth rate of the population resident in Portugal is linked to the drop in net migration rates (0.18% in 2007 compared to 0.61% in 2003 and 0.68% in 2002), together with extremely low natural growth rates between 2002 and 2006 and negative in 2007.

In parallel with the slow increase in population, the trend towards demographic ageing has continued.

Between 2002 and 2007, the proportion of young people (under 15 years of age) in relation to the total population went down from 16.0% to 15.3% (15.5% in 2006), at the same time as the proportion of older persons (over 65 years of age) increased from 16.4% to 17.4% (17.3% in 2006). The combination of these two trends has resulted in a steady ageing of the population, with the ageing index rising from 105 in 2002 to 114 in 2007 (112 in 2006).

The working age population (15-64 years of age) continued to show two distinct trends: the proportion of young adults (15-24 years of age) in the total population went down from 13.4% in 2002 to 11.6% in 2007, while the weight of the adult population (25-64 years of age) showed the same trend as the elderly population, increasing from 54.2% to 55.6% in the same period.

NATALIDADE E FECUNDIDADE

FERTILITY

Em 2007 registaram-se 102 492 nados vivos, filhos de mães residentes em Portugal, traduzindo uma diminuição de 2,8% relativamente a 105 449 nados vivos registados em 2006 (114 383 em 2002).

A redução do número de nados vivos reflecte-se na descida da taxa de natalidade, que entre 2002 e 2007 passou de 11,0 para 9,7 nados vivos por mil habitantes, valor inferior à média da UE27, que em 2007 se situou em 10,6%.

No período entre 2002 e 2007 verificou-se um declínio do índice sintético de fecundidade (ISF), de 1,47 para 1,33 crianças por mulher, o valor mais reduzido já observado em Portugal.

Em linha com esta tendência de declínio da fecundidade (contrariando a recuperação que se verificou no período entre 1995 e 2000, ano em que o ISF atingiu as 1,6 crianças por mulher), observou-se também um adiamento da idade da mulher ao nascimento dos filhos. Manteve-se a tendência que já se verifica há alguns anos, ou seja, as mulheres residentes em Portugal não só têm agora menos filhos como os têm mais tarde.

De facto, no período entre 2002 e 2007, observou-se um decréscimo das taxas de fecundidade nos grupos etários abaixo dos 30 anos, por oposição a um aumento nos grupos etários mais elevados. Estas alterações no comportamento face à fecundidade reflectem-se no aumento da idade média da mulher quer ao nascimento do "primeiro filho" quer de "um filho". A idade média da mulher ao nascimento do "primeiro filho" subiu de 27,0 para 28,2 anos de idade; a idade média da mulher ao nascimento de um filho subiu de 29,0 para 30,0 anos de idade.

Em 2007, a percentagem de nados vivos nascidos fora do casamento aumentou para 33,6% (31,6% em 2006 e 25,5% em 2002). Este aumento deve-se ao acréscimo da proporção de nados vivos ocorridos fora do casamento cujos progenitores viviam em coabitação, que atingiu os 27,0% em 2007 (25,3% em 2006 e 20,4% em 2002). A percentagem de nados vivos ocorridos fora do casamento e sem coabitação dos pais variou entre 5,1% em 2002 e 6,6% em 2007.

In 2007, 102 492 live births to mothers resident in Portugal were recorded, corresponding to a drop of 2.8% compared to the 105 449 live births registered in 2006 (114 383 in 2002).

The reduced number of live births is reflected in the drop in the birth rate from 11.0 to 9.7 live births per thousand inhabitants between 2002 and 2007. This is lower than the EU27 average in 2007, which stood at 10.6%.

In the period between 2002 and 2007, the total fertility rate (TFR) dropped from 1.47 to 1.33 children per woman, the lowest figure ever recorded in Portugal.

In parallel with this downward trend in fertility (in contrast with the recovery between 1995 and 2000, year in which the TFR reached 1.6 children per woman), an increase in the mean age of women at childbearing has also been observed. The trends apparent for some years now continued, that is, women in Portugal not only have fewer children, but they also have them later.

In fact, there was a drop in fertility rates in the age groups below 30 between 2002 and 2007, against an increase in the higher age groups. These changes in behaviour in terms of fertility are reflected in the increase in the mean age of women at the birth. The mean age of women at first birth rose from 27.0 to 28.2 years of age and the mean age of women at birth went up from 29.0 to 30.0 years of age.

In 2007, the percentage of live births born out of wedlock increased to 33.6% (31.6% in 2006 and 25.5% in 2002). It should be noted that this increase is mainly due to the rise in the proportion of live births which parents are cohabiting. Figures for this group reached 27.0% in 2007 (25.3% in 2006 and 20.4% in 2002), while the percentage of live births out of wedlock and not cohabiting parents has changed between 5.1% in 2002 and 6.6% in 2007.

MORTALIDADE

Em 2007 registaram-se 103 512 óbitos de indivíduos residentes em Portugal, o que reflecte um acréscimo de 1,5% face a 101 990 óbitos ocorridos em 2006.

No período de 2002 a 2007, a taxa bruta de mortalidade situou-se em 10,2 e 9,8 óbitos por mil habitantes. Ainda neste período verificou-se em Portugal uma redução generalizada das taxas de mortalidade em todos os grupos etários. A taxa de mortalidade infantil apresentou uma tendência decrescente nos últimos anos, atingindo, em 2006, 3,3 óbitos de crianças com menos de um ano por mil nados vivos. Em 2007, a taxa de mortalidade infantil situou-se ligeiramente acima, atingindo 3,4‰.

As alterações referidas reflectem-se no aumento da esperança média de vida à nascença que, em 2005-2007, atingiu 75,18 anos para os homens e 81,57 anos para as mulheres¹.

Em 2007, o mês de Fevereiro foi o de maior intensidade da mortalidade. O número de óbitos tende a atingir valores mais elevados nos meses de Inverno (333 óbitos diários, em média) e mais reduzidos nos meses de Verão (248, em média). A sazonalidade da mortalidade, ou seja, o "excesso" de mortalidade durante os meses de Inverno, foi mais evidente entre os indivíduos mais idosos (80 e mais anos).

Dos óbitos ocorridos em Portugal, em 2007, resultaram 13 294 viúvos e 32 746 viúvas. A viuvez afecta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina, o que justifica a disparidade da taxa bruta de viuvez entre mulheres e homens: 2,6 por mil homens e 6,0 por mil mulheres.

MORTALITY

In 2007, there were 103 512 deaths of individuals resident in Portugal, corresponding to an increase of 1.5% against the 101 990 deaths recorded in 2006.

In the period from 2002 to 2007, the crude death rate oscillated between 10.4 and 9.6 deaths per thousand inhabitants (the figures reported for 2003 and 2006, respectively), approaching the 9.6‰ recorded in the EU27 in this latter year. Also during this period, there was a general decline in mortality rates in Portugal for all age groups. The infant mortality rate continued its downward trend of the last few years till 2006, reaching 3.3 deaths of children under one year of age per thousand live births. In 2007, the infant mortality rate increased slightly to 3.4‰.

The changes described above are reflected in the increase in life expectancy at birth in 2005-2007, to 75.18 for men and 81.57 for women).

February 2007 saw the highest levels of mortality. The number of deaths tends to be greater in the winter months (333 deaths per day, on average) and fewer during the summer months (248, on average). The seasonality of mortality, or rather, the "excess" mortality during the winter months, was most evident amongst the most elderly (over 80 years of age).

Deaths in Portugal in 2007 created 13 294 widowers and 32 746 widows. Widowhood mainly affects women due to higher male mortality, explaining the disparity in the crude widowhood rate between men and women: 2.6 per thousand men and 6.0 per thousand women.

¹ Em 2007, o INE adoptou uma nova metodologia para o cálculo do indicador Esperança Média de Vida à Idade *x*, baseada em tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos. Neste momento, estão disponíveis as tábuas de mortalidade para homens, mulheres e ambos os sexos, para Portugal, NUTS I, II e III, referentes a 2004-2006, e para Portugal, referentes a 2005-2007. Face às alterações metodológicas, os valores da esperança média de vida, calculados segundo esta metodologia, não são comparáveis com os valores divulgados até 2007, que eram obtidos utilizando tábuas abreviadas de mortalidade com período de referência de dois anos.

NUPCIALIDADE E DIVORCIALIDADE

Em Portugal, no decorrer de 2007, realizaram-se **46 329** casamentos, menos **1 528** do que os realizados em 2006 (**47 857**), ou seja, uma redução em cerca de **3,1%**. Entre 2002 e 2007, a taxa de nupcialidade diminuiu de **5,4** para **4,4** casamentos por mil habitantes.

O retardar da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas e para ambos os sexos, embora mais significativamente nas mulheres. A idade média ao primeiro casamento tem vindo igualmente a aumentar, situando-se em 2007 em **29,4** anos para os homens e **27,8** anos para as mulheres. Comparativamente, os valores registados em 2002 foram de **28,0** anos e **26,4** anos, respectivamente para homens e mulheres.

A nupcialidade de segunda ordem ou superior tem vindo a aumentar. Em 2002, do total de casamentos celebrados, **14,2%** referiam-se a casamentos de segunda ordem ou superior, proporção que ascendeu a **22,9%** em 2007 (**20,6%** em 2006).

Em mais de um quarto dos casamentos realizados em 2007 (**31,8%**) os nubentes já possuíam residência anterior comum, situação que tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em **26,6%** dos casamentos celebrados em 2007 existiam filhos anteriores ao casamento.

A proporção de casamentos católicos tem vindo a diminuir. Em 2002, **62,5%** dos casamentos eram católicos, valor que desceu para **47,3%** em 2007 (**53,9%** em 2006). Em sentido oposto, a proporção de casamentos só civis aumentou de **37,5%** em 2002 para **52,5%** em 2007 (**49,4%** em 2006).

O número de casamentos entre portugueses e estrangeiros apresenta uma tendência crescente. Em 2002, apenas **4,8%** dos casamentos se referiam a casamentos entre portugueses e estrangeiros, valor que aumentou para **12,3%** em 2007 (**10,3%** em 2006).

Em Portugal, em 2007, foram decretados **25 255** divórcios*, mais **1 320** do que em 2006 (**23 935**), tendo a taxa bruta de divorcialidade apresentado um valor **2,4** divórcios por mil habitantes.

Em 2007 a idade média ao divórcio ultrapassou os **40** anos (**40,4** anos) e a duração média do casamento à data do divórcio foi de **14,3** anos.

MARRIAGE AND DIVORCE

There were **46 329** marriages recorded in Portugal during 2007, **1 528** less than the **47 857** registered in 2006, or rather, a drop of around **3.1%**. Between 2002 and 2007, the marriage rate decreased from **5.4** to **4.4** marriages per thousand inhabitants.

The increase in age at marriage is a trend that has continued over the last few decades for both the sexes, albeit more significantly for women. The mean age at first marriage has gone up equally for both sexes, standing at **29.4** for men and **27.8** for women in 2007, compared to **28.0** and **26.4** in 2002 for men and women, respectively.

The proportion of second or subsequent marriages has been rising. In 2002, **14.2%** of all marriages were second or subsequent marriages, with this proportion rising to **22.9%** in 2007 (**20.6%** in 2006).

In over a quarter of marriages in 2007 (**31.8%**), the future spouses already cohabitate, a phenomenon that has been on the rise in the last few years. In **26.6%** of marriages in 2007, there were children before marriage.

The proportion of Roman Catholic marriages has been declining. In 2002, **62.5%** of marriages were Roman Catholic, with this figure dropping to **47.3%** in 2007 (**53.9%** in 2006). Inversely, the proportion of only civil marriages increased from **37.5%** in 2002 to **52.5%** in 2007 (**49.4%** in 2006).

There is an upward trend in the number of marriages between Portuguese and foreigners. In 2002, only **4.8%** of marriages fell into this category, rising to **12.3%** in 2007 (**10.3%** in 2006).

In 2007, there were **25 255** divorces* in Portugal, **1 320** more than in 2006 (**23 935**). The crude divorce rate stood at **2.4** divorces per thousand inhabitants

In 2007 the mean age at divorce exceeded **40** years of age (**40.4**) and the average length of marriage at divorce was **14.3** years.

* Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

*2007 data includes the number of divorces certified by the Offices of Civil Registry and the number of divorces and legal separations granted in court of law (provisional data, July 2008)

capitulo

População

2

Capítulo 2 - População

Índice de Figuras

Evolução da população e das suas componentes

Figura 2.1 - População residente (em milhares), Portugal, 1900-2007

Figura 2.2 - Taxas de crescimento natural e migratório (%), Portugal, 1941-2007

Análise regional

Figura 2.3 - Componentes demográficas, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Estrutura etária

Figura 2.4 - População residente por grandes grupos etários, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 2.5 - Pirâmide etária, Portugal 2002-2007

Figura 2.6 - Índices de Dependência, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 2.7 - Índice de Envelhecimento por sexo, Portugal, 1940-2007

Figura 2.8 - Índice de Envelhecimento, NUTS III, 2007

Evolução da população até 2050

Figura 2.9 - População residente por grandes grupos etários (em milhares), Portugal, 2005-2050

Figura 2.10 - Pirâmide etária, Portugal, 2007, 2025 e 2050

Evolução da população e das suas componentes

Entre 1900 e 2007 a população residente em Portugal quase duplicou. Contudo, o ritmo de crescimento populacional não foi uniforme.

POPULAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007, a população residente em Portugal foi estimada em **10 617 575** indivíduos, dos quais **5 138 807** homens e **5 478 768** mulheres².

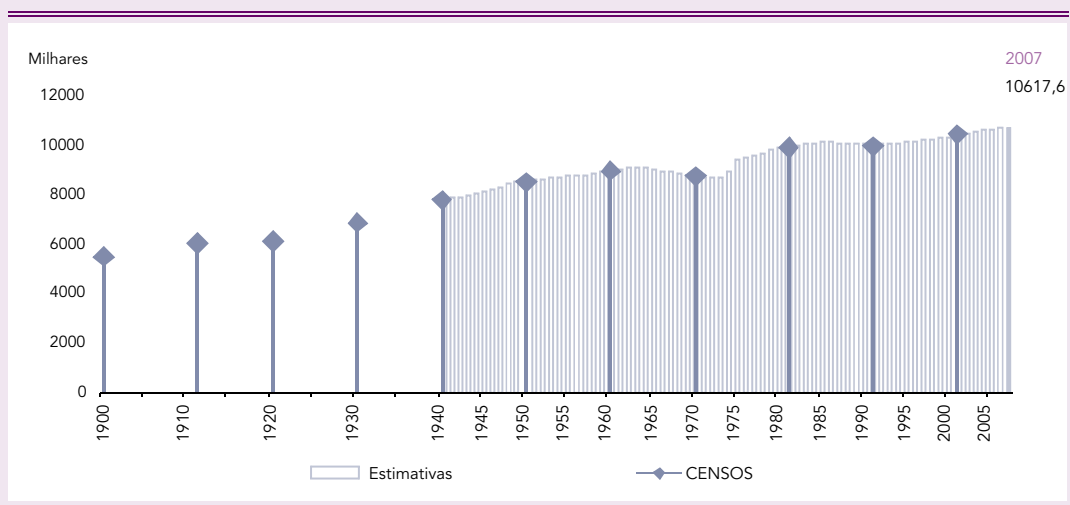
O acréscimo populacional, relativamente ao ano anterior, foi de **18 480** indivíduos, reflectindo-se numa taxa de crescimento efectivo de **0,17%** (0,28% em 2006), o que significa um novo abrandamento no crescimento da população.

Para aquele acréscimo populacional concorreu um saldo migratório de **19 500** indivíduos, traduzindo uma taxa de crescimento migratório de **0,18%** (0,25% em 2006), e um saldo natural negativo de **-1 020** indivíduos, representando uma taxa de crescimento natural de **-0,01%** (0,03% em 2006).

Após uma fase de crescimento entre 1900 e 1911, assiste-se em 1920 a uma quebra do ritmo de crescimento, como resultado dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, da gripe pneumónica e dos fortes movimentos de emigração. De 1920 a 1940, o ritmo de crescimento volta a acentuar-se, reflectindo a diminuição da mortalidade em geral e o aumento da esperança de vida. A partir de 1940, o crescimento populacional, apesar de positivo, desacelera, culminando na diminuição da população entre 1965 e 1973. É a partir de 1974 que se regista o maior aumento de população, como consequência do retorno das ex-colónias.

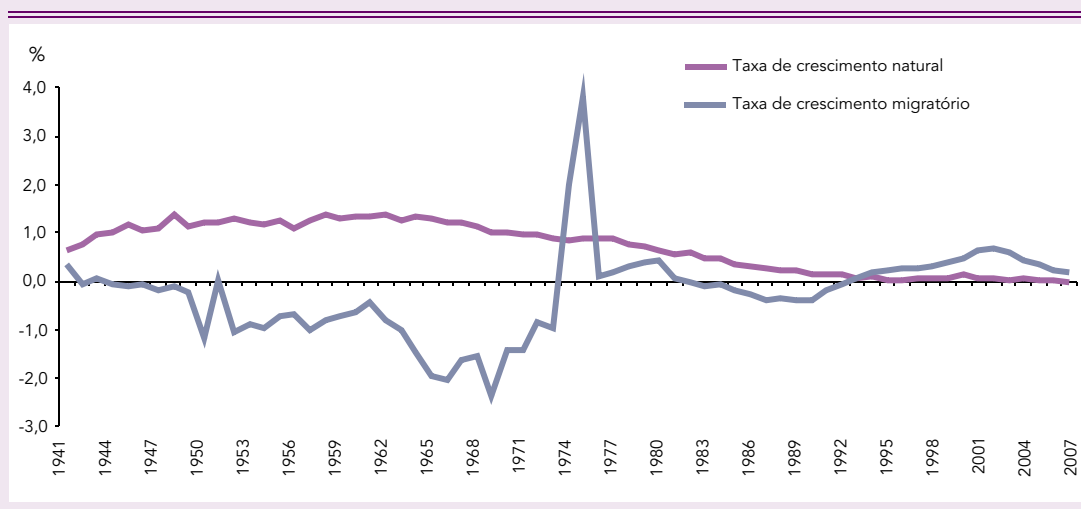
A segunda metade dos anos oitenta volta a ser caracterizada por uma perda de dinamismo demográfico. Os anos noventa e os primeiros anos do século XXI são marcados por um acréscimo contínuo da população, particularmente de indivíduos em idade activa e na população masculina, resultante do fluxo de imigrantes que se verificou naqueles anos, e um aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos), o que evidencia um aumento da esperança de vida.

Figura 2.1
População residente (em milhares), Portugal, 1900-2007



² No cálculo das estimativas da população a 31/12/2007 foi incorporada a informação demográfica referente a 2007 (102492 nados vivos e 103512 óbitos, dados provisórios), apurada com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até Abril de 2008.

Figura 2.2
Taxas de crescimento natural e migratório (%), Portugal, 1941-2007



Ao analisar a evolução das componentes do crescimento da população, verifica-se que, no período de 1940 a 2007, a taxa de crescimento natural denota uma tendência de redução, apresentando em 2007, pela primeira vez na história demográfica portuguesa recente, um valor negativo³ (-0,01%).

No mesmo período, a taxa de crescimento migratório sofre grandes oscilações, sobretudo na década de sessenta, quando a emigração para a Europa conhece valores muito elevados, quase duplicando comparativamente ao decénio anterior. No período após 1974, em resultado do processo de descolonização e consequentemente do retorno de população proveniente das ex-colónias, volta a elevar-se consideravelmente. Entre 1981 e 1991 decresce, devido a novos fluxos de emigração. Posteriormente, os valores desta taxa voltam a ser positivos, devido sobretudo ao incremento da imigração, estimando-se que tenha atingido os 0,68% em 2002, após o que, apesar de manter valores positivos, se reduz até aos 0,18% em 2007.

Análise regional

A análise a um nível geográfico mais desagregado revela heterogeneidade no crescimento demográfico de cada região (NUTS II)⁴. Em 2007, à semelhança do que se verificou para Portugal, na maioria das regiões observou-se um crescimento populacional positivo, com excepção da região Centro, com crescimento praticamente nulo, e do Alentejo com crescimento negativo.

O Algarve registou em 2007 a maior taxa de crescimento efectivo, situação que se repete desde 2002, resultado sobretudo de taxas de crescimento migratório muito superiores às registadas para Portugal e que têm compensado os valores mais ténues das taxas de crescimento natural, que em 2002 e 2003 foram mesmo de valor negativo.

O Alentejo é a única região para a qual se estima ter ocorrido perda de efectivos populacionais em 2007, situação que já havia sido registada em anos precedentes e para o que têm contribuído sobretudo taxas de crescimento natural negativas.

Apesar de taxas de crescimento efectivo positivas ao longo de todo o período, verificou-se uma desaceleração na região Norte, em resultado do declínio dos crescimentos migratório e natural.

A região Centro, com taxas de crescimento natural negativas entre 2002 e 2007, apresentou neste último ano um crescimento efectivo quase nulo, em resultado de, pela primeira vez neste período, o crescimento migratório não ter sido suficiente para compensar o crescimento natural negativo.

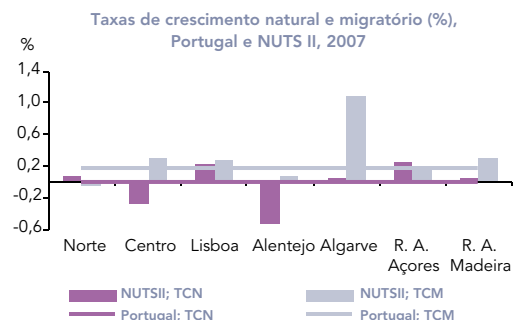
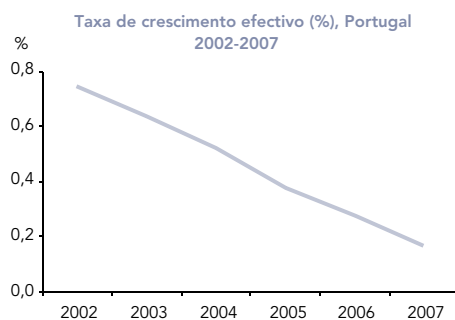
Entre 2002 e 2007, Lisboa e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores mantiveram taxas de crescimento efectivo positivas, suportadas por taxas de crescimento natural e migratório também positivas.

³ Desde o início do século XX apenas em 1918 se havia registado um saldo natural negativo, associado à epidemia de gripe pneumónica que atingiu o país nesse ano.

⁴ Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (nível II) – Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

Figura 2.3
Componentes demográficas, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Acréscimo Populacional								
2002	78 125	24 393	14 991	27 742	1 454	7 437	1 192	916
2003	67 220	19 875	12 139	25 623	- 434	7 010	1 257	1 750
2004 ^a	54 570	15 513	9 918	20 460	130	6 088	1 182	1 279
2005	40 337	10 868	6 216	17 493	- 1 551	5 298	1 101	912
2006 ^b	29 503	6 550	3 443	15 129	- 1 686	4 681	777	609
2007 ^c	18 480	895	20	14 188	- 3 352	4 858	988	883
Saldo Natural								
2002	8 125	9 794	-5 022	6 303	-3 603	- 188	395	446
2003	3 720	6 840	-6 101	6 497	-4 194	- 129	445	362
2004 ^a	7 330	7 198	-4 508	6 518	-2 895	88	551	378
2005	1 937	4 836	-5 990	6 241	-4 093	106	580	257
2006 ^b	3 403	4 744	-5 407	6 473	-3 475	268	471	329
2007 ^c	-1 020	2 474	-6 924	6 408	-3 950	219	597	156
Saldo Migratório								
2002	70 000	14 599	20 013	21 439	5 057	7 625	797	470
2003	63 500	13 035	18 240	19 126	3 760	7 139	812	1 388
2004	47 240	8 315	14 425	13 943	3 025	6 000	631	901
2005	38 400	6 032	12 206	11 252	2 542	5 192	521	655
2006	26 100	1 806	8 850	8 656	1 789	4 413	306	280
2007	19 500	-1 579	6 944	7 780	598	4 639	391	727
Taxa de crescimento efectivo (%)								
2002	0,75	0,66	0,64	1,03	0,19	1,88	0,50	0,38
2003	0,64	0,54	0,51	0,94	-0,06	1,74	0,53	0,72
2004	0,52	0,42	0,42	0,74	0,02	1,49	0,49	0,52
2005	0,38	0,29	0,26	0,63	-0,20	1,28	0,46	0,37
2006	0,28	0,18	0,14	0,54	-0,22	1,12	0,32	0,25
2007	0,17	0,02	0,00	0,51	-0,44	1,15	0,41	0,36
Taxa de crescimento natural (%)								
2002	0,08	0,27	-0,21	0,23	-0,47	-0,05	0,17	0,19
2003	0,04	0,18	-0,26	0,24	-0,55	-0,03	0,19	0,15
2004	0,07	0,19	-0,19	0,24	-0,38	0,02	0,23	0,16
2005	0,02	0,13	-0,25	0,23	-0,53	0,03	0,24	0,11
2006	0,03	0,13	-0,23	0,23	-0,45	0,06	0,19	0,13
2007	-0,01	0,07	-0,29	0,23	-0,52	0,05	0,25	0,06
Taxa de crescimento migratório (%)								
2002	0,68	0,40	0,85	0,79	0,66	1,93	0,33	0,20
2003	0,61	0,35	0,77	0,70	0,49	1,78	0,34	0,57
2004	0,45	0,22	0,61	0,51	0,39	1,47	0,26	0,37
2005	0,36	0,16	0,51	0,41	0,33	1,25	0,22	0,27
2006	0,25	0,05	0,37	0,31	0,23	1,05	0,13	0,11
2007	0,18	-0,04	0,29	0,28	0,08	1,09	0,16	0,30



^a No cálculo das estimativas da população a 31/12/2004 foi incorporada a informação demográfica referente a 2004 (109262 nados-vivos e 101932 óbitos, dados provisórios), disponível em 24 de Junho de 2005.

^b No cálculo das estimativas da população a 31/12/2006 foi incorporada a informação demográfica referente a 2006 (105351 nados-vivos e 101948 óbitos, dados provisórios), disponível em 18 de Maio de 2007.

^c No cálculo das estimativas da população a 31/12/2007 foi incorporada a informação demográfica referente a 2007 (102492 nados-vivos e 103512 óbitos, dados provisórios), apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até Abril de 2008.

Estrutura etária

Um dos aspectos mais importantes na análise de uma população é a sua composição etária. Alterações no equilíbrio entre os três principais grupos de população – população jovem, população em idade activa e população idosa – têm implicações sociais e económicas.

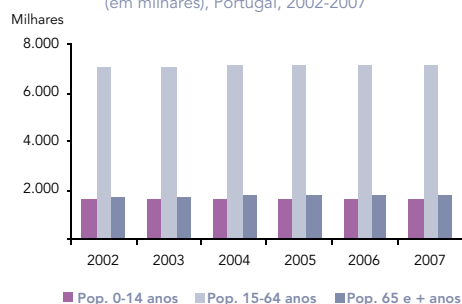
Entre 2002 e 2007, a proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos de idade) decresce de 15,8% para 15,3% da população residente total, a proporção de indivíduos em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade) também se reduz de 67,5% para 67,2%, assistindo-se ao aumento da percentagem de população idosa (com 65 ou mais anos de idade) de 16,7% para 17,4%.

Em 2007, a nível regional, verificou-se que a Região Autónoma dos Açores detinha a maior proporção de jovens (19,0%) e a mais baixa percentagem de idosos (12,4%). O Alentejo apresentava a menor proporção de jovens (13,3%), em simultâneo com a maior percentagem de pessoas idosas (23,0%). As regiões do Norte, de Lisboa e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores são as NUTSII em que a importância relativa da população em idade activa na população total superou a média do país (67,2%), verificando-se o valor mais baixo no Alentejo (63,8%).

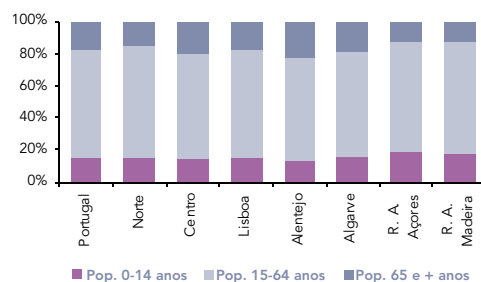
Figura 2.4
População residente por grandes grupos etários, Portugal e NUTS II, 2002 – 2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
População jovem (0-14 anos)								
2002	1 645 753	630 886	346 625	412 490	103 567	57 815	49 241	45 109
2003	1 648 996	626 543	345 679	420 252	103 169	59 429	48 814	45 110
2004	1 647 437	620 530	344 036	426 299	103 080	60 499	48 225	44 768
2005	1 644 231	612 961	341 704	432 767	102 688	62 008	47 581	44 522
2006	1 637 637	603 704	338 852	438 501	102 042	63 351	46 904	44 283
2007	1 628 852	593 048	335 161	444 154	101 158	64 848	46 437	44 046
População em idade activa (15-64 anos)								
2002	7 026 170	2 529 739	1 544 451	1 872 283	490 516	266 405	158 997	163 800
2003	7 064 293	2 545 522	1 551 619	1 880 330	489 882	270 229	161 014	165 697
2004	7 091 279	2 556 831	1 557 105	1 884 325	488 926	273 911	162 892	167 289
2005	7 115 261	2 567 646	1 561 927	1 888 219	487 913	276 601	164 518	168 437
2006	7 132 841	2 577 131	1 564 716	1 889 779	487 182	278 868	165 916	169 249
2007	7 138 892	2 580 689	1 565 352	1 888 986	485 099	281 041	167 341	170 384
População idosa (65 e mais anos)								
2002	1 735 542	531 293	463 554	429 884	173 915	74 144	30 524	32 345
2003	1 761 396	539 732	469 393	439 655	174 498	75 722	30 196	32 200
2004	1 790 539	549 949	475 468	450 073	175 673	77 058	30 089	32 229
2005	1 810 100	557 184	478 817	458 111	175 370	78 238	30 142	32 238
2006	1 828 617	563 506	482 323	465 946	175 061	79 309	30 198	32 274
2007	1 849 831	571 499	485 398	475 274	174 676	80 497	30 228	32 259

População residente por grandes grupos etários (em milhares), Portugal, 2002-2007



População residente por grandes grupos etários (%), NUTS II, 2007



O processo de envelhecimento demográfico, quer na base da pirâmide etária, realçado pelo estreitamento que traduz a redução dos efectivos populacionais jovens, como resultado da baixa de natalidade, quer no topo da pirâmide, pelo alargamento que corresponde ao acréscimo das pessoas idosas, devido ao aumento da esperança de vida, está evidenciado na alteração do perfil que as pirâmides etárias apresentam em 2002 e 2007.

Entre 2002 e 2007, a alteração da estrutura etária reflecte sobretudo o envelhecimento da população. O acréscimo de nascimentos verificado em meados dos anos setenta, a que pode associar-se o retorno de população portuguesa das ex-colónias, bem como a posterior diminuição da natalidade, são também perceptíveis nos valores relativos observados nas idades correspondentes.

As alterações da estrutura etária da população ocorreram em todas as regiões, embora com ritmos diferenciados, e estão bem expressas nos indicadores usualmente calculados para medir o grau de juventude ou envelhecimento e dependência das populações.

Figura 2.5
Pirâmide etária, Portugal, 2002 e 2007

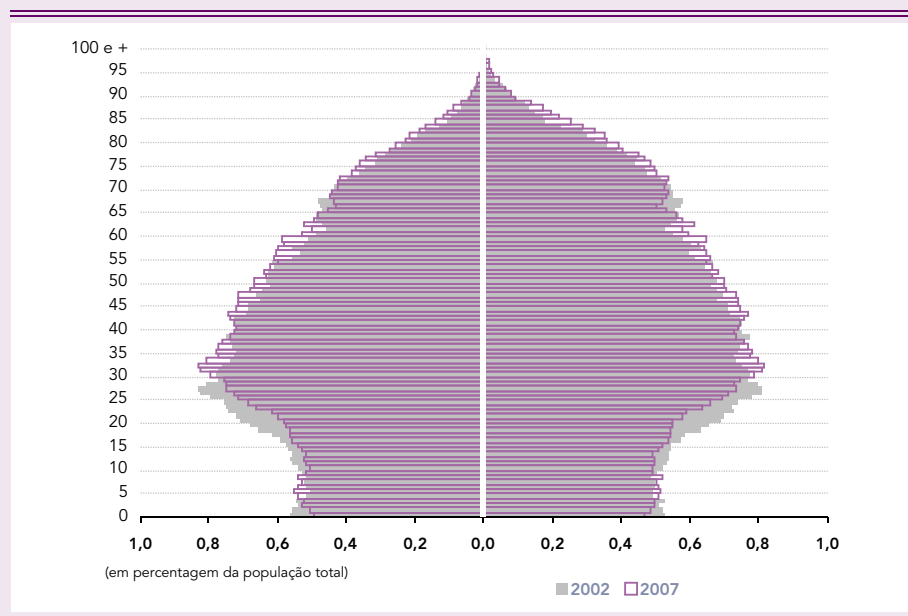
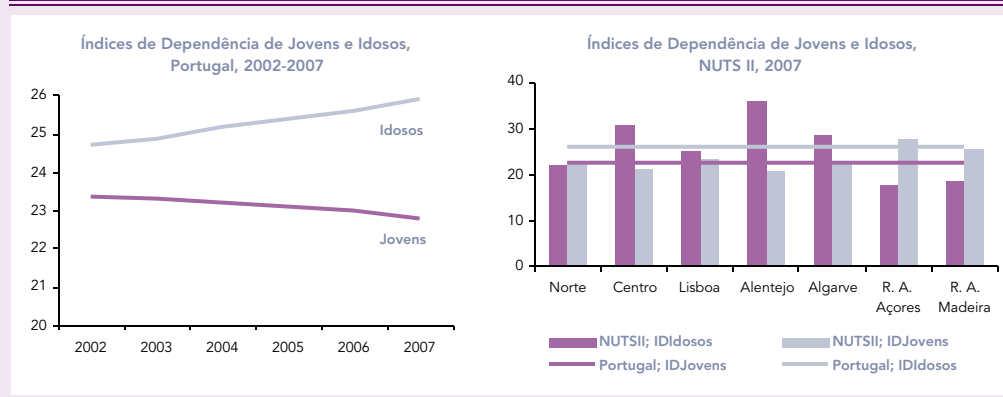


Figura 2.6
Índices de Dependência, Portugal e NUTS II, 2002 e 2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Índice de Dependência Total								
2002	48,1	45,9	52,5	45,0	56,6	49,5	50,2	47,3
2003	48,3	45,8	52,5	45,7	56,7	50,0	49,1	46,7
2004	48,5	45,8	52,6	46,5	57,0	50,2	48,1	46,0
2005	48,6	45,6	52,5	47,2	57,0	50,7	47,2	45,6
2006	48,6	45,3	52,5	47,9	56,9	51,2	46,5	45,2
2007	48,7	45,1	52,4	48,7	56,9	51,7	45,8	44,8
Índice de Dependência de Jovens								
2002	23,4	24,9	22,4	22,0	21,1	21,7	31,0	27,5
2003	23,3	24,6	22,3	22,3	21,1	22,0	30,3	27,2
2004	23,2	24,3	22,1	22,6	21,1	22,1	29,6	26,8
2005	23,1	23,9	21,9	22,9	21,1	22,4	28,9	26,4
2006	23,0	23,4	21,7	23,2	20,9	22,7	28,3	26,2
2007	22,8	23,0	21,4	23,5	20,9	23,1	27,7	25,9
Índice de Dependência de Idosos								
2002	24,7	21,0	30,0	23,0	35,5	27,8	19,2	19,7
2003	24,9	21,2	30,3	23,4	35,6	28,0	18,8	19,4
2004	25,2	21,5	30,5	23,9	35,9	28,1	18,5	19,3
2005	25,4	21,7	30,7	24,3	35,9	28,3	18,3	19,1
2006	25,6	21,9	30,8	24,7	35,9	28,4	18,2	19,1
2007	25,9	22,1	31,0	25,2	36,0	28,6	18,1	18,9



O índice de dependência total, ou seja, o número de jovens (indivíduos dos 0-14 anos) e de idosos (com 65 ou mais anos) em cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos), aumentou de cerca de 48 desde 2002 para cerca de 49 em 2007. Este valor é o resultado de duas

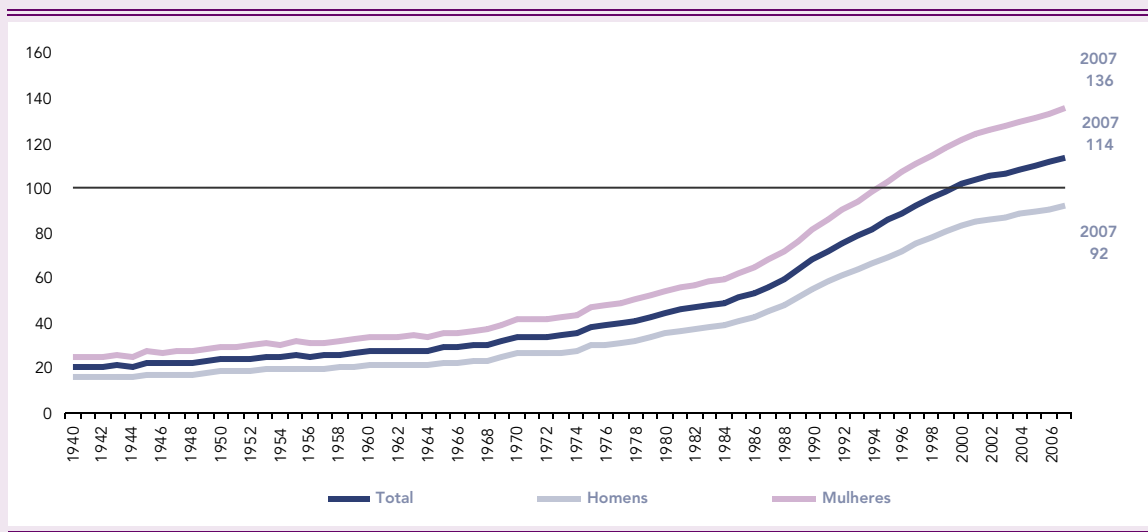
evoluções opostas: uma redução, ainda que ligeira, do índice de dependência de jovens, de 23,4 para 22,8, em simultâneo com o aumento do índice de dependência de idosos, de 24,7 para 25,9.

Em 2007, nas regiões do Alentejo e Centro observaram-se índices de dependência de jovens inferiores à média nacional. Relativamente ao índice de dependência de idosos, as regiões que assumem valores abaixo da média do país são as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, o Norte e Lisboa.

O índice de envelhecimento é caracterizador da evolução demográfica recente, tendo aumentado de 20 indivíduos com 65 ou mais anos de idade por cada 100 jovens com menos de 15 anos de idade, em 1940, para 114, em 2007. O fenómeno do envelhecimento populacional é mais acentuado nas mulheres, reflectindo a sua maior longevidade.

Figura 2.7

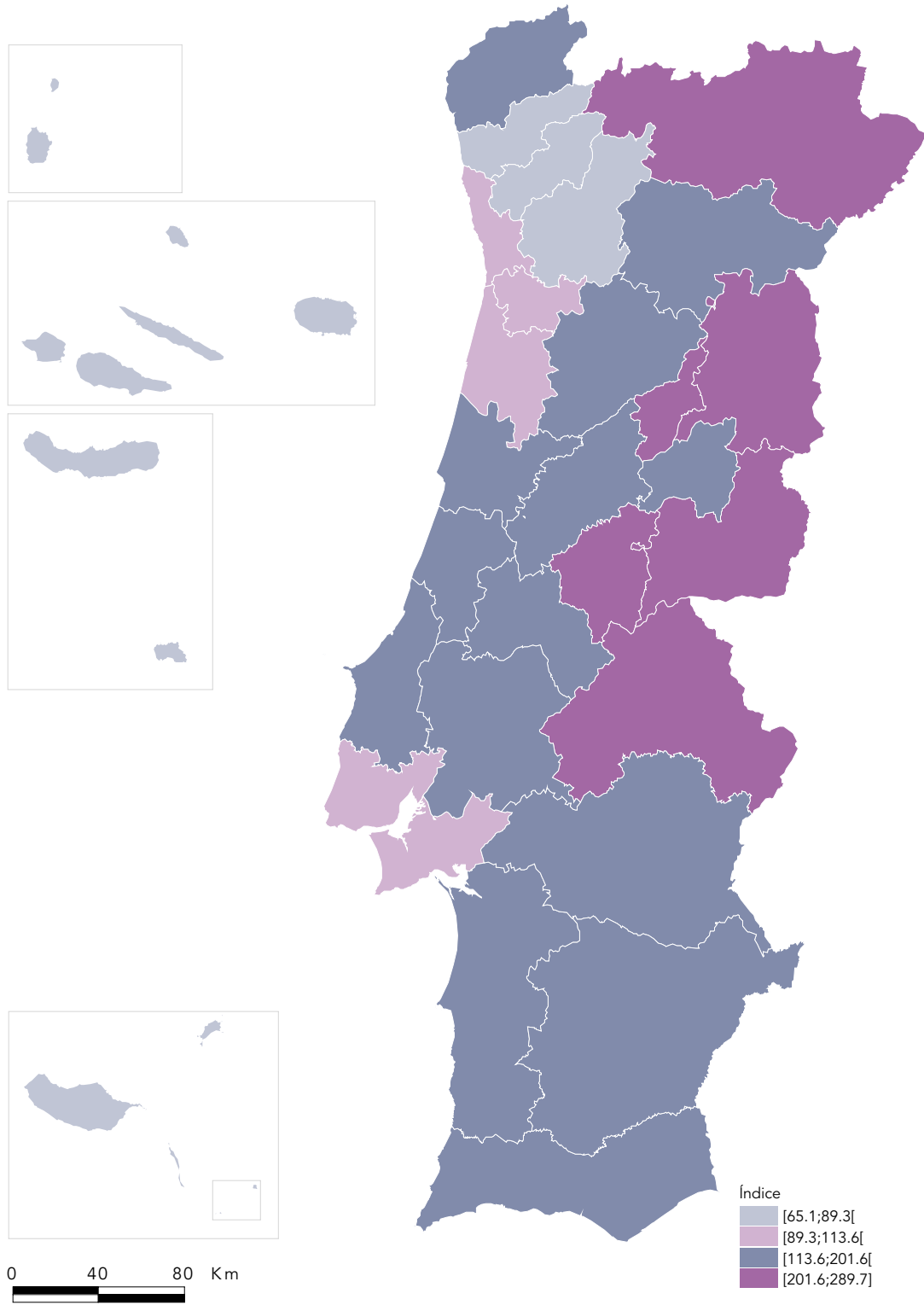
Índice de Envelhecimento por sexo, Portugal, 1940 - 2007



Em 2007, as regiões do Alentejo, Centro e Algarve apresentavam um índice de envelhecimento superior ao de Portugal. Em oposição, as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumiam valores inferiores. As NUTS III que apresentaram o índice de envelhecimento mais elevado em 2007 foram o Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul. Tâmega, Cávado e Região Autónoma dos Açores eram as que detinham os índices mais baixos.

Por outro lado, se, em 2002, por cada 100 indivíduos potencialmente a sair do mercado de trabalho (entre os 55 e os 64 anos de idade) havia cerca de 141 do grupo etário que potencialmente estava a entrar (entre os 20 e os 29 anos de idade), esta relação, conhecida como índice de renovação da população em idade activa, diminuiu para 115 em 2007, apesar do contributo das populações imigrantes, habitualmente com uma estrutura etária mais jovem do que o total da população residente.

Figura 2.8
Índice de Envelhecimento, NUTS III, 2007



Evolução da população até 2050

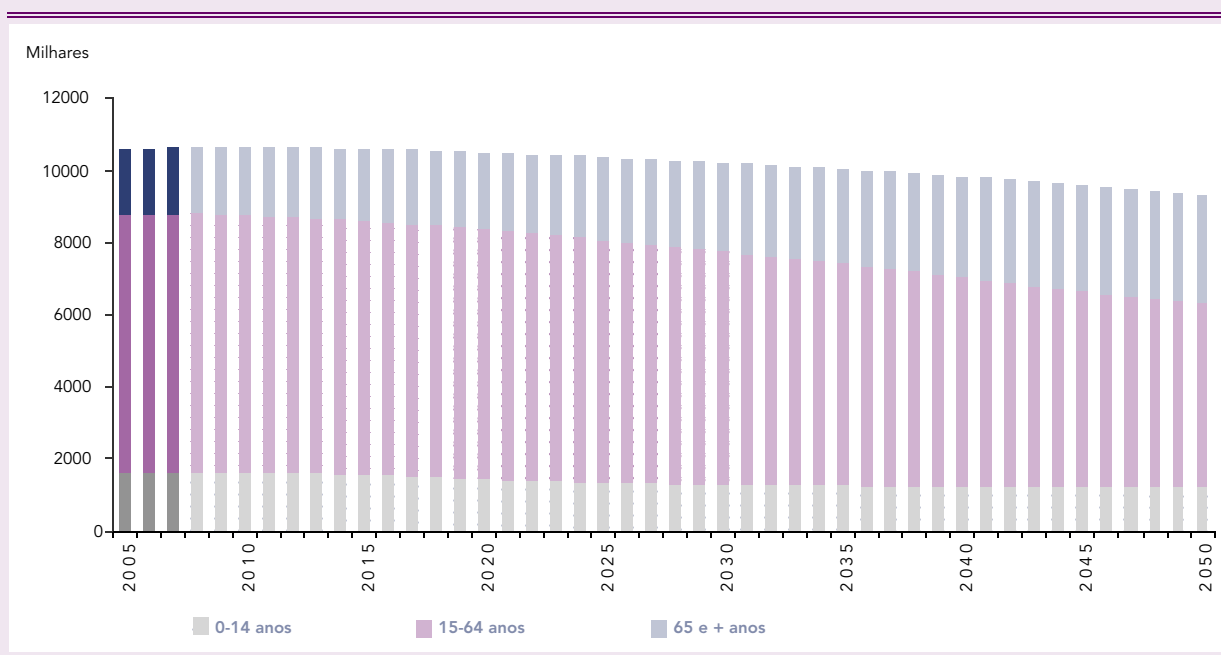
De acordo com os resultados das últimas projecções de população residente⁵, Portugal poderá esperar um aumento dos efectivos populacionais até 2010, para cerca de **10 626** milhares, invertendo-se a tendência de crescimento a partir desse ano, e decrescendo até aos **9 302** milhares de indivíduos em 2050.

É sobretudo a faixa etária da população em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade) que mais contribui para este declínio, uma vez que o volume da população dos 0 aos 14 anos apresenta uma tendência de decréscimo menos acentuada e o da população idosa, com 65 ou mais anos de idade, pelo contrário, apresenta uma tendência de crescimento.

Figura 2.9

População residente por grandes grupos etários (em milhares), Portugal, 2005-2050*

* 2005 a 2007 – estimativas; 2008:2050 – projecções



Mantendo a tendência observada nas últimas décadas, a população continuará a envelhecer. A proporção de jovens dos 0 aos 14 anos de idade poderá vir a decrescer até cerca de **13%** do total de efectivos, face aos **15,3%** em 2007, em oposição ao que se poderá verificar relativamente à percentagem de idosos, que continuará a aumentar até aos **32%**, valor que quase duplica face aos **17,4%** observados em 2007. A conjugação de ambas as tendências explica o aumento do índice de envelhecimento, que poderá atingir, neste cenário, os **243** idosos por cada 100 jovens, valor em muito superior aos **114** observados em 2007.

Relativamente à população em idade activa (entre os 15 e os 64 anos de idade), a sua proporção poderá vir a decrescer para aproximadamente **55%** em 2050, comparativamente com os **67,2%** observados em 2007.

O aumento da proporção da população idosa, conjuntamente com o decréscimo da população em idade activa, origina um agravamento do índice de dependência de idosos. Assim, em 2007, estimou-se que por cada 100 indivíduos em idade activa residiam em Portugal cerca de **26** idosos, com 65 ou mais anos de idade. Em 2025 o valor poderá ascender a **34** e em 2050 a **58** idosos por cada 100 indivíduos em idade activa.

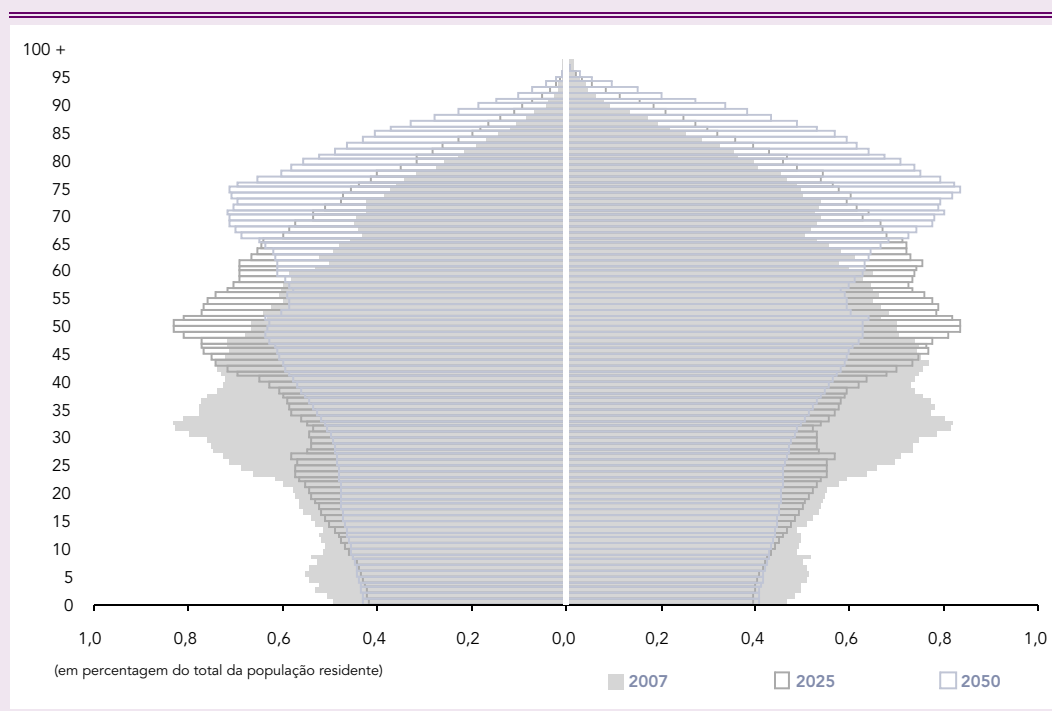
⁵ Resultados do cenário base, o mais plausível face à informação demográfica disponível à data de execução das projecções (2003). Informação mais pormenorizada sobre este assunto pode ser acedida através do site do INE em <http://www.ine.pt/>. As projecções de população residente serão revistas em 2008.

Contribuindo para a tendência de envelhecimento encontram-se os níveis de fecundidade, abaixo do limiar de substituição de gerações, um contínuo aumento da esperança média de vida à nascença, e um saldo migratório positivo mas moderado, adoptados no cálculo destas projecções.

O efeito conjugado de níveis de fecundidade reduzidos, do contínuo aumento da esperança de vida e de saldos migratórios moderados, ao longo do período em projecção, reflecte-se no envelhecimento da população, perceptível no contínuo aumento do volume populacional nas idades mais elevadas, que se acentua entre 2025 e 2050, por oposição ao estreitamento na base da pirâmide, que reporta o volume populacional da população mais jovem.

Figura 2.10
Pirâmide etária, Portugal, 2007^e, 2025^p e 2050^p

e - estimativas; p - projecções



capitulo

Natalidade

3

Evolução desde 1900

Figura 3.1 - Nados vivos (em milhares), Portugal, 1900-2007

Figura 3.2 - Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes), Portugal, 1900-2007

Análise regional

Figura 3.3 - Nados vivos e taxas brutas de natalidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 3.4 - Taxas brutas de natalidade (por mil habitantes), NUTS III, 2007

Indicadores de Fecundidade

Figura 3.5 - Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1960-2007

Figura 3.6 - Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 3.7 - Taxas de fecundidade específicas por grupo etário (em permilagem), Portugal, 2002-2007

Nados vivos segundo a nacionalidade dos pais

Figura 3.8 - Nados vivos segundo a nacionalidade dos pais, Portugal, 2002-2007

Ordem de nascimento

Figura 3.9 - Nados vivos segundo a ordem de nascimento (em percentagem), Portugal, 1980-2007

Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho

Figura 3.10 - Idades médias da mulher ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal, 1960-2007

Figura 3.11 - Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Nados vivos por meses de nascimento

Figura 3.12 - Nados vivos por meses de nascimento, Portugal, 2007

Nados vivos segundo a filiação

Figura 3.13 - Nados vivos segundo a filiação, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Nados vivos de partos gemelares

Figura 3.14 - Nados vivos de partos gemelares, por grupo etário das mães, Portugal, 2002-2007

Nados vivos prematuros e de baixo peso

Figura 3.15 - Nados vivos de baixo peso e prematuros, Portugal, 2002-2007

NATALIDADE

Em 2007, registaram-se em Portugal **102 492** nados vivos, filhos de mães residentes em Portugal, número inferior ao observado em 2006 (**105 449**). Daqueles, **52 683** eram do sexo masculino e **49 809** do sexo feminino, o que se traduz numa relação de masculinidade à nascença de cerca de **106**, ou seja, por cada 100 crianças do sexo feminino nasceram cerca de **106** do sexo masculino.

Evolução desde 1900

Nas duas primeiras décadas do século XX, excluindo os valores observados em 1911 e 1912, o número de nados vivos oscilou entre **165,2** milhares em 1900 e **195,2** milhares em 1915. Com a introdução em Portugal da obrigatoriedade do registo civil em 1911, deve considerar-se a possibilidade do “pico” observado em 1911, e ainda em 1912, estar inflacionado pela ocorrência de duplos registos. Ao declínio dos valores observado nos anos de 1916 a 1919 poderá associar-se a influência da Primeira Guerra Mundial. De 1921 e até meados da década de sessenta, os valores rondaram os **200**

milhares, com excepção dos anos coincidentes com os da Segunda Guerra Mundial, fenómeno que poderá ter tido influência nos valores inferiores que se registaram neste período. Desde o início da década de sessenta e até meados da década de noventa, o número de nados vivos apresentou uma tendência geral de decréscimo, contrariada apenas nos anos de 1975 a 1977, facto provavelmente aliado ao retorno de população das ex-colónias. No período de 1960 a 1995, o valor mais elevado registou-se em 1962 (**220,2** milhares de nados vivos) e o valor mais reduzido em 1995 (**107,1** milhares de nados vivos), ano a partir do qual se regista uma recuperação até 2000 (**120,0** milhares de nados vivos). O número de nados vivos volta então a decrescer até 2007 (**102,5** milhares de nados vivos), atingindo o valor mais reduzido desde 1900.

A taxa bruta de natalidade, ao relacionar o número de nados vivos com a população média do ano de observação, permite de forma simples avaliar o comportamento da natalidade, tendo por referência o volume populacional. Neste contexto, é possível observar a tendência de descida contínua da natalidade, desde o início do século XX.

Figura 3.1
Nados vivos (em milhares), Portugal, 1900-2007

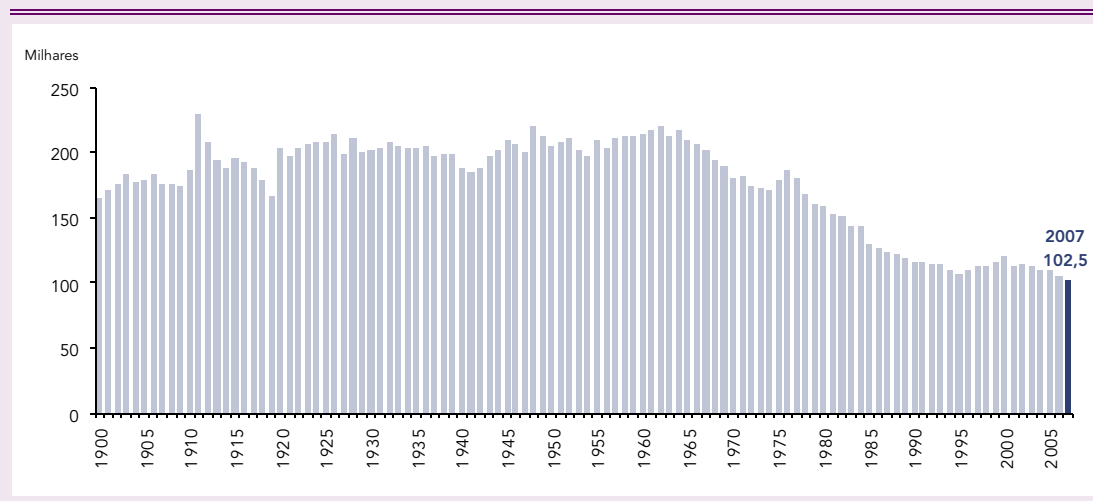
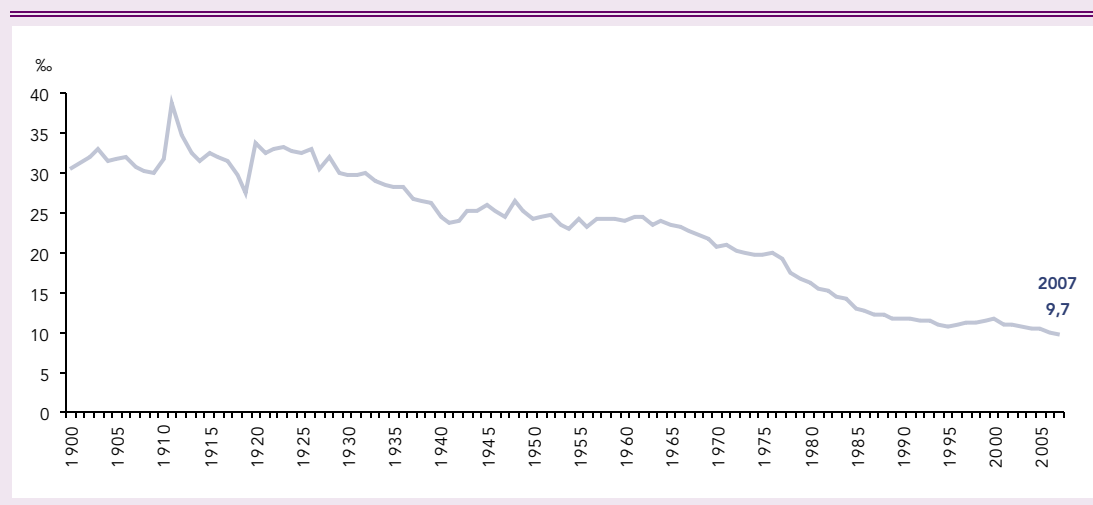


Figura 3.2

Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes), Portugal, 1900-2007



Nos primeiros trinta anos deste período os valores da taxa bruta de natalidade oscilaram em valores próximos dos 30 nados vivos por cada mil habitantes⁶. A tendência de declínio observou-se a partir de então, atingindo esta taxa valores que rondavam os 20 nados vivos por mil habitantes no início da década de 70, acentuando-se no final do século, apesar de uma ligeira recuperação no período de 1995 a 2000.

Entre 2002 e 2007 registou-se uma descida da taxa de natalidade de 11,0 para 9,7 nados vivos por mil habitantes.

Análise regional

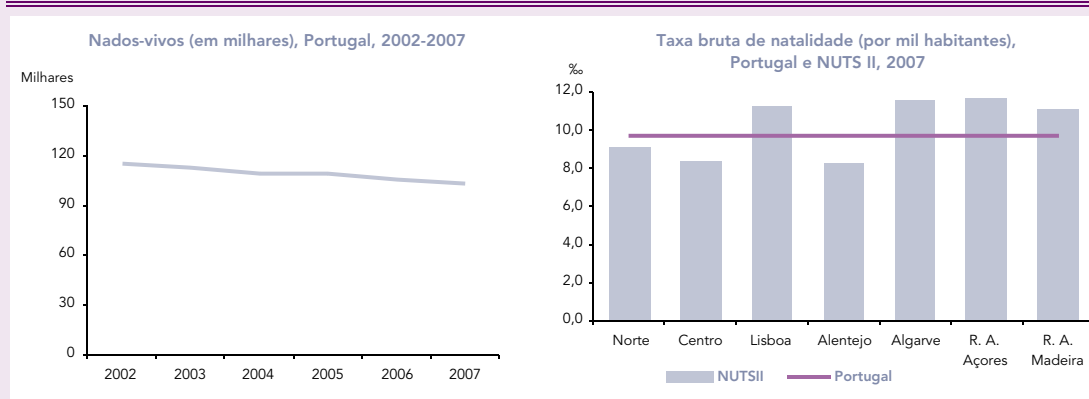
A nível regional, a taxa bruta de natalidade apresentou entre 2002 e 2007 uma tendência generalizada de decréscimo, com exceção da região do Algarve, onde se verificou um aumento de 11,4% para 11,5%. A Região Autónoma dos Açores, Algarve, Lisboa e Região Autónoma da Madeira apresentaram valores acima da média nacional ao longo deste período de análise, observando-se os valores mais reduzidos no Alentejo e no Centro. Desde 2003 que a região Norte deixou de registar valores acima da média nacional. A Região Autónoma da Madeira que, até 2006, se mantinha como uma das regiões com a taxa bruta de natalidade mais elevada, situou-se em 2007 abaixo dos valores para o Algarve e Lisboa, contrariamente ao observado entre 2002 e 2006.

⁶ Em 1911 e 1912 os valores são mais elevados, mas a sua leitura não deve esquecer a influência de prováveis registos duplicados.

Figura 3.3

Nados vivos e taxas brutas de natalidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

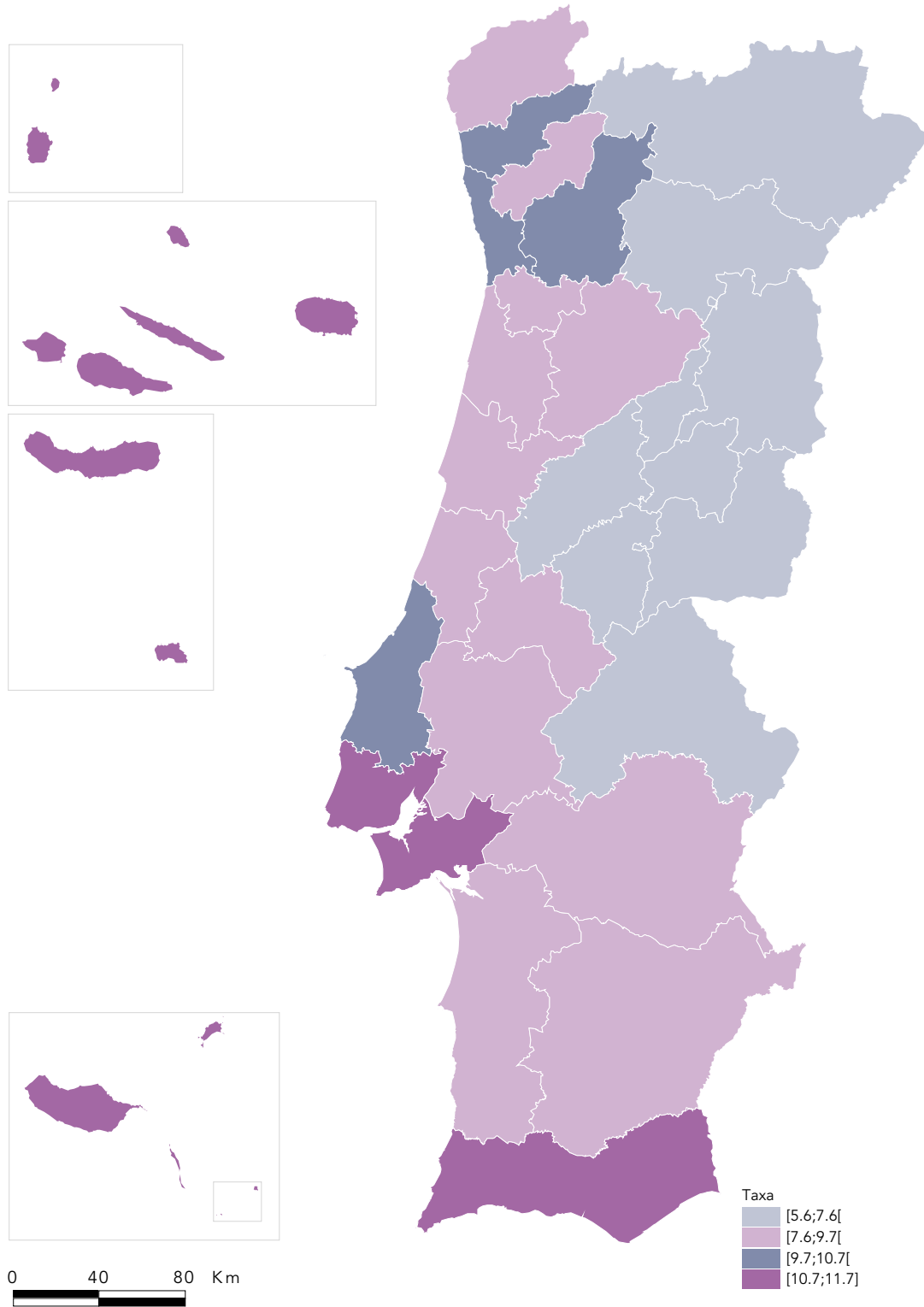
	Portugal*	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de nados vivos								
2002	114 383	41 667	22 765	32 277	6 998	4 485	3 064	3 117
2003	112 515	39 903	22 361	32 383	6 936	4 649	3 100	3 181
2004	109 298	37 999	21 854	31 614	7 070	4 772	3 007	2 978
2005	109 399	37 306	21 710	32 542	6 912	4 950	3 019	2 957
2006	105 449	35 904	20 805	31 717	6 464	4 823	2 808	2 924
2007	102 492	34 094	19 973	31 690	6 276	4 892	2 847	2 718
Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)								
2002	11,0	11,3	9,7	12,0	9,1	11,4	12,9	12,9
2003	10,8	10,8	9,5	11,9	9,0	11,6	12,9	13,1
2004	10,4	10,2	9,2	11,5	9,2	11,7	12,5	12,2
2005	10,4	10,0	9,1	11,7	9,0	12,0	12,5	12,1
2006	10,0	9,6	8,7	11,4	8,4	11,5	11,6	11,9
2007	9,7	9,1	8,4	11,3	8,2	11,5	11,7	11,0



* O valor de nados vivos cujas mães residiam em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

A nível de NUTS III, em 2007, os valores mais elevados da taxa de natalidade registaram-se na Região Autónoma dos Açores, na Península de Setúbal e no Algarve. Em oposição, os valores mais reduzidos observaram-se na Serra da Estrela, Alto Trás-os-Montes e Pinhal Interior Sul.

Figura 3.4
Taxas brutas de natalidade (por mil habitantes), NUTS III, 2007



Indicadores de Fecundidade

A evolução do número de nascimentos pode ser afectada pela dimensão e pela composição da população feminina em idade fértil, revelando-se pertinente a análise do índice sintético de fecundidade, indicador conjuntural que traduz o número médio de crianças nascidas vivas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade).

Ao longo dos últimos anos tem-se mantido uma tendência de decréscimo da fecundidade.

Na década de sessenta do século XX, cada mulher tinha em média cerca de 3 crianças, valor que tem diminuído desde então, verificando-se desde o início da década de oitenta valores inferiores a 2,1 crianças por mulher, considerado como o nível de substituição de gerações. Em meados da década de noventa, este indicador reduziu-se até 1,41 crianças por mulher. Assistiu-se posteriormente a uma ligeira recuperação até 2000 (1,56 crianças por mulher), ano a partir do qual volta a diminuir, atingindo o valor de 1,33 crianças em 2007, o valor mais baixo observado em Portugal.

Em 2007, à semelhança do que se tem verificado nos últimos anos, pertenceram às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, Lisboa e Algarve os valores do índice sintético de fecundidade acima da média nacional.

Mantendo a tendência que já se verifica há alguns anos, observou-se entre 2002 e 2007 um decréscimo das taxas de fecundidade nos grupos etários abaixo dos 30 anos, por oposição a um aumento em grupos etários mais elevados, o que, em simultâneo com o declínio da fecundidade, indicia um adiamento da idade à maternidade. Em 2007, a taxa de fecundidade específica mais elevada verificou-se no grupo etário dos 30-34 anos de idade, superando novamente a taxa observada no grupo etário dos 25-29 anos.

A taxa de fecundidade nas adolescentes (dos 15 aos 19 anos de idade), apesar de influenciada pelo comportamento geral da fecundidade, revelou uma tendência de decréscimo, atingindo os 16,9‰ em 2007.

Figura 3.5
Índice Sintético de Fecundidade, Portugal, 1960-2007

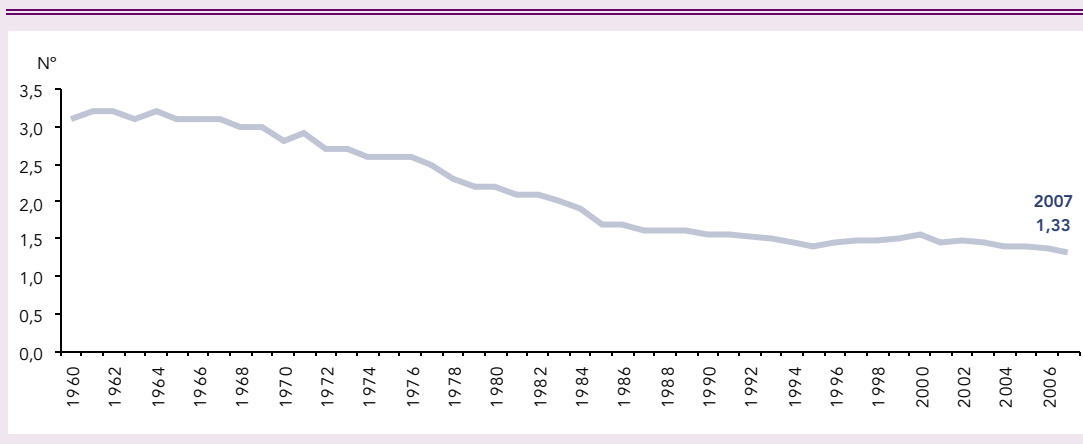


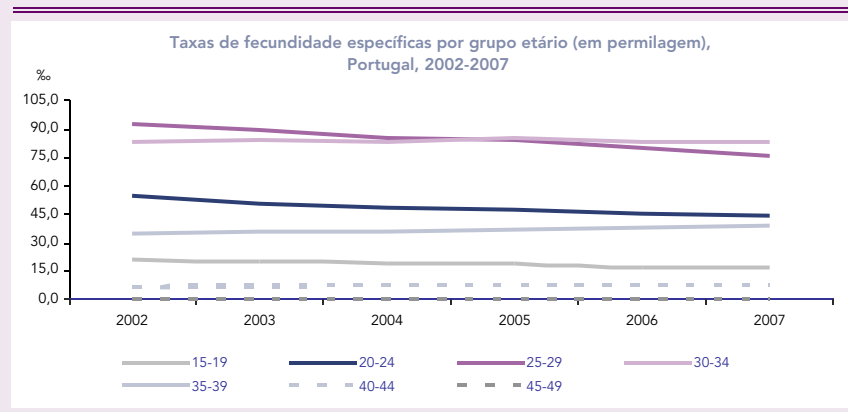
Figura 3.6
Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Índice sintético de fecundidade								
2002	1,47	1,44	1,38	1,57	1,40	1,62	1,65	1,56
2003	1,44	1,38	1,34	1,57	1,38	1,66	1,65	1,59
2004	1,40	1,32	1,31	1,53	1,41	1,69	1,60	1,48
2005	1,41	1,30	1,30	1,58	1,38	1,75	1,59	1,47
2006	1,36	1,26	1,24	1,55	1,30	1,70	1,48	1,46
2007	1,33	1,21	1,20	1,57	1,27	1,74	1,49	1,36

Figura 3.7

Taxas de fecundidade específicas por grupo etário (em permilagem), Portugal, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxas de fecundidade por grupo etário das mulheres (em permilagem)						
15-19	21,3	20,1	19,6	19,0	17,0	16,9
20-24	54,6	51,2	48,2	47,6	45,5	44,1
25-29	93,1	89,7	85,3	84,3	79,6	76,1
30-34	83,4	84,6	83,6	85,3	83,8	82,8
35-39	35,1	35,7	36,1	37,6	38,4	39,4
40-44	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7	7,4
45-49	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,3



Nados vivos segunda a nacionalidade dos pais

Em resultado dos fluxos imigratórios verificados nos últimos anos, verifica-se um contributo crescente do número de nados vivos de progenitores de nacionalidade estrangeira.

Relativamente ao total de nados vivos de mães residentes em Portugal, verificou-se que, entre 2002 e 2007, a proporção de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira aumentou de 6,7% para 9,6%. Relativamente à percentagem de nados vivos em que um dos pais (pai ou mãe) era de nacionalidade estrangeira, esta aumentou de 8,8% para 11,8% no mesmo período.

Figura 3.8

Nados vivos segundo a nacionalidade dos pais, Portugal, 2002-2007

	Total Nados vivos	Nacionalidade mãe	Nacionalidade do pai			%		
			Estrangeira	Portuguesa	ignorada	Estrangeira	Portuguesa	ignorada
2002	114 383	Estrangeira	5 088	2 274	327	4,4	2,0	0,3
		Portuguesa	2 328	102 623	1 732	2,0	89,7	1,5
		ignorada	-	1	10	-	0,0	0,0
2003	112 515	Estrangeira	5 229	2 457	343	4,6	2,2	0,3
		Portuguesa	2 354	100 395	1 735	2,1	89,2	1,5
		ignorada	-	-	2	-	-	0,0
2004	109 298	Estrangeira	5 444	2 641	351	5,0	2,4	0,3
		Portuguesa	2 406	96 816	1 629	2,2	88,6	1,5
		ignorada	-	5	6	-	0,0	0,0
2005	109 399	Estrangeira	5 945	2 800	345	5,4	2,6	0,3
		Portuguesa	2 558	96 202	1 544	2,3	87,9	1,4
		ignorada	-	2	3	-	0,0	0,0
2006	105 449	Estrangeira	6 365	2 859	318	6,0	2,7	0,3
		Portuguesa	2 303	92 271	1 329	2,2	87,5	1,3
		ignorada	-	-	4	-	-	0,0
2007	102 492	Estrangeira	6 676	2 881	330	6,5	2,8	0,3
		Portuguesa	2 183	89 123	1 297	2,1	87,0	1,3
		ignorada	-	-	2	-	-	0,0

Ordem de nascimento

Desde finais da década de oitenta do século XX que o número de primeiros filhos passou a ser superior a metade do total de nados vivos, verificando-se simultaneamente uma progressiva redução da proporção de nados vivos de terceira ordem ou superior. Em 2007, a proporção de primeiros filhos no total de nados vivos de mães residentes em Portugal foi de **53,4%**, situando-se a percentagem de segundos filhos em **35,0%** e a de nados vivos de terceira ordem ou superior em **11,5%**.

Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho

Nas últimas décadas Portugal assistiu também ao adiamento da idade média das mulheres à maternidade.

Entre 1960 e 2007, verificou-se um aumento da idade média da mulher à maternidade, sendo possível assinalar dois momentos distintos nesta evolução. Na primeira fase, correspondente às décadas de sessenta e setenta, a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho apresentou uma tendência de declínio, observando-se o valor mais reduzido já no início da década de oitenta (**23,5** anos em 1982), seguindo-se uma fase de acréscimo, atingindo os **28,2** anos de idade em 2007. A idade média ao nascimento de um filho apresentou comportamento idêntico, rondando em 2007 os **30** anos.

Figura 3.9
Nados vivos segundo a ordem de nascimento (em percentagem), Portugal, 1980-2007

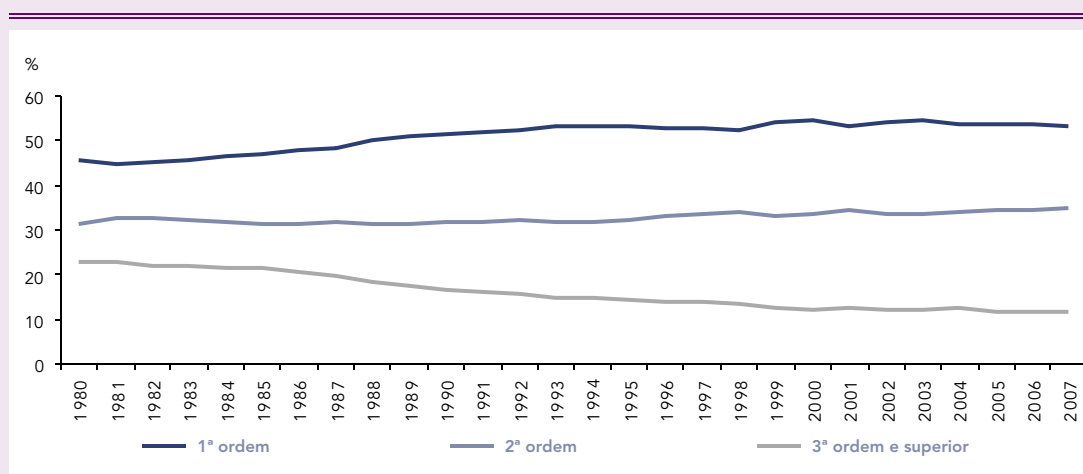
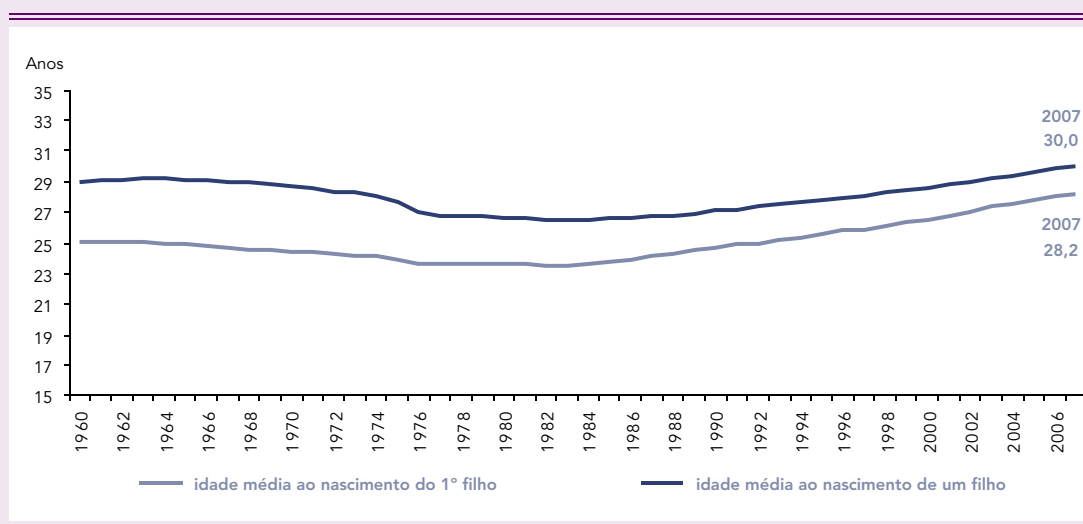


Figura 3.10
Idades médias da mulher ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal, 1960-2007



A nível regional, em 2007, apenas a região de Lisboa apresentava uma idade média ao nascimento do primeiro filho acima do valor nacional. No que se reporta à idade média ao nascimento de um filho, observaram-se valores acima da média nacional nas regiões Centro e Lisboa.

Nados vivos por meses de nascimento

Em 2007, os meses de Julho a Outubro e Maio registaram o maior número de nados vivos, ultrapassando o valor médio mensal (8 541), destacando-se particularmente Setembro (9 473).

Figura 3.11
Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho								
2002	27,0	26,7	27,0	27,8	26,5	27,0	24,8	26,6
2003	27,4	27,1	27,3	28,1	26,9	27,0	24,9	27,1
2004	27,5	27,3	27,6	28,2	27,1	27,2	25,3	27,2
2005	27,8	27,6	27,8	28,4	27,3	27,6	25,4	27,4
2006	28,1	27,8	28,1	28,6	27,7	27,8	25,7	27,7
2007	28,2	28,0	28,0	28,8	27,9	27,7	25,9	27,9
Idade média da mulher ao nascimento de um filho								
2002	29,0	28,9	29,0	29,4	28,6	28,8	27,6	28,8
2003	29,2	29,1	29,2	29,7	28,8	29,0	27,7	29,3
2004	29,4	29,3	29,5	29,9	29,1	29,1	27,9	29,3
2005	29,6	29,5	29,7	30,0	29,2	29,4	27,9	29,3
2006	29,9	29,7	30,0	30,2	29,5	29,6	28,2	29,9
2007	30,0	29,9	30,2	30,4	29,6	29,6	28,1	29,7

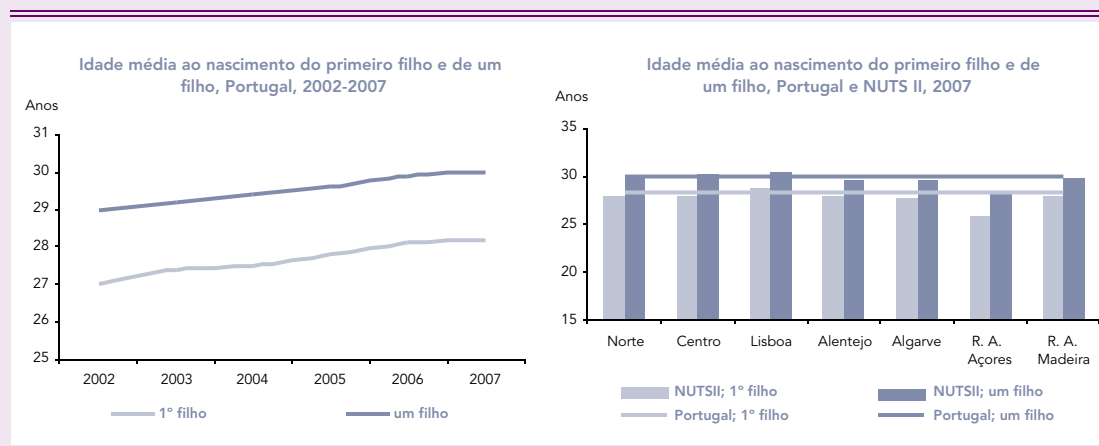
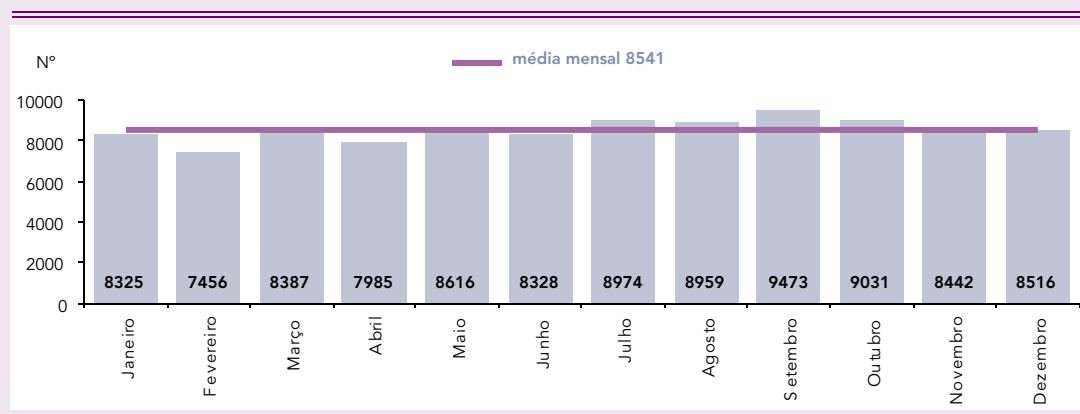


Figura 3.12
Nados vivos por meses de nascimento, Portugal, 2007



Contudo, para uma análise diferencial da natalidade segundo os meses, torna-se mais relevante procurar identificar a atracção e repulsão por determinado mês de concepção, em detrimento do mês de nascimento. Assim, relativamente aos nados vivos de 2007 e tendo por base uma duração média de gestação de 9 meses, terá sido no mês de Dezembro de 2006 que se verificou o maior número de concepções.

Nados vivos segundo a filiação

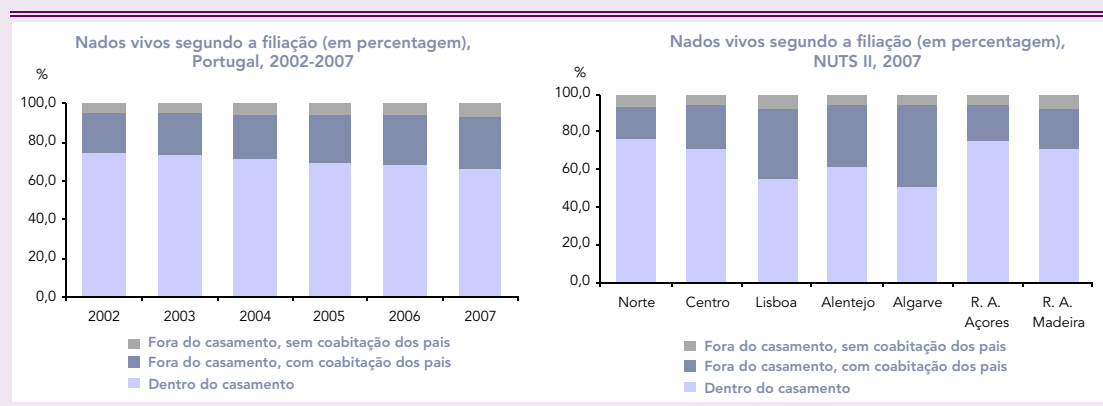
O número de nados vivos registados fora do casamento tem vindo progressivamente a aumentar. Entre 2002 e 2007, a sua proporção no total de nados vivos aumentou de 25,5% para 33,6%, tendência que se verificou em todas as NUTS II. Em 2007, as regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve registavam percentagens de nados vivos fora do casamento superiores à observada para Portugal.

Contudo, deverá ter-se presente que a percentagem de nados vivos fora do casamento e sem coabitação dos pais, embora tenha também vindo a aumentar, apresentou valores mais moderados. Em 2002, a sua proporção face ao total de nados vivos era de 5,1%, valor que ascendeu a 6,6% em 2007, tendência de acréscimo que se verificou em todas as regiões neste período. Assim, será sobretudo o aumento da proporção de nados vivos ocorridos fora do casamento mas cujos progenitores viviam em coabitação que tem contribuído para o acréscimo da percentagem de nados vivos fora do casamento. De facto, entre 2002 e 2007, a proporção de nados vivos ocorridos fora do casamento mas cujos progenitores viviam em coabitação relativamente ao total de nados vivos aumentou de 20,4% para 27,0%, o que poderá estar relacionado com a adopção de outras formas de conjugalidade para além do casamento legal.

Figura 3.13

Nados vivos segundo a filiação (em percentagem), Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Percentagem de nados vivos dentro do casamento								
2002	74,5	83,8	78,9	62,0	69,0	57,6	83,1	77,3
2003	73,1	82,5	77,7	60,7	66,7	57,8	83,1	76,6
2004	70,9	80,5	75,8	58,6	65,3	54,2	79,6	74,8
2005	69,3	79,0	74,0	57,4	62,6	54,0	78,4	73,6
2006	68,4	78,1	73,3	57,1	62,4	51,3	77,4	70,4
2007	66,4	76,3	71,1	55,0	61,7	51,0	75,4	70,6
Percentagem de nados vivos fora do casamento com coabitação dos pais								
2002	20,4	11,9	17,0	31,1	26,9	37,7	12,4	15,8
2003	21,5	12,9	17,7	32,3	28,8	36,6	12,4	17,5
2004	23,2	14,2	19,5	33,9	30,1	40,2	14,9	18,5
2005	24,8	15,5	21,2	35,0	32,3	39,9	16,5	20,2
2006	25,3	16,0	21,6	35,1	32,0	43,4	17,3	22,6
2007	27,0	17,4	23,6	37,2	32,5	43,3	18,8	21,4
Percentagem de nados vivos fora do casamento sem coabitação dos pais								
2002	5,1	4,4	4,1	6,8	4,1	4,6	4,6	7,0
2003	5,3	4,6	4,6	7,0	4,5	5,6	4,5	5,9
2004	5,8	5,3	4,7	7,5	4,7	5,6	5,5	6,6
2005	6,0	5,5	4,8	7,6	5,1	6,1	5,1	6,2
2006	6,3	6,0	5,0	7,8	5,6	5,3	5,3	6,9
2007	6,6	6,4	5,4	7,8	5,8	5,7	5,9	7,9



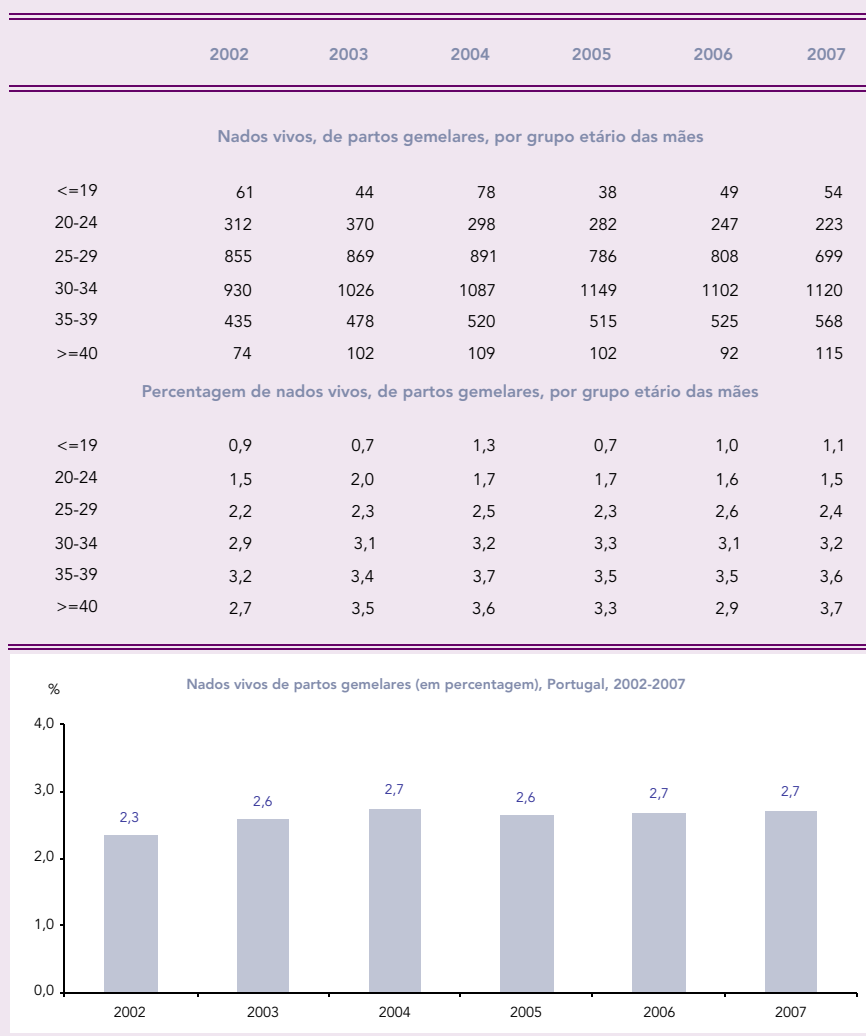
Nados vivos de partos gemelares

O número de nados vivos resultante de partos gemelares aumentou de 2,3% para 2,7% do total de nados vivos, entre 2002 e 2007. A proporção de nados vivos gemelares é mais evidente nas mães com idades mais elevadas. Assim, a proporção de nados vivos gemelares

de mães com menos de 30 anos de idade, face ao total de nados vivos de mães no mesmo grupo etário, ronda os 2% no período 2002-2007, enquanto a mesma relação nas mães com idades iguais ou superiores a 30 anos oscila entre os 2,9% em 2002, e os 3,4% em 2007.

Figura 3.14

Nados vivos de partos gemelares, por grupo etário das mães, Portugal, 2002-2007



Nados vivos prematuros e de baixo peso

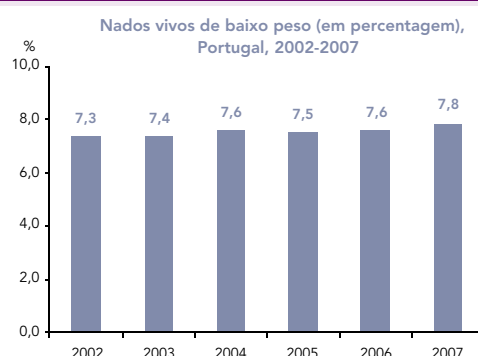
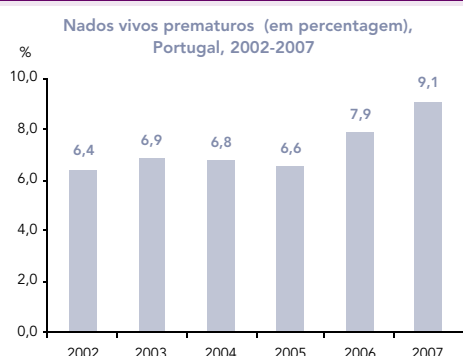
Entre 2002 e 2007, verificou-se um aumento da percentagem de nados vivos prematuros (com menos de 37 semanas de gestação), tendo aumentado de 6,4% em 2002 para 9,1% em 2007.

Tendência idêntica verificou-se com os nados vivos de baixo peso (peso inferior a 2 500 gramas), com um ligeiro acréscimo de 7,3% para 7,8% entre 2002 e 2007.

No período de 2002 a 2007, e de um modo geral, foi nas mães adolescentes (com idade inferior a 20 anos) e de idades mais elevadas (grupos etários acima dos 34 anos) que se registaram maiores incidências de nados vivos prematuros (relativamente ao total de nados vivos de mães no mesmo grupo etário). Do mesmo modo, observaram-se proporções mais elevadas de nados vivos de baixo peso entre as mães adolescentes e de idades mais elevadas.

Figura 3.15
Nados vivos de baixo peso e prematuros, Portugal, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nados vivos prematuros, por grupo etário das mães						
<=19	494	467	428	387	472	488
20-24	1 233	1 202	1 132	1 077	1 173	1 154
25-29	2 240	2 504	2 210	2 036	2 268	2 452
30-34	2 082	2 253	2 299	2 316	2 712	3 228
35-39	1 037	1 029	1 057	1 069	1 352	1 623
>=40	242	261	265	282	309	335
Nados vivos de baixo peso, por grupo etário das mães						
<=19	555	508	488	458	440	406
20-24	1 506	1 393	1 332	1 237	1 146	1 048
25-29	2 589	2 659	2 479	2 395	2 295	2 160
30-34	2 322	2 377	2 531	2 584	2 513	2 676
35-39	1 145	1 094	1 153	1 196	1 330	1 384
>=40	269	241	307	334	288	343
Percentagem de nados vivos prematuros, por grupo etário das mães						
<=19	7,3	7,6	7,4	7,0	9,6	10,1
20-24	6,0	6,3	6,5	6,4	7,6	8,0
25-29	5,9	6,8	6,3	6,0	7,2	8,3
30-34	6,4	6,7	6,8	6,6	7,7	9,2
35-39	7,5	7,3	7,5	7,2	8,9	10,4
>=40	8,8	9,0	8,6	9,1	9,6	10,9
Percentagem de nados vivos de baixo peso, por grupo etário das mães						
<=19	8,2	8,3	8,4	8,3	9,0	8,4
20-24	7,3	7,3	7,6	7,4	7,4	7,3
25-29	6,8	7,2	7,1	7,0	7,3	7,3
30-34	7,2	7,1	7,5	7,4	7,2	7,7
35-39	8,3	7,8	8,1	8,1	8,8	8,8
>=40	9,8	8,3	10,0	10,7	8,9	11,1



capitulo

4

Mortalidade

Capítulo 4 – Mortalidade

Índice de Figuras

Evolução desde 1900

Figura 4.1 - Óbitos, Portugal, 1900-2007

Figura 4.2 - Taxa bruta de mortalidade, Portugal, 1900-2007

Figura 4.3 - Óbitos de menos de 1 ano, Portugal, 1913-2007

Figura 4.4 - Taxa de mortalidade infantil, Portugal, 1913-2007

Figura 4.5 - Esperança média de vida à nascença por sexo, Portugal, 1970-2006

Mortalidade por regiões

Figura 4.6 - Óbitos e taxas brutas de mortalidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 4.7 - Óbitos de menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 4.8 - Esperança média de vida à nascença e aos 65 anos, por sexo, Portugal e NUTS II, 2004-2006

Figura 4.9 - Esperança média de vida à nascença, NUTS III, 2004-2006

Mortalidade por idades e sexo

Figura 4.10 - Óbitos e taxas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2002-2007

Figura 4.11 - Taxa de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2002 e 2007

Figura 4.12 - Óbitos por grupos etários e sexo, Portugal, 2002-2007

Figura 4.13 - Rácio das taxas de mortalidade de homens e mulheres, por grupos de idades, Portugal, 2002 e 2007

Mortalidade por causas de morte

Figura 4.14 - Óbitos por causa de morte (Lista Sucinta Europeia de Causas de Morte), Portugal, 2000-2005

Figura 4.15 - Óbitos por causa de morte (Lista Sucinta Europeia de Causas de Morte) por idades e sexo, Portugal, 2005

Mortalidade por meses

Figura 4.16 - Óbitos por meses, Portugal, 2002-2007

Figura 4.17 - Índice mensal da mortalidade por grupos etários, Portugal, 2002-2007

MORTALIDADE

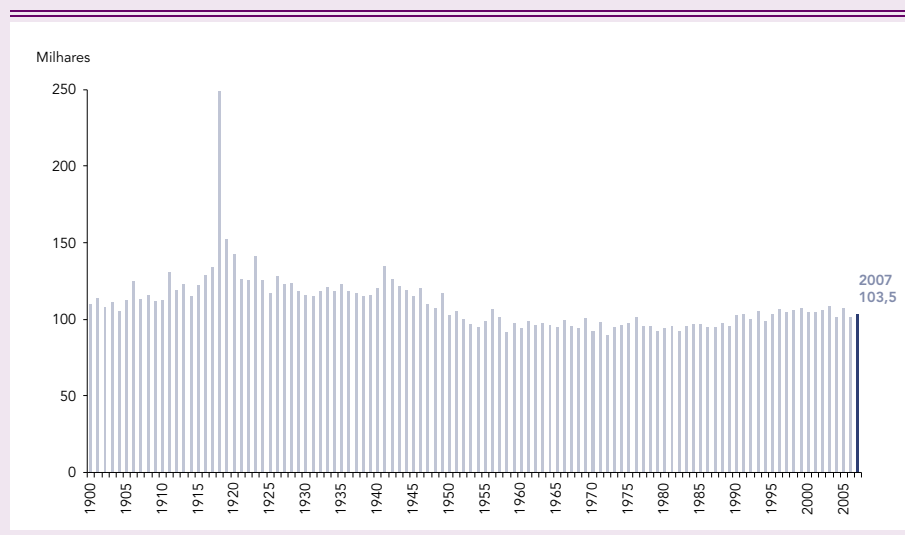
Em 2007, registaram-se **103 512** óbitos de indivíduos residentes em Portugal, mais **1 522 (1,5%)** do que em 2006. A maioria dos óbitos ocorreu entre os mais idosos, **61,4%** dos quais acima dos 75 anos de idade.

A mortalidade infantil que, neste ano, representou **0,3%** dos óbitos, foi de **3,4** óbitos por mil nados vivos, observando-se um ligeiro aumento face a 2006, ano em que a taxa de mortalidade infantil foi de **3,3%**. A esperança média de vida à nascença, em 2005 - 2007, foi de **78,84** anos. Homens e mulheres poderiam esperar viver em média até aos **75,18** anos e **81,57** anos, respectivamente, registando-se um ligeiro aumento face a 2004 - 2006 (**74,84** anos e **81,30** anos, respectivamente). A esperança de vida aos 65 anos, para 2005 - 2007, atingiu **17,99** anos para ambos os sexos. Caso as condições de mortalidade permaneçam estáveis e coincidentes com as observadas no período 2005 - 2007, os homens de 65 anos de idade poderão esperar viver em média mais **16,07** anos e as mulheres mais **19,48** anos.

Evolução desde 1900

A evolução do número de óbitos, ao longo do século XX, exceptuando a crise de mortalidade devida à epidemia de gripe pneumónica que atingiu o país em 1918, caracterizou-se por oscilações pouco significativas. Neste período, é de salientar o decréscimo do número de óbitos na década de quarenta até meados dos anos cinquenta e, embora menos evidente, a redução no número de óbitos após 1975, que se prolongou até ao início da década de oitenta. No final dos anos oitenta e durante a década de noventa, verificaram-se ligeiros acréscimos no número de óbitos, registando-se, em 1999, o valor mais elevado dos últimos 50 anos, **107 871** óbitos. Entre 2000 e 2007, observaram-se variações pouco significativas do número de óbitos, mantendo-se o padrão de comportamento do final do século passado.

Figura 4.1
Óbitos, Portugal, 1900-2007

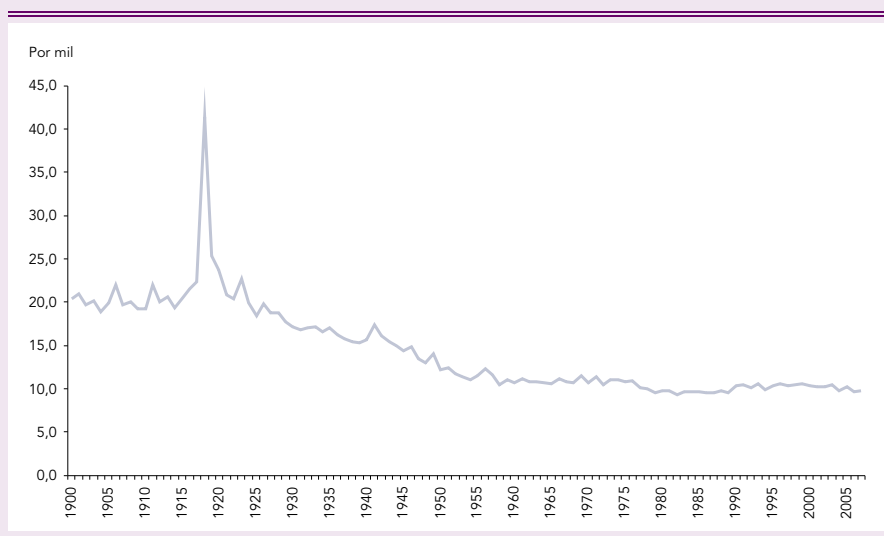


A evolução secular do número de óbitos, excepto, como referido, pelos anos em torno da epidemia de gripe, pode caracterizar-se por uma relativa estabilidade. Contudo, este padrão não reflecte as profundas alterações no modelo de mortalidade entre o início e o final do século XX: a redução do nível geral de

mortalidade, a importante redução da mortalidade infantil e o aumento da sobrevivência em idades avançadas.

Apesar de não isolar os efeitos da estrutura etária da população, a análise da taxa bruta de mortalidade permite aferir a existência de ganhos sobre a mortalidade.

Figura 4.2
Taxa bruta de mortalidade, Portugal, 1900-2007



No início do século XX, esta taxa atingia valores na ordem dos 20 óbitos por mil habitantes. Ao longo do tempo, excepto o período, já mencionado, da crise de mortalidade de 1918, em que a taxa bruta de mortalidade atingiu valores de 41,4%, é visível o declínio desta taxa que, na segunda metade do século, tende a estabilizar em torno dos 10 óbitos por mil habitantes.

O número de óbitos de crianças com menos de 1 ano, ou seja, a mortalidade infantil, excluindo o referido período da gripe pneumónica, decresceu significativamente ao longo de todo o século XX. Em 1913, registaram-se 30 947 óbitos com menos de 1 ano, o que perfazia 25% do total de óbitos. Em 2006 o número de óbitos durante o primeiro ano de vida foi de 349, o valor mais baixo

de sempre. Neste decréscimo distinguem-se, contudo, algumas etapas. Até ao início da década de quarenta verificaram-se taxas de mortalidade infantil acima de 130%, existindo uma certa estabilidade na evolução deste indicador. As décadas de cinquenta, sessenta e setenta são caracterizadas por um ritmo de declínio mais acentuado, em que os valores da taxa de mortalidade infantil variaram entre 88,7% e 26,0%. Nas décadas de oitenta e noventa, o ritmo de decréscimo atenuou-se, atingindo o valor de 5 óbitos por mil nados vivos em 1999. Nos primeiros anos do século XXI continuaram a registar-se progressos sobre a mortalidade no primeiro ano de vida, situando-se nos 3,3% em 2006. Em 2007, registaram-se 353 óbitos infantis, um acréscimo de 4 óbitos face ao ano anterior. A taxa de mortalidade infantil foi de 3,4 óbitos por mil nados vivos.

Figura 4.3
Óbitos de menos de 1 ano, Portugal, 1913-2007⁷

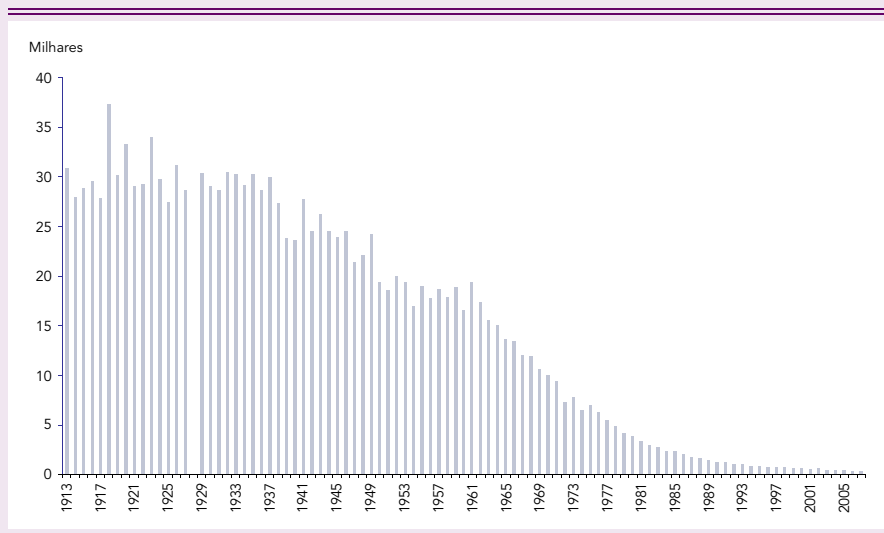
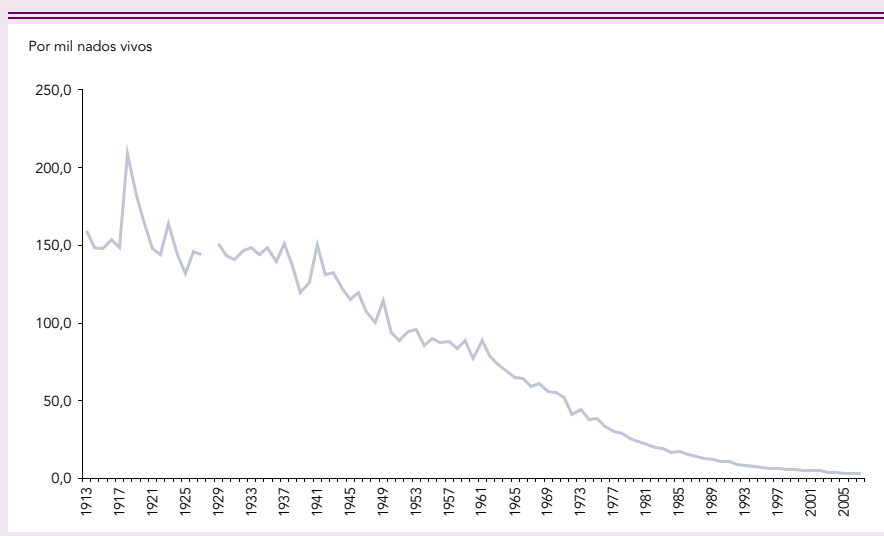


Figura 4.4
Taxa de mortalidade infantil, Portugal, 1913-2007⁷



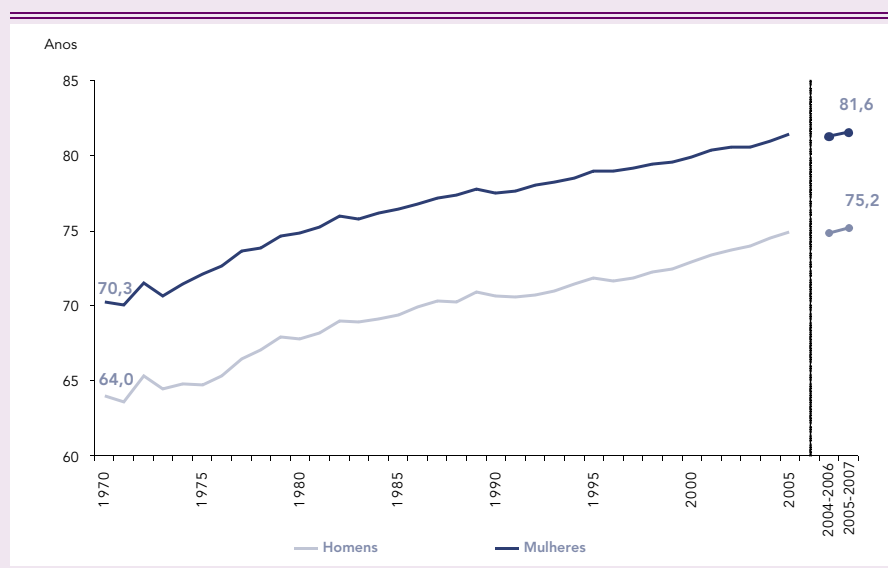
⁷ O Anuário Demográfico de 1928 omite os valores do respectivo ano.

Em menos de um século a esperança de vida à nascença da população portuguesa duplicou. Em 1920, a esperança média de vida era de 35,8 anos e 40,0 anos, respectivamente, para homens e mulheres. Em 2000, estes valores aumentaram para 72,9 anos para os homens e 79,9 para as mulheres.

Para o período 2005-2007⁸, a esperança média de vida à nascença foi estimada em 78,48 anos para ambos os sexos, sendo de 75,18 anos para homens e 81,57 para mulheres.

Os ganhos na esperança de vida à nascença são mais evidentes na primeira metade do século XX, dinamizados sobretudo pelo declínio acentuado da mortalidade nos primeiros anos de vida. Nas últimas décadas, verificou-se uma redução progressiva no ritmo de crescimento deste indicador, beneficiando, cada vez mais, de ganhos provenientes do aumento da sobrevivência em idades avançadas.

Figura 4.5
Esperança média de vida à nascença⁸ por sexo, Portugal, 1970-2007



⁸ Os valores da esperança média de vida à nascença para o período temporal 1970 – 2005 reportam-se à série divulgada pelo INE com base em tábuas abreviadas de mortalidade bienais.

Em 2007, o INE adoptou uma nova metodologia para o cálculo do indicador Esperança Média de Vida à idade x , baseada em tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos. Neste momento, estão disponíveis as tábuas de mortalidade para homens, mulheres e ambos os sexos, para Portugal referentes a 2004-2006 e 2005-2007. Face às alterações metodológicas, os valores da esperança média de vida, calculados segundo esta metodologia, não são comparáveis com os valores divulgados para 1970-2005.

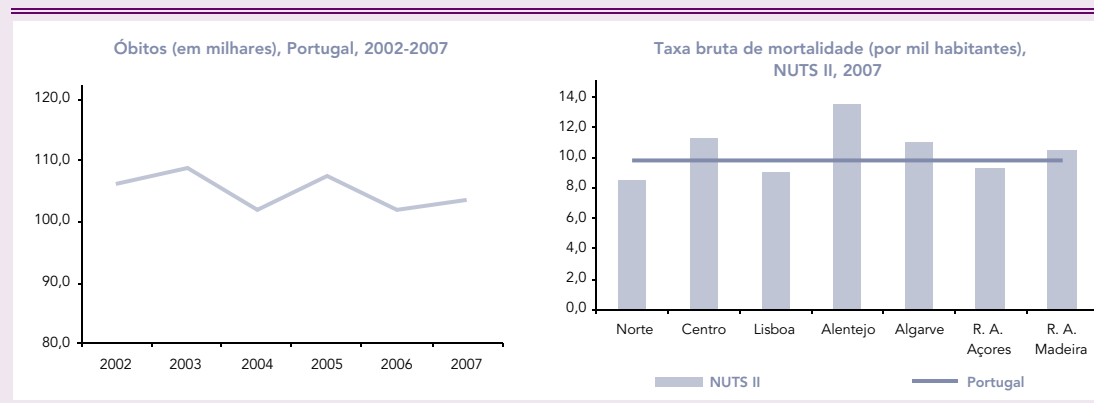
Mortalidade por regiões

As regiões do Norte e Lisboa, no período de 2002 a 2007, são aquelas que registaram o menor número de óbitos por mil habitantes. Em 2007, estas regiões detinham taxas brutas de mortalidade de 8,4% e 9,0%, respectivamente, face a um valor nacional de 9,8%. As taxas de mortalidade mais elevadas registaram-se na região Alentejo (13,4%), seguida pelo Centro e Algarve, respectivamente com valores de 11,3% e 11,0%.

O número de óbitos durante o primeiro ano de vida, no período 2002 a 2005, reduziu-se em todas as regiões. Em 2006, excepto pelas regiões Algarve e Madeira, a tendência de decréscimo manteve-se. Em 2007, registou-se um aumento do número de óbitos infantis nas regiões Norte, Lisboa, Alentejo e Região Autónoma da Madeira, cuja importância é visível no acréscimo na taxa de mortalidade infantil para 3,4%, face a 3,3% em 2006.

Figura 4.6
Óbitos e taxas brutas de mortalidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal*	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos								
2002	106 258	31 865	27 787	25 954	10 601	4 673	2 669	2 671
2003	108 795	33 063	28 462	25 888	11 130	4 778	2 655	2 819
2004	102 010	30 815	26 368	25 096	9 970	4 697	2 457	2 600
2005	107 462	32 471	27 700	26 303	11 005	4 844	2 439	2 700
2006	101 990	31 153	26 206	25 186	9 938	4 555	2 339	2 595
2007	103 512	31 618	26 896	25 261	10 225	4 668	2 250	2 562
Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)								
2002	10,2	8,6	11,8	9,6	13,8	11,7	11,2	11,1
2003	10,4	8,9	12,0	9,4	14,5	11,8	11,1	11,6
2004	9,7	8,3	11,1	9,1	13,0	11,4	10,2	10,6
2005	10,2	8,7	11,6	9,5	14,4	11,6	10,1	11,0
2006	9,6	8,3	11,0	9,0	13,0	10,8	9,6	10,6
2007	9,8	8,4	11,3	9,0	13,4	11,0	9,2	10,4



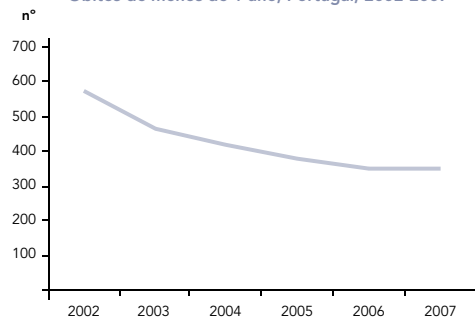
* O valor de óbitos de residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

Figura 4.7

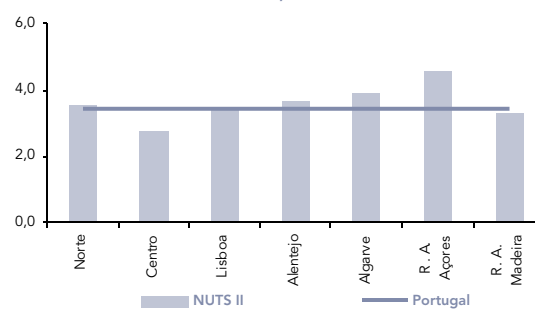
Óbitos de menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal*	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos de menos de 1 ano								
2002	574	223	88	169	31	23	20	18
2003	466	169	88	118	36	21	9	25
2004	418	153	69	122	24	20	18	11
2005	382	142	61	108	24	18	19	10
2006	349	111	62	109	20	24	11	12
2007	353	121	55	111	23	19	9	13
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos)								
2002	5,0	5,4	3,9	5,2	4,4	5,1	6,5	5,8
2003	4,1	4,2	3,9	3,6	5,2	4,5	2,9	7,9
2004	3,8	4,0	3,2	3,9	3,4	4,2	6,0	3,7
2005	3,5	3,8	2,8	3,3	3,5	3,6	6,3	3,4
2006	3,3	3,1	3,0	3,4	3,1	5,0	3,9	4,1
2007	3,4	3,5	2,8	3,5	3,7	3,9	3,2	4,8

Óbitos de menos de 1 ano, Portugal, 2002-2007



Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos), NUTS II, 2007



* O valor de óbitos com menos de 1 ano de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

A região Centro continuou a registar a menor taxa de mortalidade infantil (2,8‰) e a Região Autónoma da Madeira registou a taxa mais elevada (4,8‰).

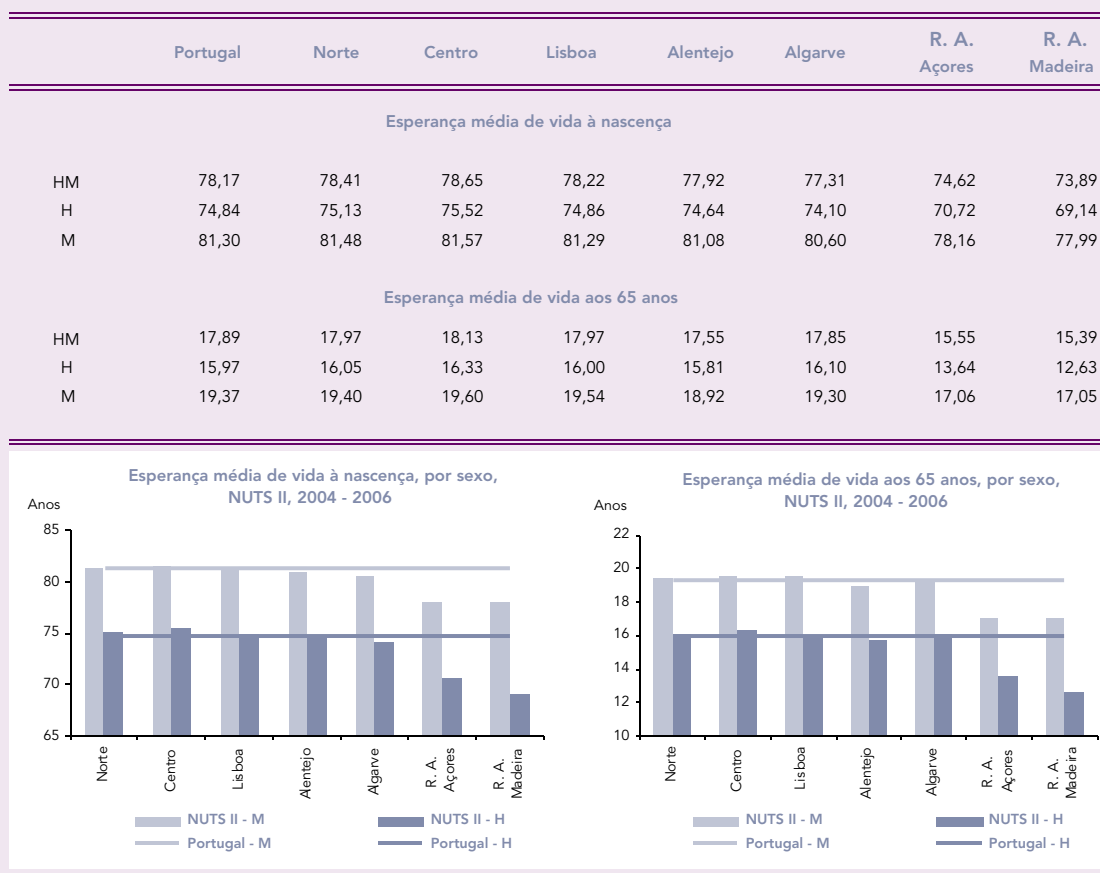
Foi também nestas regiões que se observaram os valores mais elevados e mais baixos para a esperança média de vida à nascença. No período 2004-2006, a esperança média de vida à nascença na região Centro era estimada em 78,65 anos para ambos os sexos, sendo de 75,52 anos e 81,57 anos para homens e mulheres, respectivamente. No mesmo período a Região Autónoma da Madeira detinha uma esperança média de vida à nascença de 73,89 anos para ambos os sexos, 69,14 anos para os homens e 77,99 para as mulheres.

O mesmo padrão aplica-se à esperança de vida aos 65 anos. A região Centro apresenta os valores de esperança de vida mais elevados, com 16,33 e 19,60 anos, respectivamente, para homens e mulheres, e a Região Autónoma da Madeira apresenta os valores mais baixos, com 12,63 para homens e 17,05 para mulheres.

As NUTS III com valores mais elevados de esperança média de vida à nascença, em 2004-2006 eram Cova da Beira, Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga (79,07, 79,05 e 79,04 anos, respectivamente); por sua vez, as regiões autónomas da Madeira e dos Açores e o Baixo Alentejo apresentaram os valores mais baixos (73,89, 74,62 e 76,61 anos, respectivamente).

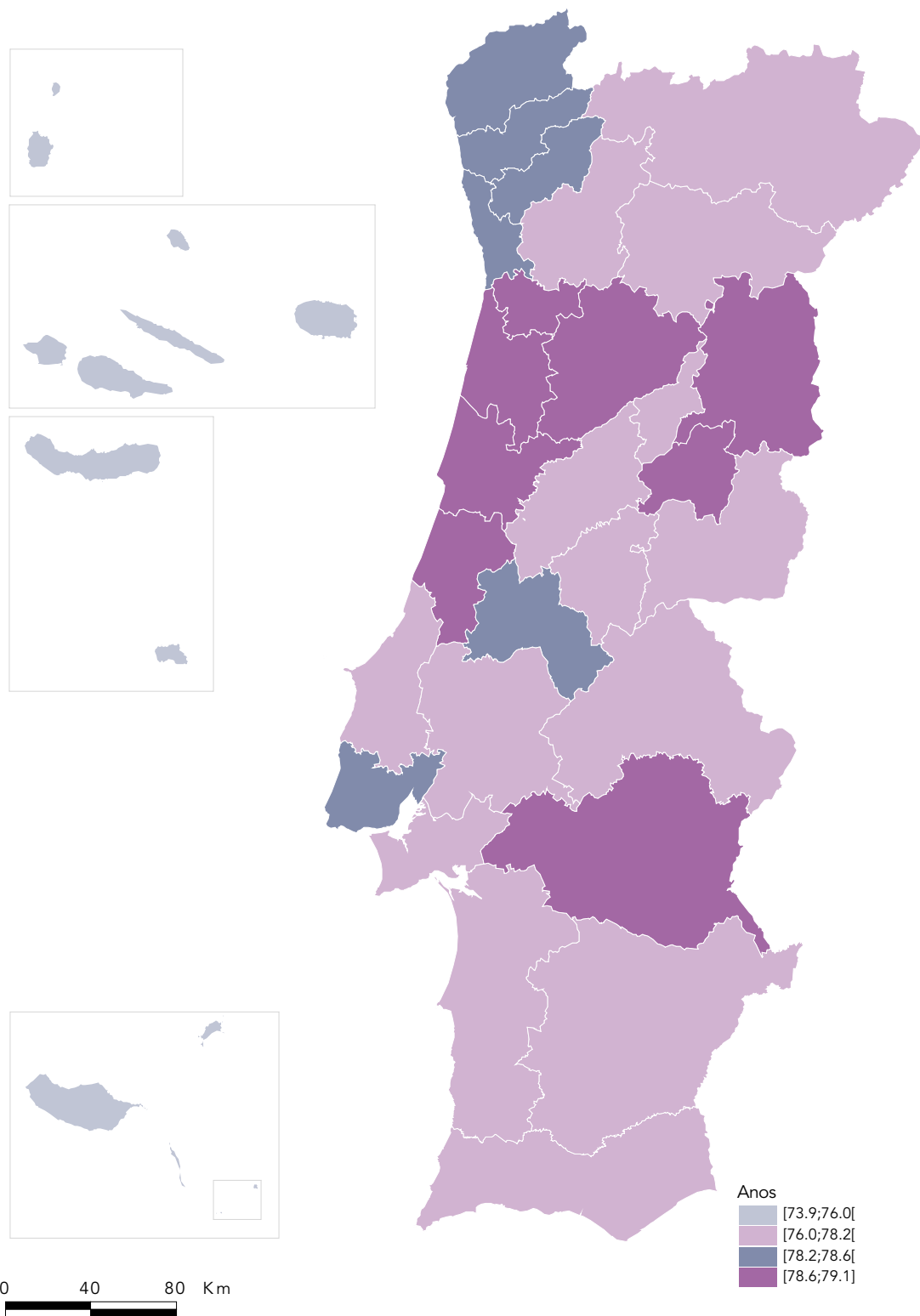
Figura 4.8

Esperança média de vida⁹ à nascença e aos 65 anos, por sexo, Portugal e NUTS II, 2004-2006



⁹ Em 2007, o INE adoptou uma nova metodologia para o cálculo do indicador Esperança Média de Vida à idade x , baseada em tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos. Neste momento, estão disponíveis as tábuas de mortalidade para homens, mulheres e ambos os sexos, para Portugal, NUTS I, II e III, referentes a 2004-2006 e para Portugal, referentes a 2005-2007. Face às alterações metodológicas, os valores da esperança média de vida, calculados segundo esta metodologia, não são comparáveis com os valores divulgados até 2007, que eram obtidos utilizando tábuas abreviadas de mortalidade com período de referência de dois anos.

Figura 4.9
Esperança média de vida à nascença, NUTS III, 2004-2006



Mortalidade por idades e sexo

A mortalidade incide sobretudo sobre os indivíduos mais idosos, fenómeno que se acentuou no período de 2002 a 2007. Em 2002, 79,8% dos óbitos ocorreram em idades iguais ou superiores a 65 anos. Em 2007, este valor era

de 81,6% e, dentro deste grupo etário, mais de metade (60,0%) tinha pelo menos 80 anos. De forma complementar, reduziu-se a mortalidade precoce (menos de 65 anos de idade), em especial em idades abaixo dos 35 anos.

Figura 4.10

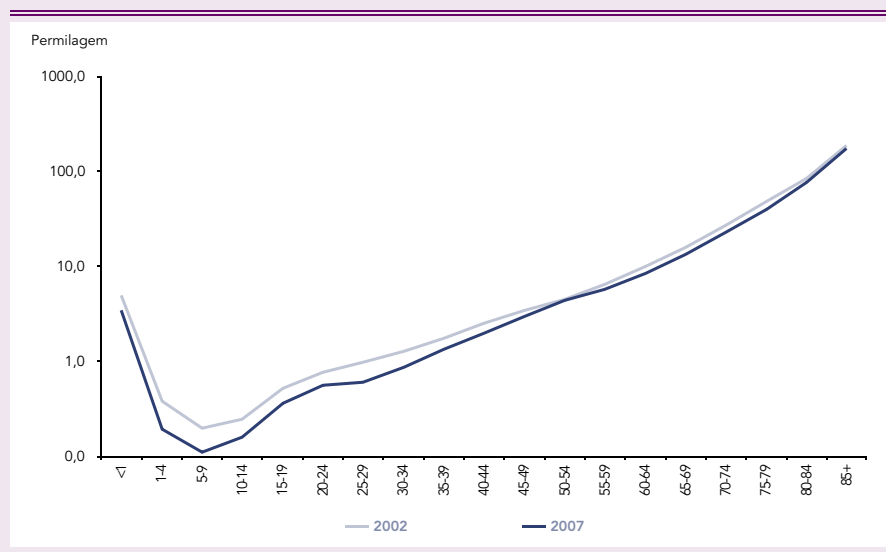
Óbitos e taxas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de óbitos						
Total (*)	106 258	108 795	102 010	107 462	101 990	103 512
<1	574	466	418	382	349	353
1-4	167	126	142	94	115	86
5-9	104	103	95	96	84	62
10-14	140	121	104	84	93	87
15-19	340	298	275	285	247	212
20-24	584	553	475	459	388	380
25-29	813	760	685	579	501	479
30-34	986	993	913	926	774	740
35-39	1 351	1 272	1 203	1 197	1 175	1 083
40-44	1 874	1 751	1 704	1 731	1 690	1 581
45-49	2 383	2 386	2 288	2 292	2 287	2 272
50-54	3 019	3 044	2 962	3 048	2 895	3 007
55-59	3 807	3 883	3 722	3 956	3 847	3 800
60-64	5 325	5 223	4 943	4 911	4 932	4 916
65-69	8 469	8 379	7 809	7 899	7 189	6 921
70-74	12 398	12 641	11 852	11 954	11 332	11 124
75-79	17 242	17 634	16 290	17 055	15 830	15 747
80-84	18 087	19 342	18 975	20 576	19 340	20 011
85-89	16 479	16 609	14 990	16 142	15 677	16 781
90 e +	12 116	13 211	12 165	13 796	13 219	13 851
Taxa de mortalidade (permilagem)						
Total	10,2	10,4	9,7	10,2	9,6	9,8
<1	5,1	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4
1-4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2
5-9	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
10-14	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
15-19	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
20-24	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
25-29	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6
30-34	1,3	1,3	1,1	1,1	0,9	0,9
35-39	1,8	1,6	1,5	1,5	1,5	1,4
40-44	2,5	2,3	2,2	2,2	2,1	2,0
45-49	3,5	3,4	3,2	3,2	3,1	3,0
50-54	4,6	4,6	4,4	4,5	4,2	4,4
55-59	6,5	6,4	6,0	6,3	6,0	5,8
60-64	9,9	9,7	9,1	8,9	8,7	8,6
65-69	15,8	15,7	14,6	14,9	13,8	13,4
70-74	26,8	26,8	24,7	24,6	23,1	22,7
75-79	48,3	48,5	44,2	45,5	41,3	40,0
80-84	83,8	85,1	79,1	82,7	75,4	75,7
85 e +	187,9	196,9	177,6	188,1	172,7	174,8

(*) O valor de óbitos de residentes em Portugal pode não corresponder à soma devido à existência de registos de idades ignoradas.

Figura 4.11

Taxa de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2002 e 2007



A estrutura da mortalidade por idades segue o padrão característico: uma mortalidade mais elevada durante a infância, que vai diminuindo até alcançar um mínimo entre os 5 e os 9 anos; a partir destas idades, começa a aumentar, de início de forma mais ligeira e, depois, de forma cada vez mais acentuada com o avanço da idade. De referir que, no período de 2002 a 2007, a taxa de mortalidade específica por idade mais baixa verificou-se no grupo etário dos 5 a 9 anos.

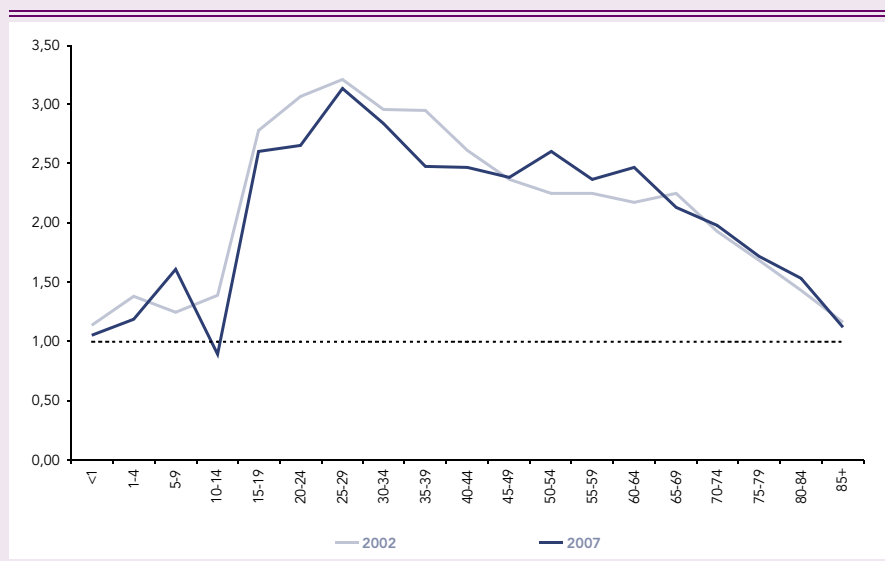
No período de 2002 a 2007, o número total de óbitos do sexo masculino foi sempre superior ao número total de óbitos do sexo feminino. A sobremortalidade masculina verificou-se em quase todos os grupos de idade, excepto em idades avançadas, em que o risco de óbito se torna muito elevado para ambos os sexos: em 2007, 60,4% das mulheres falecidas tinham idades iguais ou superiores a 80 anos, comparativamente com um valor de 38,1% para os homens.

Figura 4.12
Óbitos por grupos etários e sexo, Portugal, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de óbitos - Homens						
Total (*)	55 377	55 966	53 201	55 493	53 473	53 378
<1	316	234	247	198	209	186
1-4	99	68	85	63	66	48
5-9	59	61	56	58	45	39
10-14	83	68	55	52	63	42
15-19	253	213	187	213	178	155
20-24	443	414	367	345	300	279
25-29	622	550	524	434	371	365
30-34	737	752	665	698	579	549
35-39	1 001	923	883	875	841	771
40-44	1 342	1 265	1 229	1 252	1 227	1 116
45-49	1 649	1 677	1 611	1 575	1 668	1 583
50-54	2 049	2 077	2 045	2 098	2 050	2 135
55-59	2 539	2 568	2 467	2 717	2 682	2 604
60-64	3 484	3 446	3 303	3 252	3 237	3 349
65-69	5 515	5 392	4 958	5 025	4 718	4 440
70-74	7 415	7 491	7 119	7 190	6 865	6 744
75-79	9 284	9 399	8 871	9 207	8 793	8 602
80-84	8 443	9 028	8 965	9 697	9 269	9 561
85-89	6 435	6 490	5 919	6 306	6 309	6 690
90 e +	3 609	3 850	3 645	4 238	3 979	4 104
Número de óbitos - Mulheres						
Total (*)	50 881	52 829	48 809	51 969	48 517	50 134
<1	258	232	171	184	140	167
1-4	68	58	57	31	49	38
5-9	45	42	39	38	39	23
10-14	57	53	49	32	30	45
15-19	87	85	88	72	69	57
20-24	141	139	108	114	88	101
25-29	191	210	161	145	130	114
30-34	249	241	248	228	195	191
35-39	350	349	320	322	334	312
40-44	532	486	475	479	463	465
45-49	734	709	677	717	619	689
50-54	970	967	917	950	845	872
55-59	1 268	1 315	1 255	1 239	1 165	1 196
60-64	1 841	1 777	1 640	1 659	1 695	1 567
65-69	2 954	2 987	2 851	2 874	2 471	2 481
70-74	4 983	5 150	4 733	4 764	4 467	4 380
75-79	7 958	8 235	7 419	7 848	7 037	7 145
80-84	9 644	10 314	10 010	10 879	10 071	10 450
85-89	10 044	10 119	9 071	9 836	9 368	10 091
90 e +	8 507	9 361	8 520	9 558	9 240	9 747

(*) O valor de óbitos de residentes em Portugal pode não corresponder à soma devido à existência de registos de idades ignoradas.

Figura 4.13
Rácio¹⁰ das taxas de mortalidade de homens e mulheres, por grupos de idades, Portugal, 2002 e 2007



Mortalidade por causas de morte

Entre 2000 e 2005, a diferença entre a mortalidade masculina e feminina atenuou-se nas idades dos 15 aos 34 anos, em virtude, principalmente, da redução na sobremortalidade devida a causas externas nos grupos etários dos 20 a 29 anos, a doenças do aparelho circulatório nas idades dos 25 a 34 anos e, ainda, a sintomas, sinais e resultados anormais de exames

clínicos e de laboratório não classificados em outra parte. Observou-se, em contrapartida, um aumento nas idades de 1 a 9 anos, nomeadamente pelo aumento da sobremortalidade originada por causas externas, e, de forma mais ligeira, entre os 35 e 64 anos. De referir ainda, no mesmo período, a aproximação verificada entre as taxas de mortalidade infantil masculina e feminina.

¹⁰ Rácio entre as taxas de mortalidade específicas por idade masculinas e femininas: quando maior que 1 indica uma maior taxa de mortalidade masculina.

Figura 4.14
Óbitos por causa de morte (lista sucinta europeia de causas de morte), Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentagem de óbitos por causa de morte						
Todas as causas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2,2	1,9	1,9	2,2	2,0	2,1
Tumores (neoplasias)	20,8	21,3	21,4	21,3	22,3	21,6
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e algumas alterações do sistema imunitário	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	3,4	4,2	4,7	4,8	5,0	4,8
Perturbações mentais e de comportamento	0,3	0,4	0,6	0,5	0,6	0,6
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1,4	1,7	1,9	2,3	2,3	2,4
Doenças do aparelho circulatório	38,7	38,6	38,4	37,6	36,3	34,0
Doenças do aparelho respiratório	9,7	8,5	8,7	8,8	8,5	10,5
Doenças do aparelho digestivo	3,9	4,2	4,3	4,2	4,5	4,3
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	0,2	0,3	0,4	0,1	0,3	0,2
Doença do sistema ósteo-muscular e do tecido conjuntivo	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2
Doenças do aparelho geniturinário	1,5	1,7	2,0	2,2	2,4	2,7
Gravidez, parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algumas afecções originadas no período perinatal	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
Malformações congénitas e anomalias cromossomáticas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	12,4	11,4	9,4	10,0	9,6	11,8
Causas externas de mortalidade	4,4	4,8	5,3	5,1	5,3	4,2

No período de 2000 a 2005, mais de metade dos óbitos resultou de *doenças do aparelho circulatório* e de *tumores*, representando, respectivamente, a primeira e a segunda causas de morte em Portugal. Em 2005, as *doenças do aparelho circulatório* eram responsáveis por **34,0%** dos óbitos de residentes, destacando-se neste grupo de doenças as *cérebro-vasculares*, com **15,1%**. Neste mesmo ano, os *tumores* representaram **21,6%** dos óbitos. Entre 2000 e 2005, as *doenças do aparelho circulatório* perderam alguma importância, assistindo-se a uma relativa estabilização da proporção de óbitos por *tumores*.

Em terceiro lugar surgem *sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte* (**11,8%**, em 2005), sendo a quarta posição ocupada pelas *doenças do aparelho respiratório* (**10,5%**, em 2005), verificando-se, entre 2000 e 2005, o aumento da proporção de óbitos originados por estes dois grupos de causas. De salientar, ainda, a mortalidade por *doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas*, nomeadamente *diabetes mellitus*, *doenças do aparelho digestivo* e as *causas externas de mortalidade*, que representavam, em 2005, respectivamente, **10,5%**, **4,8%** e **4,2%** dos óbitos de residentes.

Figura 4.15

Óbitos por causa de morte (lista sucinta europeia de causas de morte), por idades e sexo, Portugal, 2005

	Total	0-19	20-44	45-64	65-84	85 e +
Número de óbitos por causa de morte - Total						
Total	107 462	941	4 892	14 207	57 484	29 938
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2 233	23	647	486	823	254
Tumores (neoplasias)	23 189	88	940	5 598	13 615	2 948
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5 169	17	70	462	3 401	1 219
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	2 561	55	127	261	1 614	504
Doenças do aparelho circulatório	36 570	10	422	2 709	20 242	13 187
Doenças do aparelho respiratório	11 288	32	160	649	6 020	4 427
Doenças do aparelho digestivo	4 625	12	325	1 092	2 346	850
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	12 710	88	786	1 618	5 672	4 546
Causas externas de mortalidade	4 481	266	1 292	1 018	1 482	423
- Acidentes de transporte	1 373	146	589	321	295	22
Outras causas	4 636	350	123	314	2 269	1 580
Número de óbitos por causa de morte - Homens						
Total	55 493	584	3 604	9 642	31 119	10 544
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1 417	17	517	362	431	90
Tumores (neoplasias)	13 645	52	526	3 502	8 161	1 404
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 180	10	44	266	1 505	355
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 229	32	81	158	781	177
Doenças do aparelho circulatório	16 374	5	296	1 907	10 010	4 156
Doenças do aparelho respiratório	6 130	19	112	451	3 679	1 869
Doenças do aparelho digestivo	2 749	5	247	805	1 387	305
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	6 311	53	617	1 208	3 036	1 397
Causas externas de mortalidade	3 246	212	1 092	793	974	175
- Acidentes de transporte	1 092	119	494	259	204	16
Outras causas	2 212	179	72	190	1 155	616
Número de óbitos por causa de morte - Mulheres						
Total	51 969	357	1 288	4 565	26 365	19 394
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	816	6	130	124	392	164
Tumores (neoplasias)	9 544	36	414	2 096	5 454	1 544
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 989	7	26	196	1 896	864
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 332	23	46	103	833	327
Doenças do aparelho circulatório	20 196	5	126	802	10 232	9 031
Doenças do aparelho respiratório	5 158	13	48	198	2 341	2 558
Doenças do aparelho digestivo	1 876	7	78	287	959	545
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	6 399	35	169	410	2 636	3 149
Causas externas de mortalidade	1 235	54	200	225	508	248
- Acidentes de transporte	281	27	95	62	91	6
Outras causas	2 424	171	51	124	1 114	964

A importância das causas de morte altera-se, contudo, com a idade e o sexo. As *doenças do aparelho circulatório*, com particular incidência nas idades mais avançadas, constituíram em 2005 a principal causa de morte para homens e mulheres com mais de 65 anos de idade, representando, todavia, uma maior proporção de óbitos do sexo feminino (42,1%) comparativamente ao sexo masculino (34,0%). Os *tumores* afectaram particularmente os indivíduos entre os 45 e 64 anos de idade (39,4% do total de óbitos neste grupo de idades), enquanto as *causas externas de mortalidade* eram as principais responsáveis pela mortalidade nas idades mais jovens (respectivamente, 44,7% dos óbitos no grupo etário de 1 a 19 anos e 26,4% entre os 20 e 44 anos de idade) e com maior incidência nos óbitos do sexo masculino. Entre as causas externas destaca-se a importância dos *acidentes*, representando, em 2005, mais de 50% dos óbitos por estas causas, nomeadamente

acidentes de transporte, que representavam 33,6% dos óbitos masculinos e 22,8% dos óbitos femininos por causas de mortalidade externas.

Mortalidade por meses

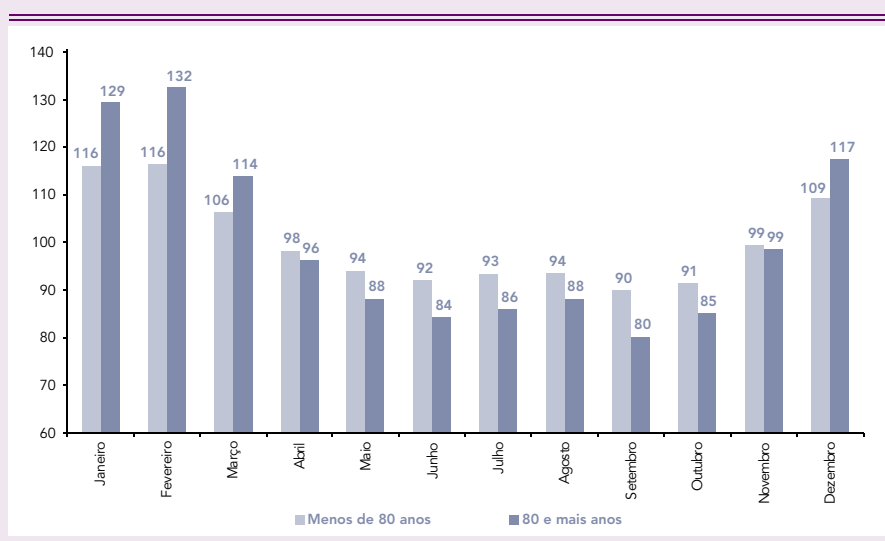
Em 2007, em média, faleceram por dia cerca de 284 indivíduos residentes em Portugal. Contudo, o número de óbitos flutua ao longo do ano e tende a atingir valores mais elevados nos meses de Inverno (333 óbitos diários, em média, entre 1 de Dezembro de 2006 e 31 de Março de 2007) e mais reduzidos nos meses de Verão (248 pessoas faleceram em cada dia, em média, entre 1 de Junho e 30 de Setembro de 2007). Em 2007, o mês de Fevereiro foi o de maior intensidade da mortalidade, com uma média diária de 367 óbitos, seguindo-se os meses de Janeiro e Dezembro, ambos com média diária de 340 e 228 óbitos, respectivamente.

Figura 4.16
Óbitos por meses, Portugal, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de óbitos por mês						
Total	106 258	108 795	102 010	107 462	101 990	103 512
Janeiro	11 960	10 618	10 330	11 891	10 052	10 552
Fevereiro	10 336	9 162	8 913	12 426	9 260	10 279
Março	9 876	9 475	9 591	11 106	9 337	9 406
Abril	8 712	8 423	8 508	8 180	8 057	8 532
Maiο	8 113	8 790	8 119	7 920	8 053	7 897
Junho	7 824	8 016	7 732	7 506	7 330	7 441
Julho	8 063	7 917	8 005	7 516	8 774	7 872
Agosto	7 834	10 111	7 441	7 830	7 957	7 581
Setembro	7 432	7 527	7 354	7 211	7 414	7 301
Outubro	8 005	8 148	7 814	7 728	7 824	7 864
Novembro	8 319	9 572	8 462	8 388	7 888	8 635
Dezembro	9 784	11 036	9 741	9 760	10 044	10 152

A análise do índice mensal de mortalidade¹¹, para idades inferiores a 80 anos e iguais ou superiores a 80 anos, no período de 2002-2007, permite verificar que a sazonalidade da mortalidade, ou seja, o excesso de mortalidade durante os meses de Inverno, foi mais evidente entre os indivíduos mais idosos.

Figura 4.17
Índice mensal da mortalidade por grupos etários, Portugal, 2002-2007



¹¹ O índice mensal de mortalidade foi calculado pelo método dos números proporcionais e permite corrigir os valores de óbitos mensais de forma a corresponderem a unidades de tempo de igual dimensão. Cada mês é representado por um valor, independentemente da respectiva duração, de forma a que o seu desvio em relação a 100 indique o carácter particular desse mês em termos de mortalidade.

capitulo

Mortalidade fetal, neonatal e perinatal



Capítulo 5 – Mortalidade fetal, neonatal e perinatal

Índice de Figuras

Evolução desde 1980

Figura 5.1- Óbitos perinatais (fetais tardios e neonatais precoces), óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas) e óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias), Portugal, 1980 – 2007

Figura 5.2 - Taxas de mortalidade perinatal, fetal tardia e neonatal precoce, Portugal, 1980-2007

Figura 5.3 - Óbitos neonatais (com menos de 28 dias) e taxa de mortalidade neonatal, Portugal, 1980-2007

As regiões

Figura 5.4 - Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 5.5 - Óbitos neonatais precoces e taxa de mortalidade neonatal precoce, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 5.6 - Óbitos perinatais e taxa de mortalidade perinatal, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 5.7 - Óbitos neonatais e taxa de mortalidade neonatal, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 5.8 - Taxa de mortalidade infantil, NUTS III, 2007

A mortalidade neonatal por sexo

Figura 5.9 - Óbitos neonatais, pós-neonatais e infantis e taxas por sexo, Portugal, 2002-2007

A idade das mães

Figura 5.10 - Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por idade das mães, Portugal, 2002-2007

Figura 5.11 - Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia por idade das mães, Portugal, 2002-2007

As semanas de gestação

Figura 5.12 - Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por semanas de gestação, Portugal, 2002-2007

MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E PERINATAL

Em 2007, registaram-se 353 óbitos infantis e 376 óbitos fetais de mães residentes em Portugal, respectivamente mais 4 óbitos com menos de 1 ano e menos 38 óbitos fetais do que em 2006. O valor de óbitos fetais poderá não corresponder à globalidade dos óbitos fetais ocorridos, uma vez que a obrigatoriedade de registo estabelecida pelo Código do Registo Civil é imposta, com exceções, apenas para os óbitos com idade gestacional igual ou superior a 22 semanas completas.

A análise apresentada neste capítulo incidirá sobre a mortalidade fetal tardia e neonatal, ou seja, fetos-mortos com 28 ou mais semanas de gestação e óbitos ocorridos antes dos 28 dias de vida.

Em 2007, observaram-se 289 óbitos fetais com idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas, uma redução de 10,8% face a 2006. O número de óbitos durante a primeira semana de vida (óbitos neonatais precoces) foi de 163, menos 1 óbito do que em 2006. O decréscimo da mortalidade fetal tardia, observado em 2007, associado à relativa estabilidade da mortalidade neonatal precoce permitiu uma redução de 7,4% na mortalidade perinatal.

No que se refere à mortalidade neonatal, em 2007, verificaram-se 213 óbitos (224 em 2006) de crianças com menos de 28 dias de vida, tendo 76,5% ocorrido no período neonatal precoce, ou seja, durante os primeiros 6 dias de vida. Apesar da diminuição no número de óbitos neonatais, a taxa de mortalidade neonatal, em 2007, em virtude do decréscimo registado no número de nados vivos, manteve o mesmo valor de 2006, ou seja, 2,1 óbitos por mil nados vivos.

Evolução desde 1980

Entre 1980 e 2004, o número de óbitos fetais com 28 ou mais semanas completas de gestação - mortalidade fetal tardia - apresentou uma clara tendência decrescente. Em 2004, o número de óbitos fetais foi de 294, cerca de 16% do valor registado em 1980. Em 2005 e 2006, a mortalidade fetal tardia aumentou ligeiramente, voltando a decrescer em 2007. Neste ano, registaram-se 289 óbitos fetais com 28 ou mais semanas completas de gestação, o valor mais baixo de sempre observado em Portugal.

A taxa de mortalidade fetal tardia, que compara o número de fetos mortos com 28 e mais semanas com o total dos nados vivos e fetos mortos com 28 e mais semanas ocorridos no período considerado, passou de 11,7‰, em 1980, para 2,7‰, em 2004, ano em que atingiu o valor mínimo. Em 2007 foi de 2,8‰.

No mesmo período, a mortalidade perinatal, definida como a soma dos óbitos fetais tardios e os óbitos neonatais precoces (menos de 7 dias de vida), reduziu-se em mais de 85%.

Figura 5.1

Óbitos perinatais (fetais tardios e neonatais precoces), óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas) e óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias), Portugal, 1980 – 2007

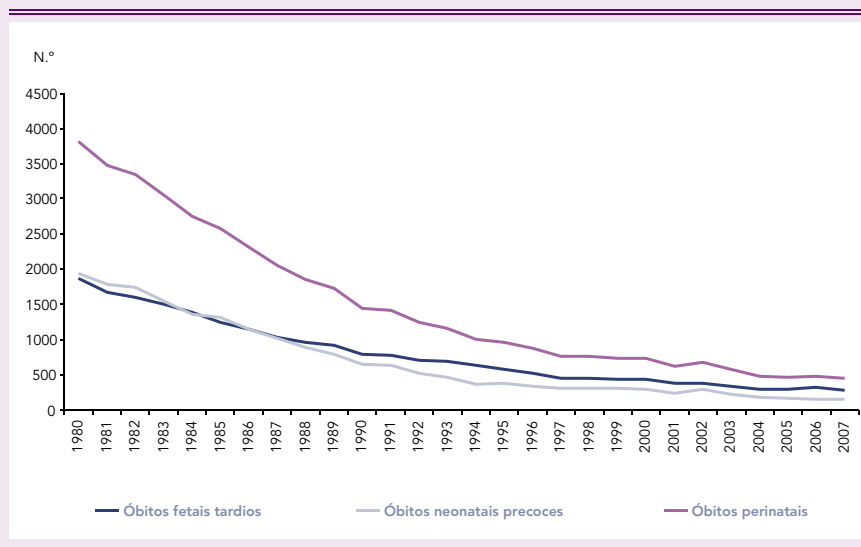
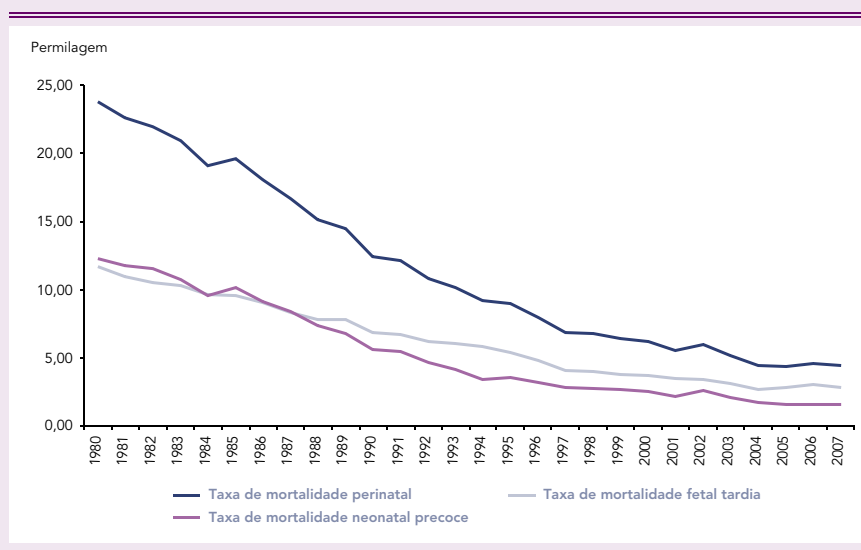


Figura 5.2

Taxas de mortalidade perinatal, fetal tardia e neonatal precoce, Portugal, 1980-2007

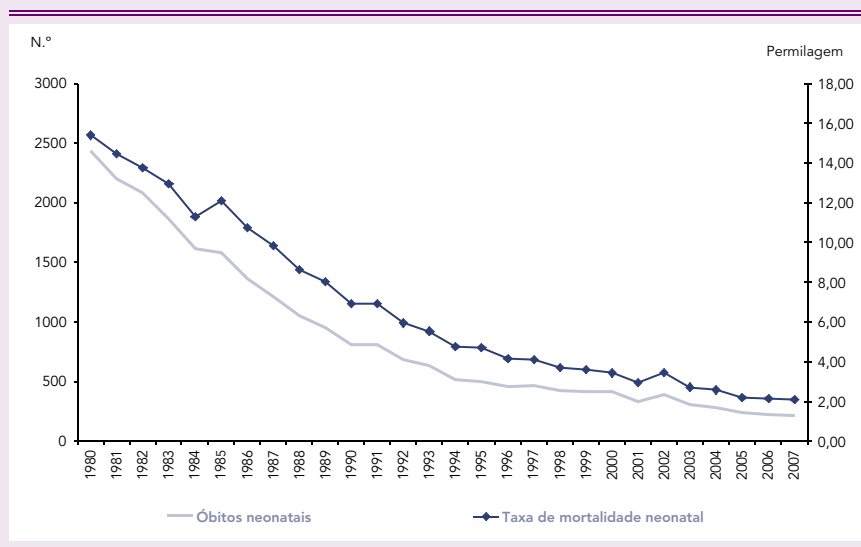


A tendência global de redução da mortalidade neonatal reflecte, sobretudo, o declínio da mortalidade neonatal precoce, ou seja, a redução dos óbitos ocorridos na primeira semana de vida. A importância dos óbitos neonatais precoces no total de óbitos com menos de 28 dias de vida, entre 1980 e 2007, variou entre o valor máximo de 85,3%, em 1988, e o mais baixo de 67,1%, em 2004. No último ano, a mortalidade neonatal precoce representou 76,5% do número total de óbitos neonatais.

A análise da taxa de mortalidade neonatal, no período de 1980-2007, reflecte a tendência decrescente do número de óbitos neonatais, observando-se, contudo, um aumento deste indicador em 1985, maioritariamente devido à redução verificada no número de nados vivos nesse ano.

Figura 5.3

Óbitos neonatais (com menos de 28 dias) e taxa de mortalidade neonatal, Portugal, 1980-2007



As regiões ¹²

Em 2007, registou-se uma taxa de mortalidade fetal tardia de 2,8 por mil nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas. Neste ano, contrariamente ao que se tinha verificado em 2005 e 2006, verificou-se uma redução do número de fetos mortos de 28 ou mais semanas. A redução no número de óbitos fetais tardios, observada

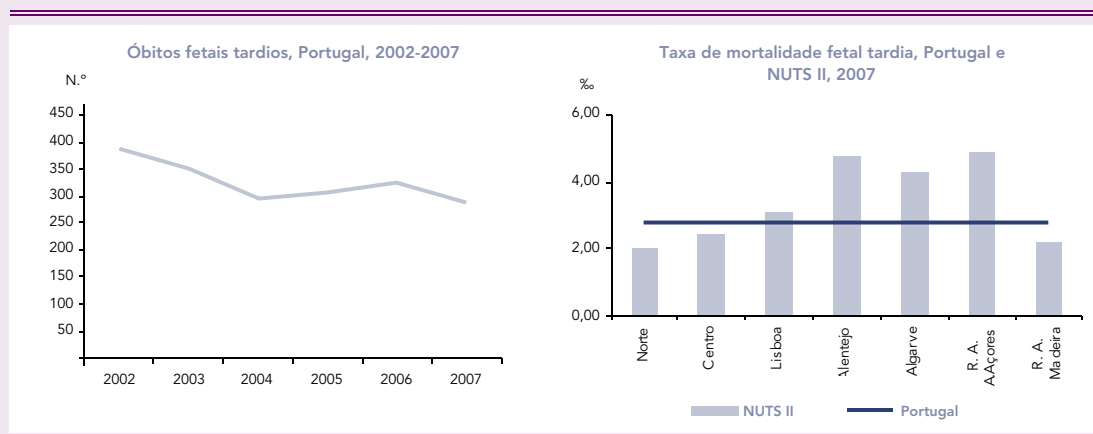
em 2007, resultou fundamentalmente do decréscimo da mortalidade fetal tardia nas regiões Centro e Norte. Neste ano, exceptuando a Região Autónoma da Madeira, o número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas aumentou nas restantes regiões, em particular no Alentejo.

¹² Na análise a nível regional da mortalidade fetal e neonatal, alerta-se que, devido ao reduzido número de ocorrências destes fenómenos, se podem observar, em algumas regiões, flutuações anuais expressivas. Este aspecto deve ter-se em consideração na leitura dos valores dos indicadores apresentados.

Figura 5.4

Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal*	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas)								
2002	388	113	91	110	30	21	9	13
2003	349	96	67	106	26	23	16	14
2004	294	97	52	82	24	12	12	10
2005	306	76	57	102	29	19	6	15
2006	324	97	78	94	19	18	10	7
2007	289	69	49	98	30	21	14	6
Taxa de mortalidade fetal tardia (por mil nados vivos e fetos mortos com 28 ou mais semanas)								
2002	3,4	2,7	4,0	3,4	4,3	4,7	2,9	4,2
2003	3,1	2,4	3,0	3,3	3,7	4,9	5,1	4,4
2004	2,7	2,5	2,4	2,6	3,4	2,5	4,0	3,3
2005	2,8	2,0	2,6	3,1	4,2	3,8	2,0	5,0
2006	3,1	2,7	3,7	3,0	2,9	3,7	3,5	2,4
2007	2,8	2,0	2,4	3,1	4,8	4,3	4,9	2,2

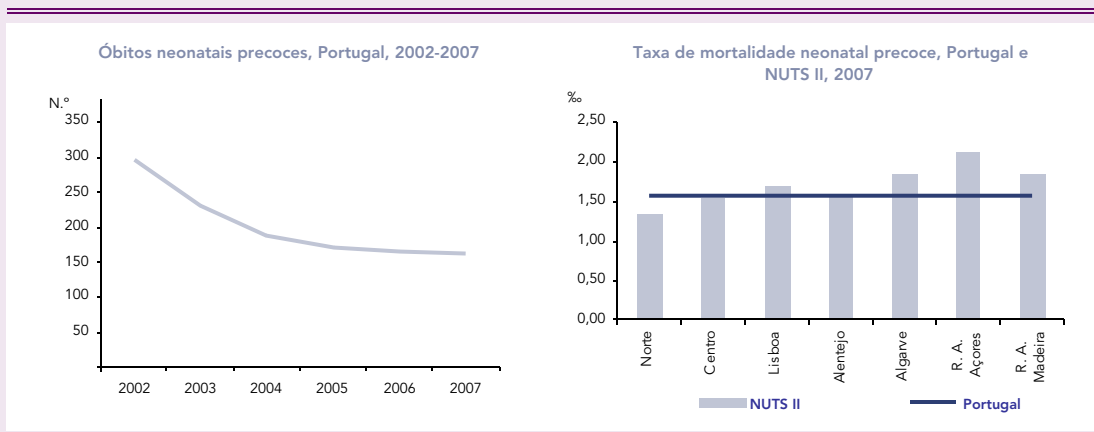


(*) O valor de óbitos fetais tardios de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

Figura 5.5

Óbitos neonatais precoces e taxa de mortalidade neonatal precoce, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal*	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos neonatais precoces (de crianças com menos de 7 dias de idade)								
2002	297	123	40	84	14	13	10	11
2003	232	81	37	70	17	11	6	10
2004	188	67	31	52	15	7	13	2
2005	170	62	34	44	12	8	5	5
2006	164	42	31	53	10	18	5	5
2007	163	47	31	55	10	9	6	5
Taxa de mortalidade neonatal precoce (por mil nados vivos)								
2002	2,6	3,0	1,8	2,6	2,0	2,9	3,3	3,5
2003	2,1	2,0	1,7	2,2	2,5	2,4	1,9	3,1
2004	1,7	1,8	1,4	1,6	2,1	1,5	4,3	0,7
2005	1,6	1,7	1,6	1,4	1,7	1,6	1,7	1,7
2006	1,6	1,2	1,5	1,7	1,5	3,7	1,8	1,7
2007	1,6	1,4	1,6	1,7	1,6	1,8	2,1	1,8



(*) O valor de óbitos neonatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

A taxa de mortalidade neonatal precoce, em 2007, foi de 1,6 óbitos por mil nados vivos, valor idêntico ao registado em 2006. Em 2007, a taxa de mortalidade neonatal precoce mais baixa registou-se na região Norte (1,4 por mil nados vivos) e a mais elevada (2,1‰) na Região Autónoma dos Açores.

Na medida em que inclui os óbitos fetais com 28 e mais semanas de gestação completas e os óbitos neonatais precoces, a evolução da mortalidade perinatal reflecte

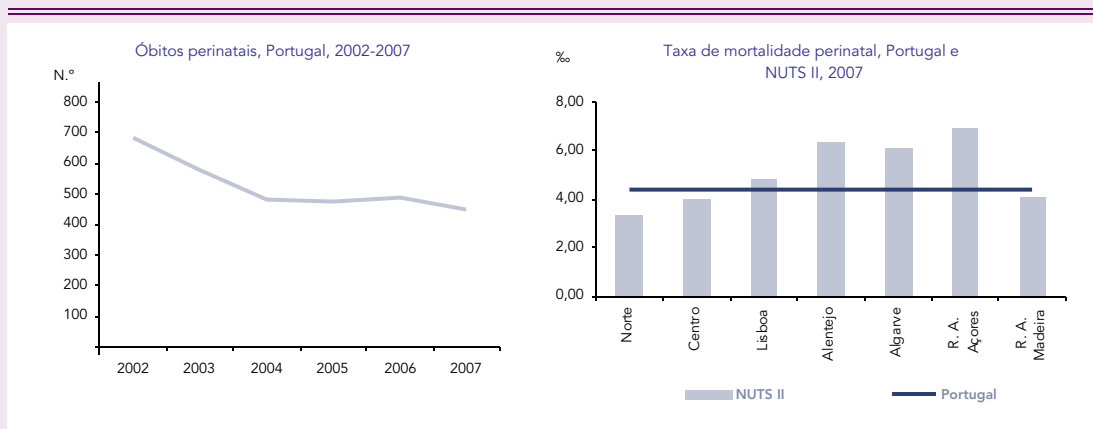
o comportamento evidenciado por aqueles dois fenómenos. Em 2007, os óbitos fetais representavam 63,9% e a mortalidade precoce 36,1% do total de óbitos perinatais. Estes valores em 2002 eram de 56,7% e 43,3%, respectivamente.

A taxa de mortalidade perinatal, no último ano, variou entre um mínimo de 3,4‰ na região Norte e um máximo de 7,0‰ na Região Autónoma dos Açores.

Figura 5.6

Óbitos perinatais e taxa de mortalidade perinatal, Portugal e NUTS II, 2002-2007

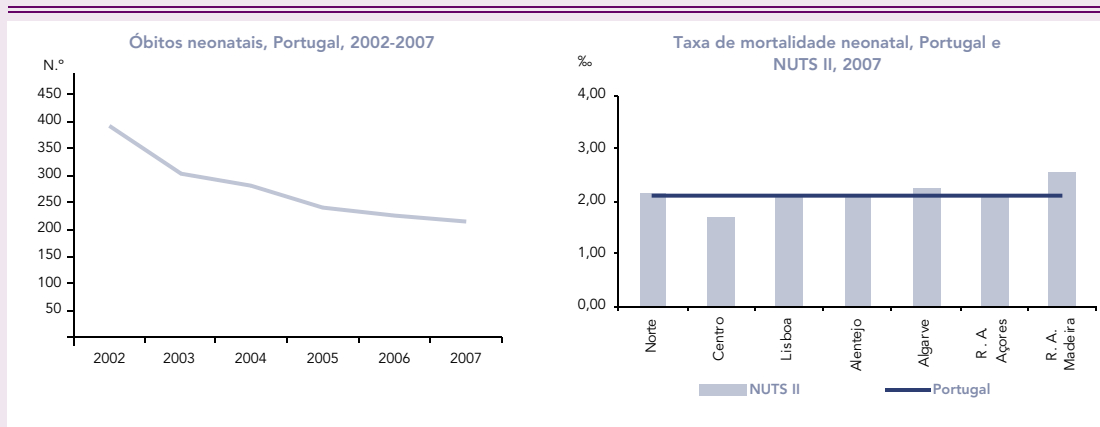
	Portugal*	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos perinatais (fetos-mortos com 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias)								
2002	685	236	131	194	44	34	19	24
2003	581	177	104	176	43	34	22	24
2004	482	164	83	134	39	19	25	12
2005	476	138	91	146	41	27	11	20
2006	488	139	109	147	29	36	15	12
2007	452	116	80	153	40	30	20	11
Taxa de mortalidade perinatal (por mil nados vivos e fetos-mortos com 28 ou mais semanas)								
2002	6,0	5,6	5,7	6,0	6,3	7,5	6,2	7,7
2003	5,1	4,4	4,6	5,4	6,2	7,3	7,1	7,5
2004	4,4	4,3	3,8	4,2	5,5	4,0	8,3	4,0
2005	4,3	3,7	4,2	4,5	5,9	5,4	3,6	6,7
2006	4,6	3,9	5,2	4,6	4,5	7,4	5,3	4,1
2007	4,4	3,4	4,0	4,8	6,3	6,1	7,0	4,0



(*) O valor de óbitos perinatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

Figura 5.7
Óbitos neonatais e taxa de mortalidade neonatal, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal*	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos neonatais (crianças com menos de 28 dias de idade)								
2002	391	154	59	111	22	17	14	12
2003	304	108	50	87	21	15	7	16
2004	280	98	43	82	19	14	16	7
2005	240	92	40	65	16	9	10	8
2006	224	63	38	73	14	23	6	7
2007	213	73	34	67	13	11	6	7
Taxa de mortalidade neonatal (por mil nados vivos)								
2002	3,4	3,7	2,6	3,4	3,1	3,8	4,6	3,8
2003	2,7	2,7	2,2	2,7	3,0	3,2	2,3	5,0
2004	2,6	2,6	2,0	2,6	2,7	2,9	5,3	2,4
2005	2,2	2,5	1,8	2,0	2,3	1,8	3,3	2,7
2006	2,1	1,8	1,8	2,3	2,2	4,8	2,1	2,4
2007	2,1	2,1	1,7	2,1	2,1	2,2	2,1	2,6

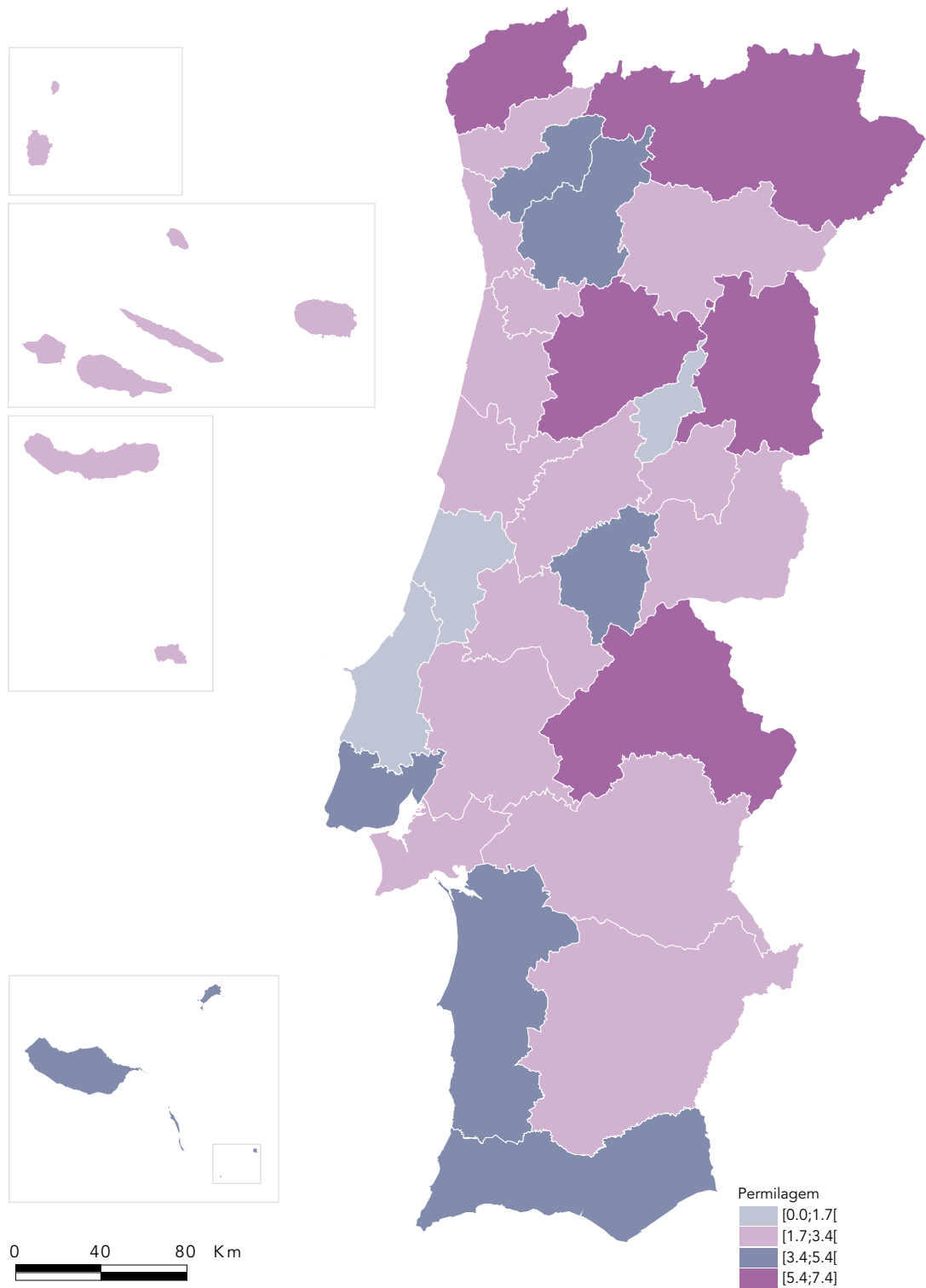


(*) O valor de óbitos neonatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

Em 2007, a menor taxa de mortalidade neonatal verificou-se na região Centro, com 1,7 óbitos por mil nados vivos. Neste último ano, é de salientar a redução

das disparidades regionais das taxas de mortalidade neonatal, registando-se o valor mais elevado, de 2,6% na Região Autónoma da Madeira.

Figura 5.8
Taxa de mortalidade infantil, NUTS III, 2007



Em 2007, as taxas de mortalidade infantil mais elevadas observaram-se no Alto Alentejo, Beira Interior Norte e Dão-Lafões (7,4%, 7,2% e 6,4%); no Pinhal Litoral, Oeste e Serra da Estrela os valores situaram-se abaixo de 2,0%.

A mortalidade neonatal por sexo¹³

As taxas de mortalidade infantil (neonatal precoce, neonatal tardia, neonatal, pós-neonatal e infantil) entre as crianças do sexo masculino são, em geral, superiores às taxas de mortalidade de crianças do sexo feminino.

De referir, contudo, o ano de 2003, em que se observam valores das taxas de mortalidade neonatal tardia, pós-neonatal e infantil superiores entre os nados vivos do sexo feminino, e o ano de 2005, em que se observa a igualdade entre as taxas de mortalidade infantil e neonatal por sexo.

Em 2007, a taxa de mortalidade infantil masculina superou a feminina em 0,1, uma diferença inferior à observada em 2006, que foi de 1,2.

Figura 5.9
Óbitos neonatais, pós-neonatais e infantis e taxas por sexo, Portugal, 2002-2007

Sexo	Mortalidade neonatal precoce		Mortalidade neonatal tardia		Mortalidade neonatal		Mortalidade pós neonatal		Mortalidade infantil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Número de óbitos										
2002	158	139	53	41	211	180	105	78	316	258
2003	133	99	35	37	168	136	66	96	234	232
2004	106	82	63	29	169	111	78	60	247	171
2005	84	86	38	32	122	118	76	66	198	184
2006	90	74	42	18	132	92	77	48	209	140
2007	85	78	27	23	112	101	74	66	186	167
Taxa (permilagem)										
2002	2,7	2,5	0,9	0,7	3,6	3,3	1,8	1,4	5,3	4,7
2003	2,3	1,8	0,6	0,7	2,9	2,5	1,1	1,8	4,0	4,3
2004	1,9	1,5	1,1	0,5	3,0	2,1	1,4	1,1	4,4	3,2
2005	1,5	1,6	0,7	0,6	2,2	2,2	1,3	1,2	3,5	3,5
2006	1,7	1,4	0,8	0,4	2,4	1,8	1,4	0,9	3,9	2,7
2007	1,6	1,6	0,5	0,5	2,1	2,0	1,4	1,3	3,5	3,4

¹³ Na análise por sexo da mortalidade neonatal e pós-neonatal alerta-se que, devido ao reduzido número de ocorrências destes fenómenos, se podem observar flutuações anuais expressivas. Este aspecto deve ter-se em consideração na leitura dos valores dos indicadores apresentados.

A idade das mães

Em 2007, as taxas de mortalidade neonatais precoces (relativas aos primeiros 6 dias de vida) mais elevadas verificaram-se entre as mães mais jovens (menos de 20 anos de idade) e as mães com idades iguais ou superiores a 35 anos. As taxas de mortalidade neonatais

(óbitos de crianças com menos de 28 dias por mil nados vivos) apresentam, contudo, menores disparidades, verificando-se a mais baixa (1,7‰) para as mães entre os 25 e os 29 anos.

Figura 5.10
Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por idade das mães, Portugal, 2002-2007

	Total (*)	Menos de 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40 e +
Número de óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias)							
2002	297	28	46	101	68	44	8
2003	232	16	38	84	64	23	7
2004	188	13	29	55	52	29	9
2005	170	7	29	42	47	32	13
2006	164	12	26	55	46	17	8
2007	163	10	25	37	54	31	6
Número de óbitos neonatais (com menos de 28 dias)							
2002	391	32	65	131	97	55	9
2003	304	21	53	107	84	29	10
2004	280	15	49	74	80	51	10
2005	240	12	44	66	66	39	13
2006	224	15	37	78	63	19	12
2007	213	11	33	51	67	41	8
Taxa de mortalidade neonatal precoce (por mil nados vivos)							
2002	2,6	4,2	2,2	2,6	2,1	3,2	2,9
2003	2,1	2,6	2,0	2,3	1,9	1,6	2,4
2004	1,7	2,2	1,7	1,6	1,5	2,0	2,9
2005	1,6	1,3	1,7	1,2	1,3	2,2	4,2
2006	1,6	2,4	1,7	1,7	1,3	1,1	2,5
2007	1,6	2,1	1,7	1,3	1,5	2,0	1,9
Taxa de mortalidade neonatal (por mil nados vivos)							
2002	3,4	4,8	3,2	3,4	3,0	4,0	3,3
2003	2,7	3,4	2,8	2,9	2,5	2,1	3,5
2004	2,6	2,6	2,8	2,1	2,4	3,6	3,3
2005	2,2	2,2	2,6	1,9	1,9	2,6	4,2
2006	2,1	3,1	2,4	2,5	1,8	1,3	3,7
2007	2,1	2,3	2,3	1,7	1,9	2,6	2,6

(*) O valor de óbitos neonatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das idades das mães devido à existência de registos de idade ignorada.

Figura 5.11

Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia por idade das mães, Portugal, 2002-2007

	Total (*)	Menos de 20	20-24	25-29	30-34	35 e+
Número de óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas)						
2002	388	104	113	94	55	21
2003	349	71	106	95	54	22
2004	294	22	55	87	65	60
2005	306	70	78	100	43	13
2006	324	17	45	78	88	91
2007	289	11	41	75	94	65
Taxa de mortalidade fetal tardia (por mil nados vivos e fetos mortos com 28 ou mais semanas)						
2002	3,4	15,2	5,5	2,4	1,7	1,3
2003	3,1	11,4	5,6	2,6	1,6	1,3
2004	2,7	3,8	3,1	2,5	1,9	3,5
2005	2,8	12,5	4,6	2,9	1,2	0,7
2006	3,1	3,5	2,9	2,5	2,5	4,9
2007	2,8	2,3	2,8	2,5	2,7	3,5

(*) O valor de óbitos fetais tardios de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das idades das mães devido à existência de registos de idade ignorada.

A taxa de mortalidade fetal tardia não apresenta uma tendência clara segundo a idade das mães, embora, em geral, as taxas mais elevadas se verifiquem entre as mulheres com menos de 20 anos de idade. No último ano, esta tendência altera-se, observando-se a menor taxa de mortalidade fetal precisamente para as mulheres com menos de 20 anos.

As semanas de gestação

O número de semanas de gestação é um dos factores com maior influência na mortalidade neonatal. As crianças com menor número de semanas de gestação (idade gestacional) terão, em princípio, um risco mais elevado de falecerem nos primeiros dias de vida, aspecto que se reflecte nas taxas de mortalidade neonatal e neonatal precoce, mais elevadas entre os nados vivos com menos de 27 semanas de gestação.

Figura 5.12
Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por semanas de gestação, Portugal, 2002-2007

	Total (*)	27 e menos semanas	28 a 31 semanas	32 a 36 semanas	37 e mais semanas
Número de óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias)					
2002	297	122	34	40	78
2003	232	89	33	36	56
2004	188	78	31	27	42
2005	170	67	19	20	46
2006	164	60	19	25	50
2007	163	54	28	30	49
Número de óbitos neonatais (com menos de 28 dias)					
2002	391	147	53	55	105
2003	304	108	48	44	80
2004	280	103	39	43	76
2005	240	90	29	32	65
2006	224	76	27	34	75
2007	213	66	38	38	64
Taxa de mortalidade neonatal precoce (por mil nados vivos)					
2002	2,6	397,4	53,8	6,3	0,7
2003	2,1	349,0	50,6	5,3	0,5
2004	1,7	254,9	43,7	4,2	0,4
2005	1,6	230,2	28,2	3,2	0,5
2006	1,6	256,4	28,1	3,4	0,5
2007	1,6	200,7	32,5	3,7	0,5
Taxa de mortalidade neonatal (por mil nados vivos)					
2002	3,4	478,8	83,9	8,6	1,0
2003	2,7	423,5	73,6	6,5	0,8
2004	2,6	336,6	54,9	6,7	0,7
2005	2,2	309,3	43,1	5,2	0,6
2006	2,1	324,8	40,0	4,6	0,8
2007	2,1	245,4	44,1	4,7	0,7

(*) O valor de óbitos neonatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das das semanas de gestação devido à existência de registos de gestação ignorada.

capítulo

Nupcialidade (celebração e dissolução de casamentos)

6

Capítulo 6 - Nupcialidade (celebração e dissolução de casamentos)

Índice de Figuras

6.1 CELEBRAÇÃO DE CASAMENTOS

Evolução desde 1900

Figura 6.1.1 - Casamentos (em milhares), Portugal, 1900-2007

Figura 6.1.2 - Taxa bruta de nupcialidade (por mil habitantes), Portugal, 1900-2007

Figura 6.1.3 - Casamentos e taxas brutas de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Casamentos entre portugueses e estrangeiros

Figura 6.1.4 - Casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges, 2002-2007

Casamentos por meses

Figura 6.1.5 - Casamentos por meses, Portugal, 2007

Casamentos por forma de celebração

Figura 6.1.6 - Casamentos por forma de celebração, Portugal, 1935-2007

Figura 6.1.7 - Casamentos por forma de celebração, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Casamentos por estado civil anterior

Figura 6.1.8 - Primeiros casamentos, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Casamentos por idades dos cônjuges

Figura 6.1.9 - Idades médias ao primeiro casamento e ao casamento, Portugal, 1960-2007

Figura 6.1.10 - Idade média ao casamento, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 6.1.11 - Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Casamentos com filhos anteriores comuns e não comuns

Figura 6.1.12 - Casamentos segundo a existência de filhos comuns e não comuns anteriores ao casamento e o número de filhos, Portugal, 2002-2007

Capítulo 6 - Nupcialidade (celebração e dissolução de casamentos)

Índice de Figuras

Casamentos segundo a residência anterior comum

Figura 6.1.13 - Casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Figura 6.1.14 - Casamentos com residência anterior comum, NUTS III, 2007

6.2 CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR MORTE

Figura 6.2.1 - Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez (por mil habitantes), Portugal e NUTS II, 2002-2007

6.3 CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO

Evolução desde 1970

Figura 6.3.1 - Divórcios decretados, Portugal, 1970-2007

Figura 6.3.2 - Taxa bruta de divorcialidade (por mil habitantes), Portugal, 1970-2007

Figura 6.3.3 - Divórcios decretados e taxas brutas de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

Idade ao divórcio

Figura 6.3.4 - Idade média ao divórcio (anos), por sexo, Portugal, 2002-2007

Por duração do casamento

Figura 6.3.5 - Duração média do casamento à data do divórcio (anos), Portugal, 2002-2007

NUPCIALIDADE

(celebração e dissolução de casamentos)

6.1 CELEBRAÇÃO DE CASAMENTOS

Em Portugal, em 2007, realizaram-se **46 329** casamentos, menos **1 528** (-3,1%) do que em 2006 (**47 857**).

Evolução desde 1900

Durante o século XX e primeiros anos do século XXI, o número de casamentos mostrou, em geral, uma tendência crescente até 1975 (exceptuando, sobretudo, os anos da Primeira Guerra Mundial), ano em que se observou o máximo de celebrações do período em análise, para iniciar uma tendência oposta, com poucas excepções, até 2007. A assinatura do Protocolo adicional

à Concordata entre o Estado português e o Vaticano – que veio permitir o divórcio aos casados pela Igreja Católica e a regularização de outras situações que não eram permitidas por lei –, o retorno dos portugueses das ex-colónias e dos militares que participaram na guerra colonial, justificam os valores atingidos em meados dos anos 70.

Figura 6.1.1

Casamentos (em milhares), Portugal, 1900-2007

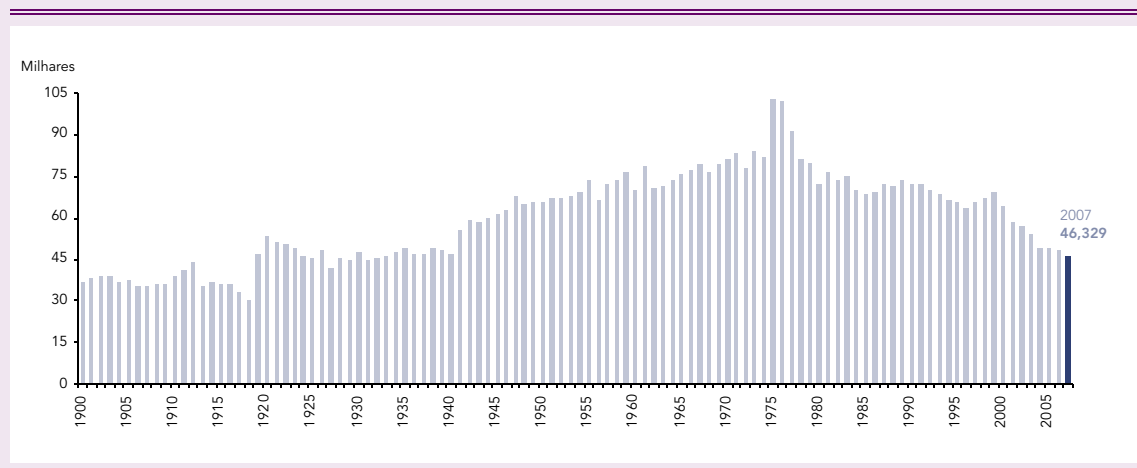
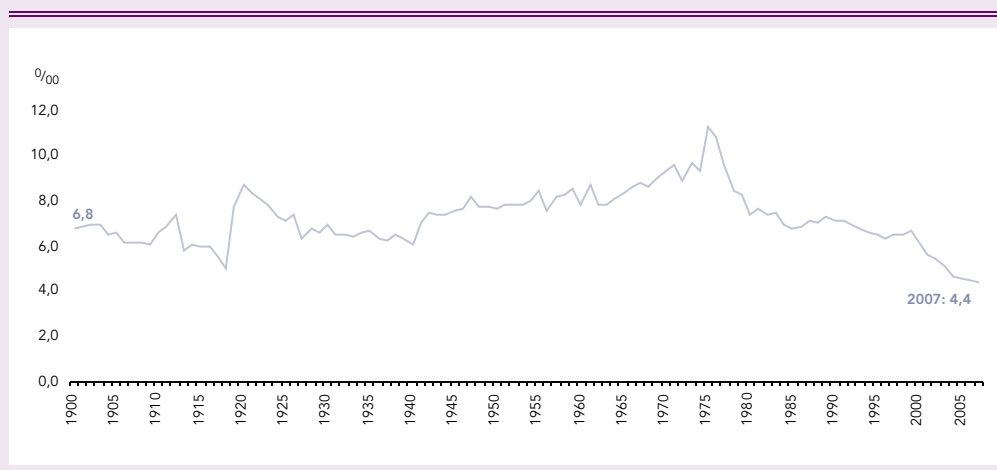


Figura 6.1.2
Taxa bruta de nupcialidade (por mil habitantes), Portugal, 1900-2007



Os valores da taxa bruta de nupcialidade, para o período de 1900 a 2007, acompanham a tendência de evolução do número de casamentos.

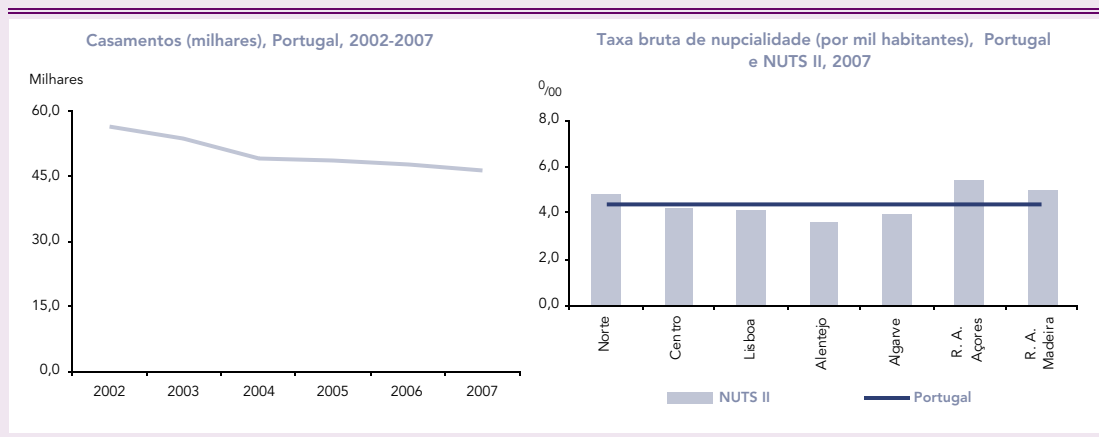
Desde o início do século XXI que os valores da taxa de nupcialidade têm vindo a situar-se abaixo dos 6

casamentos por mil habitantes. Em 2007, Portugal registou uma taxa de nupcialidade de 4,4 casamentos por mil habitantes, o valor mais baixo de todo o período em análise, e apenas as Regiões Autónomas dos Açores (5,4‰) e da Madeira (5,0‰) e o Norte (4,4‰) apresentaram em 2007 taxas de nupcialidade superiores ao valor médio nacional.

Figura 6.1.3

Casamentos e taxas brutas de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos								
2002	56 457	21 849	12 084	14 099	3 569	1 807	1 502	1 547
2003	53 735	20 828	11 556	13 100	3 343	1 809	1 541	1 558
2004	49 178	19 161	10 847	11 730	2 887	1 592	1 494	1 467
2005	48 671	18 680	10 551	11 863	3 052	1 645	1 499	1 381
2006	47 857	18 502	10 342	11 778	2 779	1 662	1 465	1 329
2007	46 329	17 872	9 914	11 574	2 761	1 672	1 304	1 232
Taxa bruta de nupcialidade (por mil habitantes)								
2002	5,4	5,9	5,1	5,2	4,7	4,6	6,3	6,4
2003	5,1	5,6	4,9	4,8	4,4	4,5	6,4	6,4
2004	4,7	5,2	4,6	4,3	3,8	3,9	6,2	6,0
2005	4,6	5,0	4,4	4,3	4,0	4,0	6,2	5,6
2006	4,5	4,9	4,3	4,2	3,6	4,0	6,0	5,4
2007	4,4	4,8	4,2	4,1	3,6	3,9	5,4	5,0



Casamentos entre portugueses e estrangeiros

O número de casamentos entre portugueses e estrangeiros continua a aumentar. Em 2007, a proporção destes no total de casamentos atingiu os **12,3%**, um valor **2,0** pontos percentuais superior ao de 2006 (**10,3%**). Analisando por sexo, destacam-se os casamentos de homens portugueses com mulheres estrangeiras (**8,4%**).

Figura 6.1.4

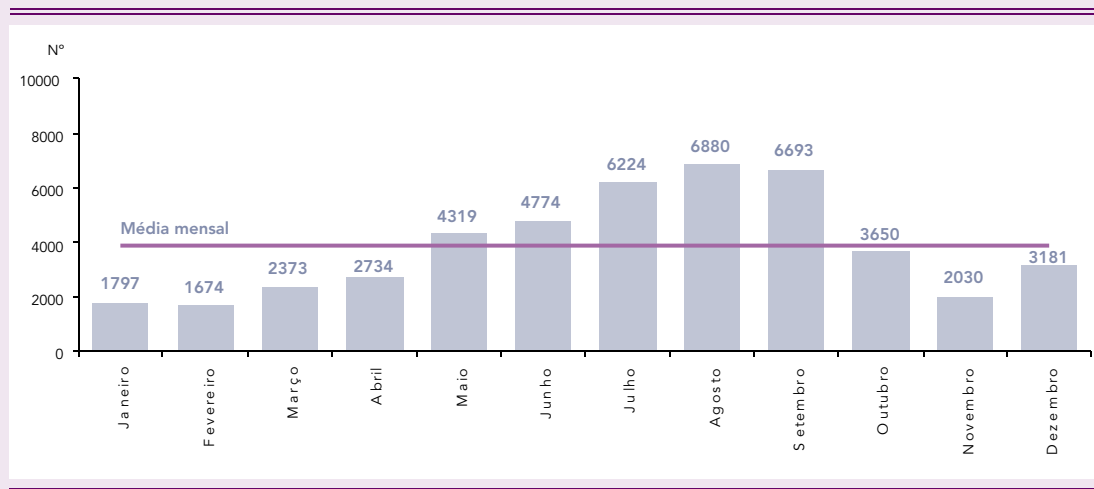
Casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges, Portugal, 2002-2007

	Total casamentos	Cônjuge masculino	Cônjuge feminino		Nacionalidade (%)	
			Estrangeira	Portuguesa	Estrangeira	Portuguesa
2002	56 457	Estrangeira	342	1 218	0,6	2,2
		Portuguesa	1 503	53 394	2,7	94,6
2003	53 735	Estrangeira	395	1 448	0,7	2,7
		Portuguesa	2 134	49 758	4,0	92,6
2004	49 178	Estrangeira	407	1 335	0,8	2,7
		Portuguesa	2 202	45 234	4,5	92,0
2005	48 671	Estrangeira	423	1 346	0,9	2,8
		Portuguesa	2 563	44 339	5,3	91,1
2006	47 857	Estrangeira	753	1 549	1,6	3,2
		Portuguesa	3 394	42 161	7,1	88,1
2007	46 329	Estrangeira	1 003	1 773	2,2	3,8
		Portuguesa	3 905	39 648	8,4	85,6

Casamentos por meses

Em 2007, **53,0%** dos casamentos – **25 291** – realizou-se nos meses de Verão (entre Junho e Setembro), sendo Agosto o mês mais procurado (**6 880**), seguido de Setembro (**6 693**) e Julho (**6 224**). Em média, foram registados cerca de **127** casamentos por dia ao longo de 2007, aumentando para **223** em Setembro, **222** em Agosto e **201** em Julho.

Figura 6.1.5
Casamentos por meses, Portugal, 2007



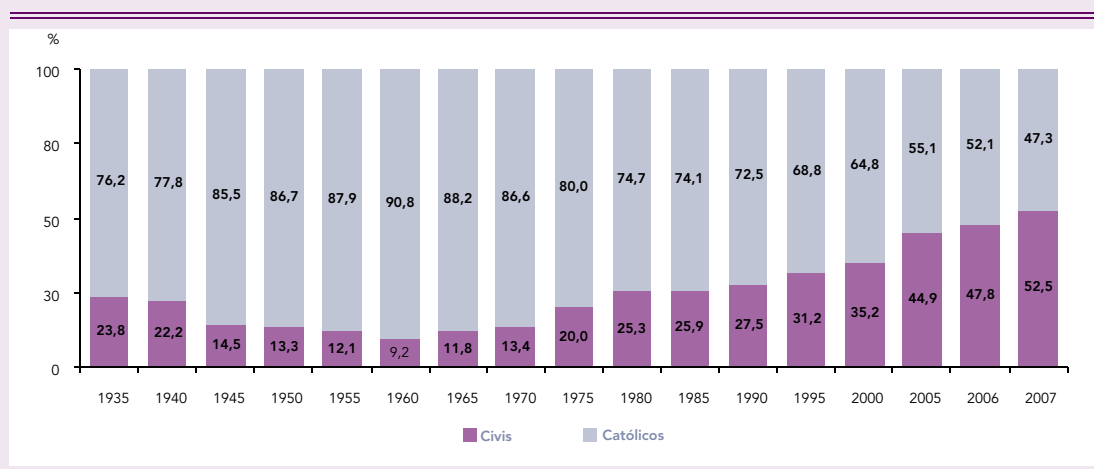
Casamentos por forma de celebração

Em Portugal, em 2007, **21 924** casamentos foram celebrados pelo rito católico, **22 895** realizados só civilmente e **88** casamentos foram celebrados segundo outros ritos religiosos¹⁴. A tendência decrescente do número de casamentos nos últimos anos tem sido acompanhada pela acentuada redução do número de

casamentos católicos e pela relativa estabilidade do número de casamentos civis.

Em proporção, **52,5%** dos casamentos registados naquele ano foram casamentos apenas celebrados civilmente e **47,3%** seguiram o rito católico, observando-se, pela primeira vez, um peso superior dos casamentos civis relativamente aos casamentos religiosos.

Figura 6.1.6
Casamentos por forma de celebração, Portugal, 1935-2007¹⁴



¹⁴ Decreto-Lei n.º 324/2007 – o casamento celebrado sob forma religiosa perante um ministro de culto de uma igreja ou comunidade religiosa radicada em Portugal passou, a partir de 2007, a produzir efeitos civis à semelhança do casamento católico. Em 2007, 88 casamentos foram celebrados segundo outros ritos religiosos.

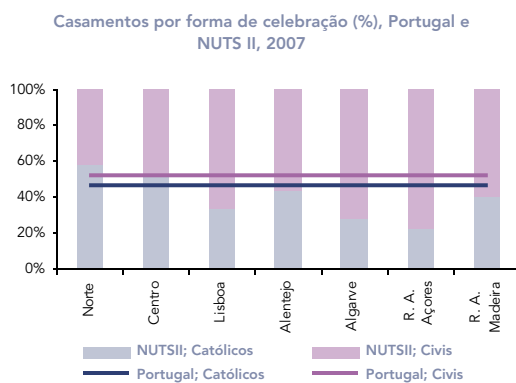
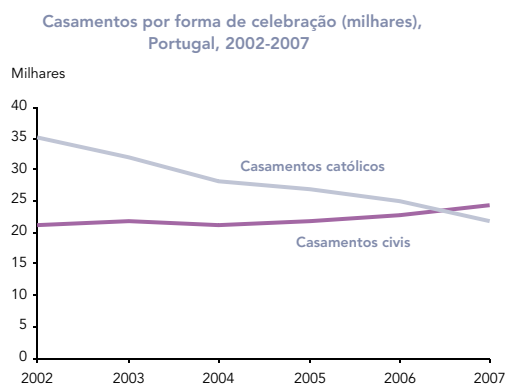
Em 2007, à excepção das regiões Norte e Centro, as restantes regiões apresentam percentagens de

casamentos civis acima dos 50%, chegando a atingir valores acima dos 70% na região do Algarve e na Região Autónoma dos Açores.

Figura 6.1.7

Casamentos por forma de celebração, Portugal e NUTS II, 2002-2007¹⁴

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos católicos								
2002	35 301	16 099	7 941	7 408	1 951	833	339	730
2003	32 038	14 698	7 330	6 371	1 762	789	417	671
2004	28 094	13 026	6 588	5 535	1 426	599	354	566
2005	26 809	12 352	6 267	5 124	1 530	639	318	579
2006	24 950	11 706	5 834	4 589	1 315	561	379	566
2007	21 924	10 343	5 190	3 922	1 193	476	299	501
Percentagem de casamentos católicos (%)								
2002	62,5	73,7	65,7	52,5	54,7	46,1	22,6	47,2
2003	59,6	70,6	63,4	48,6	52,7	43,6	27,1	43,1
2004	57,1	68,0	60,7	47,2	49,4	37,6	23,7	38,6
2005	55,1	66,1	59,4	43,2	50,1	38,8	21,2	41,9
2006	53,9	65,5	58,8	39,6	47,6	33,6	29,1	45,9
2007	47,3	57,9	52,4	33,9	43,2	28,5	22,9	40,7
Número de casamentos civis								
2002	21 156	5 750	4 143	6 691	1 618	974	1 163	817
2003	21 697	6 130	4 226	6 729	1 581	1 020	1 124	887
2004	21 084	6 135	4 259	6 195	1 461	993	1 140	901
2005	21 862	6 328	4 284	6 739	1 522	1 006	1 181	802
2006	22 895	6 795	4 506	7 180	1 464	1 101	1 086	763
2007	24 317	7 508	4 719	7 592	1 566	1 196	1 005	731
Percentagem de casamentos civis (%)								
2002	37,5	26,3	34,3	47,5	45,3	53,9	77,4	52,8
2003	40,4	29,4	36,6	51,4	47,3	56,4	72,9	56,9
2004	42,9	32,0	39,3	52,8	50,6	62,4	76,3	61,4
2005	44,9	33,9	40,6	56,8	49,9	61,2	78,8	58,1
2006	49,4	38,0	45,5	62,0	53,0	65,8	83,3	61,9
2007	52,5	42,0	47,6	65,6	56,7	71,5	77,1	59,3



Casamentos por estado civil anterior

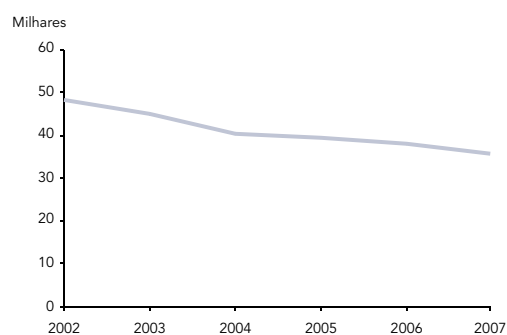
Do total de casamentos celebrados em 2007, 35 715 (77,1%) diziam respeito a primeiros casamentos (mulheres solteiras com homens solteiros), proporção inferior à de 2006 (79,4%), significando um peso crescente da

nupcialidade de segunda ordem ou superior. Em termos regionais, Lisboa, Alentejo e Algarve apresentavam percentagens de primeiros casamentos inferiores à média nacional.

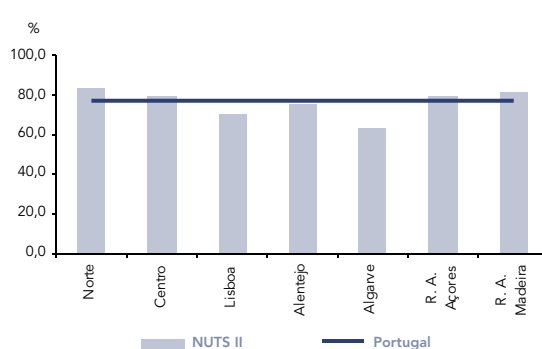
Figura 6.1.8
Primeiros casamentos, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de primeiros casamentos								
2002	48 444	19 687	10 482	11 265	3 019	1 402	1 275	1 314
2003	44 907	18 313	9 796	10 085	2 761	1 360	1 282	1 310
2004	40 512	16 757	9 015	8 874	2 342	1 113	1 221	1 190
2005	39 535	16 149	8 666	8 765	2 447	1 191	1 191	1 126
2006	38 015	15 657	8 314	8 425	2 174	1 173	1 193	1 079
2007	35 715	14 764	7 791	8 033	2 059	1 049	1 025	994
Percentagem de primeiros casamentos (%)								
2002	85,8	90,1	86,7	79,9	84,6	77,6	84,9	84,9
2003	83,6	87,9	84,8	77,0	82,6	75,2	83,2	84,1
2004	82,4	87,5	83,1	75,7	81,1	69,9	81,7	81,1
2005	81,2	86,5	82,1	73,9	80,2	72,4	79,5	81,5
2006	79,4	84,6	80,4	71,5	78,2	70,6	81,4	81,2
2007	77,1	82,6	78,6	69,4	74,6	62,7	78,6	80,7

Primeiros casamentos (milhares) , Portugal, 2002-2007



Primeiros casamentos (%), Portugal e NUTS II, 2007



Casamentos por idades dos cônjuges

O retardar da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas e para ambos os sexos, tendo-se registado, nos últimos cinco anos, um aumento de 2,2 anos para os homens e 2,1

para as mulheres, na idade média ao casamento, e de 1,4 anos para os homens e as mulheres, na idade média ao primeiro casamento.

Figura 6.1.9
Idades médias ao primeiro casamento e ao casamento, Portugal, 1960-2007

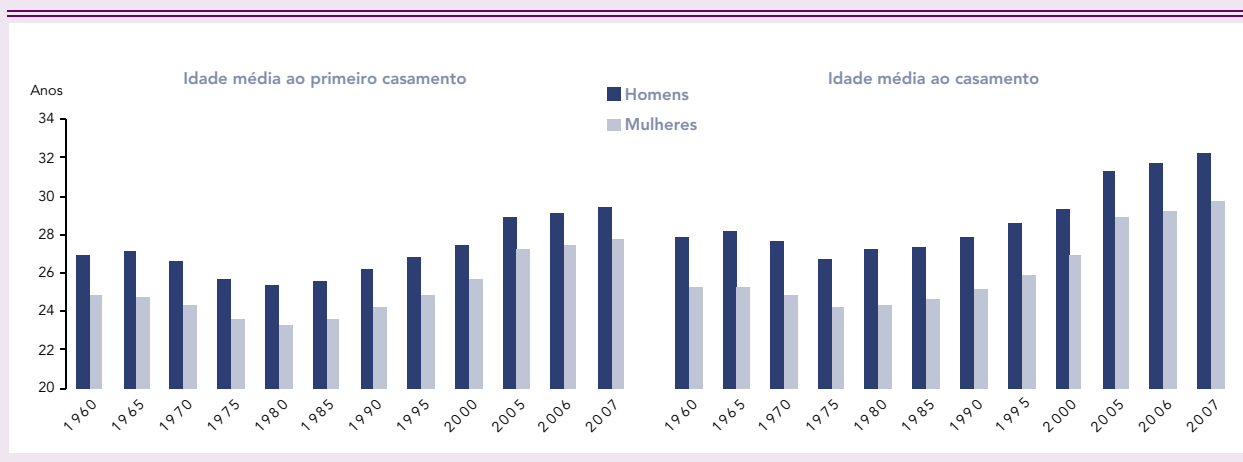
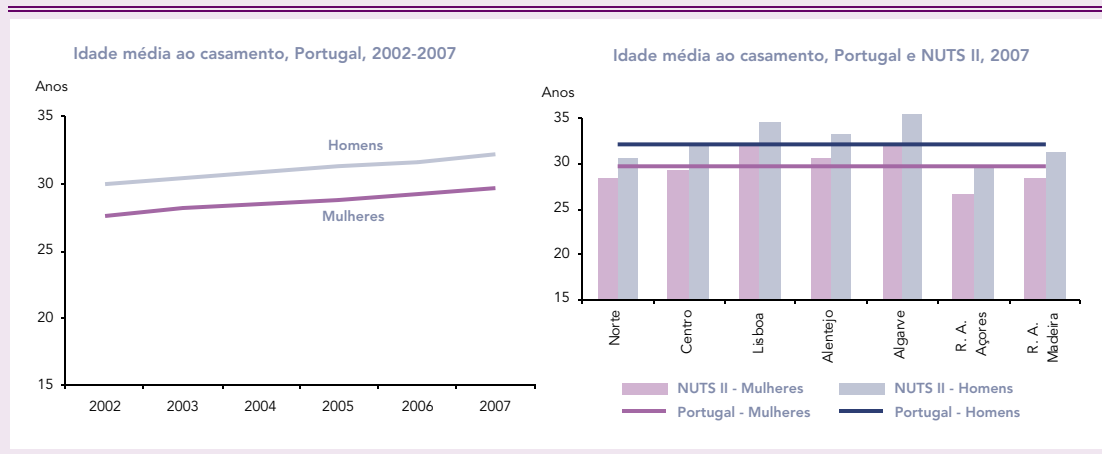


Figura 6.1.10
Idade média ao casamento, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média ao casamento - Mulheres								
2002	27,6	26,4	27,3	29,9	28,2	29,0	24,5	27,0
2003	28,2	27,0	27,8	30,5	28,7	30,0	24,8	27,6
2004	28,5	27,2	28,2	30,9	29,0	30,8	25,3	27,7
2005	28,9	27,5	28,6	31,3	29,7	30,9	25,7	28,1
2006	29,2	27,9	28,9	31,7	29,8	31,3	26,0	28,2
2007	29,7	28,4	29,4	32,1	30,6	32,1	26,6	28,5
Idade média ao casamento - Homens								
2002	30,0	28,7	29,6	32,0	30,6	32,0	27,8	29,8
2003	30,5	29,2	30,2	32,7	31,1	32,7	28,0	30,0
2004	30,9	29,5	30,6	33,2	31,5	33,5	28,1	30,6
2005	31,3	29,8	31,0	33,8	32,2	33,6	29,0	30,9
2006	31,7	30,2	31,3	34,2	32,4	34,2	28,9	30,9
2007	32,2	30,7	31,9	34,6	33,2	35,4	29,6	31,3

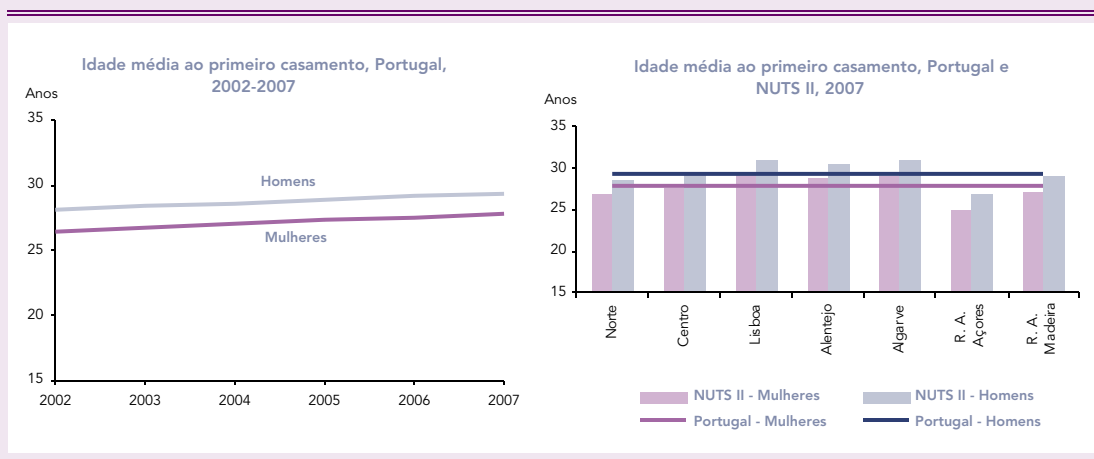


Em 2007, a idade média ao casamento foi de 32,2 anos para os homens e 29,7 anos para as mulheres. Em média, os homens nubentes que casaram naquele ano tinham

mais 2,5 anos do que as mulheres. Esta diferença era mais acentuada no Algarve (3,3) e na Região Autónoma dos Açores (3,0).

Figura 6.1.11
Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média ao primeiro casamento - Mulheres								
2002	26,4	25,6	26,2	28,0	27,0	27,4	23,5	26,2
2003	26,8	26,1	26,5	28,5	27,3	28,0	23,6	26,7
2004	27,0	26,2	26,8	28,7	27,5	28,3	24,0	26,4
2005	27,3	26,5	27,1	29,0	28,1	28,1	24,1	26,9
2006	27,5	26,7	27,3	29,2	28,0	28,8	24,5	26,8
2007	27,8	27,0	27,7	29,5	28,7	29,0	25,0	27,2
Idade média ao primeiro casamento - Homens								
2002	28,0	27,3	27,9	29,3	28,7	29,4	26,0	27,8
2003	28,4	27,6	28,2	29,7	29,2	29,7	26,2	28,2
2004	28,6	27,8	28,5	30,1	29,4	30,1	26,3	28,5
2005	28,9	28,1	28,7	30,4	29,9	30,4	27,0	28,5
2006	29,1	28,3	28,9	30,7	30,0	30,7	27,0	28,7
2007	29,4	28,5	29,3	30,9	30,4	31,1	27,0	29,1



A idade média ao primeiro casamento tem vindo igualmente a aumentar para ambos os sexos, situando-se em 2007 em 29,4 anos para os homens e 27,8 anos para as mulheres. Nesta situação, em média, os homens nubentes tinham mais 1,6 anos do que as mulheres nubentes, sendo que no Algarve (2,1), na Região Autónoma dos Açores (2,0 anos) e na Região Autónoma da Madeira (1,9) a diferença era mais significativa.

Casamentos com filhos anteriores comuns e não comuns

Em 26,6% dos casamentos celebrados em 2007 existiam filhos anteriores ao casamento, sendo a proporção de casamentos com filhos anteriores não comuns superior à de casamentos com filhos comuns (17,7% e 8,9%, respectivamente).

Figura 6.1.12

Casamentos segundo a existência de filhos comuns e não comuns anteriores ao casamento e o número de filhos, Portugal, 2002-2007

	Casamentos					Filhos			
	Total de casamentos	Com filhos comuns	Sem filhos comuns	Com filhos não comuns	Sem filhos não comuns	Filhos comuns	Filhos não comuns		
							Total	Filhos do marido	Filhos da mulher
2002	56 457	2 908	53 549	6 747	49 710	3 826	14 919	8 196	6 723
2003	53 735	3 637	50 098	7 576	46 159	4 825	16 743	8 924	7 819
2004	49 178	4 188	44 990	7 618	41 560	5 413	16 674	8 967	7 707
2005	48 671	4 664	44 007	8 053	40 618	5 887	17 789	9 502	8 287
2006	47 857	4 378	43 479	7 826	40 031	5 630	17 342	9 130	8 212
2007	46 329	4 118	42 211	8 218	38 111	5 361	18 744	9 590	9 154

Casamentos segundo a residência anterior comum

Em perto de um terço dos casamentos realizados em 2007 (31,8%) os nubentes já possuíam residência anterior comum. Esta situação tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos. Entre 2002 e 2007, a proporção de casamentos naquelas circunstâncias aumentou de 18,1% para 31,8%.

As diferenças regionais quanto a esta realidade são bem visíveis: em 2007, em cerca de 54,4% dos casamentos celebrados no Algarve os nubentes possuíam residência comum, seguindo-se-lhe Lisboa (43,5%), com valores

bastante acima dos verificados para Portugal. As proporções abaixo da média nacional observaram-se no Norte (21,5%) e no Centro (30,8%). No entanto, a tendência de aumento é comum a todas as regiões.

A distribuição geográfica por NUTS III confirma que é na faixa litoral sul de Portugal que se concentravam as maiores proporções de casamentos com residência anterior comum, destacando-se, para além do Algarve (54,4%), o Alentejo Litoral (51,9%), a Península de Setúbal (51,3%), o Oeste (44,5%) e a Grande Lisboa (40,5%). Em contraste, as NUTS III do Norte apresentavam as proporções mais baixas: 10,6% no Tâmega, 14,6% no Ave e 17,3% no Douro.

Figura 6.1.13

Casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos com residência anterior comum								
2002	10 208	2 290	1 937	3 896	795	766	273	251
2003	11 072	2 664	2 192	4 016	853	736	321	290
2004	11 067	2 692	2 278	3 924	776	709	361	327
2005	12 046	3 008	2 364	4 327	891	732	393	331
2006	12 718	3 215	2 617	4 367	890	844	427	358
2007	14 716	3 849	3 054	5 040	1 017	909	454	393
Percentagem de casamentos com residência anterior comum (%)								
2002	18,1	10,5	16,0	27,6	22,3	42,4	18,2	16,2
2003	20,6	12,8	19,0	30,7	25,5	40,7	20,8	18,6
2004	22,5	14,0	21,0	33,5	26,9	44,5	24,2	22,3
2005	24,7	16,1	22,4	36,5	29,2	44,5	26,2	24,0
2006	26,6	17,4	25,3	37,1	32,0	50,8	29,1	26,9
2007	31,8	21,5	30,8	43,5	36,8	54,4	34,8	31,9

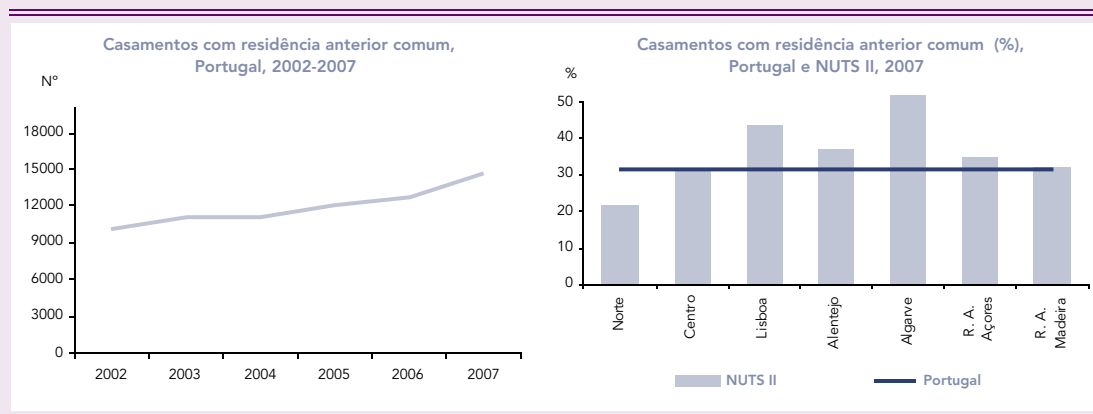
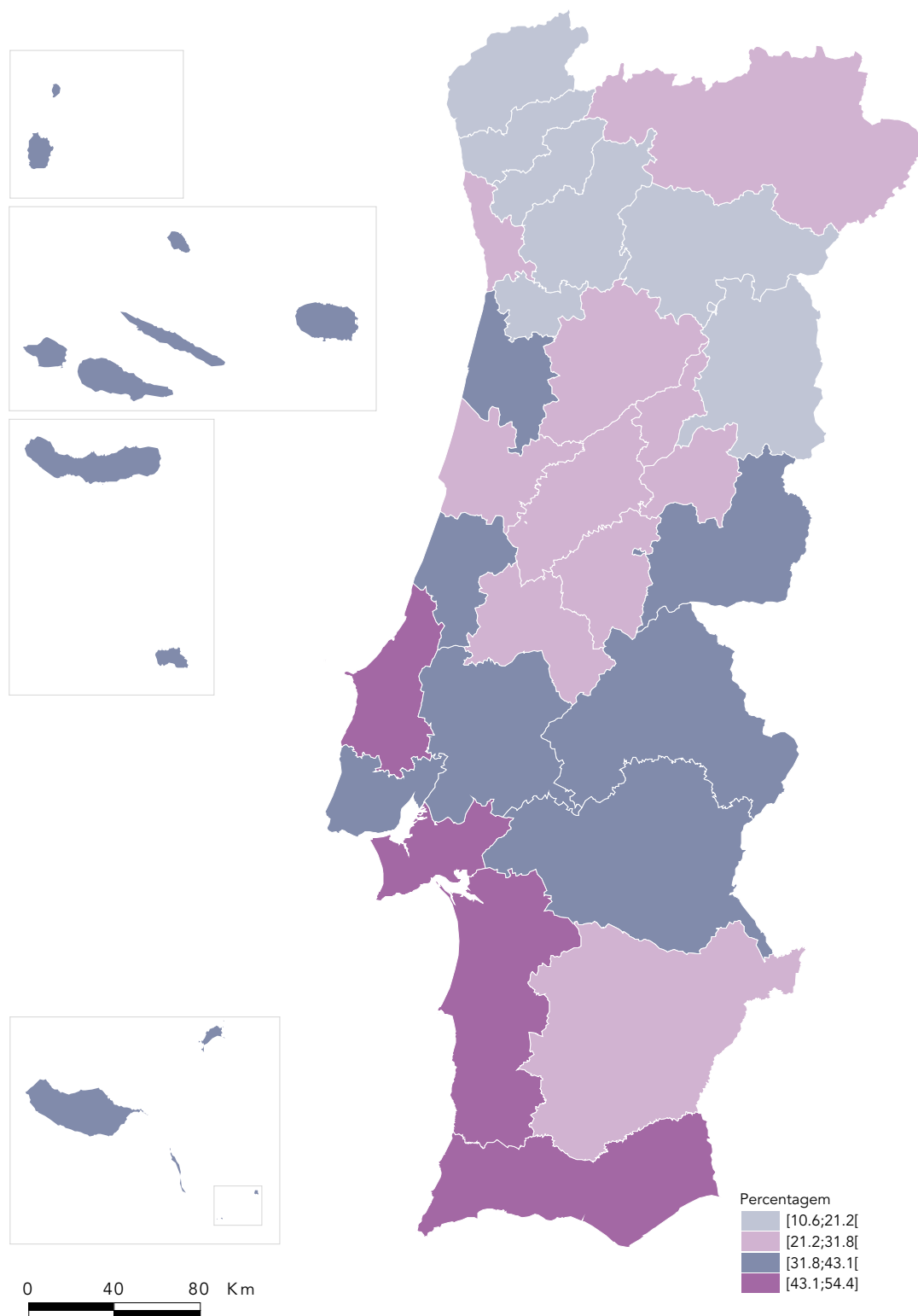


Figura 6.1.14
Casamentos com residência anterior comum, NUTS III, 2007



6.2 CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR MORTE

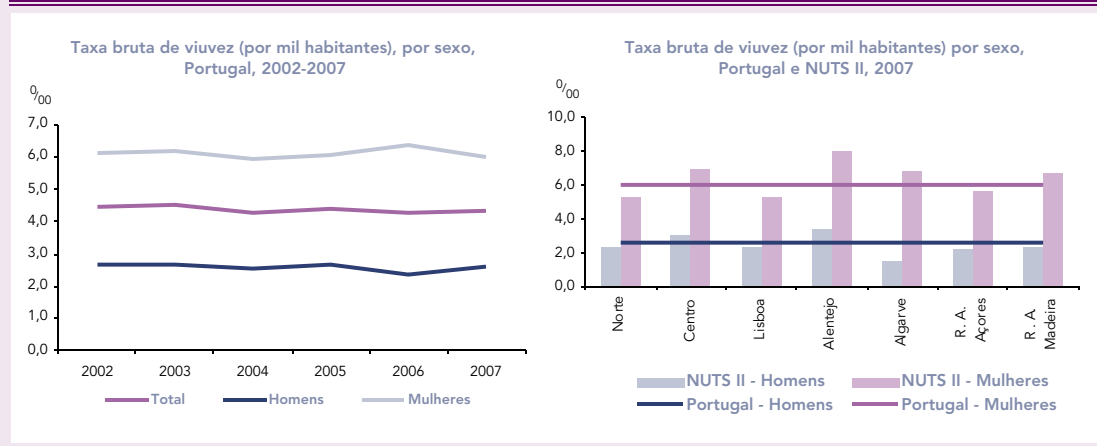
Em Portugal, em 2007, ocorreram 46 040 casamentos dissolvidos por morte do cônjuge. Destas dissoluções resultaram 13 294 viúvos e 32 746 viúvas. A viuvez afecta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina. A taxa bruta de viuvez das mulheres, naquele ano, mais do que duplica a dos homens (2,6 por mil homens e 6,0 por mil mulheres).

A nível de NUTS II, o Alentejo detinha a taxa de viuvez mais elevada (5,8 por mil habitantes), seguido pelo Centro (5,1%), pela Região Autónoma da Madeira e Algarve (ambos com 4,7%), com taxas superiores à nacional. Estas são igualmente as regiões que apresentaram as maiores proporções de idosos, com excepção da Região Autónoma da Madeira.

Figura 6.2.1

Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez (por mil habitantes), Portugal e NUTS II, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos dissolvidos por morte								
2002	46 140	14 283	12 496	10 553	4 541	1 949	1 145	1 173
2003	46 902	14 920	12 447	10 544	4 667	1 978	1 140	1 206
2004	45 033	13 947	11 889	10 760	4 272	1 945	1 070	1 150
2005	46 428	14 598	12 055	10 989	4 553	2 033	1 048	1 152
2006	45 210	14 494	11 621	10 777	4 326	1 923	961	1 108
2007	46 040	14 542	12 116	10 869	4 393	1 998	964	1 157
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Total								
2002	4,5	3,9	5,3	3,9	5,9	4,9	4,8	4,9
2003	4,5	4,0	5,3	3,9	6,1	4,9	4,8	5,0
2004	4,3	3,7	5,0	3,9	5,6	4,8	4,4	4,7
2005	4,4	3,9	5,1	4,0	5,9	4,9	4,3	4,7
2006	4,3	3,9	4,9	3,9	5,7	4,6	4,0	4,5
2007	4,3	3,9	5,1	3,9	5,8	4,7	4,0	4,7
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Homens								
2002	2,7	2,3	3,3	2,3	3,5	2,7	2,5	2,7
2003	2,7	2,5	3,2	2,2	3,5	2,8	2,5	2,8
2004	2,5	2,2	3,0	2,3	3,2	2,7	2,3	2,8
2005	2,6	2,4	3,1	2,4	3,5	2,7	2,3	2,5
2006	2,3	2,2	2,7	2,1	3,2	2,5	2,2	2,2
2007	2,6	2,3	3,1	2,3	3,4	1,5	2,2	2,4
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Mulheres								
2002	6,1	5,3	7,2	5,4	8,2	7,1	7,0	6,8
2003	6,2	5,5	7,2	5,4	8,6	7,0	7,0	6,9
2004	5,9	5,2	6,9	5,4	7,8	6,8	6,6	6,4
2005	6,1	5,3	6,9	5,5	8,3	7,1	6,3	6,7
2006	6,3	5,7	7,2	5,8	8,2	6,7	5,8	7,1
2007	6,0	5,3	6,9	5,3	8,0	6,8	5,7	6,8



6.3 CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO

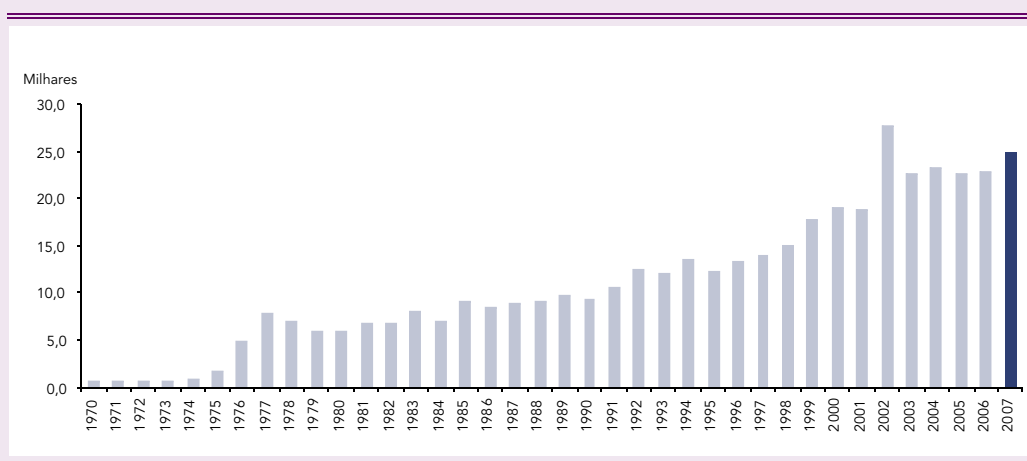
Em Portugal, em 2007, foram decretados **25 255** divórcios (valor provisório), mais **1 320** do que 2006 (**23 935**). Destes, **24 968** diziam respeito a casais residentes em território nacional e **287** a residentes no estrangeiro.

Os valores apresentados, neste capítulo, para o ano de 2007, incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

Evolução desde 1970

A dissolução do casamento por divórcio tem sido um acontecimento demográfico relevante em Portugal nos últimos trinta anos¹⁵. O número de divórcios tem aumentado de forma acentuada desde 1975, ano em que os casados catolicamente passaram a poder obter o divórcio civil¹⁶. Assim, passou-se de cerca de **500** divórcios decretados em 1970, para cerca de **1550** em 1975, ultrapassando os **10 000** no início dos anos noventa e os **20 000** em 2002¹⁷.

Figura 6.3.1
Divórcios decretados, Portugal, 1970-2007¹⁸



¹⁵ O número de divórcios decretados anteriores a 1970 é residual, não se justificando uma análise detalhada.

¹⁶ A partir de Julho de 1940, data em que entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 30615 que regulamentou a Concordata entre a Santa Sé e o Governo Português, os casamentos celebrados catolicamente deixaram de poder ser dissolvidos por divórcio.

¹⁷ Até 1994 era inquirida a residência do cônjuge demandante. De 1969 a 1994, as Estatísticas Demográficas designavam as residências no estrangeiro ou as residências ignoradas por "outras localidades" ou "outras residências". A partir de 1995, a residência passa a referir-se à localização da casa de morada de família, sendo possível individualizar as residências no estrangeiro. Deste modo, a análise apresentada diz respeito à totalidade dos divórcios decretados em Portugal até 1994 e, a partir desse ano, aos divórcios decretados em Portugal de indivíduos residentes apenas em território nacional.

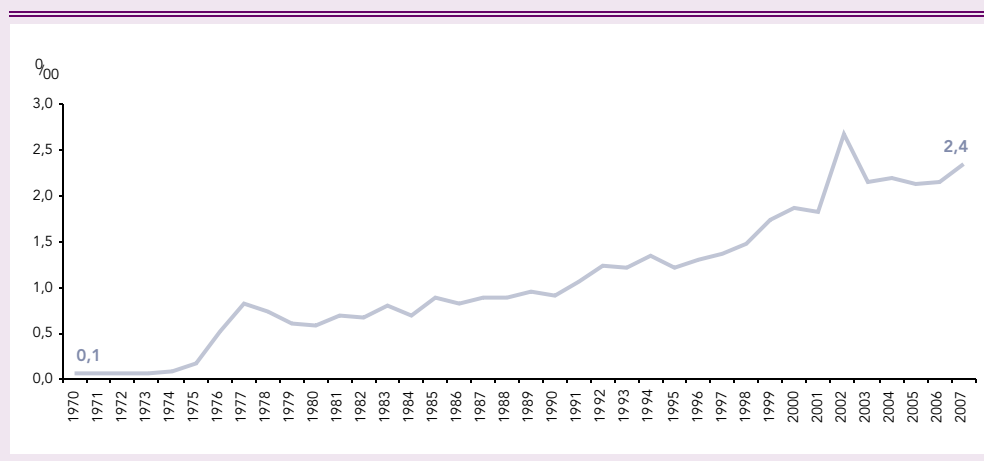
¹⁸ Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

As alterações legislativas introduzidas em 2002, relativas aos divórcios por mútuo consentimento decretados nas conservatórias do registo civil, podem justificar o pico do número de divórcios decretados em 2002 (27 708), o mais elevado de sempre. Apesar do número de divórcios decretados em 2005 ter contrariado a tendência de aumento registada desde 2003, em 2006 e 2007 verificou-se novamente um aumento relativamente aos anos anteriores.

Os valores da taxa bruta de divorcialidade, desde 1970, acompanham a tendência de evolução do número de divórcios decretados. Desde 2002 que a taxa bruta de divorcialidade apresenta um valor sempre superior a 2‰, atingindo em 2007 ¹⁹ o valor de 2,4 divórcios por mil habitantes, valor superior ao do ano anterior (2,2‰). A taxa máxima foi registada em 2002 (2,7‰).

Figura 6.3.2

Taxa bruta de divorcialidade (por mil habitantes), Portugal, 1970-2007²⁰



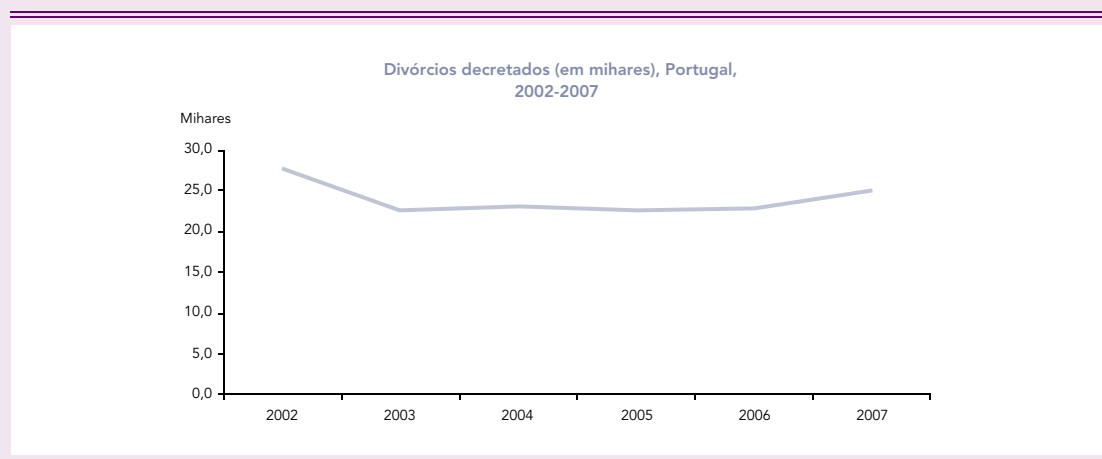
¹⁹ Ver nota anterior

²⁰ Ver nota anterior

Figura 6.3.3

Divórcios decretados e taxas brutas de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2002-2007²¹

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de divórcios decretados								
2002	27 708	8 180	5 639	9 517	1 753	1 250	657	712
2003	22 617	6 909	4 754	7 352	1 398	1 043	551	610
2004	23 161	7 170	4 850	7 531	1 420	961	626	603
2005	22 576	6 918	4 649	7 451	1 526	871	613	548
2006	22 881	7 653	4 547	7 058	1 439	1 024	593	567
2007	24 968 P _o	x	x	x	x	x	x	x
Taxa bruta de divorcialidade (por mil habitantes)								
2002	2,7	2,2	2,4	3,5	2,3	3,2	2,8	3,0
2003	2,2	1,9	2,0	2,7	1,8	2,6	2,3	2,5
2004	2,2	1,9	2,0	2,7	1,8	2,4	2,6	2,5
2005	2,1	1,9	2,0	2,7	2,0	2,1	2,5	2,2
2006	2,2	2,0	1,9	2,5	1,9	2,4	2,4	2,3
2007	2,4 P _o	x	x	x	x	x	x	x



²¹ Os dados para Portugal dizem respeito à totalidade dos divórcios decretados em Portugal de indivíduos residentes apenas em território nacional. Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

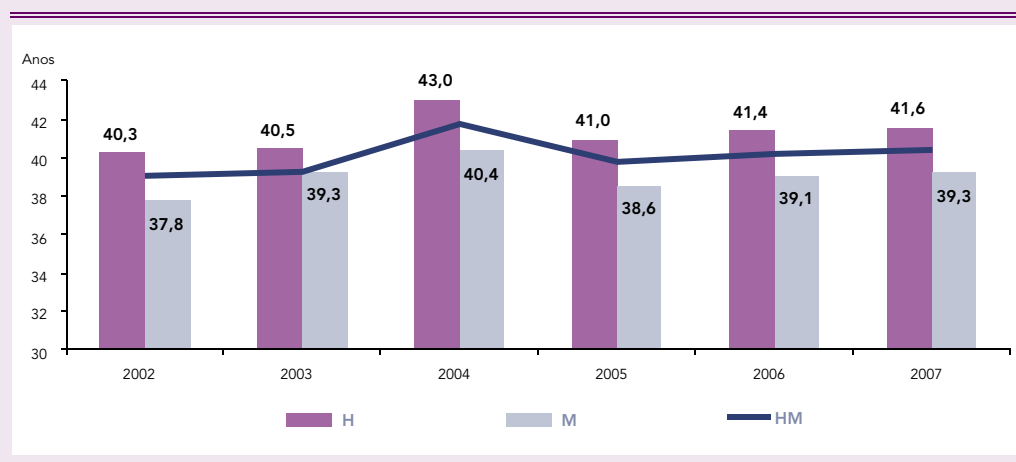
Idade ao divórcio

Em 2007 ²², cerca de 40% dos homens que se divorciaram tinham entre 30 a 39 anos, sendo esse valor de cerca de 37% para as mulheres. No entanto, a idade média ao divórcio ultrapassava os 40 anos (40,4 anos), para ambos os sexos, valor superior ao do ano anterior, que se fixou nos 40,2 anos.

A análise do indicador por sexo, desde o ano 2002, revela que a idade média dos homens ao divórcio manteve-se sempre mais elevada do que a idade média das mulheres, situando-se em 2007 ²³ em 41,6 anos para os homens e 39,3 anos para as mulheres.

Figura 6.3.4

Idade média ao divórcio (anos), por sexo, Portugal, 2002-2007 ²⁴



²² Ver nota anterior

²³ Ver nota anterior

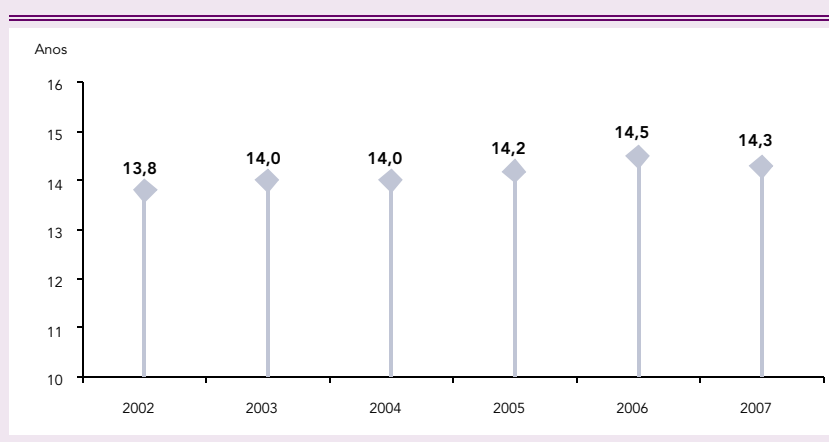
²⁴ Ver nota anterior

Por duração do casamento

Em 2007 ²⁵, a duração média do casamento à data do divórcio era de 14,3 anos, valor inferior ao do ano anterior (14,5 anos).

Figura 6.3.5

Duração média do casamento à data do divórcio (anos), Portugal, 2002-2007 ²⁶



²⁵ Ver nota anterior

²⁶ Ver nota anterior

capítulo

7

**Fluxos migratórios internacionais
e População estrangeira**

7.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

Solicitações de Autorizações de Residência

- Figura 7.1.1 - População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, 2002-2007
- Figura 7.1.2 - População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por sexo e grupo etário, 2002-2007
- Figura 7.1.3 - População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, Portugal e NUTSII, 2002-2007
- Figura 7.1.4 - População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por principais nacionalidades segundo o enquadramento legal, 2007
- Figura 7.1.5 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por principais nacionalidades segundo o país de nascimento (Portugal/estrangeiro), 2002-2007
- Figura 7.1.6 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por grupo etário e sexo, segundo o país de nascimento (Portugal/estrangeiro), 2002-2007
- Figura 7.1.7 - População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por motivo de entrada e sexo (%), 2002-2007

Vistos de Longa Duração concedidos pelos postos consulares portugueses

- Figura 7.1.8 - Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por tipo de visto, 2002-2007
- Figura 7.1.9 - Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por principais nacionalidades e tipo de visto, 2007

7.2 STOCK DE POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

População estrangeira com autorização de residência

- Figura 7.2.1 - População estrangeira com estatuto legal de residente, 1980-2007
- Figura 7.2.2 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, 2002-2007
- Figura 7.2.3 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por grupo etário e sexo, 2002-2007

Capítulo 7- Fluxos Migratórios Internacionais e População Estrangeira

Índice de Figuras

Figura 7.2.4 - Pirâmide etária da população estrangeira com estatuto legal de residente, 2007

Figura 7.2.5 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por distrito de residência, 2007

População estrangeira com Autorização de Permanência

Figura 7.2.6 - População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades, 2005-2007

Figura 7.2.7 - População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades e sexo, segundo o grupo etário, 2007

Figura 7.2.8 - População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por distrito de residência, 2007

População Estrangeira com visto de longa duração

Figura 7.2.9 - População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por principais nacionalidades, segundo o tipo de visto, 2007

Figura 7.2.10 - População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por grupo etário e sexo, segundo o tipo de visto, 2007

Figura 7.2.11 - População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por distrito, segundo o tipo de visto, 2007

Síntese

Figura 7.2.12 - População estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em Portugal, 2005-2007

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

A nível internacional, a análise das migrações é complexa por depender de um conjunto de fontes, administrativas e outras, que não abrangem todos os movimentos e que são baseadas em conceitos frequentemente não comparáveis. No plano conceptual, a correspondência dos vários dados estatísticos com os conceitos mais divulgados internacionalmente, nomeadamente os constantes nas Recomendações Internacionais sobre Estatísticas das Migrações Internacionais (ONU), não é imediata.

Na prática, as migrações internacionais costumam ser analisadas segundo diversas perspectivas: nacionalidade, país de nascimento e país de origem/destino dos indivíduos. Neste capítulo, será utilizada a perspectiva da nacionalidade, particularizando o caso da população de nacionalidade estrangeira. Será separada a vertente dos fluxos migratórios, sobretudo entradas anuais, da dos stocks, ou seja, efectivos de nacionalidade estrangeira a residir²⁷ em território nacional.

Para a população de nacionalidade estrangeira, a produção dos dados está condicionada pelo quadro legal que regula a entrada e permanência de estrangeiros em território nacional. Assim, os dados disponíveis e que aqui são publicados referem-se à concessão e posse dos diferentes títulos legais. Em 2007, a análise deve levar em conta a mudança de legislação. A entrada em vigor da Lei nº 23/2007 de 4 de Julho e do Decreto-Regulamentar nº 84/2007 de 5 de Novembro fez com que, neste ano, fossem concedidos títulos legais ao abrigo da anterior e nova legislação. A mudança de procedimentos implicou, ainda, um novo tratamento dos dados, o que explica que alguns apuramentos publicados em 2006 não sejam disponibilizados em 2007.

No ponto 7.1 são apresentados os dados relativos aos fluxos migratórios da população estrangeira, tendo como base a informação estatística acerca de solicitações de autorização de residência – disponibilizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) – e acerca de concessões de vistos de longa duração – disponibilizada pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

No ponto 7.2, na tentativa de uma aproximação a um stock estatístico de população estrangeira residente em Portugal (estatuto legal), são publicados três subconjuntos de dados, todos oriundos do SEF: população estrangeira com autorização de residência, população estrangeira com autorização de permanência (prorrogações) e população estrangeira com vistos de longa duração (prorrogações). Para se atingir um stock completo, deverão ser ainda levadas em linha de conta as concessões de vistos de longa duração, emitidas pelo MNE.

Neste volume, à semelhança de anos anteriores, não serão apresentados dados estatísticos referentes aos fluxos migratórios da população de nacionalidade portuguesa. Até há alguns anos, as informações mais rigorosas acerca da emigração foram provenientes do Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída, realizado pelo INE. As elevadas margens de erro associadas a este inquérito, que avalia a emigração de forma indirecta, têm impedido a sua utilização recente. O INE continua a estudar métodos alternativos de medida da emigração, problema comum a outros países da União Europeia.

²⁷ Utilizando a aceção de cidadãos estrangeiros com permanência regular de longa duração em território português.

7.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

Solicitações de autorizações de residência

Durante o ano de 2007 solicitaram autorização de residência em Portugal 60 117 indivíduos de nacionalidade estrangeira, valor próximo do encontrado em 2006 mas muito superior ao registado nos primeiros anos do novo século. O forte incremento no número de solicitações em 2006 e 2007 teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência²⁸.

As solicitações de estatuto de residente foram efectuadas maioritariamente por nacionais do Brasil (19,2%), Roménia (18,3%) e Ucrânia (14,9%). No plano seguinte encontravam-se os nacionais do Reino Unido,

Moldávia, Cabo Verde e Bulgária (valores entre 6,4% e 4,9%). O peso destes grupos revela a diferente origem das solicitações. Enquanto a maioria continua a representar a conversão do estatuto de prorrogações de autorizações de permanência e de vistos de longa duração em autorizações de residência, detectam-se de novo algumas fontes tradicionais da imigração estrangeira, como sucede com os cidadãos provenientes do Reino Unido.

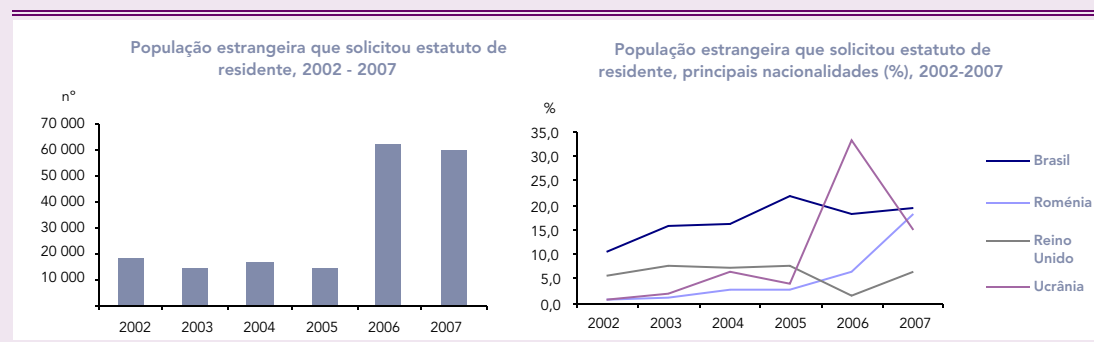
A distribuição de nacionalidades entre as solicitações de autorizações de residência é também muito distinta da existente no início do novo século, devido às alterações legislativas acima mencionadas. Entre 2001 e 2005, o maior número de solicitações foi sempre proveniente do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa, a par de alguns países comunitários.

²⁸ Esta situação decorre da possibilidade de emissão de títulos de residência ao abrigo do art. 87º, al. m) do Decreto-Lei 244/98 de 8/Agosto, mas também do art. 217º, nº1 da Lei 23/2007 de 4/Julho. É possível que a disposição transitória prevista neste último artigo venha a produzir alterações significativas na análise futura dos dados da população estrangeira. Para além da situação já referida, todas as prorrogações de vistos de longa duração serão convertidas, à data da sua caducidade, em títulos de residência (autorizações de residência temporárias ou permanentes). Acresce ainda referir a concessão excepcional de títulos de residência para exercício de actividade profissional subordinada, conforme previsto no art. 88º, nº 2 do referido diploma legal (desde que reunidos as condições referidas), que virá a produzir efeitos aquando da futura análise de dados.

Figura 7.1.1

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006*	2007*
Número de solicitações de autorização de residência						
Total	18 311	14 108	16 519	14 708	62 332	60 117
Brasil	1 942	2 202	2 677	3 212	11 389	11 564
Roménia	115	154	463	361	3 909	10 976
Ucrânia	103	234	1 029	574	20 744	8 957
Reino Unido	1 035	1 046	1 210	1 115	837	3 856
Moldávia	52	176	781	347	6 078	3 060
Cabo Verde	3 318	2 053	2 388	1 902	3 156	3 028
Bulgária	131	144	72	77	834	2 959
Alemanha	762	703	599	570	292	1 640
Espanha	1 023	754	616	600	255	1 442
Angola	2 288	1 089	1 105	1 267	1 771	1 126
Solicitações de autorização de residência (%)						
Brasil	10,6	15,6	16,2	21,8	18,3	19,2
Roménia	0,6	1,1	2,8	2,5	6,3	18,3
Ucrânia	0,6	1,7	6,2	3,9	33,3	14,9
Reino Unido	5,7	7,4	7,3	7,6	1,3	6,4
Moldávia	0,3	1,2	4,7	2,4	9,8	5,1
Cabo Verde	18,1	14,6	14,5	12,9	5,1	5,0
Bulgária	0,7	1,0	0,4	0,5	1,3	4,9
Alemanha	4,2	5,0	3,6	3,9	0,5	2,7
Espanha	5,6	5,3	3,7	4,1	0,4	2,4
Angola	12,5	7,7	6,7	8,6	2,8	1,9



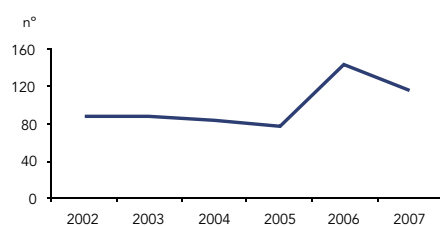
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
 * Dados provisórios em Maio de 2008

Figura 7.1.2

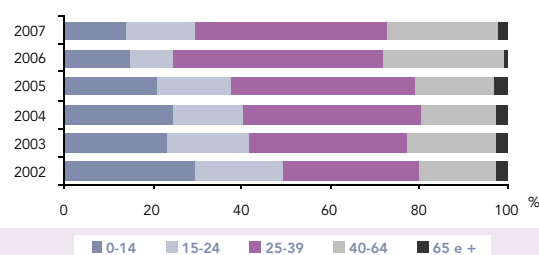
População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por sexo e grupo etário, Portugal, 2002-2007

		2002	2003	2004	2005	2006*	2007*
Número de solicitações de autorização de residência							
Total	HM	18 311	14 108	16 519	14 708	62 332	60 117
	H	8 572	6 635	7 487	6 443	36 820	32 239
0-14	HM	5 443	3 293	4 043	3 116	9 163	8 258
	H	2 700	1 668	2 018	1 635	4 779	4 236
15-24	HM	3 557	2 613	2 590	2 424	6 298	9 482
	H	1 551	1 080	932	897	2 913	4 573
25-39	HM	5 647	5 004	6 651	6 052	29 151	25 973
	H	2 499	2 274	2 900	2 403	17 561	14 110
40-64	HM	3 151	2 792	2 805	2 666	17 289	15 126
	H	1 602	1 417	1 438	1 278	11 365	8 582
65 e +	HM	513	406	430	450	431	1 278
	H	220	196	199	230	202	738
Solicitações de autorização de residência (%)							
Total	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	H	56,8	47,0	45,3	43,8	59,1	53,6
0-14	HM	29,7	23,3	24,5	21,2	14,7	13,7
	H	14,7	11,8	12,2	11,1	7,7	7,0
15-24	HM	19,4	18,5	15,7	16,5	10,1	15,8
	H	8,5	7,7	5,6	6,1	4,7	7,6
25-39	HM	30,8	35,5	40,3	41,1	46,8	43,2
	H	13,6	16,1	17,6	16,3	28,2	23,5
40-64	HM	17,2	19,8	17,0	18,1	27,7	25,2
	H	18,7	10,0	8,7	8,7	18,2	14,3
65 e +	HM	2,8	2,9	2,6	3,1	0,7	2,1
	H	1,2	1,4	1,2	1,6	0,3	1,2

Relação de masculinidade da população que solicitou estatuto legal de residente, 2002-2007



Estrutura etária da população que solicitou estatuto legal de residente, 2002-2007



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
*Dados provisórios em Maio de 2008

Dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente em 2007, 32 239 eram do sexo masculino e 27 878 do feminino, traduzindo-se numa relação de masculinidade de 116 homens por cada 100 mulheres. O valor deste rácio é inferior ao de 2006 (144) mas muito mais elevado

do que nos anos anteriores: em 2005, por exemplo, era apenas de 78. É, de novo, o peso das anteriores autorizações de permanência que se manifesta, dada a elevada masculinidade dos detentores desse estatuto.

Também a análise da estrutura etária dos requerentes mostra que esta população apresentava um peso maioritário das idades activas, pois o principal motivo para solicitação de um título de residência estava associado ao emprego. O grupo etário mais representativo era o dos 25 aos 39 anos, que

representava 43,2%, seguido do grupo dos 40 aos 64 anos, com 25,2%. A população mais jovem, com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos, contava com 13,7%, enquanto apenas 2,1% pertencia ao grupo etário 65 ou mais anos.

Figura 7.1.3

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, Portugal e NUTSII, 2002-2007

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de solicitações de autorização de residência								
2002	18 311	1 846	1 692	11 303	472	2 307	202	489
2003	14 108	1 889	1 846	6 998	530	2 095	220	530
2004	16 519	1 185	2 389	8 059	677	3 275	279	655
2005	14 708	1 693	1 963	7 193	495	2 646	192	526
2006*	62 332	10 597	13 561	16 709	4 292	14 238	1 022	1 913
2007*	60 117	8 424	12 774	14 606	3 899	18 222	793	1 399
Solicitações de autorização de residência (%)								
2002	100,0	10,1	9,2	61,7	2,6	12,6	1,1	2,7
2003	100,0	13,4	13,1	49,6	3,8	14,8	1,6	3,8
2004	100,0	7,2	14,5	48,8	4,1	19,8	1,7	4,0
2005	100,0	11,5	13,3	48,9	3,4	18,0	1,3	3,6
2006*	100,0	17,0	21,8	26,8	6,9	22,8	1,6	3,1
2007*	100,0	14,0	21,2	24,3	6,5	30,3	1,3	2,3

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

* Dados provisórios em Maio de 2008

Em termos de distribuição geográfica (NUTS II), observa-se uma significativa alteração relativamente a 2006: o Algarve passa a ser a principal região de atracção de estrangeiros, com 30,3% das solicitações, seguido de Lisboa (24,3%) e Centro (21,2%). Estes valores acentuam ainda mais a mudança que se sentiu após os primeiros anos do

novo século. Até 2005 a preponderância da região de Lisboa era muito vincada, atingindo quase metade das solicitações (48,9%) nessa data. Em contrapartida, o peso relativo do Algarve não cessa de aumentar, traduzindo os dados de concessões de autorizações de permanência verificadas após 2001.

Figura 7.1.4

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por principais nacionalidades, segundo o enquadramento legal, 2007*

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R A Açores	R A Madeira
Número de solicitações de autorização de residência (total)								
Total	60 117	8 424	12 774	14 606	3 899	18 222	793	1 399
Número de solicitações de autorização de residência não provenientes de autorização de permanência								
Total	49 496	6 323	10 322	11 613	3 493	15 894	661	1 190
Roménia	10 680	680	961	4 323	1 028	3 451	23	214
Brasil	9 112	1 658	2 395	1 214	701	2 738	242	164
Ucrânia	4 668	796	1 626	322	265	1 546	24	89
Reino Unido	3 856	129	406	361	60	2 635	28	237
Bulgária	2 880	181	357	977	432	923	6	4
Cabo Verde	2 558	379	812	677	252	356	72	10
Moldávia	2 224	138	336	247	152	1 308	7	36
Alemanha	1 640	193	236	375	71	607	75	83
Espanha	1 442	403	401	435	65	72	36	30
Itália	1 036	173	267	442	20	74	7	53
Número de solicitações de autorização de residência provenientes de autorização de permanência								
Total	10 621	2 101	2 452	2 993	406	2 328	132	209
Ucrânia	4 289	984	1 431	556	172	1 002	37	107
Brasil	2 452	558	465	812	118	409	52	38
Moldávia	836	80	124	200	57	358	5	12
Cabo Verde	470	10	12	372	5	53	16	2
Rússia	365	81	102	77	15	79	2	9
Roménia	296	16	27	128	8	117	-	-
Angola	284	34	29	191	1	22	5	2
China	249	72	25	112	8	26	3	3
Guiné-Bissau	221	18	13	141	1	40	3	5
Índia	160	18	22	89	-	30	1	-

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

* Dados provisórios em Maio de 2008

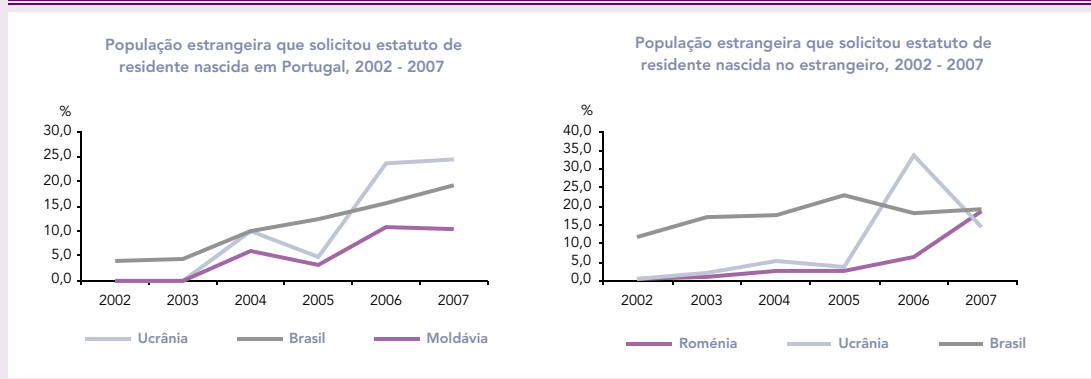
Quanto ao enquadramento legal que levou à solicitação das 60 117 autorizações de residência em 2007, 82,3% (49 496 indivíduos) correspondiam a vários tipos de situação legal, incluindo reagrupamento familiar e posse

anterior de visto. Os restantes (10 621 indivíduos) já se encontravam em Portugal na posse de uma autorização de permanência.

Figura 7.1.5

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por principais nacionalidade, segundo o país de nascimento (Portugal/estrangeiro), 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006*	2007*
Nascida em Portugal (número)						
Total	2 993	1 864	2 760	1 932	3 024	2 270
Ucrânia	2	2	275	89	719	553
Brasil	119	78	276	241	467	439
Moldávia	2	2	170	60	326	234
China	153	127	197	125	336	217
Roménia	15	11	117	57	157	199
Cabo Verde	1 293	785	682	468	311	134
Angola	481	238	312	332	193	105
Rússia	7	2	48	20	84	62
Guiné-Bissau	387	248	200	157	99	55
Alemanha	28	32	25	19	5	28
Nascida no estrangeiro (número)						
Total	15 318	12 244	13 759	12 776	59 308	57 847
Brasil	1 820	2 123	2 401	2 970	10 919	11 125
Roménia	100	143	346	304	3 751	10 777
Ucrânia	101	232	754	485	20 021	8 404
Reino Unido	984	1 024	1 191	1 090	827	3 846
Bulgária	125	140	63	73	817	2 939
Cabo Verde	2 021	1 267	1 705	1 430	2 843	2 894
Moldávia	50	174	611	287	5 752	2 826
Alemanha	726	668	574	548	285	1 612
Espanha	1 000	740	602	587	248	1 427
Itália	414	408	392	319	146	1 031



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
* Dados provisórios em Maio de 2008

No que respeita ao local de nascimento, 57 847 (96,2%) das solicitações de autorização de residência em 2007 corresponderam a entradas de estrangeiros no país. Em contrapartida, 2 270 diziam respeito a cidadãos de nacionalidade estrangeira nascidos já em Portugal. Por outras palavras, a grande maioria dos registos corresponde a indivíduos que se podem designar estatisticamente como imigrantes (Recomendações Internacionais sobre Estatísticas das Migrações Internacionais da ONU)²⁹.

Na população estrangeira que solicitou autorização de residência e que efectivamente entrou em Portugal (indivíduos nascidos no estrangeiro), destacam-se os nacionais do Brasil (19,2%), Roménia (18,6%) e Ucrânia (14,5%). Quanto à população estrangeira que nasceu no país, as nacionalidades mais representativas eram da Ucrânia (24,4%), Brasil (19,3%) e Moldávia (10,3%). Saliente-se que estas últimas nacionalidades têm aumentado o seu peso no segmento da população nascida em Portugal. Por sua vez, tem diminuído a proporção dos nacionais dos países africanos de expressão portuguesa, com relevo para Cabo Verde.

Figura 7.1.6

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por grupo etário e sexo, segundo o país de nascimento (Portugal/estrangeiro), 2002 -2007

		2002	2003	2004	2005	2006*	2007*
Nascida em Portugal (número)							
Total	HM	2 993	1 864	2 760	1 932	3 024	2 270
	H	1 500	922	1 369	1 008	1 601	1 123
0-4	HM	1 650	1 082	2 179	1 461	2 701	2 000
	H	802	542	1 099	779	1 444	994
5-9	HM	682	336	318	260	197	172
	H	364	174	153	129	95	85
10-14	HM	395	258	139	109	71	35
	H	197	129	64	54	38	19
15 e +	HM	266	188	124	102	55	63
	H	137	77	53	46	24	25
Nascida no estrangeiro (número)							
Total	HM	15 318	12 244	13 759	12 776	59 308	57 847
	H	7 072	5 713	6 118	5 435	35 219	31 116
0-14	HM	2 716	1 617	1 407	1 286	6 194	6 051
	H	1 337	823	702	673	3 202	3 138
15-24	HM	3 295	2 430	2 470	2 325	6 246	9 453
	H	1 418	1 006	880	851	2 891	4 566
25-39	HM	5 645	5 004	6 650	6 050	29 151	25 970
	H	2 497	2 274	2 899	2 403	17 561	14 108
40-64	HM	3 149	2 788	2 805	2 666	17 287	15 104
	H	1 600	1 415	1 438	1 278	11 364	8 568
65 e +	HM	513	405	427	449	430	1 269
	H	220	195	199	230	201	736

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
* Dados provisórios em Maio de 2008

²⁹ Segundo a ONU, devem ser considerados migrantes internacionais os indivíduos que se deslocam para um outro país com o objectivo de aí residir por um período igual ou superior a um ano.

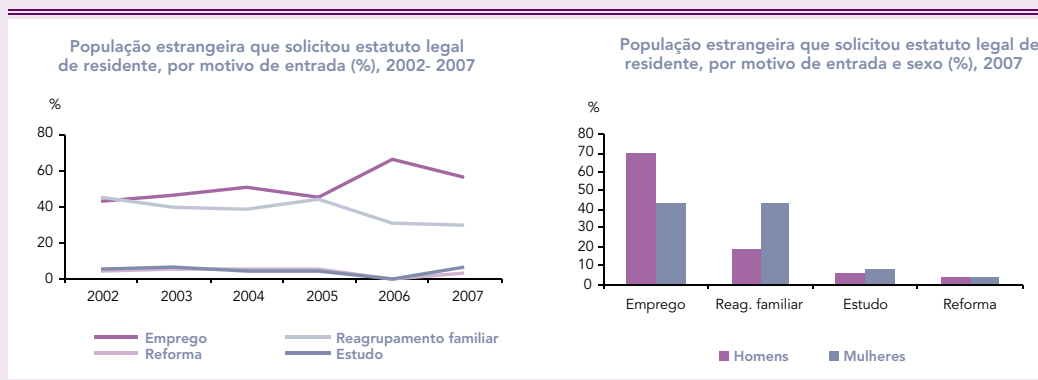
Da análise da estrutura por sexos e idades da população estrangeira, nascida no estrangeiro e nascida em Portugal, que solicitou estatuto de residente, ressaltam algumas diferenças. No que respeita à população estrangeira nascida no estrangeiro, a estrutura etária evidencia uma população em idade activa, predominante

nas idades entre os 25 e os 64 anos e com uma maior proporção de homens. Quanto aos nascidos em Portugal, eles concentram-se no grupo etário 0 a 4 anos, o que revela o carácter recente da imigração dos seus progenitores.

Figura 7.1.7

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por motivo de entrada e sexo (%), 2002-2007

		2002	2003	2004	2005	2006*	2007*
Emprego	HM	43,1	46,7	50,8	45,2	66,8	57,4
	H	54,4	58,6	64,7	59,1	82,9	69,2
	M	31,6	34,0	39,8	34,8	43,4	43,6
Reagrupamento Familiar	HM	45,8	40,3	38,5	44,5	31,8	30,0
	H	34,2	29,1	23,2	28,0	15,9	18,9
	M	57,7	52,3	50,6	56,7	55,1	42,8
Estudo	HM	5,7	7,3	4,6	4,4	0,3	7,4
	H	4,8	6,0	4,6	4,4	0,3	6,5
	M	6,7	8,7	4,5	4,4	0,4	8,4
Reforma	HM	5,3	5,7	6,2	5,9	1,0	4,3
	H	6,5	6,3	7,5	8,4	0,9	4,4
	M	4,0	5,0	5,1	4,1	1,1	4,3



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
 * Dados provisórios em Maio de 2008

Em 2007, o principal motivo para a entrada em território nacional³⁰ foi o emprego, com 57,4% do total, seguido do reagrupamento familiar, com 30,0%. Comparativamente com o período até 2005, nota-se um significativo aumento das entradas por emprego e diminuição do reagrupamento familiar. Uma vez mais, esta situação decorre do peso da conversão das prorrogações das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em títulos de residência³¹, como nova possibilidade de acesso ao estatuto de residência³².

Analisando a repartição por sexos, o emprego era motivo de entrada para 69,2% dos homens, enquanto para as mulheres representava 43,6%, situação inversa à verificada para a categoria reagrupamento familiar, onde as mulheres representavam 42,8%, contra 18,9% dos homens.

³⁰ Os valores referem-se à declaração dos indivíduos no momento da solicitação de autorização de residência, não correspondendo necessariamente a um título legal. Foi considerada apenas a população estrangeira nascida no estrangeiro.

³¹ Estão aqui incluídas as prorrogações concedidas nos termos do art. 71º do revogado Decreto Regulamentar 6/2004 de 26 de Abril, bem como os beneficiários das prorrogações ao abrigo do "Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais", também denominado "Acordo Lula".

³² Note-se que estes números se referem apenas à distribuição relativa dos fluxos. Em números absolutos, tanto as entradas por motivo de emprego como as ocorridas no âmbito do reagrupamento familiar aumentaram bastante, em resultado do incremento global do número de solicitações.

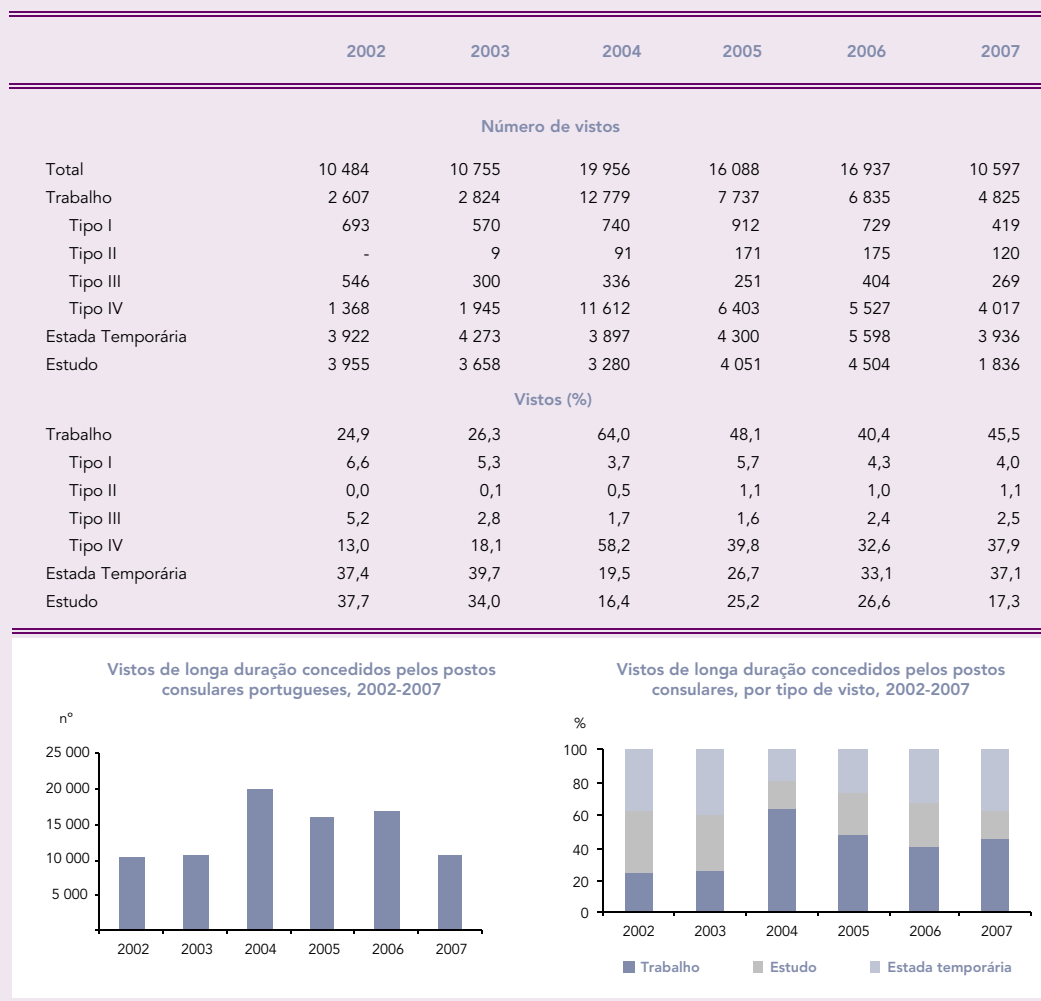
Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses

Durante o ano de 2007 foram concedidos pelos postos consulares portugueses 10 597 novos vistos de longa duração, ou seja, que permitiam a permanência do indivíduo estrangeiro em território português por

um período máximo de um ano³³. A maior parte foi composta por vistos de trabalho (45,5%), seguidos dos vistos de estada temporária (37,1%) e dos vistos de estudo (17,3%).

Figura 7.1.8

Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por tipo de visto, 2002 – 2007



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

³³ Na legislação em vigor até 2007, os tipos de vistos de longa duração existentes eram os seguintes:

- (a) Visto de trabalho - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de exercer temporariamente uma actividade profissional, subordinada ou não. O visto de trabalho compreendia os seguintes tipos:
- Visto de trabalho I, para exercício de uma actividade profissional no âmbito do desporto ou no âmbito dos espectáculos;
 - Visto de trabalho II, para exercício de uma actividade de investigação científica ou actividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, em ambos os casos devidamente comprovadas por entidade pública competente;
 - Visto de trabalho III, para exercício de uma actividade profissional independente no âmbito de uma prestação de serviços;
 - Visto de trabalho IV, para exercício de uma actividade profissional subordinada.
- (b) Visto de estada temporária - Destina-se a permitir a entrada em território nacional ao seu titular para: tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos; acompanhamento de familiares de titulares de visto de estudo e visto de trabalho; reagrupar os familiares de titulares de autorização de permanência; casos excepcionais, devidamente fundamentados.
- (c) Visto de estudo - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de: seguir um programa de estudos num estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido; realizar trabalhos de investigação científica para obtenção de um grau académico ou de interesse científico comprovado por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido; frequentar um estágio complementar de estudos concluídos no país ou no estrangeiro; frequentar estágios em empresas, serviços públicos ou centros de formação que não sejam considerados estabelecimentos oficiais de ensino.
- Para além destes, existiam ainda os vistos de residência, que não eram contabilizados pelo INE para evitar sobreposições com as solicitações de autorização de residência, objectivo principal da sua emissão.
- Na actual legislação (Lei n.º 23/2007 e Decreto-Regulamentar n.º 84/2007), o tipo de vistos e a sua relação com a emissão de autorizações de residência mudou profundamente. Após Julho de 2007, para além dos vistos de curta duração (para o efeito, não relevantes), mantiveram-se os vistos de estada temporária (para permanência inferiores a um ano) e os vistos de residência (tendo em vista a concessão de uma autorização de residência). Uma vez que as duas legislações coexistiram durante o ano de 2007, foi mantida a nomenclatura anterior, dando continuidade à série publicada.

Nos últimos anos assistiu-se ao aumento do número de vistos concedidos, destacando-se neste contexto o ano de 2004, com um total de 19 956 vistos, sendo 58,2% vistos de trabalho tipo IV³⁴. Entre 2005 e 2006 verificaram-se também valores elevados, devido a um

volume ainda significativo dos vistos de trabalho e a um aumento dos vistos de estada temporária e de estudo. Em 2007, porém, o número de vistos desceu para um nível semelhante ao do início do novo século, devido aos factores que têm vindo a ser referidos.

Figura 7.1.9

Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por principais nacionalidades, segundo o tipo de visto, 2007

	Total	Trabalho				Estada temporária	Estudo	
		Total	Tipo I	Tipo II	Tipo III			Tipo IV
Número de vistos								
Total	10 597	4 825	419	120	269	4 017	3 936	1 836
Brasil	4 321	2 965	152	62	177	2 574	388	968
Cabo Verde	1 047	104	3	-	3	98	864	79
Moldávia	894	486	1	-	-	485	407	1
Guiné-Bissau	807	69	9	-	-	60	717	21
Ucrânia	629	232	1	2	-	229	389	8
São Tomé e Príncipe	340	11	-	-	-	11	291	38
China	324	99	1	10	10	78	118	107
EUA	292	85	57	3	20	5	165	42
Índia	277	51	1	19	19	12	114	112
Rússia	266	167	143	9	-	15	88	11
Vistos (%)								
Brasil	40,8	61,5	36,3	51,7	65,8	64,1	9,9	52,7
Cabo Verde	9,9	2,2	0,7	0,0	1,1	2,4	22,0	4,3
Moldávia	8,4	10,1	0,2	0,0	0,0	12,1	10,3	0,1
Guiné-Bissau	7,6	1,4	2,1	0,0	0,0	1,5	18,2	1,1
Ucrânia	5,9	4,8	0,2	1,7	0,0	5,7	9,9	0,4
São Tomé e Príncipe	3,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,3	7,4	2,1
China	3,1	2,1	0,2	8,3	3,7	1,9	3,0	5,8
EUA	2,8	1,8	13,6	2,5	7,4	0,1	4,2	2,3
Índia	2,6	1,1	0,2	15,8	7,1	0,3	2,9	6,1
Rússia	2,5	3,5	34,1	7,5	0,0	0,4	2,2	0,6

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

³⁴ Como foi referido, este elevado número de vistos decorreu da assinatura, em 2003, de um acordo entre o Brasil e Portugal, o "Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais" (conhecido informalmente como Acordo Lula), cujo objectivo era o de regularizar a situação dos brasileiros em território português.

Analisando as nacionalidades dos indivíduos a quem foi concedido um visto de longa duração em 2007, destacavam-se os nacionais do Brasil, que representavam 40,8% do total de concessões, valor que sobe para 61,5% se considerarmos apenas os vistos de trabalho. Seguiam-se os nacionais de Cabo Verde, que detinham 9,9% dos vistos concedidos. No conjunto das nacionalidades mais importantes destacavam-se ainda a Moldávia, Guiné-Bissau e Ucrânia.

Por tipo de vistos, o Brasil era claramente maioritário nos vistos de trabalho e de estudo. Os vistos de estada temporária estavam sobretudo atribuídos a nacionais de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moldávia e Ucrânia.

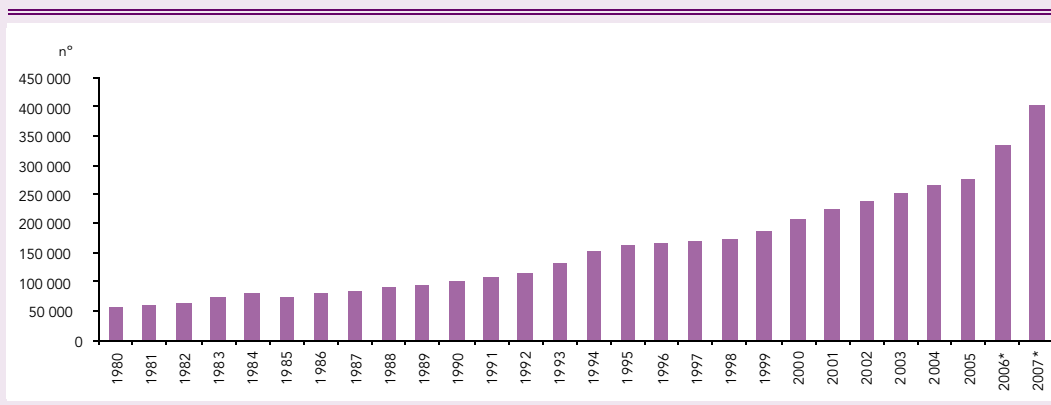
7.2 STOCK DE POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

População estrangeira com autorização de residência³⁵

Em 31 de Dezembro de 2007 eram titulares de uma autorização de residência 401 612 cidadãos de nacionalidade estrangeira, valor superior ao registado em 2006 (329 898), o que traduz um acréscimo de 21,7%. Este aumento é semelhante ao verificado entre 2005 e 2006, mas bastante mais significativo do que o registado em anos anteriores. Tal como referido anteriormente, estes valores resultam sobretudo da concessão de autorizações de residência a detentores de autorizações de permanência.

Figura 7.2.1

População estrangeira com estatuto legal de residente, Portugal 1980-2007



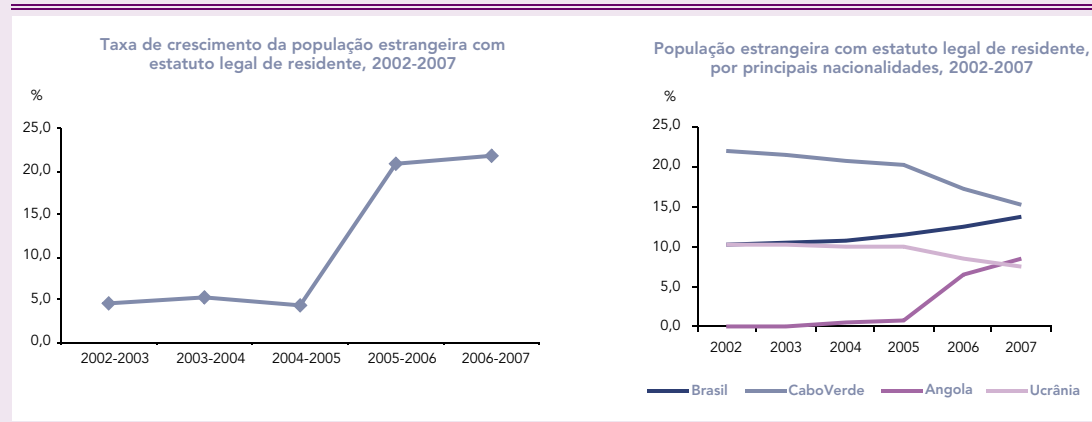
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
* Dados provisórios em Maio de 2008

³⁵ O conceito de residente que aqui está subjacente é o conceito legal de cidadão estrangeiro habilitado com um título de residência – autorização de residência.

Figura 7.2.2

População estrangeira com estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006*	2007*
Número de autorizações de residência						
Total	238 929	249 995	263 322	274 631	332 137	401 612
Cabo Verde	52 223	53 434	54 788	55 608	57 349	61 110
Brasil	24 762	26 508	28 730	31 500	41 737	55 665
Ucrânia	299	525	1 551	2 120	21 953	34 240
Angola	24 782	25 616	26 517	27 533	28 854	30 431
Reino Unido	15 903	16 860	17 976	19 005	19 758	23 608
Guiné-Bissau	19 227	20 041	20 511	20 935	21 425	22 174
Espanha	14 599	15 281	15 874	16 398	16 613	18 030
Roménia	615	764	1 219	1 564	5 278	17 200
Alemanha	11 878	12 539	13 097	13 622	13 874	15 498
Moldávia	97	270	1 048	1 390	6 992	11 414
Autorizações de residência (%)						
Cabo Verde	21,9	21,4	20,8	20,2	17,3	15,2
Brasil	10,4	10,6	10,9	11,5	12,6	13,9
Ucrânia	0,1	0,2	0,6	0,8	6,6	8,5
Angola	10,4	10,2	10,1	10,0	8,7	7,6
Reino Unido	6,7	6,7	6,8	6,9	5,9	5,9
Guiné-Bissau	8,0	8,0	7,8	7,6	6,5	5,5
Espanha	6,1	6,1	6,0	6,0	5,0	4,5
Roménia	0,3	0,3	0,5	0,6	1,6	4,3
Alemanha	5,0	5,0	5,0	5,0	4,2	3,9
Moldávia	0,0	0,1	0,4	0,5	2,1	2,8



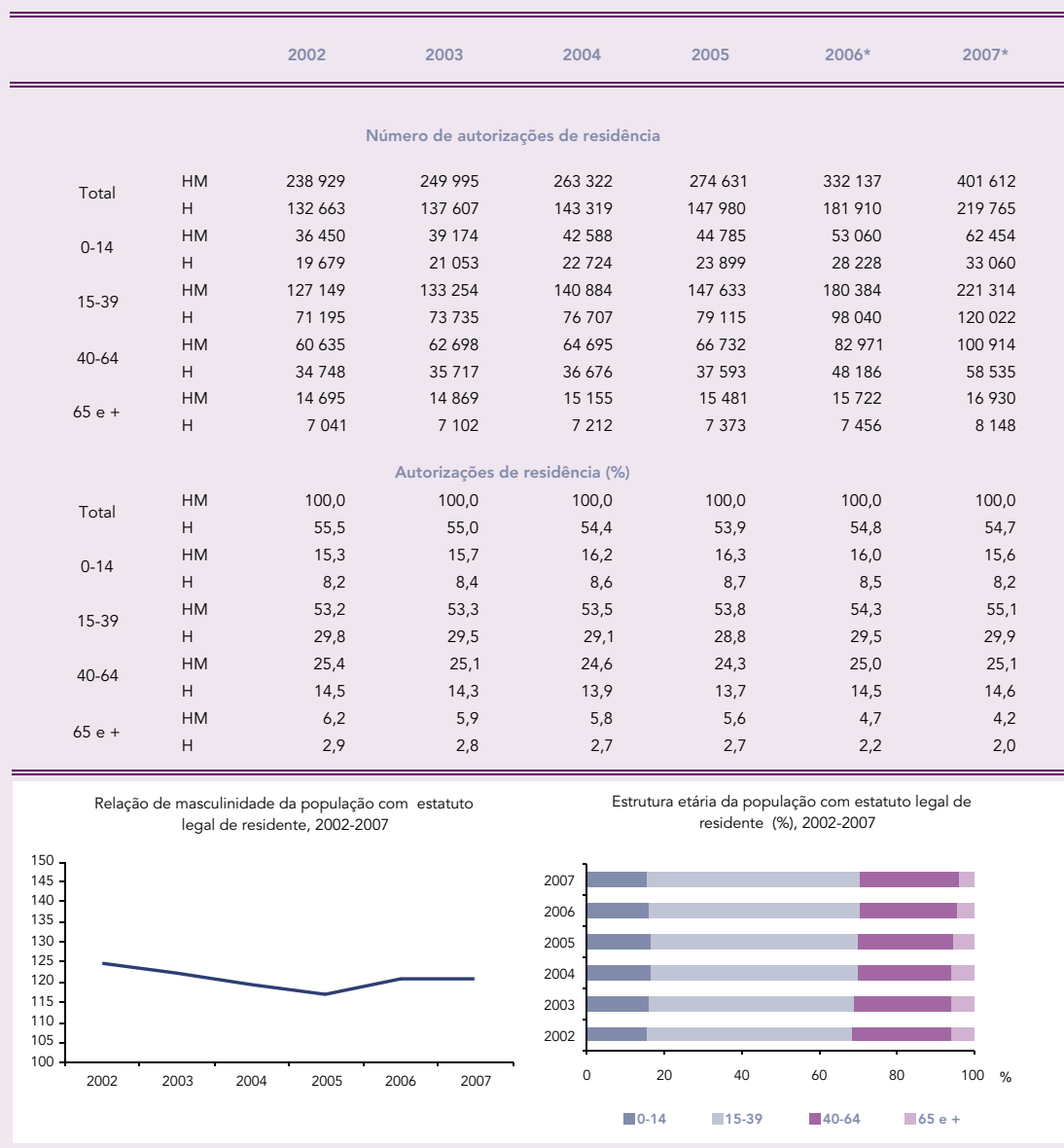
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
* Dados provisórios em Maio de 2008

À semelhança dos últimos anos, os cidadãos de Cabo Verde eram os mais representativos, com **15,2%**, seguindo-se os do Brasil (**13,9%**), Ucrânia (**8,5%**) e Angola (**7,6%**). Estas quatro nacionalidades eram responsáveis por cerca de metade (**45,2%**) do total de estrangeiros

titulares de autorização de residência. Nas restantes comunidades com maior dimensão destacavam-se ainda Reino Unido, Guiné-Bissau, Espanha, Roménia, Alemanha e Moldávia.

Figura 7.2.3

População estrangeira com estatuto legal de residente, por grupo etário e sexo, 2002-2007



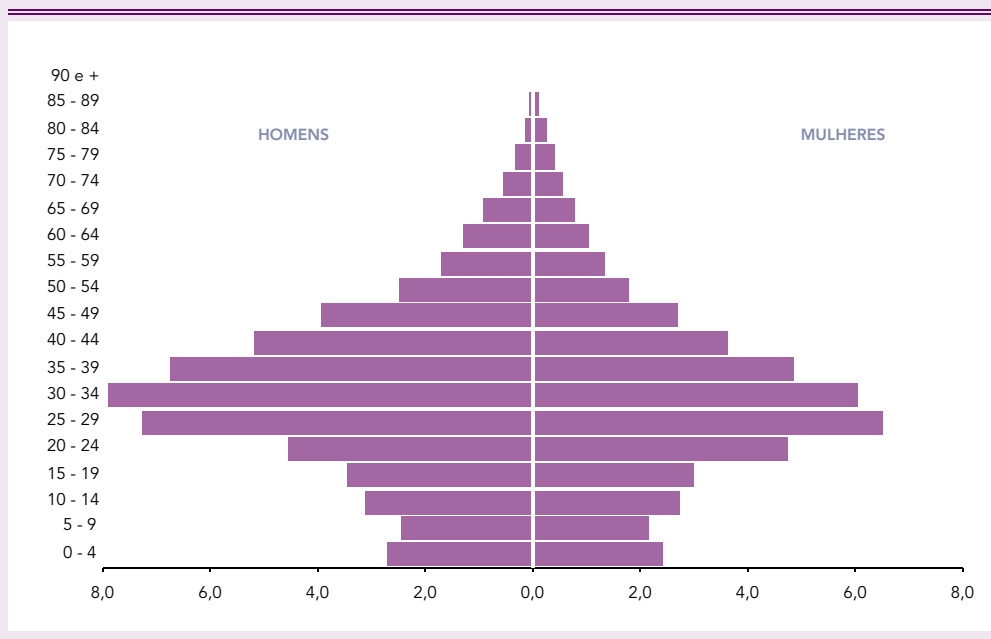
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
 * Dados provisórios em Maio de 2008

Considerando a distribuição por sexo dos estrangeiros titulares de autorização de residência em 2007, verifica-se que o número de homens era superior ao de mulheres (219 765 homens e 181 847 mulheres), representando 54,7% e 45,3%, respectivamente. Esta distribuição correspondia a uma relação de masculinidade de 121 homens por cada 100 mulheres, valor idêntico a 2006.

A distribuição por grandes grupos etários mostra que a proporção da população em idade activa (15-64 anos) era bastante elevada (80,2%). Os estrangeiros com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos representavam 15,6%, enquanto a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos era de 4,2%.

Figura 7.2.4

Pirâmide etária da população estrangeira com estatuto legal de residente, 2007



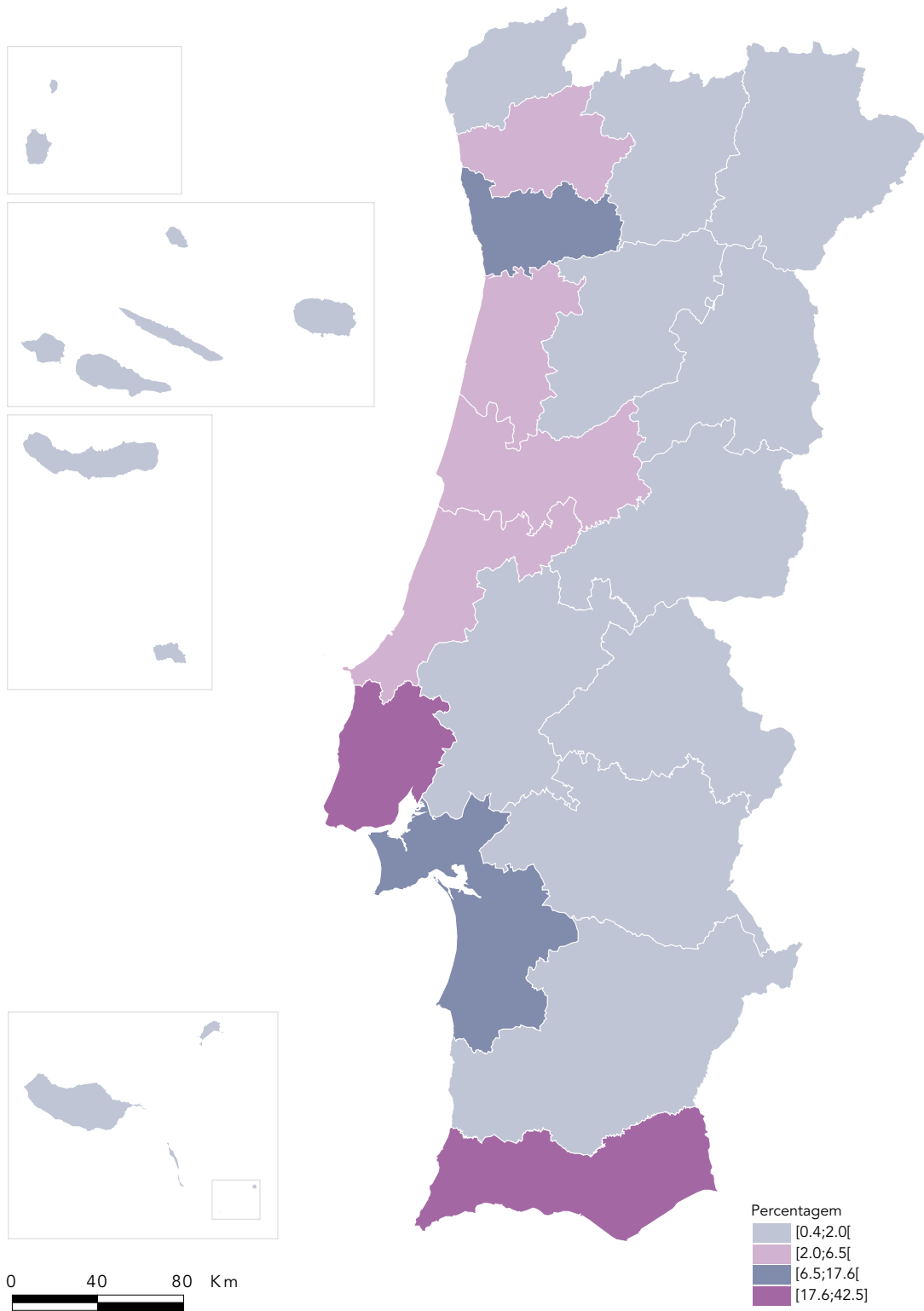
(em % do total de população estrangeira com estatuto de residente)

A pirâmide etária retrata uma população em idade activa jovem, concentrada essencialmente entre os 20 e os 49 anos. Destacavam-se os grupos etários 25-29 anos e 30-34 anos como os mais representativos, totalizando 27,8% do total da população estrangeira titular de uma autorização de residência.

Relativamente à distribuição geográfica da população estrangeira titular de autorização de residência, verifica-se que esta se concentrava sobretudo no litoral, destacando-se o distrito de Lisboa, que acolhia a maioria dos estrangeiros (42,5%), seguido de Faro e Setúbal, com 17,6% e 10,3%, respectivamente. Estes valores representam o resultado acumulado de diferentes vagas de imigração. Como assinalado anteriormente, nos últimos anos o peso da região urbana de Lisboa tem vindo a diminuir a favor, sobretudo, do Algarve.

Figura 7.2.5

População estrangeira com estatuto legal de residente, por distrito de residência, 2007



População estrangeira com autorização de permanência

Durante o ano de 2007 foram prorrogadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 5 741 autorizações de permanência, correspondendo a apenas 3,1% do total das autorizações concedidas entre 2001 e 2004³⁵. Como referido anteriormente, muitos dos detentores das

autorizações de permanência acederam, em 2006 e 2007, ao estatuto de residente (portador de uma autorização de residência). Outros poderão ter beneficiado de outros regimes legais em anos anteriores³⁶. Os restantes terão perdido as condições para manter um estatuto legal ou terão mesmo saído do país.

Figura 7.2.6

População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades, 2005-2007

	Autorizações de permanência							
	Concedidas 2001-2004		Prorrogadas 2005		Prorrogadas 2006		Prorrogadas 2007	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
Total	183 833	100,0	93 391	100,0	32 661	100,0	5 741	100,0
Brasil	37 765	20,5	18 132	19,4	7 719	23,6	1 719	29,9
Ucrânia	64 337	35,0	33 434	35,8	10 426	31,9	1 470	25,6
Moldávia	12 661	6,9	8 325	8,9	2 911	8,9	585	10,2
Angola	8 428	4,6	3 557	3,8	1 554	4,8	411	7,2
Cabo Verde	8 645	4,7	5 082	5,4	1 882	5,8	399	7,0
Rússia	6 780	3,7	2 744	2,9	1 019	3,1	195	3,4
Guiné-Bissau	4 455	2,4	2 500	2,7	885	2,7	194	3,4
Roménia	10 818	5,9	6 133	6,6	2 227	6,8	179	3,1
S. Tomé e Príncipe	2 530	1,4	1 635	1,8	603	1,8	131	2,3
Geórgia	971	0,5	621	0,7	275	0,8	60	1,0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

³⁵ As autorizações de permanência foram criadas pelo Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, que permitia que fosse autorizada a permanência em Portugal a estrangeiros que aqui se encontravam, não sendo titulares de visto adequado e que reunissem um conjunto de condições. Esta figura legal foi revogada em 2003, pelo Decreto-Lei 34/2003. As autorizações de permanência emitidas podiam ser prorrogadas por períodos anuais, desde que subsistisse por parte do titular o exercício de uma actividade profissional subordinada à data do pedido de prorrogação. O período total da concessão não podia exceder os 5 anos a contar da data da concessão da primeira autorização.

³⁶ Incluindo emissão de um título de residência (por motivo de casamento com cidadão nacional ou comunitário ou por serem progenitores de um cidadão nacional) e aquisição de nacionalidade portuguesa entre outros.

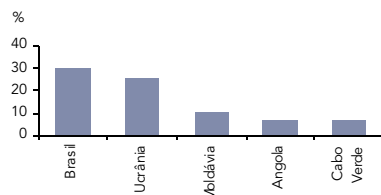
Em 2007, as comunidades mais representativas com autorizações de permanência válidas continuaram a ser as do Brasil e Ucrânia, como se tem verificado desde a concessão deste estatuto entre 2001 e 2004, embora por ordem inversa. Seguiam-se os nacionais da Moldávia, Angola e Cabo Verde.

Figura 7.2.7

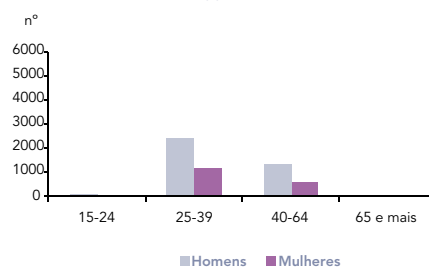
População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades e sexo, segundo o grupo etário, 2007

		Total	15-24	25-39	40-64	65 e +
Total	HM	5 741	191	3 562	1 986	2
	H	3 906	119	2 402	1 385	-
Brasil	HM	1 719	85	1 136	498	-
	H	1 036	49	694	293	-
Ucrânia	HM	1 470	14	797	659	-
	H	1 084	8	582	494	-
Moldávia	HM	585	14	330	241	-
	H	530	11	293	226	-
Angola	HM	411	21	345	45	-
	H	239	14	211	14	-
Cabo Verde	HM	399	11	265	122	1
	H	227	6	145	76	-
Rússia	HM	195	6	96	93	-
	H	105	4	53	48	-
Guiné-Bissau	HM	194	8	128	58	-
	H	129	6	84	39	-
Roménia	HM	179	18	107	54	-
	H	138	13	82	43	-
S. Tomé e Príncipe	HM	131	2	84	44	1
	H	64	1	44	19	-
Geórgia	HM	60	1	23	36	-
	H	53	1	20	32	-

População estrangeira com autorização de permanência, segundo as principais nacionalidades (%), 2007



População estrangeira com autorização de permanência, segundo o grupo etário e sexo, 2007



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

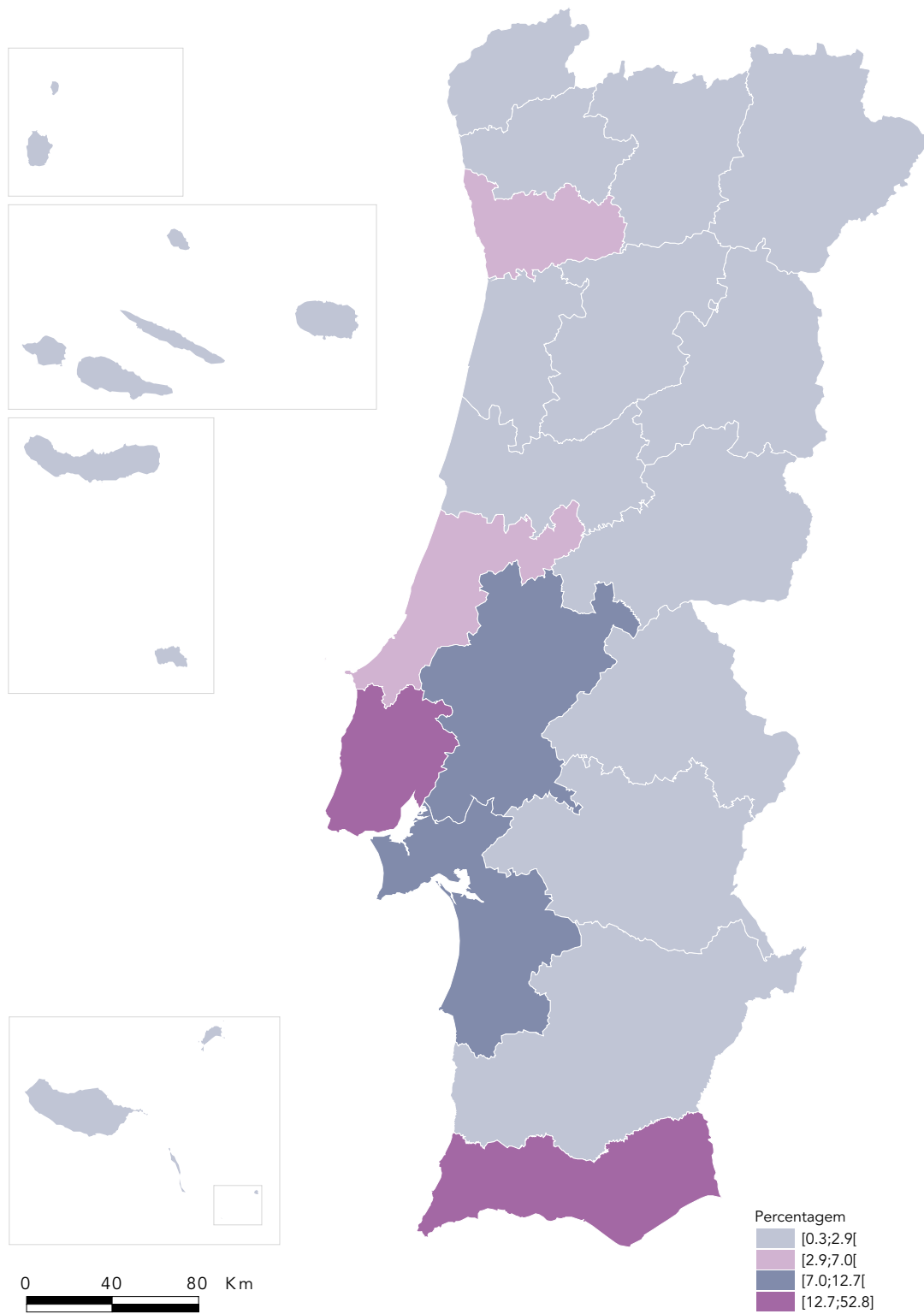
A população estrangeira a quem foi prorrogada a autorização de permanência era constituída maioritariamente por homens, que representavam 68,0% do total. Este valor mantém o padrão de elevada relação de masculinidade que se verifica desde a concessão deste título.

Em termos etários, e devido às especificidades inerentes à concessão do próprio título, verificava-se uma concentração nas idades entre os 25 e os 39 anos, que representavam 62,0% do total, seguidas do grupo etário 40-64 anos, com 34,6%.

A população estrangeira com autorização de permanência em 2007 concentrava-se sobretudo no distrito de Lisboa, com 52,8%, seguindo-se Faro, com 12,7%, e Santarém, Setúbal e Leiria.

Figura 7.2.8

População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por distrito de residência, 2007



População estrangeira com visto de longa duração

Durante o ano de 2007 foram prorrogados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 28 383 vistos de longa duração, representando uma diminuição de perto de metade em relação aos prorrogados em 2006. Como foi referido, a alteração do enquadramento legal durante

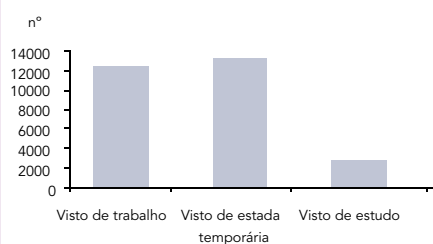
o ano de 2007 (Lei n.º 23/2007 e Decreto-Regulamentar n.º 84/2007) explica esta variação. Por tipo de vistos de longa duração, a maioria foi prorrogada ao abrigo da estada temporária (46,7%), seguidos dos vistos de trabalho (43,4%) e de estudo (10,0%).

Figura 7.2.9

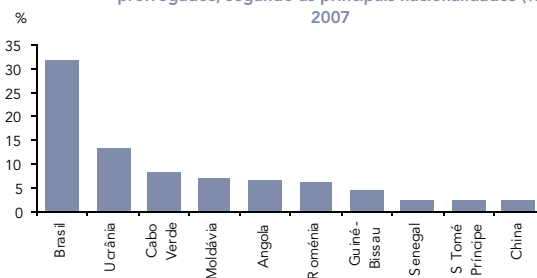
População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por principais nacionalidades, segundo o tipo de visto, 2007

	Total	Trabalho				Estada temporária	Estudo
		Total	Tipo I	Tipo II	Tipo III		
Número de vistos							
Total	28 383	12 312	78	70	177	11 987	2 827
Brasil	8 970	5 617	20	30	110	5 457	486
Ucrânia	3 770	2 062	2	-	5	2 055	16
Cabo Verde	2 416	590	3	-	1	586	943
Moldávia	2 054	1 059	-	-	-	1 059	6
Angola	1 886	260	3	-	1	256	675
Roménia	1 776	621	1	5	1	614	6
Guiné-Bissau	1 365	345	5	1	1	338	127
Senegal	761	61	3	-	-	58	699
S Tomé Príncipe	760	115	-	-	1	114	162
China	706	311	2	5	4	300	21
Vistos (%)							
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Brasil	31,6	45,6	25,6	42,9	62,1	45,5	21,6
Ucrânia	13,3	16,7	2,6	0,0	2,8	17,1	0,0
Cabo Verde	8,5	4,8	3,8	0,0	0,6	4,9	0,3
Moldávia	7,2	8,6	0,0	0,0	0,0	8,8	0,0
Angola	6,6	2,1	3,8	0,0	0,6	2,1	0,2
Roménia	6,3	5,0	1,3	7,1	0,6	5,1	0,0
Guiné-Bissau	4,8	2,8	6,4	1,4	0,6	2,8	0,0
Senegal	2,7	0,5	3,8	0,0	0,0	0,5	0,0
S Tomé Príncipe	2,7	0,9	0,0	0,0	0,6	1,0	0,1
China	2,5	2,5	2,6	7,1	2,3	2,5	0,0

População estrangeira com vistos de longa duração prorrogados, segundo o tipo de visto, 2007



População estrangeira com vistos de longa duração prorrogados, segundo as principais nacionalidades (%), 2007



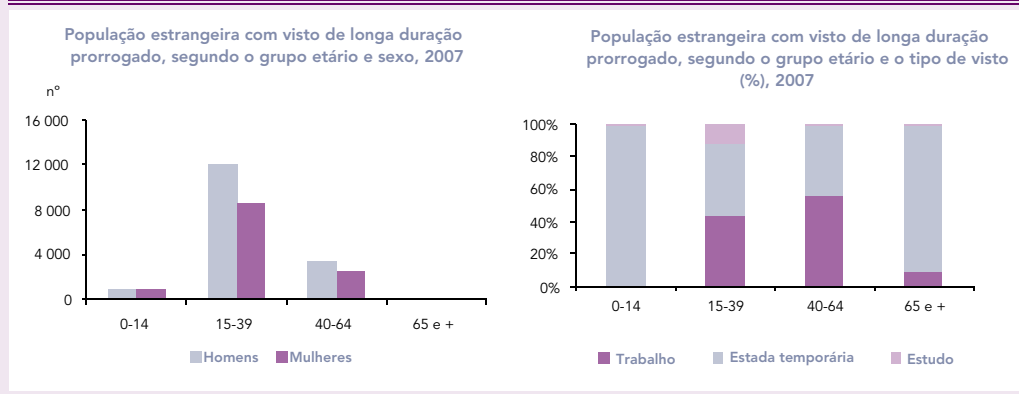
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Neste âmbito, a comunidade brasileira foi a mais representativa (31,6%), seguindo-se os nacionais da Ucrânia (13,3%) e Cabo Verde (8,5%).

Figura 7.2.10

População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por grupo etário e sexo, segundo o tipo de visto, 2007

		Total	Trabalho					Estada temporária	Estudo
			Total	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV		
Total	HM	28 383	12 312	78	70	177	11 987	13 244	2 827
	H	16 425	7 542	48	46	118	7 330	7 434	1 449
0-14	HM	1 835	-	-	-	-	-	1 793	42
	H	908	-	-	-	-	-	885	23
15-39	HM	20 572	9 018	69	56	98	8 795	8 901	2 653
	H	12 123	5 604	40	35	64	5 465	5 169	1 350
40-64	HM	5 925	3 289	9	14	79	3 187	2 505	131
	H	3 372	1 935	8	11	54	1 862	1 362	75
65 e +	HM	51	5	-	-	-	5	45	1
	H	22	3	-	-	-	3	18	1



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Dos 28 383 indivíduos de nacionalidade estrangeira a quem foi prorrogado um visto de longa duração, 57,9% eram do sexo masculino e 42,1% do feminino.

Em termos etários, tratava-se de uma população em idade activa jovem. O grupo etário 15-39 anos era aquele que concentrava a maior parte desta população, com uma proporção de 72,5%.

Figura 7.2.11

População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por distrito, segundo o tipo de visto, 2007

Distrito	Total	Trabalho				Estada temporária	Estudo	
		Total	Tipo I	Tipo II	Tipo III			Tipo IV
Total	28 383	12 312	78	70	177	11 987	13 244	2 827
Aveiro	731	473	16	17	5	435	162	96
Beja	564	209	-	-	3	206	343	12
Braga	470	92	5	1	9	77	269	109
Bragança	104	53	1	-	-	52	33	18
Castelo Branco	193	61	-	1	4	56	90	42
Coimbra	691	244	1	8	5	230	119	328
Évora	300	108	1	1	1	105	127	65
Faro	2 999	2 106	10	8	13	2 075	824	69
Guarda	106	25	-	-	-	25	49	32
Leiria	938	610	1	-	1	608	268	60
Lisboa	14 902	5 662	27	17	102	5 516	7 929	1 311
Portalegre	237	109	-	-	1	108	110	18
Porto	1 729	613	9	11	17	576	727	389
Santarém	1 428	315	1	-	1	313	1 076	37
Setúbal	2 249	1 259	1	2	8	1 248	843	147
Viana do Castelo	121	56	-	1	1	54	56	9
Vila Real	101	56	-	-	-	56	29	16
Viseu	201	112	-	1	2	109	43	46
R A Açores	113	62	2	1	2	57	32	19
R A Madeira	206	87	3	1	2	81	115	4

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

À semelhança do que se observava com as restantes situações, o distrito de Lisboa era aquele que possuía o maior peso relativo, concentrando mais de metade (52,5%) dos cidadãos estrangeiros a quem foi prorrogado um visto de longa duração. Faro (10,6%), Setúbal (7,9%) e Porto (6,1%) eram, seguidamente, os distritos com maior número de prorrogações de vistos de longa duração.

Síntese

A análise do total da população estrangeira que residia ou permanecia, em 2007, com um estatuto legal em

Portugal obriga a conjugar vários dos enquadramentos legais acima referidos: os titulares de autorizações de residência, de prorrogações de autorizações de permanência, de prorrogações de vistos de longa duração e ainda os estrangeiros a quem foi concedido um visto de longa duração no ano em referência.

Em síntese, estima-se que em 2007 residiam ou permaneciam de forma regular em Portugal 446 333 cidadãos de nacionalidade estrangeira, distribuídos entre titulares de autorizações de residência (401 612), prorrogações de autorizações de permanência (5 741), prorrogações de vistos de longa duração (28 383) e vistos de longa duração concedidos (10 597).

Figura 7.2.12

População estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em Portugal, 2005-2007

	2005	2006	2007
Total (*)	430 747	437 126	446 333
Titulares de Autorizações de Residência (*)	274 631	332 137	401 612
Prorrogações de Autorizações de Permanência	93 391	32 661	5 741
Prorrogações de Vistos de Longa Duração	46 637	55 391	28 383
Vistos de Longa Duração concedidos	16 088	16 937	10 597

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
 (*) 2006 e 2007: Dados provisórios em Maio de 2008

Este valor representava um ligeiro aumento em relação a 2006. Apesar de se ter registado uma diminuição das prorrogações de autorizações de permanência, prorrogações de vistos de longa duração e concessões

de vistos de longa duração, constata-se um aumento significativo no número de estrangeiros com autorizações de residência, sobretudo devido às alterações legislativas ocorridas no ano de 2007.

capitulo

Quadros síntese

8

índice de quadros

- 8.1.1** População e indicadores demográficos, Portugal, 1996-2007
pág. 141
- 8.1.2** Indicadores demográficos, NUTS III, 2007
pág. 143
- 8.1.3** Movimento da população na União Europeia, 2007
pág. 145
- 8.1.4** Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos (série longa)
pág. 146
- 8.1.5** Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007
pág. 147
- 8.1.6** Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007
pág. 154
- 8.1.7** Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2007
pág. 161

Quadro 8.1.1
População e indicadores demográficos, Portugal, 1996-2007

População, indicadores e taxas												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
POPULAÇÃO												
População Média (Nº)	10 057 861	10 091 120	10 129 290	10 171 949	10 225 836	10 292 999	10 368 403	10 441 075	10 501 970 ^(a)	10 549 424	10 584 344 ^(a)	10 608 335 ^(a)
População em 31.XII (Nº)	10 072 542	10 109 697	10 148 883	10 195 014	10 256 658	10 329 340	10 407 465	10 474 685	10 529 255 ^(a)	10 569 592	10 599 095 ^(a)	10 617 575 ^(a)
Relação de Masculinidade Total (%)	93,1	93,1	93,1	93,2	93,3	93,4	93,4	93,7	93,7	93,8	93,8	93,8
Saldo Natural (Nº)	3 362	8 155	7 186	8 131	14 644	7 682	8 125	3 720	7 330 ^(a)	1 937	3 403 ^(a)	-1 020 ^(a)
Saldo Migratório (Nº)	26 000	29 000	32 000	38 000	47 000	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100	19 500
Variação Populacional (Nº)	29 362	37 155	39 186	46 131	61 644	72 682	78 125	67 220	54 570 ^(a)	40 337	29 503 ^(a)	18 480 ^(a)
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2
Índices de Dependência												
Total	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0	48,1	48,3	48,5	48,6	48,6	48,7
Jovens	25,3	24,8	24,3	24,0	23,6	23,5	23,4	23,3	23,2	23,1	23,0	22,8
Idosos	22,6	23,0	23,4	23,7	24,2	24,5	24,7	24,9	25,2	25,4	25,6	25,9
Índice de Envelhecimento	89,2	92,7	95,9	98,8	102,2	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1	111,7	113,6
NATALIDADE												
Nados Vivos (Nº)	110 243	112 933	113 384	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,0	11,2	11,2	11,4	11,7	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7
Taxa de Fecundidade Geral (‰)	42,7	43,6	43,7	44,6	46,1	43,2	43,7	42,9	41,6	41,8	40,3	39,4
Índice Sintético de Fecundidade	1,4	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3
Idade média da mãe ao nascimento do 1º filho	25,8	25,9	26,1	26,4	26,5	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2
Idade média da mãe ao nascimento de um filho	28,0	28,1	28,3	28,5	28,6	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0
Relação de Masculinidade à nascença	108,3	105,7	106,7	106,3	107,7	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8
MORTALIDADE GERAL												
Óbitos (Nº)	106 881	104 778	106 198	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795	102 010	107 462	101 990	103 512
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,6	10,4	10,5	10,6	10,3	10,2	10,2	10,4	9,7	10,2	9,6	9,8
Esperança média de vida à nascença (anos) ^(a)	75,3	75,5	75,8	76,0	76,4	76,9	77,1	77,3	77,8	78,2	78,17 [⊥]	78,48 [⊥]
Esperança média de vida aos 65 anos (anos) ^(a)	16,5	16,6	16,8	16,9	17,0	17,4	17,6	17,5	17,8	18,0	17,89 [⊥]	17,99 [⊥]
MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E PERINATAL												
Óbitos com menos de um ano (Nº)	747	726	682	651	662	567	574	466	418	382	345	353
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	6,9	6,4	6,0	5,6	5,5	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4
Taxa de Mortalidade Perinatal (‰) ^(b)	8,4	7,2	6,8	6,4	6,2	5,6	6,0	5,1	4,4	4,3	4,6	4,4
Taxa de Mortalidade Neonatal (‰)	4,2	4,1	3,7	3,6	3,4	2,9	3,4	2,7	2,6	2,2	2,1	2,1
Taxa de Mortalidade Fetal Tardia (‰) ^(b)	5,4	4,4	4,0	3,7	3,7	3,4	3,4	3,1	2,7	2,8	3,1	2,8

(continua)

Quadro 8.1.1
População e indicadores demográficos, Portugal, 1996-2007 (continuação)

População, indicadores e taxas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	NUPCIALIDADE											
Casamentos (N ^o)	63 672	65 770	66 598	68 710	63 752	58 390	56 457	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329
Taxa Bruta de Nupcialidade (%)	6,3	6,5	6,6	6,8	6,2	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4
Idade média da mulher ao 1 ^o casamento	25,1	25,3	25,4	25,6	25,7	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8
Idade média do homem ao 1 ^o casamento	27,0	27,1	27,2	27,3	27,5	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4
Idade média da mulher ao casamento	26,2	26,4	26,5	26,7	26,9	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7
Idade média do homem ao casamento	28,8	28,9	29,0	29,1	29,3	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2
Divórcios decretados (N ^o) ^(b)	13 245	13 927	15 098	17 676	19 104	18 851	27 708	22 617	23 161	22 576	22 881	24 968 P _o
Taxa Bruta de Divórcio (%) ^(b)	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4 P _o
Casamentos dissolvidos por morte (N ^o)	48 017	47 193	47 112	47 380	46 657	46 252	46 348	47 044	45 201	46 586	45 210	46 040
Taxa Bruta de Viuvez (%)	4,8	4,7	4,7	4,7	4,6	4,5	4,5	4,5	4,3	4,4	4,3	4,3
FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA												
Solicitações de autorização de residência (N ^o) ^(c)	3 644	3 298	6 485	15 290	18 753	19 135	18 311	14 108	16 519	14 708	62 332 P _{o(d)}	60 117 P _o
Autorizações de permanência concedidas (N ^o)	//	//	//	//	//	126 901	47 657	9 097	178	//	//	//
Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares (N ^o)	x	x	x	x	8 897	10 312	10 484	10 755	19 956	16 088	16 937	10 597
Cessações de autorização de residência (N ^o) ^(c)	2 373	2 563	3 974	2 049	2 309	2 725	3 379	3 042	3 192	3 432	4 830 P _o	x
STOCK DE POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA												
População estrangeira com estatuto legal de residente - autorizações de residência (N ^o) ^(c)	172 912	175 263	178 137	191 143	207 587	223 997	238 929	249 995	263 322	274 631	332 137 P _o	401 612 P _o
População estrangeira com autorização de permanência prorrogada (N ^o)	//	//	//	//	//	x	x	x	x	93 391	32 661	5 741
População estrangeira com visto de longa duração prorrogado (N ^o)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	46 637	55 391	28 383
População estrangeira com visto de longa duração concedido (N ^o)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	16 088	16 937	10 597

^(a) No cálculo das estimativas da população a 31/12/2004 foi incorporada a informação demográfica referente a 2004, disponível em 24 de Junho de 2005 (109262 nados-vivos e 101932 óbitos). No cálculo das estimativas da população a 31/12/2006 foi incorporada informação demográfica referente a 2006, disponível em 18 de Maio de 2007 (105351 nados-vivos e 101948 óbitos). No cálculo das estimativas da população a 31/12/2007 foi incorporada informação demográfica referente a 2007, apurada com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até Abril de 2008 (102492 nados-vivos e 103512 óbitos).

^(b) Com base na idade gestacional (28 e mais semanas).

^(c) 2006 e 2007 - dados provisórios em Maio de 2008.

^(d) Por comparação com o ano de 2005 verifica-se, em 2006, um forte incremento na concessão de Autorizações de Residência, tendo como principal motivo a conversão das Autorizações de Permanência, concedidas em 2001, em Autorizações de Residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87^o, al. m) do Decreto-Lei 244/98 de 8/Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/203 de 25/Fevereiro.

^(e) Em 2007, o INE adoptou uma nova metodologia para o cálculo do indicador Esperança Média de Vida à idade x, baseada em tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos. Neste momento, estão disponíveis as tábuas de mortalidade para homens, mulheres e ambos os sexos, para Portugal, NUTS I, II e III, referentes a 2004-2006 e para Portugal, referentes a 2005-2007. Face às alterações metodológicas, os valores da esperança média de vida, calculados segundo esta metodologia, não são comparáveis com os valores divulgados até 2007, que eram obtidos utilizando tábuas abreviadas de mortalidade com um período de referência de 2 anos.

^(f) Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Serviço de Estrangeiros e Fronteira; Ministério dos Negócios Estrangeiros

Quadro 8.1.2
Indicadores demográficos, NUTS III, 2007

2007

Indicadores	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio ^(a)	Taxa de fecundidade geral	Taxa de fecundidade na adolescência	Índice sintético de fecundidade
	(‰)						(Nº)
Portugal	9,7	9,8	4,4	2,4 P₀	39,5	16,9	1,3
Continente	9,6	9,8	4,3	x	39,3	16,2	1,3
Norte	9,1	8,4	4,8	x	35,4	14,1	1,2
Minho-Lima	8,2	11,7	4,9	x	33,7	8,2	1,1
Cávado	9,8	6,9	5,2	x	35,9	9,5	1,2
Ave	8,9	7,2	4,7	x	33,4	11,1	1,1
Grande Porto	9,7	8,2	4,6	x	38,5	18,8	1,3
Tâmega	10,0	7,3	5,2	x	37,1	16,0	1,3
Entre Douro e Vouga	8,3	7,1	4,3	x	32,1	9,2	1,1
Douro	7,0	11,9	4,7	x	29,2	13,3	1,0
Alto Trás-os-Montes	6,3	13,5	4,5	x	27,8	14,3	0,9
Centro	8,4	11,3	4,2	x	35,5	12,5	1,2
Baixo Vouga	8,8	9,0	4,0	x	35,6	16,0	1,2
Baixo Mondego	8,2	11,1	4,4	x	34,5	13,5	1,2
Pinhal Litoral	9,4	9,0	4,1	x	38,9	8,4	1,3
Pinhal Interior Norte	7,5	14,1	3,5	x	33,9	9,2	1,1
Dão-Lafões	8,0	11,3	4,9	x	33,6	12,5	1,1
Pinhal Interior Sul	5,8	16,8	3,8	x	29,1	10,4	1,0
Serra da Estrela	5,6	14,9	4,3	x	24,8	6,3	0,8
Beira Interior Norte	6,3	14,9	4,0	x	28,1	12,7	1,0
Beira Interior Sul	7,4	16,9	3,7	x	35,3	10,2	1,2
Cova da Beira	7,5	12,0	3,5	x	33,1	10,8	1,1
Oeste	9,7	10,8	4,3	x	40,2	14,9	1,4
Médio Tejo	8,3	11,4	3,9	x	35,4	10,5	1,2
Lisboa	11,3	9,0	4,1	x	47,1	20,9	1,6
Grande Lisboa	11,3	9,1	4,1	x	47,2	20,7	1,6
Península de Setúbal	11,3	8,9	4,1	x	46,7	21,4	1,6
Alentejo	8,2	13,4	3,6	x	37,3	18,8	1,3
Alentejo Litoral	7,8	13,0	3,2	x	35,9	16,2	1,2
Alto Alentejo	6,8	15,5	3,8	x	31,9	18,4	1,1
Alentejo Central	7,9	12,9	3,9	x	36,0	19,6	1,2
Baixo Alentejo	8,5	15,5	3,2	x	39,4	26,7	1,4
Lezíria do Tejo	9,1	11,9	3,7	x	40,0	15,2	1,3
Algarve	11,5	11,0	3,9	x	50,0	25,4	1,7
R. A. Açores	11,7	9,2	5,4	x	44,5	32,8	1,5
R. A. Madeira	11,0	10,4	5,0	x	40,3	23,4	1,4

(continua)

^(a) Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

Quadro 8.1.2
Indicadores demográficos, NUTS III, 2007 (continuação)

2007

Indicadores	Nados vivos fora do casamento	Relação de masculinidade total	Idade média da mãe ao nasci- mento do 1º filho	Idade média da mulher ao 1º casamento	Idade média do homem ao 1º casamento
	(%)		Anos		
Portugal	33,6	93,8	28,2	27,8	29,4
Continente	34,0	93,8	28,3	27,9	29,5
Norte	23,7	93,7	28,0	27,0	28,5
Minho-Lima	19,9	89,0	28,4	27,8	29,0
Cávado	18,0	94,0	28,3	27,2	28,5
Ave	17,0	95,7	27,7	26,3	27,8
Grande Porto	32,5	91,8	28,5	28,0	29,4
Tâmega	16,3	97,1	26,4	25,3	27,1
Entre Douro e Vouga	20,1	95,8	28,4	26,5	28,1
Douro	23,1	93,5	27,5	26,9	28,5
Alto Trás-os-Montes	27,2	94,1	27,6	27,1	29,8
Centro	28,9	93,6	28,4	27,7	29,3
Baixo Vouga	30,9	94,4	28,2	27,3	29,1
Baixo Mondego	28,5	90,7	28,7	28,3	29,9
Pinhal Litoral	29,3	96,0	29,0	28,1	29,5
Pinhal Interior Norte	26,7	93,3	28,0	27,2	28,6
Dão-Lafões	21,8	92,9	27,8	27,0	28,3
Pinhal Interior Sul	21,8	93,0	27,5	26,6	30,0
Serra da Estrela	22,5	91,2	28,1	27,0	29,1
Beira Interior Norte	23,9	91,0	28,0	27,8	29,5
Beira Interior Sul	27,5	92,2	28,9	28,2	30,0
Cova da Beira	25,8	93,3	28,4	27,7	30,1
Oeste	35,1	95,9	28,4	28,2	29,7
Médio Tejo	29,4	93,6	28,3	27,3	29,3
Lisboa	45,0	92,5	28,8	29,5	30,9
Grande Lisboa	44,8	91,5	28,9	29,6	31,1
Península de Setúbal	45,7	95,1	28,3	29,1	30,5
Alentejo	38,3	96,3	27,9	28,7	30,4
Alentejo Litoral	46,4	100,0	27,8	29,8	31,4
Alto Alentejo	37,9	94,1	27,3	28,5	30,1
Alentejo Central	37,5	95,3	27,8	28,8	30,4
Baixo Alentejo	44,4	98,0	27,3	29,0	30,9
Lezíria do Tejo	33,2	95,7	28,4	28,2	29,8
Algarve	49,0	100,2	27,7	29,0	31,1
R. A. Açores	24,6	98,3	25,9	25,0	27,0
R. A. Madeira	29,4	89,5	27,9	27,2	29,1

Quadro 8.1.3
Movimento da população na União Europeia, 2007

2007

Países	População em 1-1-2008	Nados-vivos	Óbitos	Saldo natural	Saldo migratório	Crescimento da população	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento efectivo
	(Milhares)						(‰)				
União Europeia-27	497481,7	5266,1	4782,3	483,8	x	2394,2	10,6 Po	9,6 Po	1,0 Po	x	4,8 Po
Alemanha	82221,8	682,7	823,6	-140,9	47,8	-93,1	8,3 Po	10,0 Po	-1,7 Po	0,6 Po	-1,1 Po
Austria	8331,9	76,3	74,6	1,6	32,7	33,0	9,2	9,0	0,2	3,9	4,0
Bélgica	10666,9	120,7	100,7	20,0	55,4	82,3	11,4	9,5	1,9	5,2	7,7
Bulgária	7640,2	75,3	113,0	-37,7	-1,4	-39,1	9,8	14,8	-4,9	-0,2	-5,1
Chipre	794,6	8,5	5,4	3,1	12,8	15,9	10,8 Po	6,9 Po	4,0 Po	16,3 Po	20,2 Po
Dinamarca	5475,8	64,1	55,6	8,5	23,1	31,5	11,7	10,2	1,6	4,2	5,8
Eslováquia	5401,0	54,4	53,9	0,6	6,8	7,4	10,1	10,0	0,1	1,3	1,4
Eslovénia	2025,9	19,6	18,3	1,4	14,1	15,5	9,7 Po	9,1 Po	0,7 Po	7,0 Po	7,7 Po
Espanha	45283,3	488,3	381,7	106,7	748,6	808,6	10,9 Po	8,5 Po	2,4 Po	16,7 Po	18,0 Po
Estónia	1340,9	15,8	17,4	-1,6	x	-1,5	11,8	13,0	-1,2	x	-1,1
Finlândia	5300,5	58,7	49,1	9,7	13,6	23,5	11,1	9,3	1,8	2,6	4,4
França	63753,1	816,5	526,5	290,0	71,0	361,0	12,8 Po	8,3 Po	4,6 Po	1,1 Po	5,7 Po
Grécia	11215,0	110,0	107,8	2,3	41,0	43,3	9,8 Po	9,6 Po	0,2 Po	3,7 Po	3,9 Po
Holanda	16404,3	180,9	132,9	47,9	-6,6	46,3	11,0	8,1	2,9	-0,4	2,8
Hungria	10045,0	97,6	132,8	-35,2	14,0	-21,2	9,7 Po	13,2 Po	-3,5 Po	1,4 Po	-2,1 Po
Irlanda	4419,9	70,6	27,7	42,9	64,4	107,3	16,2 Po	6,3 Po	9,8 Po	14,7 Po	24,6 Po
Itália	59618,1	563,2	570,7	-7,5	491,5	486,8	9,5 Po	9,6 Po	-0,1 Po	8,3 Po	8,2 Po
Letónia	2270,9	23,3	33,0	-9,8	-0,6	-10,4	10,2	14,5	-4,3	-0,3	-4,6
Lituânia	3366,4	32,3	45,6	-13,3	-5,2	-18,5	9,6	13,5	-3,9	-1,6	-5,5
Luxemburgo	483,8	5,5	3,9	1,6	6,0	7,6	11,4	8,1	3,4	12,5	15,9
Malta	410,6	3,9	3,1	0,8	2,0	2,8	9,5 Po	7,6 Po	1,9 Po	4,9 Po	6,8
Polónia	38115,6	387,9	377,2	10,6	-20,5	-9,8	10,2	9,9	0,3	-0,5	-0,3
Portugal	10617,6	102,5	103,5	-1,0	19,5	18,5	9,7	9,8	-0,1	1,8	1,7
Reino Unido	61186,0	770,7	576,0	194,7		369,3	12,6 Po	9,4 Po	3,2 Po	x	6,1 Po
República. Checa	10381,1	114,6	104,6	10,0	83,9	93,9	11,1	10,1	1,0	8,1	9,1
Roménia	21528,6	214,7	252,0	-37,2	0,7	-36,5	10,0	11,7	-1,7	x	-1,7
Suécia	9182,9	107,4	91,7	15,7	54,1	69,7	11,7	10,0	1,7	5,9	7,6

Fontes: EUROSTAT (Po valores provisórios); INE

Quadro 8.1.4

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos (série longa)

unidade: N.º

Anos	Nados-vivos ^(a)				Fetos-mortos (28 ou mais semanas)		Óbitos				Casamentos					
	Total		Fora do casamento				Total ^(b)		De menos de 1 ano ^(c)		Celebrados		Dissolvidos			Inter- rompi- dos por sepa- ração ^(e)
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	Total	Civis	Total	Por morte	Por divórcio ^(d)	
1900	165 245	85 274	19 236	x	x	x	110 330	56 304	x	x	36 779	x	x	x	x	x
1905	179 746	93 898	20 531	x	x	x	112 756	57 811	x	x	37 600	x	x	x	x	x
1910	186 953	96 845	20 601	x	x	x	113 161	58 132	25 024	13 558	38 931	x	x	x	x	x
1915	195 225	100 181	24 544	x	x	x	122 513	62 581	28 926	15 809	35 885	x	x	x	453	x
1920	202 908	103 984	27 274	x	x	x	142 862	72 220	33 302	18 109	53 024	x	x	x	561	x
1925	208 434	106 801	25 958	x	x	x	117 413	60 130	27 527	15 040	45 550	x	x	x	568	x
1930	202 529	103 928	29 409	x	x	x	116 352	59 508	29 077	15 956	47 716	x	x	x	958	x
1935	203 943	104 771	31 094	16 047	x	x	123 051	63 195	30 328	16 442	48 899	11 655	x	x	958	x
1940	187 892	97 147	29 463	15 057	x	x	120 486	60 930	23 690	12 864	46 618	10 365	x	x	649	x
1945	209 131	108 482	26 328	13 440	x	x	115 596	59 717	24 034	13 191	61 479	8 895	33 416	32 440	976	x
1950	205 163	106 025	24 132	12 421	x	x	102 798	52 366	19 308	10 629	65 244	8 696	32 031	31 075	956	x
1955	209 790	107 877	23 039	11 818	x	x	99 195	50 172	18 912	10 345	73 076	8 819	31 978	31 035	943	x
1960	213 895	110 485	20 221	10 414	x	x	94 883	48 110	16 576	9 213	69 457	6 422	32 246	31 497	749	412
1965	210 299	108 574	16 423	8 470	x	x	94 990	48 763	13 655	7 691	75 483	8 934	34 938	34 213	695	571
1970	180 690	93 223	x	x	x	x	92 854	47 179	10 026	5 577	81 461	10 921	36 274	35 765	509	528
1975	179 648	93 099	12 879	6 642	x	x	97 750	51 132	6 985	x	103 125	20 614	42 334	40 782	1 552	670
1980	158 309	81 624	14 558	7 472	1 872	1 000	94 794	46 945	3 839	2 219	72 164	18 293	47 660	41 817	5 843	82
1985	130 450	67 331	16 088	8 271	1 255	669	97 085	50 820	2 317	1 362	68 461	17 702	52 301	43 313	8 988	160
1990	116 321	59 918	17 095	8 811	800	404	102 768	53 193	1 266	732	71 654	19 691	55 414	46 198	9 216	183
1991	116 299	59 862	18 122	9 242	782	412	103 882	51 185	1 254	726	71 808	20 070	57 475	46 856	10 619	155
1992	114 924	58 844	18 478	9 378	716	362	100 638	52 938	1 052	589	69 887	20 503	58 181	45 752	12 429	192
1993	113 960	58 388	19 298	9 830	695	344	105 950	55 560	985	576	68 176	19 930	59 670	47 577	12 093	229
1994	109 227	56 439	19 464	9 991	638	351	99 232	52 103	865	467	66 003	20 001	58 443	44 861	13 582	292
1995	107 097	55 662	19 972	10 271	583	320	103 475	54 078	796	458	65 776	20 547	58 974	46 818	12 156	354
1996	110 261	57 324	20 563	10 619	532	280	106 881	56 169	747	430	63 672	21 350	61 085	47 840	13 245	342
1997	112 933	58 037	22 063	11 191	460	238	104 778	54 841	726	404	65 770	21 313	60 910	46 983	13 927	312
1998	113 384	58 530	22 802	11 692	453	239	106 198	55 647	679	386	66 598	21 954	62 019	46 921	15 098	325
1999	116 002	59 774	24 186	12 366	436	253	107 871	56 179	651	365	68 710	23 037	64 853	47 177	17 676	288
2000	120 008	62 222	26 642	13 802	444	247	105 364	55 023	662	375	63 752	22 421	65 539	46 435	19 104	338
2001	112 774	58 365	26 814	13 847	390	203	105 092	54 838	567	333	58 390	21 881	64 893	46 042	18 851	348
2002	114 383	59 303	29 117	15 099	388	187	106 258	55 377	574	316	56 457	21 156	73 848	46 140	27 708	462
2003	112 515	58 210	30 236	15 597	349	175	108 795	55 966	466	234	53 735	21 697	69 519	46 902	22 617	461
2004	109 298	56 212	31 766	16 223	294	159	102 010	53 207	418	247	49 178	21 084	68 194	45 033	23 161	453
2005	109 399	56 612	33 633	17 408	306	164	107 462	55 493	382	198	48 671	21 862	69 004	46 428	22 576	588
2006	105 449	54 057	33 331	17 137	324	173	101 990	53 473	349	209	47 857	22 895	68 091	45 210	22 881	458
2007	102 492	52 683	34 443	17 679	289	143	103 512	53 378	353	186	46 329	24 317	71 008 P _o	46 040	24 968 P _o	433 P _o

^(a) Até 1980, os valores de nados vivos correspondem aos registados em Portugal. Após 1980, os valores reportam-se aos nados vivos cujas mães residiam em Portugal.^(b) Até 1950, os valores de óbitos correspondem ao número total de óbitos registado em território nacional. A partir de 1955, correspondem a óbitos de residentes.^(c) Até 1950, os valores de óbitos de menos de 1 ano correspondem ao número total de óbitos registado em território nacional. A partir de 1955, correspondem a óbitos de crianças de mães residentes em Portugal.^(d) Até 1994, os valores dos casamentos dissolvidos por divórcio ou interrompidos por separação dizem respeito à totalidade dos divórcios decretados ou interrompidos por separação, em Portugal, de indivíduos residentes apenas em território nacional.

Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

^(e) Os valores referentes ao ano de 2007 referem-se ao número de separações de pessoas e bens decretados nas conservatórias do registo civil e são provisórios à data de Julho de 2008.

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007

Distribuição geográfica	Unidade: N.º									
	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)	Óbitos				
	Total		Fora do casamento			Total		De menos de 1 ano		
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	
Total	102 567	52 720	34 489	17 704	377	184	103 888	53 643	356	187
Portugal	102 492	52 683	34 443	17 679	376	184	103 512	53 378	353	186
Continente	96 925	49 822	32 944	16 926	349	169	98 668	50 832	329	176
Norte	34 094	17 693	8 090	4 169	85	35	31 618	16 361	121	60
Minho-Lima	2 067	1 082	412	227	4	-	2 947	1 469	12	4
Arcos de Valdevez	173	89	40	27	-	-	337	174	1	-
Caminha	132	70	38	22	1	-	227	107	1	1
Melgaço	49	26	17	10	-	-	155	69	-	-
Monção	142	68	36	17	1	-	321	161	3	-
Paredes de Coura	81	46	13	8	-	-	150	73	1	1
Ponte da Barca	97	47	17	5	-	-	153	80	-	-
Ponte de Lima	395	213	32	19	1	-	408	206	1	-
Valença	105	54	32	16	1	-	197	94	-	-
Viana do Castelo	805	415	160	86	-	-	868	440	4	2
Vila Nova de Cerveira	88	54	27	17	-	-	131	65	1	-
Cávado	4 014	2 077	722	369	11	2	2 820	1 392	12	7
Amares	172	81	28	13	-	-	153	80	-	-
Barcelos	1 148	601	145	68	2	-	832	414	6	2
Braga	1 828	942	415	213	4	-	1 068	519	5	4
Esposende	352	185	53	34	1	1	251	115	-	-
Terras de Bouro	50	21	6	2	-	-	105	60	-	-
Vila Verde	464	247	75	39	4	1	411	204	1	1
Ave	4 678	2 381	797	395	10	4	3 794	1 957	17	8
Fafe	437	218	81	37	1	-	492	261	2	-
Guimarães	1 512	751	279	138	6	4	1 047	539	4	2
Póvoa de Lanhoso	216	126	31	19	-	-	182	97	-	-
Santo Tirso	548	272	93	46	1	-	609	305	1	-
Trofa	380	187	65	33	-	-	315	171	3	1
Vieira do Minho	110	54	23	9	-	-	157	85	2	2
Vila Nova de Famalicão	1 267	664	195	101	2	-	867	439	5	3
Vizela	208	109	30	12	-	-	125	60	-	-
Grande Porto	12 483	6 499	4 053	2 064	36	16	10 456	5 378	37	20
Espinho	247	130	91	44	-	-	283	150	-	-
Gondomar	1 608	821	527	262	6	3	1 146	626	2	1
Maia	1 528	794	384	201	3	2	815	428	5	3
Matosinhos	1 697	887	596	302	3	-	1 388	723	7	4
Porto	1 879	952	854	449	8	3	2 955	1 426	7	5
Póvoa de Varzim	682	367	116	52	2	-	487	239	1	1
Valongo	1 006	543	300	152	6	4	575	307	3	-
Vila do Conde	830	430	187	93	3	-	598	314	4	3
Vila Nova de Gaia	3 006	1 575	998	509	5	4	2 209	1 165	8	3
Tâmega	5 600	2 889	910	471	9	6	4 092	2 223	23	11
Amarante	510	267	89	47	-	-	496	269	1	-
Baião	179	91	31	16	-	-	220	120	1	1
Cabeceiras de Basto	172	94	18	9	-	-	159	82	1	-
Castelo de Paiva	167	81	25	11	1	-	138	78	-	-
Celorico de Basto	180	91	23	12	-	-	205	94	1	1
Cinfães	179	95	42	23	1	1	209	123	1	-
Felgueiras	579	295	99	50	-	-	357	199	2	2
Lousada	513	288	60	31	-	-	268	155	2	1
Marco de Canaveses	605	289	114	49	2	2	375	190	2	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Unidade: N.º									
	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)	Óbitos				
	Total		Fora do casamento			Total		De menos de 1 ano		
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Mondim de Basto	64	33	14	8	-	-	114	54	-	-
Paços de Ferreira	592	309	89	50	1	1	317	172	4	3
Paredes	923	468	143	76	3	2	505	283	5	-
Penafiel	767	392	122	62	1	-	505	278	1	1
Resende	112	63	27	18	-	-	142	81	1	1
Ribeira de Pena	58	33	14	9	-	-	82	45	1	1
Entre Douro e Vouga	2 394	1 236	480	266	8	3	2 048	1 084	7	2
Arouca	212	109	35	16	1	1	216	101	-	-
Oliveira de Azeméis	559	284	120	72	1	-	522	286	2	1
Santa Maria da Feira	1 257	664	237	136	6	2	930	485	3	-
São João da Madeira	190	88	57	26	-	-	149	82	2	1
Vale de Cambra	176	91	31	16	-	-	231	130	-	-
Douro	1 500	820	347	193	3	-	2 535	1 290	5	5
Alijó	86	47	26	11	-	-	177	95	-	-
Armamar	48	23	6	3	-	-	92	45	-	-
Carrazeda de Ansiães	50	28	13	8	1	-	133	69	1	1
Freixo de Espada à Cinta	29	16	10	6	-	-	75	34	-	-
Lamego	197	107	27	13	1	-	273	134	1	1
Mesão Frio	31	15	8	2	-	-	60	27	-	-
Moimenta da Beira	70	34	22	12	-	-	127	60	-	-
Penedono	20	7	6	1	-	-	49	23	-	-
Peso da Régua	144	82	37	22	-	-	180	91	-	-
Sabrosa	41	19	9	4	-	-	85	37	-	-
Santa Marta de Penaguião	51	28	14	7	-	-	109	64	-	-
São João da Pesqueira	59	33	15	9	-	-	92	48	-	-
Semancelhe	37	20	8	4	-	-	80	40	-	-
Tabuaço	41	19	11	6	-	-	98	43	-	-
Tarouca	69	49	17	13	1	-	78	39	1	1
Torre de Moncorvo	39	17	16	9	-	-	153	88	-	-
Vila Flor	37	22	8	4	-	-	105	57	-	-
Vila Nova de Foz Côa	35	17	14	7	-	-	114	63	-	-
Vila Real	416	237	80	52	-	-	455	233	2	2
Alto Trás-os-Montes	1 358	709	369	184	4	4	2 926	1 568	8	3
Alfândega da Fé	32	12	13	4	-	-	88	43	-	-
Boticas	31	18	10	6	-	-	109	51	-	-
Bragança	263	135	82	42	2	2	421	232	2	-
Chaves	289	149	71	36	-	-	519	285	1	-
Macedo de Cavaleiros	105	56	24	9	1	1	204	121	-	-
Miranda do Douro	47	26	9	4	-	-	101	48	-	-
Mirandela	173	96	55	21	-	-	310	159	2	1
Mogadouro	62	31	13	5	-	-	151	82	-	-
Montalegre	61	28	12	8	-	-	200	109	-	-
Murça	46	20	10	5	-	-	99	51	-	-
Valpaços	102	55	37	20	1	1	277	153	2	1
Vila Pouca de Aguiar	66	40	13	10	-	-	210	112	-	-
Vimioso	34	20	8	4	-	-	96	49	1	1
Vinhais	47	23	12	10	-	-	141	73	-	-
Centro	19 973	10 151	5 782	2 940	69	34	26 896	13 684	55	27
Baixo Vouga	3 531	1 803	1 092	553	9	6	3 580	1 794	9	5
Águeda	414	203	124	63	-	-	473	219	-	-
Albergaria-a-Velha	241	128	69	40	-	-	229	119	1	1
Anadia	205	104	53	29	1	1	345	157	1	1

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Unidade: N.º									
	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	
Aveiro	700	339	248	117	1	1	602	323	-	-
Estarreja	252	124	79	31	-	-	295	149	1	-
Ílhavo	401	210	148	75	2	2	336	192	1	-
Mealhada	209	117	56	32	1	-	193	101	1	-
Murtosa	113	59	24	13	-	-	124	57	-	-
Oliveira do Bairro	239	127	70	35	2	1	228	109	1	1
Ovar	458	247	146	79	-	-	421	201	3	2
Sever do Vouga	93	47	26	16	2	1	135	71	-	-
Vagos	206	98	49	23	-	-	199	96	-	-
Baixo Mondego	2 725	1 376	777	381	10	2	3 709	1 874	6	2
Cantanhede	296	148	87	39	-	-	434	224	-	-
Coimbra	1 207	600	360	183	3	1	1 367	676	2	-
Condeixa-a-Nova	176	91	35	18	1	-	135	63	2	1
Figueira da Foz	503	264	185	90	2	1	818	418	1	1
Mira	82	36	22	8	-	-	130	59	-	-
Montemor-o-Velho	196	107	46	25	3	-	325	166	1	-
Penacova	131	65	21	6	-	-	204	112	-	-
Soure	134	65	21	12	1	-	296	156	-	-
Pinhal Litoral	2 518	1 308	739	380	7	3	2 404	1 247	4	4
Batalha	155	84	31	18	-	-	111	61	-	-
Leiria	1 266	649	377	187	4	2	1 022	543	-	-
Marinha Grande	364	175	131	68	2	1	347	172	-	-
Pombal	488	268	124	67	1	-	646	326	2	2
Porto de Mós	245	132	76	40	-	-	278	145	2	2
Pinhal Interior Norte	1 037	543	277	152	7	2	1 948	983	3	-
Alvaiázere	55	32	12	9	-	-	167	95	-	-
Ansião	106	51	24	13	2	1	179	82	-	-
Arganil	76	40	23	14	-	-	241	133	-	-
Castanheira de Pêra	20	10	6	2	1	-	52	25	-	-
Figueiró dos Vinhos	45	26	12	6	-	-	102	43	-	-
Góis	31	13	10	6	-	-	78	29	-	-
Lousã	222	116	62	30	-	-	159	87	-	-
Miranda do Corvo	95	52	20	10	1	-	142	72	2	-
Oliveira do Hospital	160	78	38	21	1	1	248	140	-	-
Pampilhosa da Serra	21	10	7	4	-	-	114	57	-	-
Pedrógão Grande	13	11	4	4	1	-	72	38	-	-
Penela	42	26	12	8	-	-	100	47	-	-
Tábua	93	51	31	17	1	-	196	86	1	-
Vila Nova de Poiares	58	27	16	8	-	-	98	49	-	-
Dão-Lafões	2 330	1 149	508	256	8	3	3 292	1 661	15	5
Aguiar da Beira	28	19	1	1	1	1	104	56	1	1
Carregal do Sal	85	43	28	10	1	-	142	78	-	-
Castro Daire	106	54	27	14	-	-	235	108	1	-
Mangualde	145	72	22	7	-	-	244	116	1	1
Mortágua	61	33	20	10	-	-	131	75	-	-
Nelas	138	77	29	15	-	-	143	75	1	-
Oliveira de Frades	85	39	17	12	-	-	109	52	-	-
Penalva do Castelo	58	32	9	7	-	-	120	54	-	-
Santa Comba Dão	95	54	26	14	1	-	165	80	-	-
São Pedro do Sul	103	48	25	11	-	-	263	148	2	1
Sátão	119	55	19	9	-	-	161	71	3	-
Tondela	210	98	51	24	1	-	361	180	1	1
Vila Nova de Paiva	43	30	9	5	-	-	73	36	-	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007 (continuação)

2007 Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Viseu	986	468	210	110	4	2	931	479	4	1
Vouzela	68	27	15	7	-	-	110	53	1	-
Pinhal Interior Sul	238	123	52	24	1	-	693	349	1	1
Mação	36	17	11	6	-	-	156	65	-	-
Oleiros	21	11	4	3	1	-	115	59	-	-
Proença-a-Nova	39	21	9	5	-	-	126	62	-	-
Sertã	122	67	26	10	-	-	225	125	1	1
Vila de Rei	20	7	2	-	-	-	71	38	-	-
Serra da Estrela	271	133	61	30	2	2	715	347	-	-
Fornos de Algodres	27	12	3	2	-	-	74	38	-	-
Gouveia	82	48	17	9	-	-	250	126	-	-
Seia	162	73	41	19	2	2	391	183	-	-
Beira Interior Norte	695	354	166	90	3	1	1 653	851	5	4
Almeida	33	15	7	2	1	1	141	77	-	-
Celorico da Beira	63	30	13	7	-	-	119	59	-	-
Figueira de Castelo Rodrigo	48	23	17	10	1	-	134	64	-	-
Guarda	355	180	84	47	-	-	472	256	2	2
Manteigas	18	9	4	2	-	-	46	29	-	-
Meda	26	15	4	2	-	-	105	49	-	-
Pinhel	54	31	14	9	-	-	162	83	1	1
Sabugal	45	20	15	8	-	-	303	140	1	1
Trancoso	53	31	8	3	1	-	171	94	1	-
Beira Interior Sul	550	273	151	74	5	3	1 253	637	1	-
Castelo Branco	472	236	119	62	3	1	751	373	1	-
Idanha-a-Nova	43	24	16	8	2	2	244	128	-	-
Penamacor	20	7	9	2	-	-	134	77	-	-
Vila Velha de Ródão	15	6	7	2	-	-	124	59	-	-
Cova da Beira	686	349	177	89	2	1	1 096	545	2	1
Belmonte	49	27	14	7	-	-	104	52	-	-
Covilhã	421	225	107	57	1	-	602	299	1	-
Fundão	216	97	56	25	1	1	390	194	1	1
Oeste	3 480	1 741	1 220	617	11	8	3 907	2 040	4	2
Alcobaça	481	251	133	73	3	2	610	311	-	-
Alenquer	496	249	157	78	2	2	439	241	-	-
Arruda dos Vinhos	153	68	44	18	-	-	136	71	-	-
Bombarral	104	61	38	23	-	-	184	105	-	-
Cadaval	121	59	41	20	-	-	191	98	1	1
Caldas da Rainha	483	240	213	104	-	-	531	279	-	-
Lourinhã	238	111	92	45	1	1	279	158	-	-
Nazaré	137	59	56	27	-	-	183	90	1	-
Óbidos	87	43	33	18	-	-	147	90	-	-
Peniche	297	154	115	65	1	1	308	165	-	-
Sobral de Monte Agraço	96	53	34	18	-	-	130	62	-	-
Torres Vedras	787	393	264	128	4	2	769	370	2	1
Médio Tejo	1 912	999	562	294	4	3	2 646	1 356	5	3
Abrantes	331	170	115	63	-	-	549	314	2	2
Alcanena	123	69	31	18	2	1	130	71	-	-
Constância	32	20	9	5	-	-	39	21	-	-
Entroncamento	240	113	86	40	-	-	143	79	-	-
Ferreira do Zêzere	74	38	17	8	-	-	174	88	-	-
Ourém	424	225	94	53	-	-	499	230	2	1
Sardoal	24	12	7	3	-	-	55	21	-	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007 (continuação)

2007 Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento		HM	H	Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H			HM	H	HM	H
Tomar	301	148	107	49	-	-	547	269	1	-
Torres Novas	290	170	72	43	2	2	419	218	-	-
Vila Nova da Barquinha	73	34	24	12	-	-	91	45	-	-
Lisboa	31 690	16 213	14 275	7 328	136	76	25 261	12 839	111	60
Grande Lisboa	22 857	11 723	10 234	5 276	101	53	18 314	9 175	85	49
Amadora	1 817	910	1 028	513	5	1	1 499	817	4	3
Cascais	2 403	1 251	980	509	5	4	1 768	895	5	4
Lisboa	5 697	3 002	2 504	1 320	35	19	7 277	3 403	30	17
Loures	2 176	1 133	1 040	554	10	6	1 552	845	13	5
Mafra	977	493	340	173	6	3	546	275	2	-
Odivelas	1 572	797	732	371	5	4	1 012	551	6	4
Oeiras	1 902	980	780	415	10	4	1 309	628	5	5
Sintra	4 712	2 322	2 209	1 094	18	8	2 420	1 294	15	8
Vila Franca de Xira	1 601	835	621	327	7	4	931	467	5	3
Península de Setúbal	8 833	4 490	4 041	2 052	35	23	6 947	3 664	26	11
Alcochete	234	119	86	40	-	-	162	74	-	-
Almada	1 873	960	912	468	11	9	1 755	940	4	2
Barreiro	776	391	395	208	3	2	850	442	2	2
Moita	781	409	396	203	2	1	608	301	1	1
Montijo	620	314	255	130	1	-	480	260	1	-
Palmela	727	377	271	132	4	3	566	304	1	1
Seixal	1 821	933	851	431	8	5	1 015	551	9	3
Sesimbra	609	306	243	123	-	-	353	187	1	-
Setúbal	1 392	681	632	317	6	3	1 158	605	7	2
Alentejo	6 276	3 245	2 401	1 232	35	10	10 225	5 371	23	15
Alentejo Litoral	750	371	348	162	4	3	1 250	706	3	2
Alcácer do Sal	96	57	44	27	-	-	172	100	1	-
Grândola	112	49	57	20	-	-	195	102	-	-
Odemira	179	84	85	36	-	-	362	219	1	1
Santiago do Cacém	233	119	96	51	1	1	368	208	1	1
Sines	130	62	66	28	3	2	153	77	-	-
Alto Alentejo	810	432	307	163	6	1	1 846	964	6	4
Alter do Chão	25	13	12	5	1	-	64	27	-	-
Arronches	18	13	4	4	-	-	61	27	-	-
Avis	28	11	14	4	1	-	86	34	-	-
Campo Maior	50	32	22	13	1	1	114	62	-	-
Castelo de Vide	17	10	6	4	1	-	49	20	-	-
Crato	22	12	6	1	-	-	82	46	-	-
Elvas	146	67	74	33	-	-	269	153	-	-
Fronteira	30	18	10	5	-	-	49	26	-	-
Gavião	17	12	6	5	-	-	109	58	2	2
Marvão	23	9	3	1	-	-	67	34	-	-
Monforte	24	15	8	6	-	-	69	30	-	-
Mora	36	24	12	7	-	-	80	42	1	1
Nisa	35	15	6	2	-	-	163	82	1	-
Ponte de Sor	147	78	71	39	-	-	257	142	-	-
Portalegre	192	103	53	34	2	-	327	181	2	1
Alentejo Central	1 348	681	505	255	7	3	2 189	1 128	4	2
Alandroal	46	22	14	8	-	-	95	50	-	-
Arraiolos	46	23	10	4	-	-	115	48	-	-
Borba	59	28	18	8	1	-	78	46	-	-
Estremoz	85	42	30	15	-	-	186	104	-	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Unidade: N.º										
	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)	Óbitos					
	Total		Fora do casamento			Total		De menos de 1 ano			
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	
Évora	541	273	226	113	4	1	639	320	3	2	
Montemor-o-Novo	134	60	48	24	1	1	273	139	-	-	
Mourão	28	16	16	11	-	-	52	30	-	-	
Portel	43	21	16	9	1	1	93	47	-	-	
Redondo	49	25	25	12	-	-	99	50	-	-	
Reguengos de Monsaraz	73	46	20	9	-	-	165	88	-	-	
Sousel	28	13	13	6	-	-	98	47	-	-	
Vendas Novas	106	58	35	21	-	-	142	80	-	-	
Viana do Alentejo	46	20	18	8	-	-	68	32	1	-	
Vila Viçosa	64	34	16	7	-	-	86	47	-	-	
Baixo Alentejo	1 091	572	484	248	8	1	1 986	1 045	3	2	
Aljustrel	75	42	32	19	-	-	175	98	-	-	
Almodôvar	51	22	20	7	-	-	133	75	-	-	
Alvito	17	6	8	3	-	-	60	23	-	-	
Barrancos	13	4	5	2	-	-	37	17	-	-	
Beja	369	179	152	75	2	1	432	216	-	-	
Castro Verde	58	31	30	14	-	-	95	53	-	-	
Cuba	52	31	23	14	2	-	82	39	-	-	
Ferreira do Alentejo	58	29	31	14	1	-	128	61	-	-	
Mértola	36	23	9	4	-	-	150	86	-	-	
Moura	152	93	69	40	-	-	223	125	2	1	
Ourique	31	12	18	8	1	-	143	75	-	-	
Serpa	130	70	65	34	-	-	238	129	1	1	
Vidigueira	49	30	22	14	2	-	90	48	-	-	
Lezíria do Tejo	2 277	1 189	757	404	10	2	2 954	1 528	7	5	
Almeirim	223	113	69	33	1	-	260	139	-	-	
Alpiarça	75	39	23	9	-	-	105	53	-	-	
Azambuja	202	100	61	32	1	-	272	148	1	-	
Benavente	340	192	116	73	1	-	243	122	1	1	
Cartaxo	240	125	92	51	1	-	275	132	-	-	
Chamusca	76	40	26	16	1	-	159	92	1	1	
Coruche	142	72	54	24	1	1	327	183	-	-	
Golegã	49	29	17	11	-	-	73	33	-	-	
Rio Maior	193	98	66	29	2	1	247	124	-	-	
Salvaterra de Magos	206	104	89	44	-	-	255	136	1	1	
Santarém	531	277	144	82	2	-	738	366	3	2	
Algarve	4 892	2 520	2 396	1 257	24	14	4 668	2 577	19	14	
Albufeira	477	249	259	139	4	3	277	151	1	1	
Alcoutim	5	3	3	1	-	-	85	40	-	-	
Aljezur	41	15	26	10	-	-	103	58	-	-	
Castro Marim	60	35	27	16	-	-	97	52	-	-	
Faro	724	358	349	172	5	3	639	353	4	4	
Lagoa	264	134	132	71	-	-	233	130	1	-	
Lagos	343	188	163	90	1	-	296	165	-	-	
Loulé	804	418	390	206	1	-	642	361	6	3	
Monchique	37	25	15	9	1	1	108	64	-	-	
Olhão	483	264	250	137	4	2	477	274	3	3	
Portimão	706	367	339	180	3	2	546	286	1	1	
São Brás de Alportel	99	51	43	27	1	1	122	60	-	-	
Silves	351	154	158	71	-	-	499	287	2	1	
Tavira	263	138	124	71	-	-	302	169	1	1	
Vila do Bispo	35	15	19	8	-	-	64	34	-	-	
Vila Real de Santo António	200	106	99	49	4	2	178	93	-	-	

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Municípios, 2007 (continuação)

2007 Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
R. A. Açores	2 847	1 427	701	341	15	7	2 250	1 158	9	4
Vila do Porto	55	25	25	12	-	-	47	24	-	-
Lagoa (R.A.A)	186	92	37	18	1	-	87	45	2	-
Nordeste	48	20	7	3	2	1	55	30	1	-
Ponta Delgada	811	420	209	106	4	1	560	284	3	2
Povoação	53	28	7	6	-	-	64	33	-	-
Ribeira Grande	513	240	64	27	1	-	209	113	-	-
Vila Franca do Campo	138	70	20	9	2	2	83	37	-	-
Angra do Heroísmo	356	171	120	55	1	1	343	168	-	-
Vila da Praia da Vitória	239	126	68	38	2	2	192	104	1	1
Santa Cruz da Graciosa	50	35	13	11	-	-	75	38	-	-
Calheta (R. A. A.)	39	18	10	3	-	-	57	33	1	-
Velas	47	23	14	6	2	-	68	34	1	1
Lajes do Pico	31	19	8	5	-	-	68	38	-	-
Madalena	50	20	19	7	-	-	74	41	-	-
São Roque do Pico	28	12	11	3	-	-	46	24	-	-
Horta	155	83	50	23	-	-	165	77	-	-
Lajes das Flores	15	10	4	2	-	-	15	7	-	-
Santa Cruz das Flores	30	14	15	7	-	-	38	26	-	-
Corvo	3	1	-	-	-	-	4	2	-	-
R. A. Madeira	2 718	1 432	798	412	7	4	2 562	1 360	13	4
Calheta (R. A. M.)	122	58	31	14	1	1	161	79	-	-
Câmara de Lobos	475	248	123	72	1	-	244	138	-	-
Funchal	1 035	544	367	186	2	2	1 162	588	5	1
Machico	178	97	44	20	1	-	217	120	1	-
Ponta do Sol	81	43	13	6	-	-	90	55	2	1
Porto Moniz	18	6	3	2	-	-	47	26	-	-
Ribeira Brava	129	69	35	19	2	1	140	67	1	1
Santa Cruz	542	292	145	70	-	-	294	176	4	1
Santana	45	26	8	4	-	-	108	60	-	-
São Vicente	49	25	11	9	-	-	72	34	-	-
Porto Santo	44	24	18	10	-	-	27	17	-	-
Desconhecido	2	2	-	-	5	4	32	28	2	2
Estrangeiro	75	37	46	25	1	-	376	265	3	1

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007

Distribuição geográfica	Casamentos								Unidade: N.º
	Celebrados				Dissolvidos			Interrompidos por separação ^(B)	
	Total	Católicos	Civis	Outra	Total	Por morte	Por divórcio ^(A)		
Total	46 329	21 924	24 317	88	71 487 P_o	46 232	25 255 P_o	433 P_o	
Portugal	46 329	21 924	24 317	88	71 008 P_o	46 040	24 968 P_o	x	
Continente	43 793	21 124	22 581	88	x	43 918	x	x	
Norte	17 872	10 343	7 508	21	x	14 542	x	x	
Minho-Lima	1 243	719	524	-	x	1 293	x	x	
Arcos de Valdevez	130	62	68	-	x	162	x	x	
Caminha	75	28	47	-	x	94	x	x	
Melgaço	38	20	18	-	x	70	x	x	
Monção	59	33	26	-	x	138	x	x	
Paredes de Coura	52	30	22	-	x	58	x	x	
Ponte da Barca	60	31	29	-	x	66	x	x	
Ponte de Lima	255	189	66	-	x	168	x	x	
Valença	61	20	41	-	x	84	x	x	
Viana do Castelo	463	291	172	-	x	399	x	x	
Vila Nova de Cerveira	50	15	35	-	x	54	x	x	
Cávado	2 147	1 337	809	1	x	1 214	x	x	
Amares	98	55	43	-	x	64	x	x	
Barcelos	615	402	213	-	x	360	x	x	
Braga	933	566	366	1	x	458	x	x	
Esposende	206	144	62	-	x	98	x	x	
Terras de Bouro	29	17	12	-	x	47	x	x	
Vila Verde	266	153	113	-	x	187	x	x	
Ave	2 473	1 565	908	-	x	1 825	x	x	
Fafe	242	150	92	-	x	234	x	x	
Guimarães	797	552	245	-	x	493	x	x	
Póvoa de Lanhoso	161	87	74	-	x	80	x	x	
Santo Tirso	324	190	134	-	x	286	x	x	
Trofa	202	135	67	-	x	168	x	x	
Vieira do Minho	79	36	43	-	x	66	x	x	
Vila Nova de Famalicão	581	354	227	-	x	436	x	x	
Vizela	87	61	26	-	x	62	x	x	
Grande Porto	5 874	2 932	2 942	-	x	4 839	x	x	
Espinho	216	105	111	-	x	129	x	x	
Gondomar	616	323	293	-	x	574	x	x	
Maia	579	278	301	-	x	401	x	x	
Matosinhos	690	332	358	-	x	663	x	x	
Porto	1 253	537	716	-	x	1 253	x	x	
Póvoa de Varzim	408	256	152	-	x	201	x	x	
Valongo	417	251	166	-	x	275	x	x	
Vila do Conde	414	240	174	-	x	286	x	x	
Vila Nova de Gaia	1 281	610	671	-	x	1 057	x	x	
Tâmega	2 909	2 064	843	2	x	1 938	x	x	
Amarante	285	208	77	-	x	236	x	x	
Baião	96	78	18	-	x	102	x	x	
Cabeceiras de Basto	91	54	37	-	x	66	x	x	
Castelo de Paiva	73	52	21	-	x	61	x	x	
Celorico de Basto	104	68	36	-	x	76	x	x	
Cinfães	88	63	25	-	x	85	x	x	
Felgueiras	311	234	77	-	x	191	x	x	
Lousada	267	212	55	-	x	146	x	x	
Marco de Canaveses	278	216	62	-	x	174	x	x	
Mondim de Basto	50	26	24	-	x	43	x	x	
Paços de Ferreira	309	224	83	2	x	168	x	x	
Paredes	477	316	161	-	x	249	x	x	
Penafiel	380	260	120	-	x	240	x	x	
Resende	66	41	25	-	x	67	x	x	
Ribeira de Pena	34	12	22	-	x	34	x	x	

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							Interrompidos por separação ^(B)	Unidade: N.º
	Celebrados				Dissolvidos				
	Total	Católicos	Civis	Outra	Total	Por morte	Por divórcio ^(A)		
Entre Douro e Vouga	1 241	699	542	-	x	969	x	x	
Arouca	142	90	52	-	x	82	x	x	
Oliveira de Azeméis	313	172	141	-	x	259	x	x	
Santa Maria da Feira	559	318	241	-	x	456	x	x	
São João da Madeira	109	49	60	-	x	72	x	x	
Vale de Cambra	118	70	48	-	x	100	x	x	
Douro	1 010	583	410	17	x	1 106	x	x	
Alijó	51	27	24	-	x	80	x	x	
Armamar	28	16	12	-	x	38	x	x	
Carrazeda de Ansiães	20	11	9	-	x	63	x	x	
Freixo de Espada à Cinta	11	3	8	-	x	30	x	x	
Lamego	124	68	40	16	x	131	x	x	
Mesão Frio	21	16	5	-	x	22	x	x	
Moimenta da Beira	58	39	19	-	x	49	x	x	
Penedono	12	7	5	-	x	19	x	x	
Peso da Régua	102	60	42	-	x	80	x	x	
Sabrosa	33	14	19	-	x	28	x	x	
Santa Marta de Penaguião	22	19	3	-	x	60	x	x	
São João da Pesqueira	26	17	8	1	x	38	x	x	
Sernancelhe	36	20	16	-	x	30	x	x	
Tabuaço	47	26	21	-	x	38	x	x	
Tarouca	45	18	27	-	x	41	x	x	
Torre de Moncorvo	21	10	11	-	x	63	x	x	
Vila Flor	39	18	21	-	x	45	x	x	
Vila Nova de Foz Côa	30	14	16	-	x	51	x	x	
Vila Real	284	180	104	-	x	200	x	x	
Alto Trás-os-Montes	975	444	530	1	x	1 358	x	x	
Alfândega da Fé	22	6	16	-	x	43	x	x	
Boticas	22	8	14	-	x	44	x	x	
Bragança	202	77	125	-	x	194	x	x	
Chaves	240	99	141	-	x	257	x	x	
Macedo de Cavaleiros	69	40	29	-	x	103	x	x	
Miranda do Douro	18	12	6	-	x	49	x	x	
Mirandela	100	54	46	-	x	148	x	x	
Mogadouro	42	25	17	-	x	71	x	x	
Montalegre	35	8	27	-	x	81	x	x	
Murça	40	20	20	-	x	50	x	x	
Valpaços	69	42	27	-	x	129	x	x	
Vila Pouca de Aguiar	61	31	30	-	x	88	x	x	
Vimioso	19	7	12	-	x	43	x	x	
Vinhais	36	15	20	1	x	58	x	x	
Centro	9 914	5 190	4 719	5	x	12 116	x	x	
Baixo Vouga	1 613	803	805	5	x	1 643	x	x	
Águeda	233	121	112	-	x	208	x	x	
Albergaria-a-Velha	75	40	35	-	x	109	x	x	
Anadia	119	48	71	-	x	153	x	x	
Aveiro	360	165	190	5	x	285	x	x	
Estarreja	112	64	48	-	x	125	x	x	
Ílhavo	135	65	70	-	x	168	x	x	
Mealhada	88	41	47	-	x	101	x	x	
Murtosa	54	23	31	-	x	50	x	x	
Oliveira do Bairro	94	51	43	-	x	93	x	x	
Ovar	180	105	75	-	x	198	x	x	
Sever do Vouga	42	20	22	-	x	64	x	x	
Vagos	121	60	61	-	x	89	x	x	
Baixo Mondego	1 452	794	658	-	x	1 722	x	x	
Cantanhede	140	72	68	-	x	212	x	x	
Coimbra	736	440	296	-	x	654	x	x	
Condeixa-a-Nova	52	25	27	-	x	45	x	x	

(continua)

Quadro 8.1.6
Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							
	Celebrados				Dissolvidos			Interrompidos por separação ^(B)
	Total	Católicos	Civis	Outra	Total	Por morte	Por divórcio ^(A)	
Figueira da Foz	258	119	139	-	x	366	x	x
Mira	54	29	25	-	x	53	x	x
Montemor-o-Velho	84	45	39	-	x	148	x	x
Penacova	51	24	27	-	x	88	x	x
Soure	77	40	37	-	x	156	x	x
Pinhal Litoral	1 098	566	532	-	x	1 107	x	x
Batalha	69	45	24	-	x	57	x	x
Leiria	587	290	297	-	x	487	x	x
Marinha Grande	162	70	92	-	x	149	x	x
Pombal	209	118	91	-	x	291	x	x
Porto de Mós	71	43	28	-	x	123	x	x
Pinhal Interior Norte	489	283	206	-	x	879	x	x
Alvaiázere	28	22	6	-	x	84	x	x
Ansião	51	24	27	-	x	84	x	x
Arganil	45	27	18	-	x	110	x	x
Castanheira de Pêra	5	4	1	-	x	17	x	x
Figueiró dos Vinhos	18	8	10	-	x	39	x	x
Góis	12	7	5	-	x	35	x	x
Lousã	80	46	34	-	x	80	x	x
Miranda do Corvo	54	34	20	-	x	66	x	x
Oliveira do Hospital	86	50	36	-	x	118	x	x
Pampilhosa da Serra	10	5	5	-	x	42	x	x
Pedrógão Grande	9	6	3	-	x	39	x	x
Penela	20	16	4	-	x	39	x	x
Tábua	49	21	28	-	x	74	x	x
Vila Nova de Poiares	22	13	9	-	x	52	x	x
Dão-Lafões	1 423	794	629	-	x	1 470	x	x
Aguiar da Beira	28	18	10	-	x	43	x	x
Carregal do Sal	53	26	27	-	x	68	x	x
Castro Daire	77	42	35	-	x	103	x	x
Mangualde	119	71	48	-	x	121	x	x
Mortágua	33	15	18	-	x	64	x	x
Nelas	80	41	39	-	x	56	x	x
Oliveira de Frades	32	18	14	-	x	51	x	x
Penalva do Castelo	42	31	11	-	x	51	x	x
Santa Comba Dão	59	32	27	-	x	63	x	x
São Pedro do Sul	85	43	42	-	x	118	x	x
Sátão	78	55	23	-	x	67	x	x
Tondela	129	60	69	-	x	164	x	x
Vila Nova de Paiva	46	19	27	-	x	33	x	x
Viseu	531	302	229	-	x	415	x	x
Vouzela	31	21	10	-	x	53	x	x
Pinhal Interior Sul	158	100	58	-	x	307	x	x
Mação	17	10	7	-	x	64	x	x
Oleiros	15	12	3	-	x	42	x	x
Proença-a-Nova	24	16	8	-	x	60	x	x
Sertã	94	57	37	-	x	107	x	x
Vila de Rei	8	5	3	-	x	34	x	x
Serra da Estrela	205	119	86	-	x	268	x	x
Fornos de Algodres	23	14	9	-	x	28	x	x
Gouveia	69	40	29	-	x	95	x	x
Seia	113	65	48	-	x	145	x	x
Beira Interior Norte	448	294	154	-	x	695	x	x
Almeida	17	15	2	-	x	58	x	x
Celorico da Beira	50	27	23	-	x	58	x	x
Figueira de Castelo Rodrigo	23	17	6	-	x	67	x	x
Guarda	219	148	71	-	x	203	x	x
Manteigas	15	7	8	-	x	19	x	x
Meda	23	13	10	-	x	39	x	x

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos								Unidade: N.º
	Celebrados				Dissolvidos			Interrompidos por separação ^(B)	
	Total	Católicos	Civis	Outra	Total	Por morte	Por divórcio ^(A)		
Pinhel	31	20	11	-	x	75	x	x	
Sabugal	29	24	5	-	x	114	x	x	
Trancoso	41	23	18	-	x	62	x	x	
Beira Interior Sul	277	173	104	-	x	562	x	x	
Castelo Branco	235	148	87	-	x	339	x	x	
Idanha-a-Nova	29	17	12	-	x	107	x	x	
Penamacor	9	6	3	-	x	61	x	x	
Vila Velha de Ródão	4	2	2	-	x	55	x	x	
Cova da Beira	319	184	135	-	x	512	x	x	
Belmonte	21	13	8	-	x	44	x	x	
Covilhã	183	108	75	-	x	286	x	x	
Fundão	115	63	52	-	x	182	x	x	
Oeste	1 533	614	919	-	x	1 757	x	x	
Alcobaça	196	116	80	-	x	295	x	x	
Alenquer	218	48	170	-	x	204	x	x	
Arruda dos Vinhos	47	15	32	-	x	65	x	x	
Bombarral	40	17	23	-	x	74	x	x	
Cadaval	63	18	45	-	x	81	x	x	
Caldas da Rainha	195	86	109	-	x	237	x	x	
Lourinhã	106	32	74	-	x	127	x	x	
Nazaré	86	38	48	-	x	74	x	x	
Óbidos	47	15	32	-	x	75	x	x	
Peniche	113	43	70	-	x	145	x	x	
Sobral de Monte Agraço	59	22	37	-	x	53	x	x	
Torres Vedras	363	164	199	-	x	327	x	x	
Médio Tejo	899	466	433	-	x	1 194	x	x	
Abrantes	144	73	71	-	x	275	x	x	
Alcanena	54	25	29	-	x	69	x	x	
Constância	23	9	14	-	x	18	x	x	
Entroncamento	58	32	26	-	x	70	x	x	
Ferreira do Zêzere	43	20	23	-	x	70	x	x	
Ourém	206	131	75	-	x	208	x	x	
Sardoal	11	6	5	-	x	20	x	x	
Tomar	173	78	95	-	x	235	x	x	
Torres Novas	158	78	80	-	x	189	x	x	
Vila Nova da Barquinha	29	14	15	-	x	40	x	x	
Lisboa	11 574	3 922	7 592	60	x	10 869	x	x	
Grande Lisboa	8 351	2 990	5 301	60	x	7 791	x	x	
Amadora	549	199	350	-	x	694	x	x	
Cascais	796	260	536	-	x	760	x	x	
Lisboa	3 541	1 348	2 133	60	x	2 801	x	x	
Loures	904	396	508	-	x	713	x	x	
Maфра	453	119	334	-	x	233	x	x	
Odivelas*	-	-	-	-	x	498	x	x	
Oeiras	415	137	278	-	x	569	x	x	
Sintra	1 180	317	863	-	x	1 097	x	x	
Vila Franca de Xira	513	214	299	-	x	426	x	x	
Península de Setúbal	3 223	932	2 291	-	x	3 078	x	x	
Alcochete	80	19	61	-	x	68	x	x	
Almada	760	206	554	-	x	783	x	x	
Barreiro	350	117	233	-	x	388	x	x	
Moita	231	60	171	-	x	255	x	x	
Montijo	199	79	120	-	x	197	x	x	
Palmela	257	63	194	-	x	253	x	x	
Seixal	534	207	327	-	x	458	x	x	
Sesimbra	176	32	144	-	x	169	x	x	
Setúbal	636	149	487	-	x	507	x	x	

(continua)

Quadro 8.1.6
Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos								Unidade: N.º
	Celebrados				Dissolvidos			Interrompidos por separação ⁽¹⁾	
	Total	Católicos	Civis	Outra	Total	Por morte	Por divórcio ⁽²⁾		
Alentejo	2 761	1 193	1 566	2	x	4 393	x	x	
Alentejo Litoral	310	106	204	-	x	478	x	x	
Alcácer do Sal	26	11	15	-	x	77	x	x	
Grândola	59	6	53	-	x	80	x	x	
Odemira	74	32	42	-	x	133	x	x	
Santiago do Cacém	108	42	66	-	x	140	x	x	
Sines	43	15	28	-	x	48	x	x	
Alto Alentejo	448	221	226	1	x	832	x	x	
Alter do Chão	17	8	9	-	x	29	x	x	
Arronches	10	4	6	-	x	22	x	x	
Avis	6	2	4	-	x	32	x	x	
Campo Maior	38	18	20	-	x	52	x	x	
Castelo de Vide	19	11	8	-	x	22	x	x	
Crato	22	13	9	-	x	35	x	x	
Elvas	86	38	48	-	x	127	x	x	
Fronteira	15	6	9	-	x	22	x	x	
Gavião	11	5	6	-	x	47	x	x	
Marvão	15	5	10	-	x	33	x	x	
Monforte	7	7	-	-	x	28	x	x	
Mora	16	6	10	-	x	37	x	x	
Nisa	19	14	5	-	x	79	x	x	
Ponte de Sor	58	32	26	-	x	119	x	x	
Portalegre	109	52	56	1	x	148	x	x	
Alentejo Central	672	302	369	1	x	964	x	x	
Alandroal	22	10	12	-	x	56	x	x	
Arraiolos	24	14	10	-	x	48	x	x	
Borba	31	16	15	-	x	33	x	x	
Estremoz	48	24	24	-	x	84	x	x	
Évora	301	132	169	-	x	256	x	x	
Montemor-o-Novo	66	32	33	1	x	124	x	x	
Mourão	9	5	4	-	x	25	x	x	
Portel	27	17	10	-	x	42	x	x	
Redondo	12	3	9	-	x	41	x	x	
Reguengos de Monsaraz	40	11	29	-	x	71	x	x	
Sousel	14	7	7	-	x	40	x	x	
Vendas Novas	41	19	22	-	x	68	x	x	
Viana do Alentejo	19	5	14	-	x	35	x	x	
Vila Viçosa	18	7	11	-	x	41	x	x	
Baixo Alentejo	410	172	238	-	x	798	x	x	
Aljustrel	26	9	17	-	x	68	x	x	
Almodóvar	24	16	8	-	x	48	x	x	
Alvito	16	6	10	-	x	23	x	x	
Barrancos	5	2	3	-	x	16	x	x	
Beja	130	48	82	-	x	179	x	x	
Castro Verde	12	3	9	-	x	44	x	x	
Cuba	20	12	8	-	x	31	x	x	
Ferreira do Alentejo	19	7	12	-	x	49	x	x	
Mértola	19	5	14	-	x	64	x	x	
Moura	50	24	26	-	x	87	x	x	
Ourique	21	8	13	-	x	48	x	x	
Serpa	60	28	32	-	x	103	x	x	
Vidigueira	8	4	4	-	x	38	x	x	
Lezíria do Tejo	921	392	529	-	x	1 321	x	x	
Almeirim	98	46	52	-	x	111	x	x	
Alpiarça	21	11	10	-	x	47	x	x	
Azambuja	88	23	65	-	x	116	x	x	
Benavente	106	28	78	-	x	111	x	x	

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							Interrompidos por separação ^(B)	Unidade: N.º
	Celebrados				Dissolvidos				
	Total	Católicos	Civis	Outra	Total	Por morte	Por divórcio ^(A)		
Cartaxo	99	29	70	-	x	115	x	x	
Chamusca	27	12	15	-	x	80	x	x	
Coruche	68	47	21	-	x	172	x	x	
Golegã	21	8	13	-	x	28	x	x	
Rio Maior	82	37	45	-	x	103	x	x	
Salvaterra de Magos	65	33	32	-	x	109	x	x	
Santarém	246	118	128	-	x	329	x	x	
Algarve	1 672	476	1 196	-	x	1 998	x	x	
Albufeira	157	42	115	-	x	121	x	x	
Alcoutim	18	1	17	-	x	32	x	x	
Aljezur	22	11	11	-	x	45	x	x	
Castro Marim	19	7	12	-	x	45	x	x	
Faro	260	81	179	-	x	262	x	x	
Lagoa	117	45	72	-	x	112	x	x	
Lagos	167	30	137	-	x	137	x	x	
Loulé	285	72	213	-	x	270	x	x	
Monchique	36	13	23	-	x	42	x	x	
Olhão	130	37	93	-	x	196	x	x	
Portimão	85	17	68	-	x	245	x	x	
São Brás de Alportel	53	9	44	-	x	50	x	x	
Silves	159	47	112	-	x	204	x	x	
Tavira	80	39	41	-	x	135	x	x	
Vila do Bispo	11	2	9	-	x	27	x	x	
Vila Real de Santo António	73	23	50	-	x	75	x	x	
R. A. Açores	1 304	299	1 005	-	x	964	x	x	
Vila do Porto	20	9	11	-	x	20	x	x	
Lagoa (R.A.A)	76	11	65	-	x	41	x	x	
Nordeste	17	-	17	-	x	24	x	x	
Ponta Delgada	384	89	295	-	x	239	x	x	
Povoação	32	7	25	-	x	28	x	x	
Ribeira Grande	193	28	165	-	x	88	x	x	
Vila Franca do Campo	62	13	49	-	x	33	x	x	
Angra do Heroísmo	207	58	149	-	x	146	x	x	
Vila da Praia da Vitória	106	24	82	-	x	90	x	x	
Santa Cruz da Graciosa	16	6	10	-	x	31	x	x	
Calheta (R. A. A.)	11	3	8	-	x	19	x	x	
Velas	23	11	12	-	x	21	x	x	
Lajes do Pico	14	6	8	-	x	32	x	x	
Madalena	36	7	29	-	x	34	x	x	
São Roque do Pico	9	-	9	-	x	18	x	x	
Horta	78	24	54	-	x	77	x	x	
Lajes das Flores	5	-	5	-	x	7	x	x	
Santa Cruz das Flores	11	2	9	-	x	15	x	x	
Corvo	4	1	3	-	x	1	x	x	
R. A. Madeira	1 232	501	731	-	x	1 157	x	x	
Calheta (R. A. M.)	46	28	18	-	x	74	x	x	
Câmara de Lobos	145	68	77	-	x	118	x	x	
Funchal	589	253	336	-	x	496	x	x	
Machico	104	27	77	-	x	105	x	x	
Ponta do Sol	54	17	37	-	x	50	x	x	
Porto Moniz	7	1	6	-	x	19	x	x	
Ribeira Brava	73	20	53	-	x	56	x	x	
Santa Cruz	141	65	76	-	x	146	x	x	
Santana	31	10	21	-	x	54	x	x	
São Vicente	21	5	16	-	x	27	x	x	
Porto Santo	21	7	14	-	x	12	x	x	
Ignorada	-	-	-	-	x	1	x	x	

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Municípios, 2007 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							Unidade: N.º
	Celebrados				Dissolvidos			Interrompidos por separação ^(b)
	Total	Católicos	Civis	Outra	Total	Por morte	Por divórcio ^(a)	
Estrangeiro	-	-	-	-	x	192	x	x

⁽¹⁾ A inexistência de dados de casamentos celebrados deve-se ao facto de não estar ainda instalada a Conservatória de Registo Civil no concelho.

^(a) Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

^(b) Os valores referentes ao ano de 2007 referem-se ao número de separações de pessoas e bens decretados nas conservatórias do registo civil e são provisórios à data de Julho de 2008.

Quadro 8.1.7

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2007

2007		Unidade: N.º									
Distribuição geográfica Meses	Nados-vivos		Fetos- -mortos (total)	Óbitos		Casamentos Celebrados	Casamentos Dissolvidos			Interrompi- dos por separação ^(b)	
	Total	Fora do casamento		Total	De menos de 1 ano		Total	Por morte	Por divórcio ^(a)		
Total	102 567	34 489	377	103 888	356	46 329	71 487	46 232	25 255 P.	433 P.	
Janeiro	8 330	2 789	27	10 585	32	1 797	x	4 561	x	x	
Fevereiro	7 460	2 478	31	10 303	27	1 674	x	4 483	x	x	
Março	8 398	2 781	33	9 436	20	2 373	x	4 161	x	x	
Abril	7 990	2 585	27	8 560	26	2 734	x	3 798	x	x	
Maio	8 623	2 741	36	7 933	24	4 319	x	3 539	x	x	
Junho	8 333	2 729	24	7 475	35	4 774	x	3 400	x	x	
Julho	8 983	2 971	38	7 905	35	6 224	x	3 580	x	x	
Agosto	8 968	3 100	37	7 623	29	6 880	x	3 453	x	x	
Setembro	9 479	3 275	32	7 330	27	6 693	x	3 389	x	x	
Outubro	9 038	3 177	31	7 907	32	3 650	x	3 551	x	x	
Novembro	8 447	2 968	31	8 662	31	2 030	x	3 904	x	x	
Dezembro	8 518	2 895	30	10 169	38	3 181	x	4 413	x	x	
Portugal	102 492	34 443	376	103 512	353	46 329	71 008	46 040	24 968 P.	x	
Janeiro	8 325	2 786	27	10 552	31	1 797	x	4 543	x	x	
Fevereiro	7 456	2 477	31	10 279	27	1 674	x	4 470	x	x	
Março	8 387	2 775	33	9 406	20	2 373	x	4 149	x	x	
Abril	7 985	2 582	27	8 532	26	2 734	x	3 785	x	x	
Maio	8 616	2 738	36	7 897	24	4 319	x	3 520	x	x	
Junho	8 328	2 726	24	7 441	34	4 774	x	3 383	x	x	
Julho	8 974	2 966	38	7 872	34	6 224	x	3 566	x	x	
Agosto	8 959	3 095	36	7 581	29	6 880	x	3 438	x	x	
Setembro	9 473	3 270	32	7 301	27	6 693	x	3 372	x	x	
Outubro	9 031	3 172	31	7 864	32	3 650	x	3 523	x	x	
Novembro	8 442	2 963	31	8 635	31	2 030	x	3 886	x	x	
Dezembro	8 516	2 893	30	10 152	38	3 181	x	4 405	x	x	
Continente	96 925	32 944	349	98 668	329	43 793	x	43 918	x	x	
Janeiro	7 820	2 647	26	10 081	28	1 657	x	4 348	x	x	
Fevereiro	7 029	2 361	31	9 805	26	1 548	x	4 262	x	x	
Março	7 906	2 628	30	8 937	18	2 198	x	3 953	x	x	
Abril	7 567	2 472	25	8 125	25	2 567	x	3 601	x	x	
Maio	8 116	2 631	34	7 489	22	4 111	x	3 337	x	x	
Junho	7 916	2 618	21	7 064	31	4 564	x	3 217	x	x	
Julho	8 499	2 832	35	7 483	33	5 821	x	3 386	x	x	
Agosto	8 511	2 985	33	7 243	26	6 655	x	3 307	x	x	
Setembro	8 992	3 125	29	6 944	24	6 344	x	3 211	x	x	
Outubro	8 546	3 047	29	7 499	30	3 471	x	3 359	x	x	
Novembro	8 003	2 835	30	8 271	29	1 887	x	3 717	x	x	
Dezembro	8 020	2 763	26	9 727	37	2 970	x	4 220	x	x	
Norte	34 094	8 090	85	31 618	121	17 872	x	14 542	x	x	
Janeiro	2 781	667	6	3 285	5	651	x	1 474	x	x	
Fevereiro	2 435	576	8	3 201	13	542	x	1 411	x	x	
Março	2 790	635	9	2 823	5	796	x	1 259	x	x	
Abril	2 552	568	3	2 585	10	968	x	1 214	x	x	
Maio	2 905	682	6	2 331	4	1 698	x	1 076	x	x	
Junho	2 806	625	7	2 204	13	1 742	x	1 039	x	x	
Julho	3 014	722	9	2 377	14	2 417	x	1 125	x	x	
Agosto	2 996	703	11	2 277	9	3 346	x	1 084	x	x	
Setembro	3 181	807	6	2 211	13	2 439	x	1 078	x	x	
Outubro	3 003	740	9	2 454	14	1 314	x	1 142	x	x	
Novembro	2 757	705	5	2 661	8	654	x	1 202	x	x	
Dezembro	2 874	660	6	3 209	13	1 305	x	1 438	x	x	
Centro	19 973	5 782	69	26 896	55	9 914	x	12 116	x	x	
Janeiro	1 515	452	5	2 706	3	378	x	1 182	x	x	
Fevereiro	1 490	400	7	2 638	5	346	x	1 148	x	x	
Março	1 645	450	9	2 542	3	485	x	1 175	x	x	
Abril	1 602	465	6	2 139	6	611	x	944	x	x	
Maio	1 651	420	7	2 093	6	932	x	952	x	x	
Junho	1 661	490	2	1 893	6	1 014	x	868	x	x	
Julho	1 757	487	4	2 002	6	1 324	x	901	x	x	
Agosto	1 768	519	8	1 943	5	1 677	x	871	x	x	
Setembro	1 815	545	6	1 899	4	1 386	x	893	x	x	
Outubro	1 739	533	5	2 017	3	738	x	930	x	x	
Novembro	1 703	514	3	2 348	2	404	x	1 072	x	x	
Dezembro	1 627	507	7	2 676	6	619	x	1 180	x	x	

(continua)

Quadro 8.1.7

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2007 (continuação)

2007

Unidade: N.º

Distribuição geográfica Meses	Nados-vivos		Fetos- -mortos (total)	Óbitos		Casamentos Celebrados	Casamentos Dissolvidos			Interrompi- dos por separação ^(b)
	Total	Fora do casamento		Total	De menos de 1 ano		Total	Por morte	Por divórcio ^(a)	
Lisboa	31 690	14 275	136	25 261	111	11 574	x	10 869	x	x
Janeiro	2 665	1 174	9	2 553	16	461	x	1 052	x	x
Fevereiro	2 315	1 056	14	2 507	8	485	x	1 059	x	x
Março	2 575	1 134	10	2 201	7	660	x	927	x	x
Abril	2 543	1 072	10	2 171	4	699	x	941	x	x
Maio	2 666	1 151	16	1 916	9	1 068	x	805	x	x
Junho	2 566	1 129	10	1 899	10	1 318	x	840	x	x
Julho	2 790	1 230	12	1 953	9	1 534	x	882	x	x
Agosto	2 706	1 267	8	1 895	9	1 200	x	846	x	x
Setembro	2 880	1 314	12	1 795	5	1 755	x	781	x	x
Outubro	2 750	1 294	10	1 920	12	1 015	x	808	x	x
Novembro	2 637	1 236	13	2 019	13	604	x	905	x	x
Dezembro	2 597	1 218	12	2 432	9	775	x	1 023	x	x
Alentejo	6 276	2 401	35	10 225	23	2 761	x	4 393	x	x
Janeiro	483	177	5	1 052	3	93	x	431	x	x
Fevereiro	433	172	2	971	-	91	x	438	x	x
Março	514	212	2	918	2	161	x	386	x	x
Abril	478	174	5	870	2	185	x	360	x	x
Maio	493	171	2	784	2	253	x	341	x	x
Junho	478	179	1	755	1	320	x	337	x	x
Julho	524	190	6	774	3	356	x	319	x	x
Agosto	572	249	3	759	2	274	x	345	x	x
Setembro	621	209	3	733	1	492	x	337	x	x
Outubro	614	255	2	754	-	236	x	331	x	x
Novembro	523	204	4	871	2	130	x	379	x	x
Dezembro	543	209	-	984	5	170	x	389	x	x
Algarve	4 892	2 396	24	4 668	19	1 672	x	1 998	x	x
Janeiro	376	177	1	485	1	74	x	209	x	x
Fevereiro	356	157	-	488	-	84	x	206	x	x
Março	382	197	-	453	1	96	x	206	x	x
Abril	392	193	1	360	3	104	x	142	x	x
Maio	401	207	3	365	1	160	x	163	x	x
Junho	405	195	1	313	1	170	x	133	x	x
Julho	414	203	4	377	1	190	x	159	x	x
Agosto	469	247	3	369	1	158	x	161	x	x
Setembro	495	250	2	306	1	272	x	122	x	x
Outubro	440	225	3	354	1	168	x	148	x	x
Novembro	383	176	5	372	4	95	x	159	x	x
Dezembro	379	169	1	426	4	101	x	190	x	x
Regiões Autónomas										
Açores	2 847	701	15	2 250	9	1 304	x	964	x	x
Janeiro	252	67	-	191	-	73	x	73	x	x
Fevereiro	225	57	-	193	-	74	x	79	x	x
Março	212	55	2	249	2	87	x	100	x	x
Abril	205	55	2	194	-	87	x	87	x	x
Maio	258	51	1	201	2	111	x	88	x	x
Junho	222	55	2	190	2	104	x	70	x	x
Julho	258	58	1	180	-	197	x	79	x	x
Agosto	238	49	-	168	2	119	x	64	x	x
Setembro	243	66	2	174	-	173	x	83	x	x
Outubro	254	59	1	171	1	92	x	83	x	x
Novembro	213	58	1	170	-	74	x	84	x	x
Dezembro	267	71	3	169	-	113	x	74	x	x
Madeira	2 718	798	7	2 562	13	1 232	x	1 157	x	x
Janeiro	252	72	-	280	3	67	x	122	x	x
Fevereiro	201	59	-	280	1	52	x	129	x	x
Março	269	92	1	218	-	88	x	96	x	x
Abril	213	55	-	211	1	80	x	97	x	x
Maio	242	56	1	204	-	97	x	95	x	x
Junho	190	53	1	185	1	106	x	96	x	x
Julho	217	76	2	203	-	206	x	101	x	x
Agosto	210	61	1	166	1	106	x	67	x	x
Setembro	238	79	-	177	2	176	x	77	x	x
Outubro	231	66	1	190	1	87	x	81	x	x

(continua)

Quadro 8.1.7

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2007 (continuação)

2007 Unidade: N.º

Distribuição geográfica Meses	Nados-vivos			Fetos- mortos (total)	Óbitos		Casamentos			
	Total	Fora do casamento	Total		De menos de 1 ano	Celebrados	Dissolvidos			Interrompi- dos por separação ^(b)
							Total	Por morte	Por divórcio ^(a)	
Novembro	226	70	-	192	2	69	x	85	x	x
Dezembro	229	59	-	256	1	98	x	111	x	x
Ignorados	2	-	5	32	2	-	x	1	x	x
Janeiro	1	-	1	-	-	-	x	-	x	x
Fevereiro	1	-	-	1	-	-	x	-	x	x
Março	-	-	-	2	-	-	x	-	x	x
Abril	-	-	-	2	-	-	x	-	x	x
Maió	-	-	-	3	-	-	x	-	x	x
Junho	-	-	-	2	-	-	x	-	x	x
Julho	-	-	-	6	1	-	x	-	x	x
Agosto	-	-	2	4	-	-	x	-	x	x
Setembro	-	-	1	6	1	-	x	1	x	x
Outubro	-	-	-	4	-	-	x	-	x	x
Novembro	-	-	-	2	-	-	x	-	x	x
Dezembro	-	-	1	-	-	-	x	-	x	x
			-							
Estrangeiro	75	46	1	376	3	-	x	192	x	x
Janeiro	5	3	-	33	1	-	x	18	x	x
Fevereiro	4	1	-	24	-	-	x	13	x	x
Março	11	6	-	30	-	-	x	12	x	x
Abril	5	3	-	28	-	-	x	13	x	x
Maió	7	3	-	36	-	-	x	19	x	x
Junho	5	3	-	34	1	-	x	17	x	x
Julho	9	5	-	33	1	-	x	14	x	x
Agosto	9	5	1	42	-	-	x	15	x	x
Setembro	6	5	-	29	-	-	x	17	x	x
Outubro	7	5	-	43	-	-	x	28	x	x
Novembro	5	5	-	27	-	-	x	18	x	x
Dezembro	2	2	-	17	-	-	x	8	x	x

^(a) Os valores referentes ao ano de 2007 incluem o número de divórcios decretados nas conservatórias do registo civil e o número de divórcios e separações de pessoas e bens decretados nos tribunais, e são provisórios à data de Julho de 2008.

^(b) Os valores referentes ao ano de 2007 referem-se ao número de separações de pessoas e bens decretados nas conservatórias do registo civil e são provisórios à data de Julho de 2008.

capítulo

**Notas explicativas, conceitos, nomenclaturas e
instrumentos de notação**



NOTAS EXPLICATIVAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

Afinidade - Vínculo que liga cada um dos cônjuges aos parentes do outro (por exemplo, cunhados).

Autorizações de permanência - Mecanismo legal criado pelo Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, que permitia que fosse autorizada a permanência em Portugal a estrangeiros que aqui se encontravam, não sendo titulares de visto adequado e que reunissem as seguintes condições: ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT); não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses; não ter sido sujeito a medida de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema integrado de informações do SEF. Esta figura legal foi revogada em 2003, pelo Decreto-Lei 34/2003.

Casamento - Contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

Cessaçãõ do estatuto de residente - Fim do estatuto legal de residente (de indivíduo possuidor de uma autorização de residência). Este fim pode ser determinado pela vontade do próprio (saída voluntária e retorno voluntário), por decisão administrativa (cancelamento) ou judicial (expulsão judicial), obtenção de nacionalidade portuguesa ou por falecimento.

Condição perante o trabalho - Considera-se como condição perante o trabalho a relação existente entre o indivíduo e a actividade económica que desenvolve.

Esta noção distingue as pessoas com actividade económica (aquelas que tendo ultrapassado a idade de escolaridade obrigatória ficam disponíveis para a produção de bens e serviços económicos) - população activa, das que não têm actividade económica (aquelas que, de um modo geral, não exercem uma actividade remunerada) - população não activa.

Na população com actividade económica – **ativos** - deve considerar-se:

Empregado - o indivíduo que exerce uma profissão. Deverão ser incluídos os indivíduos a cumprir o serviço militar obrigatório.

Desempregado - o indivíduo disponível para trabalhar, que não trabalha e procura novo emprego ou o procura pela primeira vez.

Desempregado à procura do primeiro emprego - desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado à procura de novo emprego - desempregado que já teve um emprego.

Na população sem actividade económica - **Não activos** - deve considerar-se:

Doméstico - homem ou mulher que não exercendo uma profissão nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas do seu próprio lar.

Estudante - o indivíduo com 15 ou mais anos que não exerce qualquer actividade e que frequenta um estabelecimento de ensino público ou privado, qualquer que seja o nível de ensino;

Outra condição - nesta rubrica são de considerar os indivíduos que não exercem nenhuma actividade económica e que vivem da reforma ou pensão proveniente de actividades anteriores (reformado, aposentado ou na reserva); os indivíduos que não exercem nenhuma actividade económica e que são titulares de bens de capital donde lhes provêm os rendimentos que constituem o seu principal modo de vida (proprietários, etc.); os indivíduos totalmente incapazes para o trabalho, quer por acidente de trabalho quer por qualquer outro motivo (inválidos); os indivíduos sem actividade económica que recebem ajuda do Estado ou de fonte privada e todos aqueles que não estão compreendidos nas categorias mencionadas.

Crescimento efectivo da população - Ver «Variação populacional».

Densidade populacional - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Desempregado - Ver «Condição perante o trabalho».

Distribuição geográfica do facto - Ver «Local do registo».

Distribuição geográfica de residência - Ver «Local de residência».

Divórcio - Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

Nota: Constituem fundamentos do divórcio os seguintes: o comum acordo; a violação culposa dos deveres conjugais, quando a violação, pela sua gravidade ou reiteração, comprometa a possibilidade da vida em comum; a separação de facto por três anos consecutivos; a separação de facto por um ano se o divórcio for requerido por um dos cônjuges sem oposição do outro; a alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de três anos e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum; a ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a dois anos.

Doméstico(a) - Ver «Condição perante o trabalho».

Duração do casamento - Período de anos completos contados entre a celebração do casamento e a verificação de um facto de referência. Os factos de referência podem ser: nascimento de um filho, morte de um dos cônjuges, divórcio, data de observação, etc.

Emigrante - Ver «Emigrante Permanente; Emigrante Temporário»

Emigrante permanente - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Emigrante temporário - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.

Nota: Excluem-se desta situação as deslocações com carácter de: turismo, negócios, estudo, saúde, religião ou outro de igual teor.

Empregado - Ver «Condição perante o trabalho».

Empregador - Ver «Situação na profissão».

Esperança de vida - Ver « Esperança de vida numa determinada idade; Esperança de vida à nascença»

Esperança de vida numa determinada idade - Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exacta x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idade observadas no momento.

Esperança de vida à nascença - Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode viver, mantendo-se a taxa de mortalidade por idade observadas no momento.

Estado civil - Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado.

Estudante - Ver «Condição perante o trabalho».

Feto-morto - Produto da fecundação, cuja morte ocorreu antes da expulsão ou da extracção completa do corpo materno, independentemente da duração da gravidez; indica o óbito o facto de o feto, depois da separação não respirar nem apresentar nenhum outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito a acção voluntária.

Fundamentos do divórcio - Ver «<<Ver divórcio>>».

Idade - Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as 0 horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.

Idade gestacional - Duração da gestação, a qual é expressa em dias ou semanas completas e é calculada a partir do primeiro dia do último período menstrual normal.

Idade média ao casamento - Idade média das pessoas (nubentes) ao casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao primeiro casamento - Idade média das pessoas (nubentes) ao primeiro casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao nascimento - Ver « Idade média ao nascimento de um filho; Idade média ao nascimento do primeiro filho»

Idade média ao nascimento de um filho - Idade média das mães ao nascimento de um filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao nascimento do primeiro filho - Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Imigrante - Ver « Imigrante permanente; Imigrante temporário»

Imigrante permanente - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou

superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Imigrante temporário - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Índice de dependência de idosos – Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

$$IDI = [(P(65,+)/P(15,64))] * 10^n ;$$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência de jovens - Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

$$IDJ = [P(0,14) / P(15,64)] * 10^n ;$$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

$$IDT = [(P(0,14) + P(65,+)) / P(15,64)] * 10^n ;$$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de envelhecimento - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como

o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

$$IE = [(P(65,+)/P(0,14))] * 10^n ;$$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Índice de longevidade - Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos).

$$IL = [(P(75,+)/P(65,+))] * 10^n ;$$

P(75,+) - População com 75 ou mais anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos.

Índice sintético de fecundidade (ISF) - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

Instrução - Entende-se o mais alto grau de ensino completo possuído pelo indivíduo.

Ensino básico - 1º ciclo - compreende os primeiros quatro anos do sistema de ensino, equivalentes à 4ª classe.

Ensino básico - 2º ciclo - tem a duração de dois anos correspondentes ao antigo ciclo preparatório.

Ensino básico - 3º ciclo - tem a duração de três anos correspondentes ao ensino geral unificado, 9º ano de escolaridade e antigo 5º ano do liceu.

Ensino secundário - compreende os cursos para prosseguimento de estudos e cursos tecnológicos (10º, 11º e 12º ano via de ensino, técnico profissional; antigo 7º ano).

Ensino superior - compreende o ensino politécnico e o ensino universitário.

Inválido - Ver «Condição perante o trabalho».

Local do parto - Consideram-se três tipos de local:

Em domicílio - domicílio da mãe do nado-vivo ou do feto-morto, de um familiar ou qualquer outro domicílio;

Em estabelecimento hospitalar - hospitais e centros de saúde com internamento;

Noutro local - transportes, via pública, etc.

Local de registo - Local onde se situa a conservatória do registo civil onde foi lavrado o assento de nascimento, de casamento, ou de óbito.

No caso do divórcio, será a conservatória do registo civil ou o tribunal judicial onde foi decretado.

Local de residência - Local onde os indivíduos tenham vivido a maior parte do ano ou, no caso de divórcio ou separação de pessoas e bens, o local onde se situava a casa de morada de família.

Membro activo de cooperativa de produção - Ver «Situação na profissão»

Migração – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

Migração permanente – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objectivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a um ano.

Migração temporária - Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objectivo de aí fixar residência por um período inferior a um ano.

Mortalidade fetal – Ver « Mortalidade fetal precoce; Mortalidade fetal intermédia; Mortalidade fetal tardia».

Mortalidade fetal precoce – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional inferior a 22 semanas completas de gestação.

Mortalidade fetal intermédia – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional compreendida entre as 22 semanas completas de gestação e menos de 28 semanas completas de gestação.

Mortalidade fetal tardia – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas de gestação.

Mortalidade infantil – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.

Mortalidade neonatal – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de 28 dias de idade.

Mortalidade neonatal precoce – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de 7 dias de idade.

Mortalidade perinatal – Óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade.

Nota: Também pode ser utilizado como limite inferior 22 ou mais semanas de gestação.

Mortalidade post-neonatal – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com 28 ou mais dias de idade e menos de um ano de idade.

Nacionalidade - Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção de nacionalidade, devem ser consideradas com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Nado-vivo – O produto do nascimento vivo « Ver nascimento vivo ».

Nascimento vivo - É a expulsão ou extracção completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contracção efectiva de qualquer músculo sujeito à acção da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida.

Nascimentos totais - Total de nados-vivos e fetos-mortos.

Naturalidade - Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Óbito – Cessação irreversível das funções do tronco cerebral.

Óbito fetal – Morte de um produto da fecundação antes da expulsão ou extracção completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez. Indica o óbito, a circunstância do feto, depois de separado, não respirar nem manifestar quaisquer outros sinais de vida tais como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical, ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito à acção da vontade.

Ordem de nascimento - Número de filhos anteriores na vida de uma mulher mais um.

Nota: Este conceito pode ser utilizado tendo em conta apenas os nados-vivos, ou os nascimentos totais.

Parentesco – É o vínculo que une duas pessoas, em consequência de uma delas descender da outra ou de ambas procederem de um progenitor comum.

Profissão - Considera-se como profissão de um indivíduo o ofício ou a modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes, que este efectua, ou efectuava, se se tratar de um desempregado à procura de novo emprego.

População activa - Ver «Condição perante o trabalho».

População estrangeira residente - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação.

População estrangeira com estatuto legal de residente (com autorização de residência) - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.

Nota: Os dados publicados referem-se aos pedidos e não às concessões, devido ao facto de os dados sobre pedidos estarem mais actualizados do que os referentes às concessões. O movimento do ano refere-se apenas às pessoas que solicitaram, pela 1ª vez, uma autorização ou título de residência.

População estrangeira com autorização de permanência - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa, titulares de uma autorização de permanência em Portugal, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor.

População média - População calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

$$PM = (P(0) + P(t)) / 2;$$

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

População não activa - Ver «Condição perante o trabalho».

População presente – Pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia.

Nota: Este conceito foi utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o dia de referência se reporta ao momento censitário.

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Nota: Este conceito foi utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o dia de referência se reporta ao momento censitário. Conceito extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta ao momento censitário.

Proprietário - Ver «Condição perante o trabalho».

Ramo de actividade - Considera-se como ramo de actividade de um indivíduo a actividade económica principal (ou seja, aquela que afecta maior volume de pessoal) da empresa, estabelecimento ou unidade análoga onde ele exerce a sua profissão ou a exercia no caso de ser um desempregado à procura de novo emprego. Se o indivíduo trabalha por conta própria é indicada a actividade em que ocupa o maior número de horas.

Reformado ou aposentado - Ver «Condição perante o trabalho».

Relação de masculinidade - Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10²) mulheres).

$$RM = (H / M) * 10^n ;$$

H – População do sexo masculino;

M – População do sexo feminino.

Relação de masculinidade à nascença - Quociente entre os nados vivos do sexo masculino e os do sexo feminino, ocorridos num determinado período (habitualmente expresso por 100 (10²) nados vivos do sexo feminino).

$$RMN = [NV(h) / NV(m)] * 10^n ;$$

NV(h) – Nados vivos masculinos;

NV(m) – Nados vivos femininos.

Relação de parentesco – Vínculo que une duas pessoas através de relações de consanguinidade, adopção, ou afinidade, cônjuges entre si e seus familiares, até ao quarto grau.

Residência principal / habitual – Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Saída voluntária – Saída de um cidadão estrangeiro de território nacional, por iniciativa própria.

Saldo fisiológico – Ver «Saldo natural»

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Nota: O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural.

$$SM_{(0,t)} = I_{(0,t)} - E_{(0,t)} = VP_{(0,t)} - SN_{(0,t)}$$

$I_{(0,t)}$ - Entradas por migração entre os momentos 0 e t.

$E_{(0,t)}$ - Saídas por migração entre os momentos 0 e t.

$VP_{(0,t)}$ - Variação populacional entre os momentos 0 e t.

$SN_{(0,t)}$ - Saldo natural entre os momentos 0 e t.

Saldo natural - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

$$SN_{(0,t)} = NV_{(0,t)} - Ob_{(0,t)}$$

$NV_{(0,t)}$ - Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

$Ob_{(0,t)}$ - Óbitos entre os momentos 0 e t.

Separação legal de pessoas e bens – Alteração da vida familiar dos cônjuges, por decisão legal, cessando os deveres de coabitação e assistência, mas mantendo-se o vínculo ao casamento.

Nota: Relativamente aos Fundamentos, ver nota do conceito de Divórcio.

Situação na profissão - Situação do indivíduo em relação à sua profissão actual ou anterior (se for desempregado à procura de novo emprego), ou seja, a relação de dependência ou independência na forma como exerce ou exercia a sua profissão. Consideram-se as seguintes situações:

Empregador - indivíduo que exerce uma actividade independente, individualmente ou com um ou mais associados e que, tem ao seu serviço um ou mais trabalhadores por conta de outrem.

Actividade independente - entende-se a actividade cuja retribuição está directamente dependente dos resultados realizados ou potenciais proporcionados pela actividade correspondente (produção de bens e/ou serviços), mantendo o seu titular o controlo dos processos conducentes à obtenção dos resultados e da organização dos meios necessários para esse fim.

Trabalhador por conta própria - indivíduo que exerce uma actividade independente, individualmente ou com um ou vários associados e que não tem qualquer trabalhador por conta de outrem ao seu serviço.

Trabalhador por conta de outrem - indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Outra situação, que inclui:

Trabalhador familiar colaborando numa empresa familiar - indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Membro de cooperativa de produção - indivíduo que exerce uma actividade independente, numa cooperativa de bens e/ou serviços à qual pertence como sócio.

Inclui ainda a situação de um indivíduo com actividade económica que não se enquadre nas situações referidas anteriormente.

Taxa bruta de divórcio – Ver « Taxa bruta de divorcialidade »

Taxa bruta de divorcialidade - Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 (10³) habitantes).

$$TBD = [D(0,t) / [(P(0) + P(t)/2)] * 10^3 ;$$

$D(0,t)$ – Divórcios entre os momentos 0 e t;

$P(0)$ – População no momento 0;

$P(t)$ – População no momento t. TBD = 10

Taxa bruta de mortalidade - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

$$TBM = [Ob(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^3 ;$$

$Ob(0,t)$ – Óbitos entre os momentos 0 e t;

$P(0)$ – População no momento 0;

$P(t)$ – População no momento t.

Taxa bruta de natalidade - Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes).

$$TBN = [NV(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^3 ;$$

NV(0,t) – Nados-vivos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa bruta de nupcialidade - Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (10³) habitantes).

$$\text{TBNupc} = [C(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^{-3};$$

C(0,t) – Casamentos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa bruta de viuvez - Número de casamentos dissolvidos por morte de um dos cônjuges observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de viúvos por 1000 (10³) habitantes).

$$\text{TBV} = [V(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^{-3};$$

V(0,t) – Viúvos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento efetivo – Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

$$\text{TCE} = [P(t) - P(0) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^{-n};$$

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento migratório – Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

$$\text{TCM} = [SM(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^{-n};$$

SM(0,t) – Saldo migratório entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento natural - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período

(habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

$$\text{TCN} = [SN(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^{-n};$$

SM(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de fecundidade geral - Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) mulheres em idade fértil).

$$\text{TFG} = [NV(0,t) / PM_m(15,49)] * 10^{-n};$$

NV (0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t;

PM_m (15,49) – População média de mulheres entre os 15 e os 49 anos.

Nota: Este conceito é extensível ao cálculo das Taxas de fecundidade por grupos etários, com a devida aplicação do intervalo etário considerado (Exemplo: $TF_{15-19} = [NV(0,t) / PM_m(15,19)] * 10^{-n}$).

Taxa de mortalidade fetal tardia - Número de fetos mortos de 28 ou mais semanas observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de fetos mortos de 28 ou mais semanas por 1000 (10³) nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

$$\text{TMFT} = [FM+28(0,t) / [N(0,t) + FM+28(0,t)]] * 10^{-n};$$

FM+28(0,t) – Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade infantil - Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10³) nados vivos).

$$\text{TMI} = [Ob-1(0,t) / NV(0,t)] * 10^{-n};$$

Ob-1(0,t) – Óbitos de crianças com menos de 1 ano entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade neonatal - Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado

durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos).

$$\text{TMN} = [\text{Ob-28}(0,t) / \text{NV}(0,t)] * 10^n ;$$

Ob-28(0,t) – Óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade perinatal – Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

Nota: Também pode ser calculada usando como limite inferior do período fetal as 22 semanas completas de gestação.

$$\text{TMP} = [(\text{FM}+28(0,t))+\text{Ob-7d}(0,t) / (\text{NV}(0,t)+ \text{FM}+28(0,t)) * 10^n ;$$

FM+28(0,t) – Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

Ob-7d(0,t) – Óbitos de nados vivos com menos de 7 dias, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Trabalhador familiar não remunerado - Ver «Situação na profissão».

Trabalhador por conta de outrem - Ver «Situação na profissão».

Trabalhador por conta própria ou isolado - Ver «Situação na profissão».

Varição populacional - Diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório:

$$\text{VP}_{(0,t)} = P_t - P_0$$

P_0 = População no momento 0.

P_t = População no momento t.

Vistos de longa duração - O regime de concessão de vistos é regulado pela legislação relativa à entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do

território nacional - Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei 97/99, de 26 de Julho e pelos Decretos-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro e 34/2003, de 25 de Fevereiro. A respectiva regulamentação encontra-se definida no Decreto Regulamentar 6/2004, de 26 de Abril.

Os tipos de vistos de longa duração existentes são os seguintes:

Visto de estudo - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de:

- a) Seguir um programa de estudos num estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido;
- b) Realizar trabalhos de investigação científica para obtenção de um grau académico ou de interesse científico comprovado por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido;
- c) Frequentar um estágio complementar de estudos concluídos no País ou no estrangeiro;
- d) Frequentar estágios em empresas, serviços públicos ou centros de formação que não sejam considerados estabelecimentos oficiais de ensino.

O visto de estudo é válido para múltiplas entradas e pode ser concedido para permanência até um ano.

Visto de trabalho - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de exercer temporariamente uma actividade profissional, subordinada ou não.

O visto de trabalho compreende os seguintes tipos:

- a) Visto de trabalho I, para exercício de uma actividade profissional no âmbito do desporto ou no âmbito dos espectáculos;
- b) Visto de trabalho II, para exercício de uma actividade de investigação científica ou actividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, em ambos os casos devidamente comprovadas por entidade pública competente;
- c) Visto de trabalho III, para exercício de uma actividade profissional independente no âmbito de uma prestação de serviços;
- d) Visto de trabalho IV, para exercício de uma actividade profissional subordinada.

O visto de trabalho é válido para múltiplas entradas em território nacional e pode ser concedido para permanência até um ano.

Visto de estada temporária – Destina-se a permitir a entrada em território nacional ao seu titular para:

- a) Tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos;
- b) Acompanhamento de familiares de titulares de visto de estudo e visto de trabalho;
- c) Reagrupar os familiares de titulares de autorização de permanência;
- d) Casos excepcionais, devidamente fundamentados.

O visto de estada temporária é válido para múltiplas entradas e pode ser concedido para permanência até um ano.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES - 1994 (CNP-94)**1 QUADROS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRIGENTES E QUADROS SUPERIORES DE EMPRESAS**

- 1.1 Quadros Superiores da Administração Pública
- 1.2 Directores de Empresa
- 1.3 Directores e Gerentes de Pequenas Empresas

2 ESPECIALISTAS DAS PROFISSÕES INTELLECTUAIS E CIENTÍFICAS

- 2.1 Especialistas das Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia
- 2.2 Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais da Saúde
- 2.3 Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares
- 2.4 Outros Especialistas das Profissões Intellectuais e Científicas

3 TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL INTERMÉDIO

- 3.1 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio das Ciências Físicas e Químicas, da Engenharia e Trabalhadores Similares
- 3.2 Profissionais de Nível Intermédio das Ciências da Vida e da Saúde
- 3.3 Profissionais de Nível Intermédio do Ensino
- 3.4 Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio

4 PESSOAL ADMINISTRATIVO E SIMILARES

- 4.1 Empregados de Escritório
- 4.2 Empregados de Recepção, Caixas, Bilheteiros e Similares

5 PESSOAL DOS SERVIÇOS E VENDEDORES

- 5.1 Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança
- 5.2 Manequins, Vendedores e Demonstradores

6 AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGRICULTURA E PESCAS

- 6.1 Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, Criação de Animais e Pescas
- 6.2 Agricultores e Pescadores - Agricultura e Pesca de Subsistência

7 OPERÁRIOS, ARTÍFICES E TRABALHADORES SIMILARES

- 7.1 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e da Construção Civil
- 7.2 Trabalhadores da Metalurgia e da Metalomecânica e Trabalhadores Similares
- 7.3 Mecânicos de Precisão, Oleiros e Vidreiros, Artesãos, Trabalhadores das Artes Gráficas e Trabalhadores Similares
- 7.4 Outros Operários, Artífices e Trabalhadores Similares

8 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS E TRABALHADORES DA MONTAGEM

- 8.1 Operadores de Instalações Fixas e Similares
- 8.2 Operadores de Máquinas e Trabalhadores da Montagem
- 8.3 Condutores de Veículos e Embarcações e Operadores de Equipamentos Pesados Móveis

9 TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS

- 9.1 Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio
- 9.2 Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pescas
- 9.3 Trabalhadores Não Qualificados das Minas, da Construção Civil e Obras Públicas, da Indústria Transformadora e dos Transportes

10 FORÇAS ARMADAS

- 10.1 Membros das Forças Armadas

TABELA PARA CLASSIFICAÇÃO DE PAÍSES E NACIONALIDADES

EUROPA		ÁFRICA (cont.)		AMÉRICA CENTRAL E SUL (cont.)		ÁSIA (cont.)	
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação
FR	França	LR	Libéria	KY	Ilhas Caimão	SG	Singapura
NL	Países Baixos	CI	Costa do Marfim	JM	Jamaica	PH	Filipinas
DE	Alemanha	GH	Gana	LC	Santa Lúcia	MN	Mongólia
IT	Itália	TG	Togo	VC	São Vicente e Granadinas	CN	China (Rep. Pop. da)
GB	Reino Unido	BJ	Benin	VG	Ilhas Virgens (Britânicas)	KP	Coreia (Rep.Pop.Dem. da)
IE	Irlanda	NG	Nigéria	BB	Barbados	KR	Coreia (República da)
DK	Dinamarca	CM	Camarões	MS	Montserrat	JP	Japão
GR	Grécia	CF	Centro-Africana (Rep.)	TT	Trindade e Tobago	TW	Taiwan (Prov. da China)
PT	Portugal	GQ	Guiné Equatorial	GD	Granada	HK	Hong-Kong
ES	Espanha	ST	São Tomé e Príncipe	AW	Aruba	MO	Macau
BE	Bélgica	GA	Gabão	AN	Antilhas Holandesas		
LU	Luxemburgo	CG	Congo	CO	Colômbia		
MC	Mónaco	CD	Congo (Rep. Democrática)	VE	Venezuela	AUSTRÁLIA, OCEÂNIA , out. terr.	
IS	Islândia	RW	Ruanda	GY	Guiana	AU	Austrália
NO	Noruega	BI	Burundi	SR	Suriname	PG	Papuásia-Nova Guiné
SE	Suécia	SH	Santa Helena	EC	Equador	NR	Nauru
FI	Finlândia	AO	Angola	PE	Perú	NZ	Nova Zelândia
LI	Liechtenstein	ET	Etiópia	BR	Brasil	SB	Ilhas Salomão
AT	Áustria	ER	Eritreia	CL	Chile	TV	Tuvalu
CH	Suíça	DJ	Jibuti	BO	Bolívia	NC	Nova Caledónia
FO	Ilhas Faroe	SO	Somália	PY	Paraguai	WF	Wallis e Futuna (Ilha)
AD	Andorra	KE	Quênia	UY	Uruguai	KI	Kiribati
GI	Gibraltar	UG	Uganda	AR	Argentina	PN	Pitcairn
VA	Santa Sé (Vaticano)	TZ	Tanzânia, Rep. Unida da	FK	Ilhas Falkland (Malvinas)	FJ	Ilhas Fiji
MT	Malta	SC	Seichelles	GS	Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul	VU	Vanuatu
SM	São Marino	IO	Território Britânico do Oceano Índico			TO	Tonga
TR	Turquia	MZ	Moçambique	ÁSIA		WS	Samoa
EE	Estónia	MG	Madagáscar	GE	Geórgia	MP	Ilhas Marianas do Norte
LV	Letónia	MU	Maurícias	AM	Arménia	PF	Polinésia Francesa
LT	Lituânia	KM	Comores	AZ	Azerbaijão	FM	Micronésia (Est. Fed. da)
PL	Polónia	YT	Mayotte	KZ	Cazaquistão	MH	Ilhas Marshal
CZ	República Checa	ZM	Zâmbia	TM	Turquemenistão	PW	Palau
SK	Eslováquia	ZW	Zimbábue	UZ	Usbequistão	AS	Samoa Americana
HU	Hungria	MW	Malawi	TJ	Tajiquistão	GU	Guam
RO	Roménia	ZA	África do Sul	KG	Quirziquistão	UM	Ilhas Menores dos EUA
BG	Bulgária	NA	Namíbia	LB	Libano	CC	Ilhas Cocos ou Keeling
AL	Albânia	BW	Botswana	SY	Síria (Rep. Árabe da)	CX	Ilhas Cristmas
UA	Ucrânia	SZ	Suazilândia	IQ	Iraque	HM	Ilhas Heard ou McDonald
BY	Bielorrússia	LS	Lesoto	IR	Irão (Rep. Islâmica do)	NF	Ilhas Norfolk
MD	Moldávia		AMÉRICA DO NORTE	IL	Israel	CK	Ilhas Cook
RU	Rússia (Federação da)	US	Estados Unidos da América	PS	Territ. Palestino Ocupado	NU	Ilhas Niue
SI	Eslovénia	CA	Canadá	JO	Jordânia	TK	Ilhas Tokelau
HR	Croácia	GL	Gronelândia	SA	Arábia Saudita	AQ	Antártica
BA	Bósnia e Herzegovina	PM	São Pedro e Miquelon	KW	Kuwait	BV	Ilhas Bouvet
YU	Jugoslávia	MX	México	BH	Barém		
MK	Macedónia (Ant.República Jugoslava da)	BM	Bermudas	QA	Catar		
CY	Chipre	PR	Porto Rico	AE	Emiratos Árabes Unidos		
				OM	Omã		
				YE	Iémen		
				TP	Timor Leste		
				AF	Afeganistão		
				PK	Paquistão		
				IN	Índia		
				BD	Bangladesh		
				MV	Maldivas		
				LK	Sri Lanka		
				NP	Nepal		
				BT	Butão		
				MM	Myanmar		
				TH	Tailândia		
				LA	Laos (Rep.Pop.Dem. do)		
				VN	Vietname		
				KH	Camboja (Kampuchea)		
				ID	Indonésia		
				MY	Malásia		
				BN	Brunei Darussalam		
ÁFRICA		AMÉRICA CENTRAL E DO SUL					
MA	Marrocos	GT	Guatemala				
DZ	Argélia	BZ	Belize				
TN	Tunísia	HN	Honduras				
LY	Libia (Jamahiriya Árabe da)	SV	El Salvador				
EG	Egipto	NI	Nicarágua				
SD	Sudão	CR	Costa Rica				
MR	Mauritânia	PA	Panamá				
ML	Mali	AI	Anguila				
BF	Burkina Faso	CU	Cuba				
NE	Níger	KN	São Cristóvão e Nevis				
TD	Chade	HT	Haiti				
CV	Cabo Verde	BS	Bahamas				
SN	Senegal	TC	Turcos e Caicos (Ilhas)				
GM	Gâmbia	DO	República Dominicana				
GW	Guiné-Bissau	VI	Ilhas Virgens (Est.Unidos)				
GN	Guiné	AG	Antígua e Barbuda				
SL	Serra Leoa	DM	Dominica				

**NOMENCLATURAS DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - (NUTS)*
(decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro)**

NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III
1 - Continente	11 - Norte	111 - Minho-Lima 112 - Cávado 113 - Ave 114 - Grande Porto 115 - Tâmega 116 - Entre Douro e Vouga 117 - Douro 118 - Alto Trás-os-Montes
	16 - Centro	161 - Baixo Vouga 162 - Baixo Mondego 163 - Pinhal Litoral 164 - Pinhal Interior Norte 165 - Dão-Lafões 166 - Pinhal Interior Sul 167 - Serra da Estrela 168 - Beira Interior Norte 169 - Beira Interior Sul 16A - Cova da Beira 16B - Oeste 16C - Médio Tejo
	17 - Lisboa	171 - Grande Lisboa 172 - Península de Setúbal
	18 - Alentejo	181 - Alentejo Litoral 182 - Alto Alentejo 183 - Alentejo Central 184 - Baixo Alentejo 185 - Lezíria do Tejo
	15 - Algarve	150 - Algarve
2 - Região Aut. dos Açores	20 - Região Aut. dos Açores	200 - Região Aut. dos Açores
3 - Região Aut. da Madeira	30 - Região Aut. da Madeira	300 - Região Aut. da Madeira

* No capítulo 8 da publicação listam-se os concelhos que integram os vários níveis da NUTS.

Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 6/89, de 15 de Abril), de resposta obrigatória. Registo no INE sob o n.º 9467. Válido até 2006-12-31.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
CENTRO DE RECOLHA DE DADOS - LISBOA 1

VERBETE PARA CASAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO VERBETE

Instruções de preenchimento
Importante: Este impresso irá ser tratado por leitura óptica. Daí que seja importante que no seu preenchimento, se utilize esferográfica ou caneta de tinta preta e se escreva de forma legível, com MAIUSCULAS

Distrito/R. Aut. (ilha) _____

Concelho _____

Conservatória _____

Registo n.º _____

_____ Dia _____ Mês _____ Ano **2000**

DADOS RELATIVOS AO CASAMENTO

1 Data do casamento: _____ Dia _____ Mês _____ Ano **2000**

2 Forma de celebração

• Civil 1 • Católica 3

3 Regime de bens:

• Comunhão de adquiridos 1

• Separação 3

• Comunhão geral 5

4 Parentesco ou afinidade entre cônjuges

• Sem parentesco ou afinidade 1

• Com parentesco

 Tio com sobrinha 3

 Tia com sobrinho 5

 Primos 7

• Com afinidade 9

5 Houve filhos comuns anteriores ao casamento?

• Sim 1 • Não 2

• Se respondeu SIM, indique quantos

6 Há filhos não comuns anteriores ao casamento?

• Sim 1 • Não 3

Se respondeu **Sim**, indique:

• Quantos do marido

• Quantos da mulher

7 A residência dos nubentes era comum antes do casamento?

• Sim 1 • Não 3

8 Residência futura dos cônjuges

• Portugal

Indique o Concelho:

Indique a freguesia

• Estrangeiro

Indique o País:

DADOS RELATIVOS AOS CÔNJUGES

9 Data de nascimento:

• Marido

_____ Dia _____ Mês _____ Ano _____

• Mulher

_____ Dia _____ Mês _____ Ano _____

11 Número de casamentos anteriores:

	Marido	Mulher
• Total	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
• Dissolvidos por viuvez	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
• Dissolvidos por divórcio	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

10 Estado civil anterior:

	Marido	Mulher
• Solteiro(a)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
• Viúvo(a)	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
• Divorciado(a)	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5

12 Data da dissolução do último casamento:

• Marido

_____ Dia _____ Mês _____ Ano _____

• Mulher

_____ Dia _____ Mês _____ Ano _____

DADOS RELATIVOS AOS CÔNJUGES

13 Nível de instrução completo:

	Marido	Mulher
• Não sabe ler nem escrever	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
• Sabe ler e escrever sem ter frequentado o sistema de ensino	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
• Ensino básico { <ul style="list-style-type: none"> 1º ciclo 2º ciclo 3º ciclo 	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
• Ensino secundário	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
• Ensino superior	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7

14 Nacionalidade:

	Marido	Mulher
• Portuguesa	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
• Estrangeira	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
• Apátrida	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3

Se é estrangeira, indique a nacionalidade (País):

Marido

Mulher

15 Residência habitual:

• *Em Portugal* **Marido**

Indique o Concelho:

Indique a Freguesia:

• *No estrangeiro*
 Indique o País:

• *Em Portugal* **Mulher**

Indique o Concelho:

Indique a Freguesia:

• *No estrangeiro*
 Indique o País:

16 Naturalidade

Marido

• *Em Portugal*

Indique o Concelho:

• *No estrangeiro* Indique o País:

Mulher

• *Em Portugal*

Indique o Concelho:

• *No estrangeiro* Indique o País:

IDENTIFICAÇÃO DO VERBETE

17 Condição perante o trabalho:

	Marido	Mulher
• Activo(a):		
Empregado(a)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Desempregado(a):		
À procura do primeiro emprego	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
À procura de novo emprego	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
• Não activo(a)	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4

18 Profissão:

Marido

Mulher

19 Situação na profissão:

	Marido	Mulher
• Empregador(a)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
• Trabalhador(a) por conta própria	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
• Trabalhador(a) por conta de outrem	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
• Outra	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4

20 Ramo de actividade:

Marido

Mulher

OBSERVAÇÕES: _____

O Conservador do Registo Civil,

Instrumento de notação do sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 6/89, de 15 de Abril), de resposta obrigatória.
Registado no INE sob o n.º 8977
Válido até 2006-12-31.

IDENTIFICAÇÃO DO VERBETE

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

IMPORTANTE: - Este impresso irá ser tratado por leitura óptica. Dai que seja importante que no seu preenchimento, se utilize esferográfica ou caneta de tinta preta e se escreva de forma legível, com MAIÚSCULAS.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
CENTRO DE RECOLHA DE DADOS - LISBOA 1

VERBETE PARA NADO-VIVO

Acto de registo de nascimento

Distrito/Reg. Autónoma (ilha) Concelho Conservatória

Registo n.º

Dia Mês Ano

ASSENTO

1 Assento

Com declarante:

- Mãe 1 Outro 4
Pai 2 • Sem declarante 5
Ambos os pais ... 3

DADOS RELATIVOS AO NADO-VIVO

2 Sexo

Masculino 1 Feminino 5

3 Filiação

- Dentro do casamento 1 • Ignorada 9
• Fora do casamento:
Com coabitación dos pais 3
Sem coabitación dos pais 5

4 Peso à nascença

Em gramas

- Peso
Ignorado

5 Se resultante de parto gemelar

- 1.º gêmeo 1 3.º gêmeo 5
2.º gêmeo 3 Outro múltiplo 7

DADOS RELATIVOS AO PARTO

6 Data do parto

Dia Mês Ano

7 Local

- Domicílio do próprio ou outro 1
Em hospital/clínica 3 Outro local 5

8 Natureza

- Simple 1 Gemelar (*) 3

9 Se gemelar, indique

Número de gémeos Número de nados-vivos Número de fetos-mortos

10 Assistência

- Médico 1 Outra (curiosa, familiar, etc.) 4
Enfermeira parteira 2 Sem assistência 5
Enfermeira não parteira 3 Ignorada 6

DADOS RELATIVOS AO PARTO (continuação)

11 Duração da gravidez

Número de semanas completas:

- Menos de 22 semanas 1 Entre 32 e 36 semanas 4
Entre 22 e 27 semanas 2 Entre 37 e 41 semanas 5
Entre 28 e 31 semanas 3 Mais de 41 semanas 6
• Ignorada 7

DADOS RELATIVOS À MÃE

12 Data do nascimento

Dia Mês Ano

13 Residência habitual

• Em Portugal indique:

Reside no concelho onde se situa a conservatória?

-Sim →

indique a freguesia

-Não →

indique o concelho

→

indique a freguesia

• No estrangeiro indique o país:

DADOS RELATIVOS AO PAI

14 Data do nascimento

Dia Mês Ano

15 Residência habitual

Sim Não

• Em Portugal indique:

Reside no mesmo concelho de residência da mãe? Sim Não

(em caso afirmativo, passe ao quadro 16)

Se marcou "Não", indique o concelho

• No estrangeiro, indique o país:

DADOS RELATIVOS AOS PAIS DO NADO-VIVO

16 Nacionalidade (país)		
Mãe	Pai	
Portugal <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 1	Guiné-Bissau <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 4	Apátrida <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 6
Angola <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 2	Brasil <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 5	Outra <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 7
Cabo Verde <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 3	Se assinalou "Outra", indique o país	
Mãe	<input type="text"/>	
Pai	<input type="text"/>	

17 Nível de instrução completo		
Mãe	Pai	
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	
<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	
● Ensinobásico:		
1.º ciclo <input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	
2.º ciclo <input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	
3.º ciclo <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	
● Ensino secundário <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 6		
● Ensino superior <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 7		

18 Condição perante o trabalho		
Mãe	Pai	
● Activa(o)		
Empregada(o) <input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	
Desempregada(o)		
À procura do primeiro emprego <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	
À procura de novo emprego <input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	
● Nãoactiva(o) <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 4		

19 Profissão		
Mãe	Pai	
<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 0	
0 - Forças Armadas		
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	
1 - Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas (administrador, gerente, director, dirigente, chefe de divisão, etc.)		
<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	
2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (engenheiro, médico, professor, advogado, sociólogo, informático, economista, contabilista, físico, analista de sistemas, matemático, enfermeiro, arquitecto, escultor, pintor, jornalista, compositor, actor, realizador, meteorologista, biólogo, etc.)		
<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	
3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (téc. de diagnóstico e terapêutica, terapeuta, solicitador, desenhador, programador, operador, desportista profissional, topógrafo, corretor, inspector de polícia, decorador, trabalhador social, fotógrafo, educador de infância, professor do ensino básico, etc.)		
<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	
4 - Pessoal Administrativo e Similares (emp. de escritório, emp. de biblioteca, dactilógrafo, caixa, telefonista rececionista, cobrador, carteiro, fiel de armazém, emp. bancário, operador de registo de dados, etc.)		
<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	
5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores (emp. comercial, segurança, agente de polícia, modelo, vendedor, cabeleireiro, guia, cozinheiro, quiromante, bilheteiro, emp. de mesa, ajudante de farmácia, operador de supermercado, bombeiro, comissário de bordo, barman, massagista, maqueiro, banheiro, etc.)		
<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	
6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas (pescador, agricultor, jardineiro, viveirista, apicultor, resineiro, produtor de leite, podador, tirador de cortiça, avicultor, etc.)		
<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	
7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (electricista, padeiro, pasteleiro, ladrilhador, estofador, pintor, canalizador, bate-chapas, estucador, serralheiro, mecânico, costureira, torneiro, joalheiro, oleiro, artesão, tipógrafo, marceneiro, alfaiate, sapateiro, gaspeador, fogueiro, vidraceiro, afagador, laminador, calceteiro, mineiro, carpinteiro, pedreiro, ferrador, forjador, etc.)		
<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	
8 - Operadores de Instalações e Máquinas, e Trabalhadores da Montagem (condutor de máquinas, serrador mecânico, fiandeiro, tecelão, impressor tipógrafo, tractorista, sondador, etc.)		
<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9	
9 - Trabalhadores não Qualificados (vendedor ambulante, pessoal de limpeza, porteiro, estafeta, recolhedor de lixo, cantoneiro, guarda-nocturno, coveiro, etc.)		

IDENTIFICAÇÃO DO VERBETE

20 Situação na profissão		
Mãe	Pai	
Empregador(a) <input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	
Trabalhador(a) por conta própria <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	
Trabalhador(a) por conta de outrem <input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	
Outra situação <input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	

21 Número de filhos anteriores comuns		
Nados-vivos <input type="text"/>	Fetos-mortos (22 ou mais semanas) <input type="text"/>	

22 Número de filhos vivos não comuns		
Do pai do nado-vivo <input type="text"/>	Da mãe do nado-vivo <input type="text"/>	

23 Se a filiação é dentro do casamento, indique		
● Data do casamento	Dia <input type="text"/>	Mês <input type="text"/> Ano <input type="text"/>
● Filhos anteriores pertencentes a este casamento:		
Número de nados-vivos <input type="text"/>		
Número de fetos-mortos (22 ou mais semanas) <input type="text"/>		

DADOS RELATIVOS A PARTOS E GRAVIDEZES ANTERIORES

24 Número de partos anteriores		
Um <input type="text"/>	Dois <input type="text"/>	Três <input type="text"/>
Mais de três (quantos) <input type="text"/>		

25 Gravidezes anteriores		
● Número de nados-vivos		
Um <input type="text"/>	Dois <input type="text"/>	Três <input type="text"/>
Mais de três (quantos) <input type="text"/>		
● Número de fetos-mortos (22 ou mais semanas) <input type="text"/>		
● Número de fetos-mortos (menos de 22 semanas) <input type="text"/>		

26 Data do termo da gravidez imediatamente anterior		
Dia <input type="text"/>	Mês <input type="text"/>	Ano <input type="text"/>

27 Data do nascimento do último nado-vivo (a)		
Dia <input type="text"/>	Mês <input type="text"/>	Ano <input type="text"/>

(a) Nado-vivo imediatamente anterior.
 (*) Indique o(s) número(s) dos restantes gémeos: Reg. N.º _____; Reg. N.º _____

Se um ou mais gémeos foram registados noutra conservatória, indique:
 Conservatória _____

OBSERVAÇÕES: _____

O Conservador do Registo Civil

Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 6/89, de 15 de Abril), de resposta obrigatória. Registo no INE sob o n.º 9466. Válido até 2006-12-31.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
CENTRO DE RECOLHA DE DADOS - LISBOA 1

VERBETE PARA ÓBITO
(28 ou mais dias)

Distrito/R. Aut. (ilha)
 Concelho
 Conservatória
 Registo n.º
 Dia Mês Ano 2 0 0

Nº de certificado de óbito

ATENÇÃO – Não preencher este verbete sem ler atentamente as instruções de preenchimento.

DADOS RELATIVOS AO FALECIMENTO

1 Causa da morte:

I

- a) Causa directa (doença, traumatismo ou complicação que levou directamente à morte):

- b) Devida ou consecutiva a:

- c) Devida ou consecutiva a:

- d) Devida ou consecutiva a:

II

Outros estados mórbidos, factores ou estados fisiológicos (gravidez...) tendo contribuído para o falecimento, mas não mencionados na parte I:

Tempo aproximado entre o início da doença e a morte

2 Tipo de óbito:

- Natural 1
- Não natural 2
- Sob investigação médica (aguarda exames complementares ou outros) 3

3 Tipo de óbito não natural:

- Acidente de trânsito 1
- Acidente de trabalho 2
- Eventual suicídio 3
- Eventual homicídio 4
- Outro acidente, qual? 5
- Ignorado 6

4 Data do falecimento (1).... Dia Mês Ano 2 0 0

5 Local (2)

- Num domicílio 1
- No hospital/clínica 2
- Noutro local 3

6 A causa da morte foi indicada com base em:

- Apenas elementos de ordem clínica 1
- Autópsia 3
- Auto lavrado pela autoridade administrativa 4
- Outros documentos oficiais 5

DADOS RELATIVOS AO FALECIDO

7 Sexo:

- Masculino 1
- Feminino 2
- Ignorado 3

8 Data do nascimento Dia Mês Ano

9 Estado civil:

- Solteiro 1
- Casado 2
- Viúvo 3
- Divorciado 4
- Ignorado 6

10 Naturalidade:

- Portugal
- Indique o Concelho:
- Outra
- Indique o País:

(Ver verso)

Nº de certificado de óbito

DADOS RELATIVOS AO FALECIDO (continuação)

11 Nacionalidade:
 • Portuguesa 1
 • Estrangeira 2
 • Apátrida 3

Se é estrangeira, indique a nacionalidade (País):

12 Residência habitual:
 • Em Portugal
 Indique o Concelho:

Indique a Freguesia:

• No estrangeiro
 Indique o País:

13 Condição perante o trabalho:
 • Activo(a):
 Empregado(a) 1
 Desempregado(a):
 À procura do primeiro emprego 2
 À procura de novo emprego 3
 • Não activo(a) (doméstico, estudante, aposentado)... 4

14 Profissão:

15 Situação na profissão:
 • Empregador 1 • Trabalhador por conta própria 2
 • Trabalhador por conta de outrem 3 • Outra 4

16 Ramo de actividade:

DADOS RELATIVOS AO CASAMENTO E À FILIAÇÃO

SE O FALECIDO ERA CASADO

17 Data do último casamento Dia Mês Ano

18 Idade do cônjuge sobrevivente

SE O FALECIDO TINHA MENOS DE 1 ANO

19 Filiação:
 • Dentro do casamento 1
 • Fora do casamento:
 Com coabitação dos pais 2 Sem coabitação dos pais 3
 • Ignorada 4

20 Dados relativos aos pais (3):
20.1 Data do nascimento:

MÃE			PAI		
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano

20.2 Nível de instrução completo:

	MÃE	PAI
• Não sabe ler nem escrever	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
• Sabe ler e escrever sem ter frequentado o sistema de ensino	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
• Ensino básico {	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
• Ensino secundário	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
• Ensino superior	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7

20.3 Condição perante o trabalho:

• Empregado(a)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
• Activo(a): { Desempregado(a): À procura do primeiro emprego .. À procura de novo emprego	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
• Não activo(a):	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4

20.4 Profissão:
 • MÃE

• PAI

20.5 Situação na profissão:

	MÃE	PAI
• Empregador(a)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
• Trabalhador(a) por conta própria	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
• Trabalhador(a) por conta de outrem	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
• Outra	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4

20.6 Ramo de actividade:
 • MÃE

• PAI

(1) Quando a data do falecimento é desconhecida deverá indicar a data de verificação do falecimento
 (2) Os óbitos ocorridos em lares para idosos deverão ser anotados "Num domicílio"
 (3) Preencha todos os quesitos relativos aos pais da criança, mesmo que estes tenham entretanto falecido.

OBSERVAÇÕES: _____

O Conservador do Registo Civil,

Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 8/89, de 15 de Abril), de resposta obrigatória. Registrado no INE sob o n.º 9465. Válido até 2006-12-31.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
CENTRO DE RECOLHA DE DADOS - LISBOA 1

N.º de certificado de óbito

--	--	--	--	--	--	--	--

Instruções de preenchimento
Importante: Este impresso irá ser tratado por leitura óptica. Daí que seja importante que no seu preenchimento, se utilize esferográfica ou caneta de tinta preta e se escreva de forma legível, com MAIÚSCULAS

Distrito/R. Aut. (ilha) _____

Concelho _____

Conservatória _____

Registo n.º _____

Dia _____ Mês _____ Ano **200** _____

VERBETE PARA ÓBITO FETAL E NEONATAL
(Fetos-mortos e óbitos com menos de 28 dias)

DADOS RELATIVOS AO FETO OU À CRIANÇA

<p>1 Causa da morte:</p> <p>● a) <i>Causa directa (doença, traumatismo ou complicação que levou directamente à morte):</i></p> <p>_____</p> <p>● b) <i>Devida ou consecutiva a:</i></p> <p>_____</p> <p>● c) <i>Devida ou consecutiva a:</i></p> <p>_____</p> <p>● d) <i>Devida ou consecutiva a:</i></p> <p>_____</p>		<p>Tempo aproximado entre o início da doença e a morte</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>2 Tipo de óbito não natural:</p> <p>● <i>Acidente de transporte</i> <input type="checkbox"/> 1</p> <p>● <i>Eventual homicídio</i> <input type="checkbox"/> 2</p> <p>● <i>Outro acidente, qual?</i> <input type="checkbox"/> 3</p>		<p>8 Nacionalidade (criança nascida viva):</p> <p>● <i>Portuguesa</i> <input type="checkbox"/> 1</p> <p>● <i>Estrangeira</i> <input type="checkbox"/> 2</p> <p>● <i>Apátrida</i> <input type="checkbox"/> 3</p> <p>Se é estrangeira, indique a nacionalidade (País):</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>3 A criança nasceu viva <input type="checkbox"/> 1</p> <p>Em <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> às <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>E morreu:</p> <p>Em <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> às <input type="text"/> <input type="text"/></p>		<p>9 Local do falecimento:</p> <p>● <i>Num domicílio</i> <input type="checkbox"/> 1</p> <p>● <i>No hospital/clínica</i> <input type="checkbox"/> 2</p> <p>● <i>Noutro local</i> <input type="checkbox"/> 3</p>
<p>4 A criança nasceu morta <input type="checkbox"/> 1</p> <p>Em <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>E morreu:</p> <p>Antes do parto <input type="checkbox"/> 2 Durante o parto <input type="checkbox"/> 3 Ignorado <input type="checkbox"/> 4</p>		<p>10 A causa da morte foi indicada com base em:</p> <p>● <i>Apenas elementos de ordem clínica</i> <input type="checkbox"/> 1</p> <p>● <i>Autópsia</i> <input type="checkbox"/> 3</p> <p>● <i>Auto lavrado pela autoridade administrativa</i> <input type="checkbox"/> 4</p> <p>● <i>Outros documentos oficiais</i> <input type="checkbox"/> 5</p>
<p>5 Sexo:</p> <p>● <i>Masculino</i> <input type="checkbox"/> 1 ● <i>Feminino</i> <input type="checkbox"/> 2 ● <i>Indeterminado</i> <input type="checkbox"/> 3</p>		<p>11 Se resultante de parto gemelar (1):</p> <p>● <i>1º gémeo</i> <input type="checkbox"/> 1</p> <p>● <i>2º gémeo</i> <input type="checkbox"/> 2</p> <p>● <i>3º gémeo</i> <input type="checkbox"/> 3</p> <p>● <i>Outro múltiplo</i> <input type="checkbox"/> 4</p>
<p>6 Peso à nascença:</p> <p>● <i>Em gramas</i> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> ● <i>Ignorado</i> <input type="checkbox"/></p>		
<p>7 Filiação:</p> <p>● <i>Dentro do casamento</i> <input type="checkbox"/> 1</p> <p>● <i>Fora do casamento:</i></p> <p>Com coabitação dos pais <input type="checkbox"/> 2 Sem coabitação dos pais <input type="checkbox"/> 3</p> <p>● <i>Ignorada</i> <input type="checkbox"/> 4</p>		

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA PORTUGUESA

ESTADO DA POPULAÇÃO / CENSOS

_CADASTRO DO REINO (1801-1812) (INSTRUÇÕES GERAIS E PLANO) (1 VOL).	
_TÁBOAS TOPOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS. ANO DE (1 VOL).	1801
_POPULAÇÃO. CENSO NO 1.º DE JANEIRO DE 1864 (1 VOL).	(1
_POPULAÇÃO. CENSO NO 1.º DE JANEIRO DE 1878 (1 VOL).	(1
_CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL 1.º DE DEZEMBRO DE 1890 (3 VOL).	NO
_CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL 1.º DE DEZEMBRO DE 1900 (4 VOL).	NO
_CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1911 (4 VOL).	
_CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1920 (2 VOL).	
_CENSO EXTRAORDINÁRIO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE LISBOA E PORTO, EM 1 DE DEZEMBRO DE 1925 (1 VOL).	
_CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1930 (3 VOL. E 2 FOLHETOS)	
_VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1940:	
RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).	
RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO)	
CONTINENTE E ILHAS, DISTRITOS DE AVEIRO, BEJA, BRAGA, BRAGANÇA, CASTELO BRANCO, COIMBRA, ÉVORA, FARO, GUARDA, LEIRIA, LISBOA, PORTALEGRE, PORTO, SANTARÉM, SETÚBAL, VIANA DO CASTELO, VILA REAL, VISEU, ANGRA DO HEROÍSMO, HORTA, PONTA DELGADA, E FUNCHAL.	
RELATÓRIO. MEMÓRIA DESCRITIVA (25 VOL.).	

_IX RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1950:

RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).

RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO).

POPULAÇÃO RESIDENTE E PRESENTE, FAMÍLIAS, CASAIS, MULHERES CASADAS, CONVIVÊNCIAS, ESTRANGEIROS, CEGOS, SURDOS-MUDOS E ORFÃOS (I TOMO).

IDADE E INSTRUÇÃO (II TOMO).

CONDIÇÕES PERANTE O TRABALHO, ENCARGOS DE FAMÍLIA E MEIO DE VIDA (III TOMO - VOL 1.º).

POPULAÇÃO AGRÍCOLA (III TOMO - VOL 2.º).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DA FAMÍLIA (ANEXO).

_X RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1960:

RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).

RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO).

INVENTÁRIO DE PRÉDIOS E FOGOS (ANEXO).

PRÉDIOS E FOGOS; POPULAÇÃO - DADOS

RETROSPECTIVOS.

DISTRITOS E FREGUESIAS (1 TOMO - VOL. 1.º)

PRÉDIOS E FOGOS; POPULAÇÃO - DADOS

RETROSPECTIVOS (LUGARES - I TOMO - VOL. 2.º).

FAMÍLIAS, CONVIVÊNCIAS E POPULAÇÃO RESIDENTE E PRESENTE POR FREGUESIAS, CONCELHOS, DISTRITOS E CENTROS URBANOS (II TOMO).

IDADE (III TOMO - VOL. 1.º).

ESTRANGEIROS, ORFÃOS, CEGOS, SURDOS-MUDOS (IV TOMO).

CONDIÇÕES PERANTE O TRABALHO E MEIO DE VIDA.

TOTAL GERAL; TOTAIS DOS CENTROS URBANOS E DAS ZONAS RURAIS (V TOMO - VOL. 1.º).

DISTRITOS (V TOMO VOL. 2.º).

CONCELHOS E CENTROS URBANOS (V TOMO - VOL. 3.º).

CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS (VI TOMO).

_XI RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO EM 15 DE DEZEMBRO DE 1970:

DADOS PRELIMINARES. ESTIMATIVA A 5%.

ESTIMATIVA A 20%.

_XII RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1981:

RESULTADOS DEFINITIVOS.

_XIII RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 15 DE ABRIL DE 1991:

RESULTADOS DEFINITIVOS.

2ª EDIÇÃO PARA PORTUGAL E LISBOA E VALE DO TEJO. CENSOS 2001

_XIV RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO (RESULTADOS DEFINITIVOS).

ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

_MAPAS ESTATÍSTICOS DOS BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS QUE HOUVE NO REINO DE PORTUGAL E ILHAS ADJACENTES: ANNO DE 1862 (1 VOL.).

_MOVIMENTO DA POPULAÇÃO.

_ESTADO CIVIL - EMIGRAÇÃO: - ANOS DE 1887, 1888, 1889, 1890, 1891- 1892- 1893- E 1894- 1895 - 1896. (6 VOL.).

_TABELAS DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL (1901-1910) (1 VOL.).

_EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: ANOS DE 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912 (12 VOL.).

_MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - RESUMO: ANOS DE 1907 a 1911 (1 FOLHETO).

_MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - RESUMO: ANOS DE 1908 a 1912 (1 FOLHETO).

_ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA - MOVIMENTO DA POPULAÇÃO: ANOS DE 1909-1913, 1910-1914, 1911-1915, 1912-1916, 1913-1917, 1914-1918, 1915-1919, 1916-1920 e 1917-1921 (9 VOL.).

_ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL: - ANOS DE 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924 e 1925 (13 VOL.).

_ANUÁRIO DEMOGRÁFICO (ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL): ANOS DE 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, e 1940 (12 VOL.).

_ANUÁRIO DEMOGRÁFICO (ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL): ANOS DE 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966.

_ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS: - 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976-1979, 1980-1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, 2005, 2006.

PUBLICAÇÕES NÃO PERIÓDICAS DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

_A ALIMENTAÇÃO DO POVO PORTUGUÊS, POR ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREA - 1951.

_A FREGUESIA DE SANTA CATARINA DE LISBOA, NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR Mª DE LOURDES AKOLA DA CUNHA MEIRA DO CARMO DA SILVA NETO - 1959.

_A VILA DE PENAMACOR NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR CARLOTA MARIA GONÇALVES BORGES LANDEIRO - 1965.

_A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE LISBOA, NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR Mª Mª DE LOURDES AKOLA DA CUNHA MEIRA DO CARMO DA SILVA NETO - 1967.

_O POVOAMENTO DA METRÓPOLE OBSERVADO ATRAVÉS DOS CENSOS, POR FERNANDO MARQUES DA SILVA - 1970.

_ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MORTALIDADE PORTUGUESA, POR MANUEL PEREIRA OLIVEIRA MARQUES - 1970.

_UM SÉCULO DE POPULAÇÃO PORTUGUESA, POR JOÃO PEREIRA ENVANGELISTA - 1971.

_A POPULAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES EM 1894 (UM CENSO INÉDITO), POR CARLOS SANTOS REIS - 1973.

_A NUTRIÇÃO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS (SUBSÍDIO PARA UMA BIBLIOGRAFIA), VOL. I, POR CARLOS SANTOS REIS - 1973.

_A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1730 A 1759, POR MARIA LUCILIA DE SOUSA RIBEIRO MARQUES - 1974.

_A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1760 A 1784, POR MARIA CELESTE DUARTE - 1974.

_A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1700 A 1729, POR GERALDA MARIA MARQUES FERREIRA DOS SANTOS - 1979.

_MÉTODO DE EXPLORAÇÃO DE LIVROS DE REGISTOS PAROQUIAIS E CARDANHA E A SUA POPULAÇÃO DE 1573 A 1800, POR NORBERTA BETTENCOURT AMORIM - 1980.

CADERNOS DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (10 NÚMEROS PUBLICADOS):

1 - PLANO DE ACÇÃO MUNDIAL DA POPULAÇÃO - 1976.

2 - A POPULAÇÃO DE PORTUGAL, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS E ALBERTO EDUARDO DE ALARCÃO E SILVA - 1976.

3 - O DESIQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS - 1976.

4 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE DISTRITAIS E REGIONAIS 1959-62 E 1969-72, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS - 1976.

5 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE GLOBAIS E REGIONAIS, 1929-32, 1939-42 E 1949-52, POR J. MANUEL NAZARETH - 1977.

6 - LA POPULATION NOIRE DE L'ANGOLA, POR CARLOS A. DA COSTA CARVALHO - 1979.

7 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE, DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS 1975-1982, POR CUSTÓDIO CONIM, ARMANDO MARQUES E JOSÉ ELISA PINTO.

8 - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO E FUTURO URBANO.

9 - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO - 1984.

10 - ESPERANÇAS DE VIDA SEM INCAPACIDADES FÍSICAS DE LONGA DURAÇÃO, 1999.

SÉRIE ESTUDOS

N.º 2 - SOBRE O DIFERIMENTO DA DATA DO NASCIMENTO EM PORTUGAL, POR J. DO REGO FRONTEIRA - 1941.

N.º 8 - TÁBUA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1939-1942), POR J. PAIS MORAIS - 1945.

N.º 10 - SOBRE O DIFERIMENTO DA DATA DO NASCIMENTO EM PORTUGAL (NOVAS OBSERVAÇÕES), POR J. DO REGO FRONTEIRA - 1946.

N.º 12 - ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA - POR J. PAIS MORAIS - 1947.

N.º 18 - ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA - II, POR J. PAIS MORAIS - 1950.

N.º 22 - ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES DEMOGRÁFICOS, POR J. PAIS MORAIS - 1953.

N.º 24 - TÁBUA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1949-1952), POR J. PAIS MORAIS - 1953.

N.º 45 - PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES (1971-76-81), POR OLIVEIRA MARQUES - 1972.

N.º 49 - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO (1941-1975), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1972.

N.º 50 - PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS (PORTUGAL 1975-1990), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1978.

N.º 52 - MORTALIDADE INFANTIL (1950-1975), POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1977.

N.º 54 - CRESCIMENTO REGIONAL DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1941-1977), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1979.

N.º 55 - COLECTÂNEA DE DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS À SITUAÇÃO DA CRIANÇA - 1979, ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1979.

N.º 56 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE 1941-1975, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1980.

N.º 57 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOBRE A QUALIDADE DOS DADOS CENSITÁRIOS - RESENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO 1864-1970, POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1980.

N.º 83 - AS GERAÇÕES MAIS IDOSAS - 1999.

REVISTA DE ESTUDOS

_REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS volumes 1 a 29.

_ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - volumes 30 e 31.

_REVISTA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - volumes 32 a 43.

ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 21, 30-06-95 E 31-12-95.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 22, 30-06-82 A 30-06-90 E 31-12-81 A 31-12-90.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 23, CONCELHOS DE 1990 A 1995.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 24, 30-06-96 E 31-12-96.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 25, CONCELHOS E IDADES DE 1996.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 26, 30-06-97 E 31-12-97.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 27, POR NUTS I, II, III E CONCELHOS, EM 1997.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 28, 30-06-99 E 31-12-98.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 29, POR NUTS I, II, III E CONCELHOS, EM 1998.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: 1999- 2001.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE, INTERCENSITÁRIAS, 1981-1990, PORTUGAL, NUTS II, III E CONCELHOS.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE, INTERCENSITÁRIAS, 1991-2001, PORTUGAL, NUTS II, III E CONCELHOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2001 - 2002, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2003, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2004, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2005, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2006, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2007, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2000-2050 – 2003.

_PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL E NUTSII, 2000-2050 – 2004.

_PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL E NUTS III, 2000-2050 – 2005.

OUTROS PERIÓDICOS

_ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL, 2006

_ANUÁRIOS REGIONAIS, 2006

_ESTATÍSTICAS DA SAÚDE, 2005

_INDICADORES SOCIAIS, 2006

OUTROS NÃO PERIÓDICOS

_ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A MULHER, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1975.

_ANÁLISE DA IDADE MÉDIA AO CASAMENTO 1930-1978, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1984.

_PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS: 1980 - 2000; RELATÓRIO FINAL - 1986.

_PORTUGAL SOCIAL, 1991-1995 – 1998.

_PERSPECTIVAS DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA: 1980-2000 – 1989.

_INQUÉRITO À FECUNDIDADE E FAMÍLIA 1997- 2001.

_MULHERES E HOMENS EM PORTUGAL NOS ANOS 90 – 2002.

_PORTUGAL SOCIAL, 1991-2001 – 2003.

_30 ANOS DE 25 DE ABRIL – UM RETRATO ESTATÍSTICO – 2004.

_SÓCIO-DEMOGRAFIA DAS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE DO ALGARVE 1991-2001, 2004.

OUTROS:

_SEMINÁRIO: POPULAÇÃO, FAMÍLIA E CONDIÇÕES DE VIDA: CURIA, 6 E 7 DE ABRIL DE 1995 - 1995.

_SEMINÁRIO: FAMÍLIA: REALIDADES E DESAFIOS, LISBOA, 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2004 - 2004

_SEMINÁRIO: HOMENS E MULHERES EM PORTUGAL, LISBOA, 23 de NOVEMBRO DE 2005 - 2005
